



INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM (PPGLin)
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

MIDANA CÁ

**DESCRIÇÃO PRELIMINAR DE ASPECTOS FONÉTICOS E SINTÁTICOS DA
LÍNGUA GUINEENSE: EQUIPAR A LÍNGUA PARA PROPOR POLÍTICAS
LINGUÍSTICAS**

REDENÇÃO/CE – 2023

MIDANA CÁ

**DESCRIÇÃO PRELIMINAR DE ASPECTOS FONÉTICOS E SINTÁTICOS DA
LÍNGUA GUINEENSE: EQUIPAR A LÍNGUA PARA PROPOR POLÍTICAS
LINGUÍSTICAS**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Estudos da Linguagem do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGLin/UNILAB), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Linguagem – Diversidade e Políticas Linguísticas
Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Ramos Carioca

REDENÇÃO – 2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - Unilab
Sistema de Bibliotecas da Unilab - (Sibiuni)
Catalogação na fonte

Ca Cá, Midana

Descrição preliminar de aspectos fonéticos e sintáticos da língua guineense: equipar a língua para propor políticas linguísticas. / Midana Cá. – Redenção-Ce: UNILAB, 2023.

184 p.

Dissertação - Mestrado Acadêmico em Estudos da Linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Cláudia Ramos Carioca.

1. Política linguística. 2. Língua – Guiné-Bissau. 3. Fonética. 4. Sintaxe. I. Título.

CE/UF/BSP

CDD 410

MIDANA CÁ

**DESCRIÇÃO PRELIMINAR DE ASPECTOS FONÉTICOS E SINTÁTICOS DA
LÍNGUA GUINEENSE: EQUIPAR A LÍNGUA PARA PROPOR POLÍTICAS
LINGUÍSTICAS**

Dissertação submetida ao Mestrado Acadêmico em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cláudia Ramos Carioca

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

Orientadora

Profa. Dra. Maria Elias Soares

Universidade Federal do Ceará – UFC

Examinadora

Profa. Dra. Léia Cruz de Menezes Rodrigues – Unilab

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

Examinadora

“I have a dream!!”

Martin Luther King

DEDICATÓRIA

Αφιερώνω αυτό το δώρο στον Θεό, Παντοδύναμο!

E

À “N’Dji”¹, dedica-se “es fabur” [esta graça] imerecida!

¹Nome da minha irmãzinha cuja tradução livre é “Eu” na língua pepel. Neste caso, considera-se a expressão de um substantivo que em outra linguagem seria “esta criança sou eu, encarnado”.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, julgo importante citar algumas linhas do Catecismo de Westminster que declara: "Deus é um Espírito, Infinito, Eterno e Imutável, em seu Ser, Sabedoria, Poder, Santidade, Justiça, Bondade e Verdade". Esta declaração apresenta a satisfação plena que pode saciar estes anseios: completude, permanência, estabilidade e segurança. Posto isto, estende-se o máximo agradecimento a este Deus, O Desconhecido, segundo os filósofos atenienses.

Com muito carinho e amor, quero agradecer à família Cá pelo apoio, sustento, carinho e amor, bem como à família Indi em Safim (Guiné-Bissau), à família Sanca em Bandim (Guiné-Bissau), à família Sanca no Brasil (Jamiro e Medilanda), à família Albuquerque, à família Carioca, à família Sambú (Lopes), à família Djú, à família Gurgel e a toda família que contribuiu direta e indiretamente.

Os profundos agradecimentos estendem-se à UNILAB, à CAPES, à administração atual da UNILAB, ao ILL, à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens, aos professores, técnicos e terceirizados e, especialmente, aos colegas do programa.

De modo tão especial e esplêndido, estendo os máximos agradecimentos à querida Professora Doutora Vice-Reitora da UNILAB, Cláudia Ramos Carioca, pelos seus feitos para que este trabalho tenha vida, hoje e para sempre. Na verdade, este parágrafo não tem como esmiuçar o carinho, o amor, e a dedicação dela para a realização deste trabalho.

Antes de fechar, deixo os agradecimentos às seguintes pessoas que ajudaram nas reflexões de categorias analisadas neste trabalho: Prof. Magnífico Reitor da UNILAB Roque de Nascimento Albuquerque, Walquiria B. Lopes e Alexandre Lopes, Jeremias Demba, Jamiro P. Sanca e Medilanda B. P. Sanca, Benedito Bonete Besse, Diolindo R. Campos, Margarida de Carvalho Embude, Eliana Aniceta Cassama, Abna Loa Nancofé, Pr. Henrique R. M. Gurgel, José Olavo da Silva Garantizado Junior e Profa. Léia Cruz de Menezes Rodrigues. Por fim, ainda, estendo os agradecimentos a todos os familiares que contribuíram até aqui, à comunidade Guineense de modo geral e à IBCA-Acarape.

RESUMO

O presente trabalho é resultado da investigação quanto à necessidade de equipar a língua guineense com uma descrição fonética, morfológica, morfossintática, sintática e semântica, a partir da abordagem funcionalista que considera a perspectiva pragmática, de modo a podermos construir políticas linguísticas que venham a tornar a língua guineense oficial e objeto de estudo nas escolas. Dadas as dimensões de equipar uma língua, este trabalho propõe-se a ser um contributo cujo objetivo é descrever preliminarmente alguns aspectos fonéticos-fonológicos e sintáticos do guineense. Em termos teórico-metodológicos, nos fundamentamos no funcionalismo linguístico e partimos da noção da glotopolítica para discutir as questões voltadas às Políticas linguísticas e às necessidades de equipamento linguístico para a língua guineense, assim, segue-se um caminho de planejamento de corpus e status. Constituiu-se um corpus com textos virtuais, textos físicos e transcrições de filmes e vídeos. As ocorrências foram selecionadas para as análises descritivas e explicativas do sistema fonético- fonológico e das estruturas verbais e as suas funcionalidades no guineense, valendo-se da descrição fonética-fonologia para exemplificar o comportamento de fones/fonemas da língua guineense conforme os parâmetros ponto e modo de articulação e papéis das cordas vocais, das vogais e sílabas no guineense para se chegar à proposta de grafemas para a unificação da escrita, assim como, em relação à sintaxe, focamos atenção no sintagma verbal, com base na descrição de Givón (2001) e Castilho (2019). Dada a defesa que fazemos do quanto se faz necessária uma política linguística de oficialização da língua guineense, antecede o capítulo de descrição, considerações acerca de equipamento linguístico e política linguística. Percebe-se que, dentre várias propostas de escrita no guineense, o Estado não adotou um modelo padrão da escrita e cada um escreve da forma que bem entender. Desta feita, a presente investigação faz um trabalho unificador dos diversos grafemas no guineense, partindo, assim, das noções de fonética e fonologia. Por outro lado, o presente estudo irá beneficiar uma parte da gramática sintagmática para uma possível sistematização da gramática do guineense.

Palavras-chave: Política Linguística; Língua Guineense; Aspectos Fonológicos; Aspectos Sintáticos.

ABSTRACT

This work is the result of research into the need to equip the language Guinean with a phonetic, morphological, morphosyntactic, syntactic and semantic description, the from the functionalist approach that considers the pragmatic perspective, in order to we can build language policies that will make the Guinean language official and object of study in schools. Given the dimensions of equipping a language, this work is intended to be a contribution whose objective is to preliminarily describe some aspects phonetic-phonological and syntactic of Guinean. In theoretical-methodological terms, in we base it on linguistic functionalism and start from the notion of glottopolitics to discuss questions related to language policies and the need for linguistic equipment to The Guinean language thus follows a path of corpus and status planning. A corpus was created with virtual texts, physical texts and transcriptions of films and videos. To the occurrences were selected for descriptive and explanatory analyzes of the phonetic- phonology and verbal structures and their functionalities in Guinean, using the phonetic-phonological description to exemplify the behavior of phones/phonemes of the language guineense according to the parameters point and mode of articulation and roles of the vocal cords, of vowels and syllables in Guinean to arrive at the proposal of graphemes for the unification of writing, just as, in relation to syntax, we focus attention on the verbal phrase, based on the description by Givón (2001) and Castilho (2019). Given the defense we make of how much is done necessary for a linguistic policy to make the Guinean language official, precedes the chapter on description, considerations about linguistic equipment and linguistic policy. It can be seen that, among several proposals for writing in Guinean, the State did not adopt a standard model of writing and everyone writes the way they want. Therefore, the present investigation does a unifying work on the different graphemes in Guinean, thus starting from the notions of phonetics and phonology. On the other hand, the present study will benefit a part of grammar syntagmatic for a possible systematization of Guinean grammar.

Keywords: Language Policy; Guinean language; Phonological Aspects; Aspects Syntactics.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Um modelo de interação verbal	31
Figura 2: Layout Geral da GDF (adaptado de Hengeveld; Mackenzie 2008:13).....	33
Figura 3: Produção do som.....	77
Figura 4: Levantamento de véu palatino	83
Figura 5: Abaixamento de palato mole.....	84
Figura 6: Classificação internacional das vogais.....	87
Figura 7: Vogais do inglês norte-americano.....	88

QUADROS

Quadro 1: Algumas pesquisas sobre os aspectos fonético-fonológicos e sintático no guineense	16
Quadro 2: As interligações entre as metafunções.....	28
Quadro 4: Guineense de Jiba e guineense atual	44
Quadro 5: Comparativo de marcação de gênero em quatro línguas étnicas, em português e guineense.	46
Quadro 6: Corpus selecionados para coletas de dados/exemplos.....	68
Quadro 7: Uma parte da representação da tabela consonantal no guineense	69
Quadro 8: As categorias predicativas (SV)	70
Quadro 9: Classificação das vogais quanto ao arredondamento dos lábios, anterioridade/posterioridade e altura no português Brasileiro	88
Quadro 10: Vogais tônicas orais no português Brasileiro	88
Quadro 11: Vogais nasais no português Brasileiro	88
Quadro 12: As categorias predicativas (SV)	97
Quadro 13: Tabela fonética consonantal da língua guineense	118
Quadro 14: Cruzamentos de modos e pontos de articulação no guineense.....	119
Quadro 15: Vogal tônica oral	124
Quadro 16: Vogal tônica nasal	124
Quadro 17: Vogais quanto à anterioridade/ posterioridade (arred. ou não-arred.).....	124
Quadro 18: Tipos de sílaba na língua guineense.	127
Quadro 19: Sílabas constituídas apenas de vogal na língua guineense	128
Quadro 20: Somente uma consoante prevocálica.....	129
Quadro 21: Duas consoantes prevocálica.....	130
Quadro 22: Vogais da língua guineense	131

Quadro 23: Consoantes na língua guineense	132
Quadro 24: Dígrafos consonantais	132
Quadro 25: Dígrafos vocálicos	133
Quadro 26: Estrutura frasal na língua guineense	158
Quadro 27: Exemplos de dados obtidos da tabela consonantal do guineense.....	170
Quadro 28: Exemplos de alguns dados vocálicos	170
Quadro 29: Exemplos de tipos de sílaba na língua guineense.....	170
Quadro 30: Exemplos de dados de grafemas.....	171

DIAGRAMAS

Diagrama 1: Exemplo de estrutura silábica	69
Diagrama 2: Sentença do texto 43	71
Diagrama 3: Sentença do texto 44	71
Diagrama 4: Sentença do texto 45	72
Diagrama 5: Primeira oração da sentença do texto 45	72
Diagrama 6: Segunda oração da sentença do texto 45	72
Diagrama 12: Estrutura básica interna da sílaba	91
Diagrama 13: Modelos da estrutura interna da sílaba	92
Diagrama 14: Modelos binários	92
Diagrama 15: Modelo Ternário	92
Diagrama 16: Sentença do texto 03	98
Diagrama 17: Primeira oração da sentença do texto 03	98
Diagrama 18: Segunda oração da sentença do texto 03	99
Diagrama 19	105
Diagrama 20	125
Diagrama 21	125
Diagrama 22	126
Diagrama 23: Texto nº 114 - 01	135
Diagrama 24: Texto nº 114- 02	136
Diagrama 25: Texto nº 114- 03	137
Diagrama 26: Texto nº 114- 04	137
Diagrama 27: Texto nº 114- 05	138
Diagrama 28: Texto nº 114- 06	139

Diagrama 29	141
Diagrama 30: Segunda oração da sentença do texto 92	149
Diagrama 31	150
Diagrama 32	159
Diagrama 33	159
Diagrama 34	159
Diagrama 35	160
Diagrama 36	160

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
2.	ABORDAGEM FUNCIONALISTA	21
2.1	Noções iniciais do funcionalismo linguístico	21
2.1.1	Funcionalismo de Praga.....	21
2.1.2	Funcionalismo britânico.....	23
2.1.3	Funcionalismo Holandês.....	29
2.1.4	Funcionalismo Norte-Americano.....	34
2.2	Funcionalismo linguístico givoniano.....	35
3.	CONTEXTO SOCIOLINGUÍSTICO DA GUINÉ-BISSAU	37
3.1	Contexto sócio-histórico e político da Guiné-Bissau.....	37
3.2	Equipar uma Língua para a Proposição de uma Política Linguística: Política Linguística	54
3.2.1	Definições e perspectiva.....	54
3.2.2	A noção de equipamento linguístico	61
3.2.3	Política linguística para língua guineense	62
4.	METODOLOGIA	65
4.1	Considerações iniciais.....	65
4.2	Classificação da Pesquisa	65
4.2.1	Formação e delimitação de corpus.....	68
4.2.2	Quadros e Diagramas	72
4.2.5	As categorias de análises	73
4.3.	Fonética e Fonologia: Caminhos	74
4.3.1	As consoantes.....	74
4.3.1.1	O ciclo da produção de voz ou aparelho fonador	76
4.3.2	Os vogais	86
4.3.3	A Sílab.....	89
4.4	Noções de Sintagma: Sintagma Verbal.....	95
4.4.1	As Estruturas de (Sub)Categorias Verbais: Sintaxe Do Verbo.....	101
4.4.1.3	Núcleo SV	101
4.4.1.2	Especificadores de SV	103
4.4.1.3	Complementos de SV	107
4.2.6.2	Atributos gramaticais do verbo	113
4.2.1.5	Colocação do objeto	115
4.4.1.6	Propriedade Semântica do Verbo	115

5.	DESCRIÇÃO PRELIMINAR DOS ASPECTOS FONÉTICOS-FONOLÓGICOS E SINTÁTICOS DA LÍNGUA GUINEENSE	118
5.2.6.2	Aspectos fonológicos da língua guineense.....	118
5.1.1	As Consoantes.....	118
5.1.2	As Vogais.....	123
5.1.3	Sílabas	125
5.2	Aspectos sintáticos da língua guineense.	134
5.2.1	As Estruturas de (Sub)Categorias Verbais: Sintaxe do Verbo.....	134
5.2.2	Núcleo de SV	140
5.2.3	Especificadores de SV	149
5.2.4	Os Complementadores	155
5.2.5	Colocação do objeto.....	158
5.2.6	Propriedade Semântica do Verbo.....	160
5.2.6.1	5.1 Papéis dos Verbos de Manipulação na Fábula “Mininu Ku Orta”	160
5.2.6.2	Aspecto Manipulador Dos Verbos Na Fábula.....	161
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	166

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação é fruto da reflexão de um guineense quanto à importância da investigação para uma descrição fonética, morfológica, morfossintática, sintática e semântica, seguindo um viés pragmático, de modo a construir com as políticas linguísticas que venham a tornar a língua guineense oficial e objeto de estudo nas escolas.

Como pesquisador guineense que tem essa língua como a língua materna e ciente que é a língua franca da maioria, contudo não é oficial no país e muito menos foi adotada como língua de ensino, assim, dedica-se a um trabalho de descrição preliminar na presente investigação por um interesse na área e por necessidade de ter trabalhos descritivos para equipar os componentes gramaticais dessa língua, bem como apresentar os caminhos para uma ação glotopolítica (de equipamento linguístico) para a língua guineense. Neste viés, o trabalho é uma ação de política linguística para equipamento linguístico na área da fonética-fonologia e da sintaxe.

O objetivo principal desta investigação é fazer uma descrição preliminar dos aspectos fonéticos-fonológicos e sintáticos para equipamento linguístico da língua guineense, pois é uma língua com poucas descrições, por isso, entende-se que há uma necessidade enorme e desafios para ensino-aprendizagem desta língua. Assim sendo, o objetivo geral desdobra-se em: discutir as noções preliminares da política linguística para língua guineense; estudar e descrever as consoantes, vogais e sílabas na língua guineense para propor unicidade de grafemas para escrita padrão no guineense; por fim, investigar e descrever as estruturas e funções de sintagmas verbais na língua guineense.

Então, o caminho seguido, metodologicamente, é de fazer uma abordagem qualitativa, partindo das noções de PL (Política Linguística) para um trabalho de planejamento de *corpus* e *status*, a nível de equipamento linguístico, assim, foi discutido, primeiramente, as noções de Políticas Linguísticas, depois, foram discutidos questões relacionadas à fonética-fonologia e à sintaxe do guineense, selecionando assim, algumas categorias para análises descritivas.

Percebe-se que, dentre várias propostas de escrita no guineense, o Estado não adotou um modelo padrão de escrita, e cada um escreve da forma que bem entende, desta feita, a presente investigação faz um trabalho unificador dos diversos grafemas no guineense, partindo assim, das noções de fonética e fonologia. Por outro lado, o presente estudo irá beneficiar uma parte da sintaxe gramatical para uma possível sistematização da gramática descritiva do guineense.

E para essas discussões, o trabalho recebeu apoio teórico destes autores: Castilho (2019); Calvet (2007); Givón (2001); Kenedy e Othero (2018); Kenedy (2010); Koch (2018); Mesquita (2009); Cunha e Cintra (1993); Mané (2018); Costa (2014), Câmara Jr (1970); Cá e Rubio (2019); Lagares (2018); Carioca (2016); Oliveira (2016); Carvalho (2011), Dias (2021) e outros.

Dentre os diversos trabalhos que discutiram sobre as questões fonéticas e fonológicas do guineense, bem como um número considerável de trabalhos que tratam de aspectos verbais do guineense como se lê no quadro abaixo, comparando-os a esta investigação, entende-se que a maior motivação deste trabalho é engrossar a luta e a resistência pela oficialização da língua guineense e da descrição de sua gramática.

Quadro 1: algumas pesquisas sobre os aspectos fonético-fonológicos e sintático no guineense

Autor	Quantitativo	Expressão
Reis (2022)	01	Política do País.
Mané, Imbatene, Bandeira, freitas (2020)	00	-
Santos, freitas, Balduino, Bandeira (2022)	00	-
Braga, Frota e Fernandes-Svartman (2021)	04	Estrutura política de Estado.
Scantamburlo (2018)	05	Política Governamental de Estado (2x); Falta de Política da língua para harmonia nacional, Política colonial.
Maria (2013)	00	-
Freitas e Bandeira (2016)	00	-
Imbatene (2019)	05	Instabilidade Política (2x), Língua Politicamente Dominante (3x).
Imbatene (2019)	6	Política de Estado (4x) e Língua politicamente dominante (2x)
Costa (2014)	14	Emancipação de Política Guineense, Unidade política, Organização política centralizada, Política do Estado Novo, Política de organizações antifascistas, Políticas internacionais (2x), Ação política de PAIGC, Emancipação Política de Portugal, Política como área de estudo, Mundo da política, Política de alfabetização, Sociedade se transforma politicamente, Política e Planejamento linguístico.
Cá (2021)	6	Política linguística, Poder político (3x), História política e Questão política

N' Hanca e D' Angelis	00	-
Mané (2021)	20	Política linguística e Política governamental (19x)
Mané (2018)	29	Política linguística
Kihm (1994)	00	-
Mané (2007)	03	Política linguística

Fonte: Pesquisa do autor.

O quadro acima ilustra uma estratificação para destacar que dentre muitos trabalhos inéditos sobre a língua guineense, pode-se concluir que este também o é, pois, a partir do quadro é possível compreender o foco de cada um desses trabalhos, e que serviram de apoio nas discussões dos componentes que foram pesquisados nesta obra.

Analisa-se o quadro e percebe-se que muitos destes trabalhos não têm um viés de política linguística, com exceção de alguns que fizeram a menção bem rápida da necessidade de uma política linguística para o país, mas vale frisar que o fato de muitos fazerem investigações voltadas ao guineense já estão fazendo uma parte de ação glotopolítica, mesmo que não saibam disso ou não fizeram a menção da política linguística.

Dos trabalhos que fizeram considerações rápidas sobre as políticas linguísticas, são: Scantamburlo (2018) que fala, uma vez, em falta de Política da Língua para uma harmonia nacional; Imbatene (2019) fala, três vezes, do português na Guiné-Bissau como uma língua politicamente dominante, por conta do seu prestígio institucional; Costa (2014) cita, uma vez, a questão de emancipação do guineense, em seguida, faz menção à necessidade de alfabetizar os adultos no guineense, e por fim, cita a noção de política e planejamento linguístico como área para fazer um estudo a respeito do guineense; Cá (2021) fala, uma vez, das contribuições de política linguística no que concerne à avaliação que os cidadãos guineenses fazem no que tange às suas línguas locais e o português, tomando os *corpus* da dialetologia e sociolinguística; Mané (2021) fala em política linguística, uma vez, no que concerne aos decretos-leis sobre o uso obrigatório do português, pois, muitas vezes essas políticas podem ser ineficientes perante o uso espontâneo e natural da língua, bem como essas leis não corroboram, muitas vezes, com a aceitação popular; e, destaca-se uma investigação distinta dos demais que é a do Mané (2018), nesse encontra-se a expressão PL vinte e nove vezes, fato que demonstra um investimento na PL para a língua guineense, principalmente, para mostrar a necessidade de adotar o guineense juntamente com o português para ensino-aprendizagem; no estudo de Kihm (1994), não foi encontrado nenhuma expressão PL; e, por fim, encontra-se três expressão da PL na investigação feita por Mané (2007), dentre elas, duas refere-se a

política linguística no que tange à República de São Tomé e a outra refere-se à necessidade de PL no contexto de CPLP.

Por uma necessidade urgente das políticas linguísticas para língua guineense, encontram-se na presente investigação a expressão “política linguística” – 133 vezes (94 no singular e 39 no plural), planejamento línguístico de 20, planejamento de *corpu/status* de 11 e equipamento linguístico de 15 (só o termo “equipamento” aparece 32 vezes), Glotopolítica (28), a expressão “política” aparece em torno de 218. Então, o foco deste trabalho não é correlacionar o componente fonético-fonológico da sintaxe; e sim descrever as categorias linguísticas selecionadas a partir dessas áreas para um trabalho de equipamento linguístico, conseqüentemente, uma ação de glotopolítica para planejamento de *corpus* e *status*.

As dissertações, geralmente, dão conta de um fenômeno linguístico. Entretanto, a presente investigação trata de dois fenômenos, porque é uma descrição preliminar, e por se tratar de um estudo preliminar, o estudo não busca complexificar os aspectos selecionados para esta dissertação.

Esses autores dedicaram-se em fazer descrição de diversos aspectos da fonética-fonologia e da morfossintaxe/sintaxe do verbo da língua guineense. Nesta linha, a presente investigação visa somar a esses trabalhos para que haja um vasto *corpus* e pesquisa sobre o guineense. Somando às descrições fonológicas, especialmente, nas tabelas fonéticas consonantais, vocálicas e silábicas, bem como uma contribuição unificadora de grafemas para o guineense, este último aspecto cuja contribuição vasta para a grafia que o Estado guineense pode adotar como oficial. Por outro lado, o trabalho também contribuirá no equipamento da gramática guineense, principalmente, no que tange à morfossintaxe e sintaxe do verbo, a partir de uma perspectiva pragmática, apresentando descrições que outros pesquisadores não haviam feito, entre eles, os especificadores dos verbos (modo, tempo, aspecto, voz) e os complementadores, inclusive os papéis dos verbos no ato da manipulação, seguindo a descrição-funcionalista de Givón com apoio de outros descritivistas e funcionalistas.

Assim, uma abordagem descritivista da fonética-fonologia e sobre o SV a partir dos princípios da gramática descritiva-funcional poderá contribuir para a elaboração de materiais didáticos no ensino da língua guineense que focalizem o estudo do verbo.

Também há que se observar que este trabalho é de suma importância para a contribuição científica, porque, até então, não há muitos trabalhos deste gênero. Desta forma, espera-se que esta investigação sirva de fonte de pesquisas e consultas para pesquisadores de modo geral, e em específico, para os pesquisadores da língua guineense.

O trabalho é dividido em 6 capítulos contando a referência bibliográfica: o capítulo 01, intitulado de “Introdução”, versa sobre o objetivo do trabalho e apresenta, em síntese, as informações preliminares do trabalho, justificando a escolha do objeto ligado ao contexto da Guiné-Bissau, também dedicado para apresentar, em poucas palavras, os conteúdos abordados em cada capítulo desta dissertação.

O capítulo 02 é destinado às abordagens teóricas funcionalistas, porque as categorias foram selecionadas a partir de viés descritivo-funcionalista por meio de Givón, apoiando em diversos autores para descrever [e não prescrever] elementos fonéticos-fonológicos e descrever as categorias selecionadas dentro dos estudos de SV.

Em seguida, no capítulo 03, foram apresentadas informações históricas sobre a Guiné-Bissau e, principalmente, sobre a língua guineense, em seguida, foram discutidas as noções da política linguística como área em que foi debatida a glotopolítica, assim como se apontou a necessidade de uma política linguística para a língua guineense. Porque a Guiné-Bissau é um país independente, é necessário que seja pensada uma política para suas línguas, principalmente, uma ação glotopolítica para a língua guineense, devido ao seu *status* no país como língua nacional e língua franca da maioria.

No capítulo 04, trata-se da metodologia da pesquisa, que foi dedicado à discussão teórica desta investigação, começando por apresentar os caminhos metodológicos, assim, apresenta-se as características desta investigação quanto à natureza que é aplicada; quanto aos objetivos (pesquisa bibliográfica-descritiva); quanto aos procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica; e por fim, quanto à abordagem utilizada, que é a qualitativa. Depois, foi apresentada a formação e delimitação de *corpus* e um quadro com os respectivos objetos do *corpus*, vídeos transcritos, livros selecionados e outros, assim como foram apresentados como deram os tratamentos de dados e foram apresentadas as categorias linguísticas observadas no capítulo da análise. Depois, foram discutidas as categorias da fonética e fonologia que foram tomadas como objetos de análises. Para isso, segue-se a perspectiva da fonética articulatória para discutir a noção de modo e lugar de articulação no aparelho fonador, apresentando assim uma “tabela” de quadros fonéticos tanto consonantais quanto vocálicos, bem como apresentar as estruturas silábicas desta língua. Por fim, propor quadros de segmentos e grafemas para a língua guineense que nunca haviam sido propostos. Também, o capítulo conta com as discussões e apresentações das noções de sintagma verbal numa perspectiva descritivo-funcionalista como fator básico para descrição da estrutura e função de SV na língua guineense.

O capítulo 05, intitulado “descrição preliminar dos aspectos fonéticos-fonológicos e sintaxe do guineense”, é a parte destinada a descrever os aspectos fonológicos na língua guineense e aspectos verbais escolhidos para este estudo, partindo dos *corpus* desta pesquisa para verificar a estrutura funcional dos verbos a partir dos constituintes presentes na oração.

No capítulo 06, foram ponderadas algumas considerações sobre o trabalho e a interpretação dos dados analisados. Desta feita, foram levantadas as questões no que tange às Políticas Linguísticas guineenses, como a de oficializar a língua guineense e co-oficializar as demais línguas étnicas. Em seguida, foi apresentada a necessidade de se ter uma gramática descritiva do guineense e trabalhos para ensino-aprendizagem desta língua.

2. ABORDAGEM FUNCIONALISTA

2.1 Noções iniciais do funcionalismo linguístico

As teorias gramaticais envolvem a investigação e explicações de fenômenos da língua, apesar de algumas cujas viés interpretativas são mais restritivas como as gramáticas normativas/prescritivas/tradicionais e algumas de corrente formalista. Diante disso, entende-se que há diversas concepções de gramática, dentre essas: Gramática Descritiva, Funcional, Gerativa, Estruturalista, Histórica, Prescritiva/Normativa/Tradicional, Geral/Universal/Filosófica, Gramática de Uso, Gramática Sintagmática, Gramática Internalizada, Gramática de Norma Culta, Gramática Escolar ou para Concurso (DUBOIS et al 1997-98; ANTUNES 2007; CÂMARA JR. 1970). Considerando as diversas perspectivas dos estudos gramaticais e, dentre essas, o presente trabalho configura-se na perspectiva descritivo-funcionalista.

É importante pontuar que a gramática e a língua não são a mesma coisa. A língua é “atividade interativa, direcionada para a comunicação social, supõe outros componentes além da gramática” (ANTUNES, 2007, p. 40). A língua é uma atividade interativa e comunicativa tão complexa que envolve os constituintes das diversas perspectivas gramaticais. Enquanto a gramática é um componente dentro de estudo de uma determinada língua, porque “tem essa função regularizadora, tem também limites” (ANTUNES, 2007, p. 41), por isso, a autora argumenta que a gramática tem a função de especificar e explicar fenômenos linguísticos desde a formação de palavras até o nível da frase/texto.

A língua e a gramática, seguindo a concepção funcional, adquirem vários conceitos a depender das escolas funcionalistas. Por isso, se faz distinção entre Estruturalismo e Funcionalismo (CASTILHO, 2011), esse último cuja diferença e semelhança a depender dessas escolas, contudo o foco do presente trabalho está direcionado para o funcionalismo linguístico que se estabeleceu a partir da Escola de Linguística de Praga. “Esse termo designa um grupo de pesquisadores que passou a se reunir frequentemente, a partir de 1926, para debater temas acerca da linguagem” (CAVALCANTE, SILVA e OLIVEIRA, 2020, p. 110).

2.1.1 *Funcionalismo de Praga*

Tudo teve seu início como corrente linguística em oposição ao Estruturalismo e ao Gerativismo, visto que as duas últimas concebem a língua(gem) como um fenômeno fechado, estruturado/sistemático, autônoma. Entretanto, o funcionalismo preocupa-se com as estruturas gramaticais das línguas e como funcionam em seus diversos aspectos e contextos comunicativos, por isso, a linguagem, para ele, é um instrumento de interação social. Essa

teoria tornou-se consistente através da Escola de Linguística de Praga e, posteriormente, surgiram vários pesquisadores de diferentes países que propuseram diferentes modelos sob viés funcionalista.

O Funcionalismo de Praga ou Europeu é um nome atribuído “aos membros da Escola de Praga, que se originou no Círculo Linguístico de Praga fundado em 1926 pelo linguista tcheco Vilém Mathesius, as primeiras análises na linha funcionalista” (MARTELOTTA, 2021, p. 159). Os principais representantes são Nikolaj, Trubetzkoy e Roman Jakobson. Neste apanhado geral, faz-se um recorte a partir dos estudos de Jakobson.

Para esse autor, a Ciência de Linguagem é um campo que investiga os fenômenos linguísticos, assim, deve-se estudar a linguagem em suas diversas funções. Ele resume o pensamento de Bühler no que tange às funções de linguagem em seus três domínios, que são: Expressiva, apelativa e comunicativa (JAKOBSON, 1974). A expressiva diz respeito à exteriorização psíquica, cujo centro é destinador, já apelativa tem a ver com o apelo que se faz ao outro, assim, centraliza no destinatário e, por fim, a comunicativa é aquela cuja responsabilidade é a representação de algo, por isso, tem o foco no contexto.

Para este autor, os constituintes por traz das funções são: Remetente, Mensagem, Destinatário, Contexto, Contato e Código (JAKOBSON, 1974, p. 82). Desse modo, afirma que:

Para se ter uma idéia geral dessas funções, é mister uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo processo linguístico, de todo ato de comunicação verbal, O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (Ou "referente", em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação.

Conforme a citação acima, entende-se que todos os constituintes descritos acima são os elementos que determinam as diversas funções da linguagem. Sendo assim, pode-se dizer que não se realiza um ato comunicativo sem que haja um dos constituintes da função, porque são os mecanismos do uso da linguagem para transmitir e receber em troca uma mensagem, bem como manipular, convencer e expressar as emoções. Diante disso, serão expostos, em seguida, cada uma das funções (Referencial, Emotiva, Conativa, Fática, Metalinguística e Poética).

A primeira entre as funções, é a Função Referencial (denotativa, cognitiva), cujo papel centralizado no Referente/Contexto. A Função Emotiva, a segunda, também chamada de Expressiva, por sua vez, centra no Remetente e tem a ver com a expressão direta de “quem fala em detrimento daquilo que está a falar”. A terceira é a Conativa, cuja orientação foca no Destinatário e seu elemento gramatical centraliza no vocativo e no imperativo (diferente da sentença declarativa). A função Fática é aquela cuja mensagem tem por objetivo prolongar ou interromper a comunicação para compreender se o canal funciona, tendo fator constitutivo é o contato, Jakobson (1974), Arnt e Catto (2010), Fiorin (2019) e Martelotta (2021). A penúltima função é a Metalinguística, essa consiste em código, porque “sempre que o remetente e/ou o destinatário têm necessidade de verificar se estão usando o mesmo código, o discurso focaliza o Código” (JAKOBSON, 1974, p.85). A última função é a Poética que, por sua vez, é a função que tem foco na mensagem por si própria.

2.1.2 *Funcionalismo britânico*

No olhar da gramática sistêmica-funcional hallidayano, a construção do significado se dá dentro da oração/sentença/texto, entendendo que o sistêmico diz respeito à língua como uma rede de estrutura semântica, léxico-gramaticais, fonológicos e grafológicos interligados, por outro lado, é funcional no tange ao ato explicativo que se faz da gramática ou estrutura gramatical em relação ao significado materializado em textos (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004). Desta forma, os autores afirmam que qualquer ato de descrição gramatical é baseada no texto, assim, o texto é uma unidade sintática porque a sentença é unidade operacional. Com base nisso, as análises textuais devem levar em conta o contexto cultural e situacional. A partir disso, principalmente, do contexto da situação comunicativa, pode-se falar em associação de três variáveis (campo, relações e modo) que se relacionam a três eixos semânticos que os pesquisadores chamaram de metafunções (ideacional, interpessoal e textual).

Dentro da metafunção ideacional, o efeito geral desse realinhamento no sistema semântico é uma mudança do lógico para o experiencial – uma experiencialização de nossa interpretação da experiência (...). Assim, sequências lógicas de figuras são reconstruídas como configurações experienciais de elementos. Mas o significado da metáfora gramatical do tipo ideacional se estende além da metafunção ideacional, tanto para a textual quanto para a interpessoal. Os efeitos textuais e interpessoais da metáfora ideacional se devem ao fato de que o realinhamento dos padrões ideacionais descritos acima também significa que há um realinhamento dos ambientes textuais e interpessoais nos quais os sistemas ideacionais operam.² [Tradução livre do pesquisador] (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 715).

² Within the ideational metafunction, the general effect of this realignment in the semantic system is a shift from the logical to the experiential – an experientialization of our construal of experience (...). Thus logical sequences of figures are reconstrued as experiential configurations of elements. But the significance of grammatical metaphor of the ideational kind extends beyond the ideational metafunction to both the textual and interpersonal

Considerando o argumento desses autores, é pertinente observar que a metafunção ideacional é a perspectiva que entende a oração como representação das experiências e das combinações lógicas léxicas e oracionais. Desta feita, a linguagem, nesta concepção, descreve as experiências humanas, bem como descreve as funções lexicais-semânticas dentro de uma oração. Diante disso, percebe-se que a metafunção ideacional ocorre através de duas funções diferentes: a experiencial e a lógica. Sendo assim, deve-se considerar que:

Ao mesmo tempo, ao interpretar a estrutura do grupo, temos que dividir a metafunção ideacional em dois modos de construir a experiência: experiencial e lógico. Até agora, o que descrevemos sob o título ideacional foi o significado como organização da experiência; mas há também um aspecto lógico nisso – a linguagem como a construção de certas relações lógicas muito gerais – e é isso que temos de apresentar agora. O componente lógico define unidades complexas, por ex. o complexo oracional discutido no próximo capítulo e os complexos de grupos e frases discutidas no Capítulo 8. Ele entra neste ponto porque um grupo é, em alguns aspectos, equivalente a um complexo de palavras – isto é, uma combinação de palavras construída com base em uma relação lógica particular.³ [Tradução livre do pesquisador] (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 362)

Os autores apresentam dois componentes que podem ser estudados na metafunção ideacional (experiencial e lógica). A metafunção experiencial seria o retrato e interpretação da experiência humana, ou seja, o conhecimento do mundo é manifesto em texto para expressar as ideias. Do outro lado, a lógica seria a combinação de elementos lexicais e o que delimita as unidades complexas como complexos oracionais, e vale salientar que é a partir desta perspectiva que um grupo definível, gramaticalmente, equivale a um complexo oracional em determinado contexto, porque há “a combination of words built up on the basis of a particular logical relation⁴” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 362). Tomando os dois componentes, deve-se observar que a unidade básica de análise da metafunção ideacional experiencial é a oração, já a lógica é complexo oracional. A títulos de exemplos da *metafunção ideacional lógica*:

Texto nº 55:

“[nominal group:] the police [verbal group:] will conduct [nominal group:] na investigation [adverbial group:] thoroughly and efficiently [ACE_A]

ones. The textual and interpersonal effects of ideational metaphor are due to the fact the realignment of ideational patterns described above also means that there is a realignment of the textual and interpersonal environments in which ideational systems operate. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 715).

³ At the same time, in interpreting group structure we have to split the ideational metafunction into two modes of construing experience: experiential and logical. So far what we have been describing under the ideational heading has been meaning as organization of experience; but there is also a logical aspect to it – language as the construal of certain very general logical relations – and it is this we have to introduce now. The logical component defines complex units, e.g. the clause complex discussed in the next chapter and group and phrase complexes discussed in Chapter 8. It comes in at this point because a group is in some respects equivalent to a word complex – that is, a combination of words built up on the basis of a particular logical relation. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 362)

⁴ “Uma combinação de palavras construída com base numa relação lógica particular” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 362). (tradução livre do pesquisador)

[nominal group:] people [verbal group:] didn't take [nominal group:] the universities [adverbial group:] very seriously [LLC_06]
 [nominal group:] An aircraft [with a load of small nuclear weapons] [verbal group:] could < [adverbial group:] very conceivably > be given [nominal group:] a mission [[to suppress all trains [[operating within a specified geographic area of Russia]]]] [BROWN1_E]⁵. (Halliday e Matthiessen, 2004, p. 362)

Percebe-se nos exemplos acima que há combinação entre grupos lexicais para separar as entidades que cada um pertence, porque têm seus papéis principais em cada posição que ocupam dentro da oração, contudo se fossem movimentos de posições, talvez, teriam funções distantes que estão ocupando nos exemplos. Por isso, os autores argumentam que há um aspecto lógico na metafunção ideacional, assim, entende-se que os grupos nominais podem representar sujeitos, complementos ou vocativo; grupos verbais representam “finito + predicado”, por fim, grupos verbais podem ser considerados adjuntos (circunstanciais e modais). Os mesmos exemplos podem ser considerados em termos de estruturas experiencial, assim, os autores explicam que os grupos nominais representam os papéis, grupos verbais representam processos e, por fim, grupos adverbiais podem ser considerados de papéis de circunstâncias.

Considerando a perspectiva *metafunção ideacional experiencial*, entende-se que a sentença é tomada como um processo (perceptivo e reflexivo) que representa as ações, eventos, processos de conscientização e relações.

Entre os processos, o primeiro a considerar é ‘processo material’ que representa a ação/experiência que se realiza no mundo exterior/físico que, de algum modo, demanda esforço. Sendo processo de fazer, os participantes envolvidos são: ator, meta, escopo, beneficiário, objetivo, destinatário e cliente. Se os processos materiais estão diretamente ligados à experiência material do mundo, assim, semelhantemente aos processos materiais, pode-se dizer que os ‘processos mentais’ estão ligados à experiência do mundo da própria cognição/consciência, ou seja, são as experiências que representam o mundo interior, ligado a imaginação/intelecto/emoção (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 245). Sendo que esses processos não se referem às ações materiais, então, envolvem seguintes participantes: ‘experienciador’⁶ e ‘fenômeno’⁷. Ainda é importante ressaltar que são processos de ‘sentir’,

⁵ “[grupo nominal:] a polícia [grupo verbal:] conduzirá [grupo nominal:] uma investigação [grupo adverbial:] minuciosa e eficientemente [ACE_A] [grupo nominal:] as pessoas [grupo verbal:] não levaram [grupo nominal:] as universidades [grupo adverbial:] muito a sério [LLC_06] [grupo nominal:] Uma aeronave [com uma carga de pequenas armas nucleares] [grupo verbal:] poderia < [grupo adverbial:] muito conceivelmente > receber [grupo nominal:] uma missão [[para suprimir todos os trens [[operando dentro uma área geográfica específica da Rússia]]]] [BROWN1_E]”. (Tradução livre do pesquisador)

⁶ Que experimenta o sentir.

⁷ O que [é] sentido, percebido ou compreendido.

incluindo ‘percepção’ (ouvir, ver, perceber); processos de ‘afeto’ (amar, odiar, gostar, agradecer); processos de cognição (conhecer, saber, pensar, compreender, imaginar).

Os ‘processos relacionais’ servem para representar os significados que estão ligados à identificação e à classificação, ou seja, são processos de ser, ter e pertencer (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 259). Diante disso, observa-se que esses servem para caracterizar (atributos - são aqueles que fazem atribuições de umas qualidades, assim, tem participante, de um lado, atributo, e, de outro lado, tem o portador (X é um atributo de Y)) ou identificar (identificativos, por sua vez, são aquelas que fazem identificações de uma entidade a outra (X é identificado de Y). Portanto, resume-se que há dois tipos de participantes nesses processos: identificado que é ponto/alvo da definição e o identificador, fenómeno/elemento definidor.

Em seguida, observa-se os processos comportamentais que, por sua vez, “these are processes of (typically human) physiological and psychological behaviour, like breathing, coughing, smiling, dreaming and staring⁸”. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.301), isto é, encontram-se no intermediário entre dois processos, materiais e mentais, como argumentam os autores que “they are the least distinct of all the six process types because they have no clearly defined characteristics of their own; rather, they are partly like the material and partly like the mental⁹” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.301). Diante disso, entende-se que esses dizem respeito às ações do mundo físico e psicológico que se realizam simultaneamente. Sendo assim, representam comportamentos humanos, o que inclui atividades mentais (olhar, ouvir, observar, sonhar, etc.), materiais (dançar, cantar), verbais (murmurar, fofocar, discutir) e processos fisiológicos (rir, chorar, gargalhar, soluçar, tossir, bocejar), todos se materializam por meio de comportamentos humanos. Por fim, observa-se que esses processos têm um participante consciente, comportante, e, outro participante (opcional) o fenómeno. A seguir, expõe-se os processos verbais.

Os processos verbais são as cláusulas de verbos que expressam os discursos de dizer, falar, contar, anunciar, refutar, afirmar, etc., e estão entre a fronteira de processos mentais e os relacionais, que estabelecem relações simbólicas (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.302). Os participantes são: Dizente, aquele que comunica, diz; o Receptor, participante opcional para quem a cláusula se dirige; e Verbiagem, o participante que codifica o dito/comunicado.

⁸ Estes são processos de comportamento fisiológico e psicológico (tipicamente humanos), como respirar, tossir, sorrir, sonhar e olhar fixamente. (tradução livre do pesquisador)

⁹ Eles são os menos distintos de todos os seis tipos de processos porque não possuem características próprias claramente definidas; ao contrário, eles são em parte como o material e em parte como o mental. (tradução livre do pesquisador)

A *metafunção interpessoal* diz respeito à relação inter + pessoal, pois é o modo de usar a linguagem para interagir com outros falantes no meio social, porque na organização da mensagem nesta metafunção é como um evento-interativo que envolve falante, escritor e público (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 718). Sendo assim, os participantes trocam informações, porque essa cláusula permite expressar as opiniões, atitudes e julgamentos sobre algo/sentimento. Tais modos de significação podem ser realizados através da ‘proposição’ e ‘proposta’. Assim, pode-se falar em sistema de modo (Modo Oracional que tem os seguintes constituintes: sujeito – a proposição é atribuída a sua responsabilidade e Finito – constituinte responsável pelas relações temporais e modais da proposição. Também há outro elemento deste sistema que é Resíduo, constituído por três fenômenos: Predicador, Complemento, Adjunto).

Também vale salientar que sob o ponto de vista interpessoal a sentença é o ato de fala que determina as trocas de papéis (relações interpessoais) em interação retórica, na qual, há falante/ouvinte, em declarações, perguntas, ofertas, comandos e outros. Assim, pode-se pensar em dois papéis da fala: dar (convidar a receber) e solicitar (convidar a dar), por isso, o falante/escritor não só dá, mas também solicita, dessa forma, fala-se em trocas de *informações* (nessas trocas de informações, a linguagem é trocada por meio do falante que espera a compreensão de algo do seu interlocutor, tendo função semântica nisso é a proposição) ou *bens e serviços* (cujo papel semântico da oração é a proposta e tem como meio a linguagem para influenciar o comportamento de alguém).

A *metafunção textual* é aquela que se ocupa do uso da linguagem na organização da mensagem, porque se habilita a criar um texto, ou seja, está relacionada ao significado realizado textualmente (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 715). Esta organização é do domínio da ‘estrutura temática’ de **Tema + Rema**¹⁰ e da ‘estrutura de informação e foco’ de **Dado + Novo**¹¹. Os autores argumentam que o **Tema** é o ponto de partida da mensagem para orientar e situar a oração contextualmente. Diferentemente do **Tema**, **Rema** é o resto dos constituintes da oração, porque esse pode ser considerado elemento do desenvolvimento da oração.

¹⁰ “The THEME system construes the clause in the guise of a message, made up of Theme + Rheme. The other is the system of INFORMATION. This is a system not of the clause, but of a separate grammatical unit, the information unit”. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.115)

¹¹ “To sum up: when a sequence is realized by a clause rather than by a clause nexus, it will be structured textually into Theme + Rheme and, since a clause is an information unit in the unmarked case, also into Given + New”. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.717)

Durante este t3pico, foram discutidas as fun37es principais das metafun37es da teoria de Halliday e pode-se observar que as tr3s est3o interligadas nas realiza37es das ora37es/senten37as, bem como se percebe que as tr3s se complementam, sendo assim, Neves (1997) afirma que os subsistemas de organiza37o do texto se resumem em ideacional como organiza37o dos significados (sistema coeso); interpessoal 3 a organiza37o da intera37o (rela37es humanas) e, por fim, a textual que 3 a organiza37o da informa37o (sistema da estrutura37o da informa37o (dado/novo; foco)), respectivamente. Deste modo, pode-se afirmar que na elabora37o de um texto preocupa-se com os aspectos coesivos nas estruturas oracionais, assim como n3o descarta que o texto deve ser interativo, ou seja, deve haver trocas de informa37es entre falante/ouvinte, por fim, sempre deve haver a preocupa37o com mensagem que se pretende passar. Para Halliday e Matthiessen (2004, p. 362):

Although we can still recognize the same three components, they are not represented in the form of separate whole structures, but rather as partial contributions to a single structural line. The difference between clause and group in this respect is only one of degree; but it is sufficient to enable us to analyse the structure of the group in one operation, rather than in three operations as we did with the clause.¹²

Considerando o argumento acima, pode-se afirmar, sem d3vida, que os tr3s componentes metafun37es est3o interrelacionados e interligados. Com isso, em uma senten3a pode-se extrair as fun37es sint3tico-sem3nticas, como se visualiza no quadro abaixo:

Quadro 2: As interliga37es entre as metafun37es

Metafun37es	The Lion	caught	the tourist ¹³
Ideacional	Ator	Processo material	Meta
Interpessoal	Sujeito	Finito e Predicador	Complemento
Textual	Tem	Rema	

¹² Embora ainda possamos reconhecer os mesmos tr3s componentes, eles n3o s3o representados na forma de estruturas inteiras separadas, mas sim como contribui37es parciais a uma 3nica linha estrutural. A diferen3a entre cl3usula e grupo a esse respeito 3 apenas de grau; mas 3 suficiente para nos permitir analisar a estrutura do grupo numa opera37o, ao inv3s de tr3s opera37es como fizemos com a cl3usula. (*tradu37o livre do pesquisador*)

¹³ “O Le3o pegou O turista”. (*tradu37o livre do pesquisador*)

Fonte: Pesquisa do autor com a adaptação na teoria de Halliday e Matthiessen (2004).

No quadro acima, entende-se que numa sentença ou oração pode-se estabelecer as relações de sentidos com base nas três metafunções, ideacional, interpessoal, textual, respectivamente. Sendo assim, é claro que, de um lado, pode-se analisar as três cláusulas conjuntamente. Também, por outro lado, pode-se fazer explicação de uma oração baseada em uma única cláusula, por exemplo, *“the Lion caught the tourist”* é uma oração no nível interpessoal, cujo sujeito é *“the Lion”*, finito e predicador é *“caught”*, por fim, *“the tourist”* que é o complemento. Ainda, pode-se afirmar que a função de ato de fala nesta oração é uma informação proposicional que dá uma informação, tendo como modo oracional e declarativo, e é o sujeito que emite esta declaração. De tudo que já foi abordado nesta sessão, Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que as três cláusulas estudadas estão presentes em qualquer que seja a gramática da língua, porque isso não se aplica só à língua inglesa, mas também no guineense, pois:

The three functional components of meaning, ideational, interpersonal and textual, are realized throughout the grammar of a language (see e.g. Chapter 2, Table 2-8). But whereas in the grammar of the clause each component contributes a more or less complete structure, so that a clause is made up of three distinct structures combined into one (three lines of meaning, as we put it in Chapter 2, Section 2.7).¹⁴(HALLIDAY e MATTHIESSEN 2004, p. 362)

As noções discutidas de processos por Halliday revelam um estudo centrado na semântica do verbo, apesar de caracterizar outros elementos que fazem parte da estrutura oracional, mas os processos são nomeados com base no sentido gramatical do verbo, porque ao afirmar que um processo é material, entende-se que representa a ação/experiência que se realiza no mundo exterior/físico e que, de algum modo, demanda esforço, e o foco para classificar este processo é na semântica formal do verbo.

2.1.3 Funcionalismo Holandês

Para o Funcionalismo Holandês, fala-se nas propostas teóricas da Gramática Funcional de Dik e da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008). A gramática de Dik (1997, p. 01) diz respeito a uma concepção teleológica da linguagem, porque no estudo de uma língua natural espera-se compreender, sob perspectiva funcionalista, como é que os falantes e os destinatários [os usuários] conseguem se comunicar uns com os outros por meio de expressões linguísticas? “Assim sendo, começa-se a pensar em como

¹⁴ “Os três componentes funcionais do significado, ideacional, interpessoal e textual, são realizados ao longo da gramática de uma língua (ver, por exemplo, Capítulo 2, Tabela 2-8). Mas enquanto na gramática da cláusula, cada componente contribui com uma estrutura mais ou menos completa, de modo que uma cláusula é composta de três estruturas distintas combinadas em uma (três linhas de significado, como colocamos no Capítulo 2, Seção 2.7)”. (tradução livre do pesquisador)

modelar o NLU, pois percebe-se que o NLU é muito mais do que um animal linguístico¹⁵, porque não são envolvidas só uma única função no ato comunicativo, e sim há diversas funções humanas “superiores” nesse uso comunicativo, por isso, deve-se compreender que isso envolve uma capacidade linguística, epistêmica, lógica, perceptual e social.

A capacidade linguística é quando o usuário “é capaz de produzir e interpretar corretamente expressões linguísticas de grande complexidade estrutural e variedade em grande número de diferentes situações comunicativas”¹⁶ (DIK, 1997, p. 01). Essa capacidade está ligada à percepção que o falante tem de organizar e produzir expressões linguísticas e de interpretá-las, mesmo que haja muitas complexidades em termos da estrutura e suas variabilidades. A epistêmica é a capacidade do falante ser capaz de construir, manter e explorar um conhecimento organizado, porque, a partir dela, pode-se derivar o conhecimento das expressões linguísticas e arquivá-las apropriadamente para que sejam recuperadas e serem utilizadas na interpretação de outras expressões linguísticas (DIK, 1997, p. 01).

A capacidade lógica parte de um conhecimento já preconcebido para que haja forma de extrair outros conhecimentos, usando as regras de raciocínios guiados por princípios lógicos dedutivos e probabilísticos (DIK, 1997, p. 01). Já que a lógica deriva de conhecimentos de outros, ou já existentes, por meio de raciocínios; a perceptual é quando o usuário “é capaz de perceber seu ambiente, derivar conhecimento a partir de suas percepções, e usá-lo perceptivamente adquirindo conhecimento tanto na produção quanto na interpretação de expressões linguísticas” (DIK, 1997, p. 01). Por fim, o autor fala em capacidade social¹⁷, pois o falante não só sabe o que dizer, e sim a forma de dizê-lo a outro em uma determinada situação comunicativa, “a fim de alcançar determinados objetivos comunicativos” (DIK, 1997, p. 01).

Apesar dessas capacidades serem diferentes, mas interagem estreitamente umas com as outras, produzindo, particularmente, uma saída que pode ser importante para que as outras pudessem operar. Diante disso, a interação verbal pode ser vista como um ato cooperativo e estruturado, porque envolve dois participantes cujos propósitos comunicativos, e assim, é estruturado sobre convenções, normas e regras (CAVALCANTE, SILVA e OLIVEIRA,

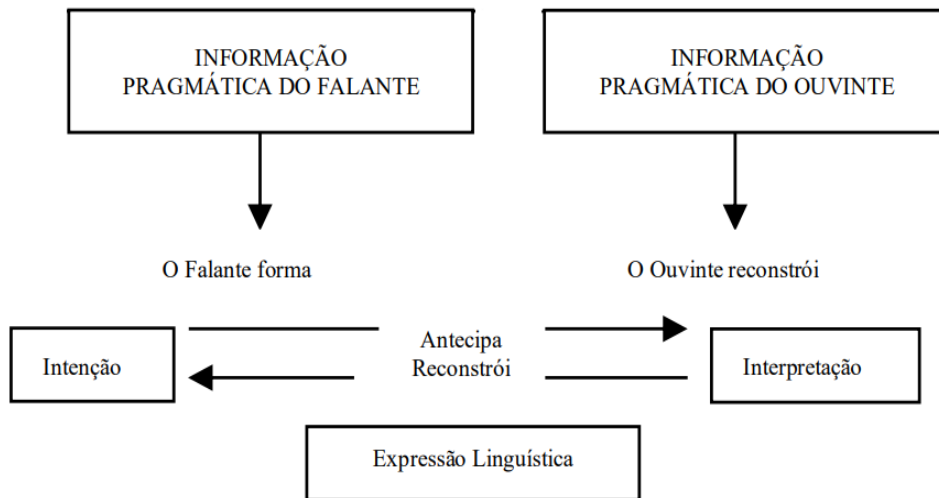
¹⁵ “As soon as one starts thinking about how to model NLU, one realizes that NLU is much more than a linguistic animal” (DIK, 1997, p. 01).

¹⁶ NLU is able to correctly produce and interpret linguistic expressions of great structural complexity and variety in a great number of different communicative situations” (DIK, 1997, p. 01).

¹⁷ “It to a particular communicative partner in a particular communicative situation, in order to achieve particular communicative goals” (DIK, 1997, p. 01).

2020). A partir disso, Dik (1997) propõe um modelo de interação verbal seguindo a ilustração desta figura:

Figura 1: Um modelo de interação



Fonte: Dik (1997, p. 08).

A figura ilustra um modelo de interação verbal segundo Dik (1997), que, para ele, um discurso pode ser ou é produzido e planejado a partir de informação pragmática dos seus usuários, falante e o seu interlocutor. O falante sempre tem um propósito comunicativo ao enunciar uma sentença ao seu ouvinte, por isso, elabora “um plano mental sobre a modificação particular que deseja alcançar” (DIK, 1997, p. 09). Desta forma, ele tenta antecipar a interpretação que o destinatário pudesse interpretar da sua expressão linguística. Já o interlocutor busca reconstruir os atos comunicativos do falante situacionalmente e contextualmente. Diante disso, nem sempre a expressão linguística dar-se-á em sua plenitude, já que os participantes partilham das informações pragmáticas.

A interação verbal também se caracteriza por ser cooperativa e estruturada (DIK, 1997). E, por um lado, esse princípio de cooperação tem a ver com os diversos atores sociais envolvidos no ato comunicativo; é estruturada, por sua vez, porque envolve um conjunto de regras, normas e convenções. Neves (1997, p. 77) resume essas regras das seguintes formas:

- (i) as regras que governam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas);
- (ii) as regras que governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas).

A primeira é vista como instrumento de relação aos fins e aos propósitos do sistema de regras. A segunda é o elemento preliminar de paradigma funcionalista, porque as

expressões linguísticas devem optar pela descrição e explicação a partir de um sistema pragmático de interação verbal.

Considerando que a Gramática Funcional (DF) deve basear-se numa proposta descritiva e explicativa da expressão linguística, o autor define essa gramática como um modelo de descrição *bottom-up* em detrimento de modelo *top-down*. Esse segundo, foi priorizado por Hengeveld e Mackenzie (2008) nos seus estudos de Gramática Discursivo-Funcional (GDF).

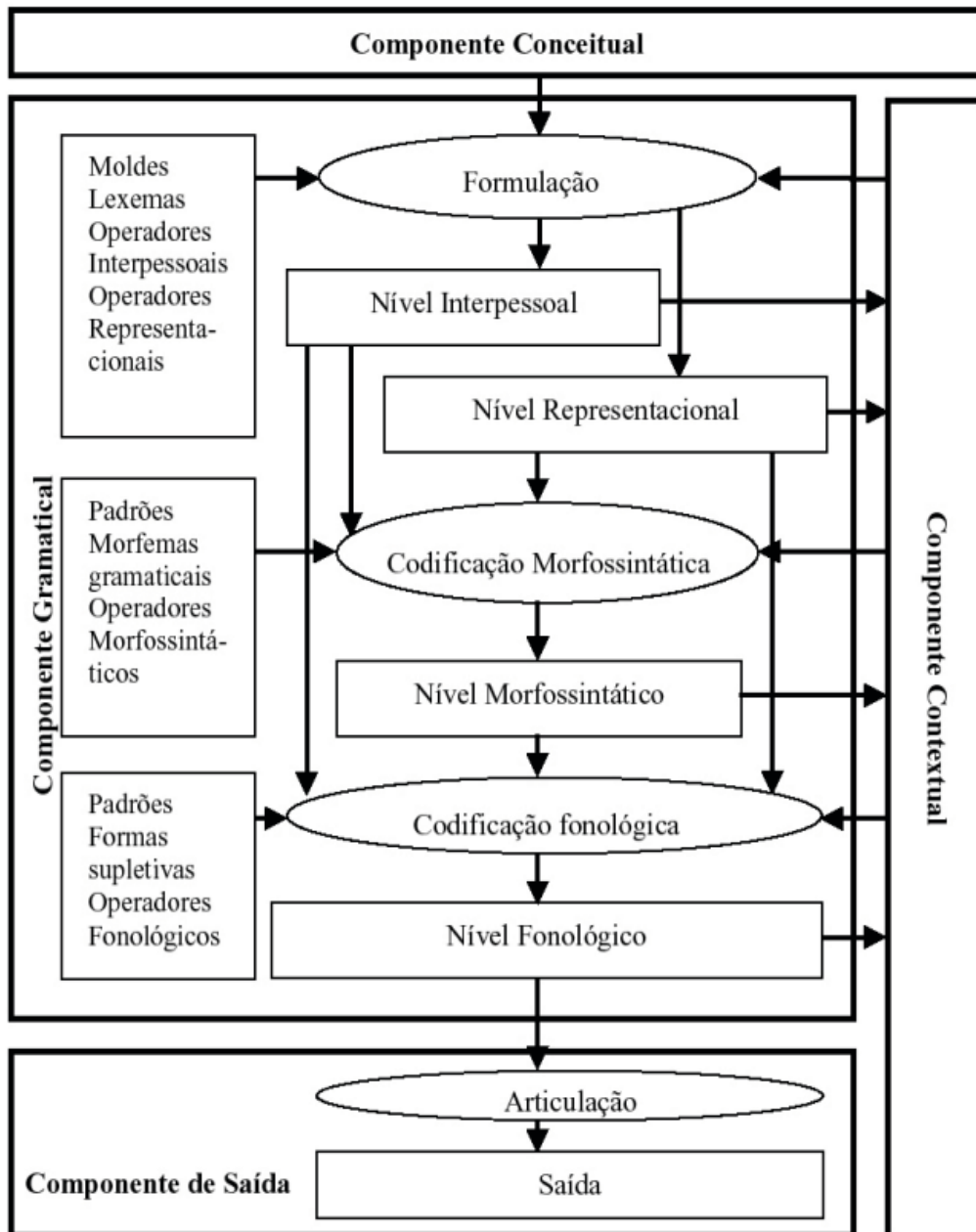
A GDF¹⁸ é um modelo tipológico da gramática funcional da linguagem que, segundo os autores, primeiro, tem uma organização de cima para baixo; segundo, considera atos no discurso, em vez de sentenças, como unidades básicas de análise; terceiro, analisa atos de discurso em termos de módulos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos independentes, que interagem para produzir as formas linguísticas apropriadas; e quarto, está sistematicamente vinculado a um componente conceitual, contextual e de saída (HENGEVELD e MACKENZIE, 2006, p. 668).

A Gramática Discursiva Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2006, p. 669) mantém alguns pontos da gramática de Dik, “combinando a neutralidade tipológica com rigor formal”. Ao mesmo tempo, expandiu o escopo da GD, considerando a adequação pragmática e psicológica da teoria, porque a intenção do comunicador deve ser tomada como ponto de partida para influenciar o seu interlocutor por meio do uso do discurso linguístico. Assim, uma GDF será bem-sucedida quando estabelece "a relação entre a instrumentalidade do sistema linguístico na criação e manutenção de relações comunicativas (adequação pragmática) e na medida em que se obedece as regras cognitivas gerais"¹⁹ (HENGEVELD e MACKENZIE, 2006, p. 668; 2008, p. 6-7). Para melhor compreensão da GDF, os autores apresentaram a figura que se segue:

¹⁸ “Is a functional-typological approach to language that (a) has a top-down organization; (b) takes acts in discourse rather than sentences as the basic units of analysis; (c) analyzes discourse acts in terms of independent pragmatic, semantic, morphosyntactic, and phonological modules, which interact to produce the appropriate linguistic forms; and (d) is systematically linked to a conceptual, a contextual, and an output component”.

¹⁹ “The relation between the instrumentality of the language system in creating and maintaining communicative relationships (pragmatic adequacy) and to the extent that it obeys general cognitive restrictions on the production and interpretation of discourse (psychological adequacy).

Figura 2: Layout Geral da GDF (adaptado de Hengeveld; Mackenzie 2008:13)



Fonte: Camacho (2017, p. 252), baseado em Hengeveld e Mackenzie.

A figura ilustra como está organizada os componentes na GDF, pois a sua forma organizacional passa a mensagem através do processo que é constituído pela entrada do estágio/componente, desse modo, o Componente Conceitual fornece a entrada para o Componente Gramatical que fornece a entrada para o Componente Saída, esse é onde a mensagem se articula. Portanto, a interação dá-se pelos três componentes que a partir deles são estabelecidos os níveis que se relacionam entre si, para que os usuários possam se comunicar e, diante disso, os autores argumentam que dentro dessa organização descendente da Gramática, a Pragmática governa a Semântica, a Pragmática e a Semântica governam a Morfosintaxe, e a Pragmática, a Semântica e a Morfosintaxe governam a Fonologia.

2.1.4 *Funcionalismo Norte-Americano*

A corrente funcionalista norte-americano surgiu depois de uma sistematização bem sólida da vertente estruturalista, que a partir disso, “a linguística norte-americana foi dominada por uma tendência formalista que se enraizou com Leonard Bloomfield e se mantém até hoje com a linguística gerativa” (MARTELOTTA, 2012, p. 2012). Todavia, começou-se a desenvolver o pensamento funcionalista, principalmente, pela influência dos trabalhos de etnolinguistas (Franz Boas, Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf).

A pesquisa que consolidou as ideias da corrente funcionalista norte-americana é o trabalho intitulado “The Origins of Syntax in Discourse: A Case Study of Tok Pisin Relatives”, publicado por Gillian Sankoff e Penelope Brown, em 1976. Depois de alguns anos, Givón, em 1997, sistematizou o seu pensamento, tratando assim, da motivação linguística no ato comunicativo.

Além desse teórico, há outros autores que apresentaram suas propostas funcionalistas para compreensão do ato comunicativo. Outrossim, destaca-se o estudo de Hopper e Thompson (1980) sobre a transitividade na gramática e no discurso, cujas seguintes categorias dos parâmetros de análise: Transitividade alta e baixa, com base nisso, são analisadas as seguintes subcategorias: (i) Participantes (agente e paciente); (ii) Cinese: ações podem ser transferidas de um participante a outro; estados, não; (iii) Aspecto: uma ação perfectiva (acabada) é mais efetivamente transferida do que uma cujo término não é apresentado (imperfectiva); (iv) Pontualidade: ações pontuais (realizadas sem fase intermediária entre seu início e fim) têm maior efeito sobre seus pacientes; (v) Intencionalidade: o efeito sobre o paciente é mais aparente se a ação realizada pelo agente for intencional; (vi) Polaridade: ações afirmativas podem ser transferidas; ações negativas, não; (vii) Modalidade: uma ação asseverada como um evento real é mais eficaz do que uma ação contingente ou um evento hipotético; (viii) Agentividade: participantes com alta agentividade podem efetuar a transferência de uma ação do que participantes não agentivos; (ix) Afetamento: o grau em que uma ação é transferida depende de quão completamente o paciente é afetado; (x) Individuação: um paciente humano ou animado, concreto, singular, contável e referencial ou definido é mais individuado do que um paciente sem essas propriedades. Assim, uma ação é mais eficazmente transferida para pacientes individuados (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 251-252).

É preciso pontuar que esta escola estuda além da transitividade, alguns princípios e categorias, entre eles: a iconicidade, a informatividade, a marcação, plano discursivo e a gramaticalização.

2.2 Funcionalismo linguístico givoniano

Voltando a Givón (1977; 1980; 1990 e 2001), entende-se que as funções primárias da linguagem humana podem ser representadas em dois sistemas: o sistema de representação cognitiva e de codificação comunicativa. Para cumprimento dessas funções, o autor destaca a pragmática como um componente cuja relevância primordial para a abordagem da sintaxe das línguas. Assim, a pragmática do discurso motiva e explica a sintaxe. Por isso, pode-se falar em iconicidade, porque busca entender a correlação natural e motivada entre a forma e função no ato comunicativo (GIVÓN, 1995).

Um dos aspectos fundamentais discutidos por Givón que merece destaque é a forma que ele apresenta alguns elementos sintáticos a partir de funções semânticas e pragmáticas (isso leva a uma questão cognitiva e comunicativa), seguindo um viés descritivo, por isso, pode-se concordar com Módolo e Coneglian (2020) que suas obras são descritivas, essencialmente os volumes de “Syntax I e II” para uma descrição gramatical. Em outras palavras, pode-se concordar com esses autores que “a proposta descritiva que Givón apresenta em seus dois volumes de sintaxe está, naturalmente, abrigada no entendimento geral de que a língua e, portanto, gramática são sistemas adaptativos complexos” (MÓDOLO e CONEGLIAN, 2020).

Outro aspecto importante neste estudo, observa-se que Givón (1990; 2001) não abandona as terminologias gramaticais, principalmente, das gramáticas prescritivas como verbos simples, verbos de estado/evento/ações, verbos de sujeito fictício, verbos transitivos simples, verbos intransitivos simples, verbos transitivos com objetos indiretos e outros; mas não as toma como nomenclaturas fechadas, porque elas são analisadas a partir de uma descrição multifuncional. Considerando isso, o presente trabalho segue uma abordagem descritiva-funcionalista, fazendo um recorte a partir de Givón (1990; 2001) e tendo apoio da sistematização de Castilho (2001, 2019), Souza-e-Silva e Koch (2018), Kenedy e Othero (2018), Kenedy (2010), Perini (2006), bem como foram feitas as descrições preliminares de fonética-fonologia para equipamento linguístico (SILVA (2003), SEARA, NUNES e LAZZAROTTO-VOLCÃO (2011; 2019)). Diante disso, resume-se os aspectos a serem aprofundados a frente para análise descritiva: os aspectos fonético-fonológicos: consoantes, vogais, sílabas e dígrafos e os aspectos sintáticos de verbos: as categorias macros: propriedade

sintática do verbo - os papéis de núcleos verbais, dos especificadores (especificadores de tempo, especificadores de aspecto, especificadores de modo e especificadores de voz), dos complementadores (complementos: objeto direto, complementos: objeto indireto e complementos: complemento oblíquo) e propriedades semânticas do verbo - papéis de verbos no ato manipulador.

Para essa descrição gramatical, considera-se a noção glotopolítica para fazer um trabalho de planejamento de *corpus* e *status* a fim de descrever os componentes gramaticais que foram selecionados. A vista disso, apoia-se em diferentes aporte teóricos dessa área, política linguística, e alguns descritivistas-funcionalista das teorias gramaticais, perpassando por noção da gramática sintagmática.

3. CONTEXTO SOCIOLINGUÍSTICO DA GUINÉ-BISSAU

Para falar da política linguística para a Língua Guineense, faz-se necessário, primeiro, discutir um pouco sobre a situação sócio-histórica e política da Guiné-Bissau, tendo em vista que a Guiné é um país pequeno, mas cuja riqueza é enorme em termos de línguas, culturas, costumes e outros. Também é de grande pertinência entender um pouco deste Estado e a necessidade de uma política linguística para que haja a promoção da língua guineense, bem como a promoção das outras línguas que são faladas no território guineense, fazendo uma política linguística da oficialização, visto que o guineense pode ser oficial em concomitância com o português, e as demais serem as línguas co-oficiais.

3.1 Contexto sócio-histórico e político da Guiné-Bissau

A história conta que a origem dos povos guineenses foi através da chegada dos mandingas e fundação do império Kaabu, afirma Campos (2013). Nessa época, nos meados de século XIII, houve a povoação dos mandingas neste território e, mais tarde, houve a invasão dos fulas no século XV. Depois dessa invasão, aconteceram sucessivas guerras entre os povos que se encontravam neste território, por exemplo, a batalha Turu-ba, lutas entre beafadas, fulas e mandingas, a guerra coordenada pelo chefe “militar” de Sundiata Keita, a conquista dos Sussus por Sundiata e a fundação de Império do Mali, dentre outros acontecimentos que, por conta do espaço, não serão expostos aqui.

A história da fundação de Bissau é muito polêmica, mas o fato mais aceito é que Bissau, atual capital de Guiné-Bissau, foi habitado por Mecau, filho de um rei de Quínara, andando à caça até que chegou à ilha de Bissau, Campos (2013). Este foi o primeiro rei de Bissau, daí surgiram diversas gerações que se estenderam às zonas vizinhas.

Em seguida, conta-se a história dos invasores no território guineense e os comércios dos que habitavam na ilha com invasores, mais tarde com povos de países vizinhos. Há várias histórias que compõem o período antes e depois da Guiné tornar-se uma República, porém prefere-se tratar um pouco de alguns aspectos. Em poucas palavras, pode-se dizer que o território da Guiné que foi invadido pelos navegadores coloniais foi denominado de Guiné Portuguesa, porque os invasores dominavam o local. Só depois da independência em 1973, proclamada por João Bernardo Vieira (Nino Vieira), é que o território passou a ser chamado e conhecido como a República da Guiné-Bissau, e passou a possuir a sua autonomia política e

símbolos nacionais, assim como suas organizações administrativas autônomas do poder colonial.

A Guiné-Bissau situa-se no oeste do continente africano. É uma República situada entre as Repúblicas de Senegal e Guiné-Conakry. A superfície total é de 36.125 km², tendo duas estações climáticas (chuvosa e seca). Ressalta-se que a estação chuvosa começa a 15 de maio e estende-se a 15 de novembro, enquanto que a estação seca começa a 15 de novembro e estende-se a 15 de maio. Quase metade do território é ocupado pelas planícies marítimas e o território terrestre é composto por três províncias, das quais: Norte, Sul e Leste (SEIDE, 2017; BRAGA, FROTA e FERNANDES-SVARTMAN, 2021; OLIVEIRA, 2022; IMBATENE, 2019; COSTA, 2021; CÁ, 2020; BALDÉ, 2013; Mané (2018; 2021); Silva, 2018 e IÉ, 2018).

Seide (2017), Ié (2018), e Cá e Rubio (2019) convergem em dizer que as regiões da Guiné são oito, as seguintes: Biombo, Oio, Cacheu, Quinara, Tombali, Bolama, Bafatá e Gabu. Ainda, pode-se dizer que as regiões de Biombo, Oio e Cacheu pertencem à Província Norte. As regiões de Quinara, Tombali e Bolama pertencem à Província Sul. Já na Província Leste, pode-se encontrar as seguintes regiões: Bafatá e Gabu. Além dessas regiões, tem o Setor Autônomo de Bissau (SAB) e é conhecido como a capital do país, onde se concentra o poder administrativo do país. Além das divisões de regiões por províncias, há divisões de setores por regiões como apontam Cá e Rubio (2029, p. 391) “sendo assim, temos 36 setores divididos administrativamente nas suas pequenas bases chamadas de seções, e essas seções são ramificadas em *tabancas*, chamadas também de aldeias”. Desta forma, pode-se afirmar que cada região tem seus setores e cada setor tem sua(s) seção(ões).

A Guiné-Bissau é uma REPÚBLICA INDEPENDENTE com suas diversidades de culturas, línguas, costumes, tradições etc. Assim como os outros países da África têm suas línguas, culturas, costumes e suas tradições. Para conhecer melhor o continente, pode-se procurar informações mais detalhadas nos volumes da “História Geral da África”.

No país, há diversas etnias, com suas culturas, costumes, tradições, vestuários e línguas. São elas: *Balanta*, *Pepel*²⁰, *Mandjaku*²¹, *Mankain*²², *Fula*, *Biafada*, *Budjugu*²³, *Fulup*, e outras. Cada etnia fala sua língua, apesar de algumas terem similaridades, mas são diferentes do ponto de vista semântico e fonético-fonológico. Também existem variações linguísticas

²⁰ Pepel é a dita expressão “papel” no português europeu que se refere a uma das etnias da Guiné-Bissau.

²¹ Mandjaku é a dita expressão manjaco no português europeu.

²² Mankain é a dita expressão mancanha no português europeu.

²³ Budjugu é a dita expressão bijagós no português europeu.

entre cada grupo étnico, por exemplo, na etnia Pepel existe variação diatópica e diamésica, pois existem certas características fônicas dos *pepelis*²⁴ de *Biumbu*²⁵ que é muito diferente dos *pepelis* de *N'Tula*²⁶, de *Safim*²⁷, de *Prábis*²⁸, de *Bigimita* e de Bissau, também existe a variação lexical entre esses grupos da etnia *pepel*. Tanto as diferenças fônicas quanto as lexicais desses grupos, eles se comunicam bem entre si.

De um lado, a língua guineense é conhecida como língua nacional, mas não é oficial. Do outro lado, o português guineense é considerado e reconhecido como língua oficial, Cá e Rubio (2019), Barbosa (2015), Peixote e Soares (2014), Silva e Sampa (2017), Djata (2015), Sani (1996), Embaló (2009), Yurna (2018), Sani (2012), Bachmann (2014), Oliveira (2022), Braima e Machado (2021), Cá (2020), Cá (2021), Mané (2018), Silva (2018), Mané (2018; 2021), Gomes (2021) e Baldé (2013). Porém, não se lê na redação dos artigos da constituição guineense que o português é a língua oficial, assim como se lê no artigo 11º do seu 03º inciso “a língua oficial é o Português” da constituição Portuguesa, ou como se lê na constituição Brasileira, no seu Artigo 13º “a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”. A Guiné-Bissau, como República, deve deixar claro qual(ais) é(são) a(s) língua(s) (co)oficial(is) do país, ou seja, o país deve trabalhar para a oficialização da língua guineense, bem como para a cooficialização de línguas étnicas que apresentem um grande número de pessoas que as falam. Fazer isso é fazer política linguística.

Há histórias que podem ser compreendidas através dos trabalhos de Augel (2007) e livro da *História Geral da África*, como a conversão para a fé católica e a liderança da Rainha Okinka Pampa, a dominação dos portugueses e até o Movimento para Libertação da Guiné (MLG). Também, através das obras dela e de outros autores, pode-se compreender melhor a formação do Estado-Nação guineense, as revoltas e a proclamação da independência, a chegada da democracia e a guerra civil²⁹. Por isso, é de grande relevância ler a obra “O Desafio do Escombro”, de Moema Parente Augel (2007); a Dissertação de Seide (2017) que fala brevemente dos aspectos histórico-sociopolíticos, a formação de estado da nação Guineense - obra importantíssima a ser lida que trata a questão da nação guineense mais ou menos aprofundado, é a “História da Cidade de Bissau”, de Américo Campos (2013) - e das diferentes pessoas que passaram como presidente da Guiné-Bissau e outros assuntos

²⁴ Plural de *pepel*.

²⁵ Um dos setores da região de Biumbu na Guiné-Bissau.

²⁶ Um dos grupos de pessoas da etnia *pepel*, falam essa língua e habitam numa das zonas de Setor Autônomo de Bissau (SAB), como na N'Tula, M'Padja, Bandé, Bôr, Cuntum, Mindara, Djon di Pepel e outros sítio.

²⁷ Setor situado na região de Biumbu.

²⁸ Setor situado na região de Biumbu.

²⁹ Recomenda-se “Polon di Brá” de J. C. Gomes que registrou algumas informações durante a guerra.

relevantes da Guiné. Por fim, consultar outras referências teóricas dos escritores guineenses (Lourenço Ocuni Cá, Carlos Lopes, Abdulai Silá e outros) e estrangeiros que trataram as questões históricas/econômicas e sócio-políticas guineenses.

Falar dos aspectos históricos e econômicos na Guiné-Bissau é uma questão difícil de teorizar, mas um recorte dos aspectos sócio-econômicos podem ser entendidos fazendo-se um recuo histórico a partir de duas grandes etnias (Balanta e Fula) na Guiné (lembrando que não só se fala destas etnias para entender estes aspectos), afirma Cá (2005).

Na sociedade da etnia Balanta, o modo de produção e de acumulação de bens para sobrevivência desse povo davam-se por trabalhos de agriculturas que faziam. Deste modo, Cá (2005) argumenta que nesta comunidade a terra que era tida como base da vida pertencia a toda a comunidade, porque qualquer grupo familiar balanta fazia seu trabalho de campo de cultivo. Contudo, não o podia vender, uma vez que a terra pertencia a toda sociedade. Destarte, a produção era, basicamente, coletiva, porque todos, qualquer que fossem os cultivos, eram acertados pelo conjunto dos chefes/responsáveis de família, e isso acontecia desde a plantação até a colheita que era feita em grupo. Ao longo do tempo, verifica-se que uma família podia lavrar a melhor terra, mas se na *bolanha*³⁰ do vizinho estivesse a água salgada, ou seja, se porventura entrasse água na *bolanha* do vizinho, aquele que tem a terra boa para lavrar emprestaria para a outra família uma parte para cultivar. Nesta sociedade, o trabalho era de caráter comunitário, isto é, quando uma família ia cultivar a terra, era chamada toda a comunidade da aldeia para aquele trabalho, e depois comiam na casa da família que possuía o terreno, assim todos ajudavam uns aos outros.

Sobre a etnia fula, o autor argumenta que esta tinha um modelo sócio-econômico um pouco diferente do balanta. Nesta comunidade, há uma hierarquia que começa de régulos aos mais baixos, diferente dos balantas que começam dos chefes aos mais baixos. Assim, o autor hierarquiza a sociedade fula da seguinte forma: primeiro é régulo (rei) ligado aos sacerdotes e nobres, em segundo lugar há os que estão nas classes médias compostas por artesãos e comerciantes, depois os camponeses.

Considerando estas duas estruturas sócio-econômicas, dá-se a entender como era/é o modo da produção e acumulação de bens nas comunidades étnicas guineenses, só que as estruturas não se aplicam, ao pé da letra às demais etnias, por exemplo, na etnia pepel nem todos, atualmente, obedecem aos régulos.

³⁰ Grande terreno pantanoso e fértil.

Na Guiné-Bissau, as comunidades tradicionais eram/são (até certo ponto) constituídas por umas formações sociais pré-capitalistas de tipo agrária, apesar de fracos recursos no que se refere aos instrumentos de produção como utensílios, máquinas, etcetera, e “com sistemas basicamente comunitários quanto à utilização da terra” (LOURENÇO OCUNI CÁ, 2005, p. 03 do texto e 18 do PDF). Neste fio, o autor critica as falácias baseadas nas análises eurocêntricas que se afirmam que “a Guiné-Bissau é um país subdesenvolvido”, porque a expressão subdesenvolvido traz um certo tipo de equívoco, pois o fraco desenvolvimento causado pelos invasores, não é sinônimo de falta de recursos naturais na Guiné, como argumenta o autor que “os guineenses poderiam ser um povo próspero, até porque na sua terra não faltam recursos” (LOURENÇO OCUNI CÁ, 2005, p. 03 do texto e 18 do PDF).

Sendo a língua mais falada nas comunidades guineenses, chamam-na de língua nacional (AUGEL, 2006; BALDÉ, 2013; MANÉ et al, 2020; MANÉ, 2018; IMBATENE, 2019; IÉ, 2018; OLIVEIRA, 2022; COSTA, 2021; CÁ, 2021; BACHMANN, 2014; DA ANUNCIAÇÃO SANTOS et al, 2022; Mané (2018; 2021); GOMES, 2021 e SILVA, 2018). Para Augel, o guineense é uma língua nova/“jovem”, mas que já ganhou mais falantes que as outras línguas étnicas no território guineense. Deve-se atentar para o cenário/contexto linguístico de que em certas partes do interior do país, formadas pelas “*tabankas*³¹”, não é comum a língua guineense ser falada por crianças e idosos, pois nesse contexto há a valorização das línguas maternas, sendo que na família, geralmente, a língua materna é valorizada pelos pais. Os jovens e adultos falam com mais regularidade o guineense, pois muitos deles costumam sair da aldeia para a cidade, a fim de resolver alguns problemas, assuntos ou até mesmo morar na capital para estudar. Na cidade de Bissau, a capital do país, concentram-se as principais atividades econômicas, educacionais, políticas e religiosas do país.

Primeiro de tudo, é necessário explicar o porquê do uso das expressões “língua guineense”, “o guineense”, porque esses termos não são familiares para muitos guineenses, e sim o léxico “crioulo” ou “kriol”. Entretanto, o termo foi usado há muito tempo, primeiro por Marcelino Marques de Barros em 1897 (BULL, 1989; SCANTAMBURLO, 2002; COSTA, 2014; AUGEL, 2000); Posteriormente, o termo foi usado nas investigações feitas por Scantamburlo (2002; 2013), Costa (2014), Augel (2000), Carioca (2016) e outros. É importante destacar que Carioca insistiu no uso do termo “língua guineense” por uma questão

³¹Aldeias.

de política linguística, embora o termo “crioulo” carregava a conotação pejorativa, mas a comunidade guineense e alguns pesquisadores continuam a usar a língua “crioula” ou o termo “crioulo”. O fato dos autores citados concordarem, por unanimidade, da importância do uso do termo “língua guineense”, isso justifica a necessidade de abandonar o termo “crioulo” pelos seguintes motivos: - Era um termo pejorativo; - Era a forma de humilhar os africanos negros porque foram tidos como ‘escravos’; - Era considerado o português mal falado; - Línguas como essa não era a língua de pensar e fazer ciências e outros significados por detrás. Mas também, vale pontuar que o termo “crioulo” passou a ganhar um outro significado, em termos sociolinguísticos, o de estágio de uma língua e uma língua cujo contato dos povos bantus com a língua do colonizador sem que haja um processo de transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2015).

Considerando as investigações feitas pelos sessenta dicionários e enciclopédias nomeadamente, Franceses, Espanhóis e Português encontraram-se diversos significados do termo “crioulo”, desde 1590, chega-se à conclusão de que está dividido em duas grandes áreas: área étnica e área linguística (BULL, 1989). O autor ainda acrescenta que há diferentes falares chamados “crioulos” que são as línguas que surgiram no contato entre os invasores e os povos locais, por isso, surgiu o guineense de igual modo que surgiram outras línguas similares. Contudo, não se pode negar a possibilidade de vir a existir uma língua sem a presença dos invasores, que poderia ser denominada de língua geral, visto que nos contextos dos países africanos havia muitas tribos com suas respectivas línguas, ora umas são próximas ora não; logo, por uma necessidade comunicativa poderia existir as línguas gerais nestes países.

Há diferença enorme entre o guineense antigo (histórico) e o moderno, porque as línguas mantêm-se vivas a partir de um processo evolutivo e dinâmico (BULL, 1989; LABOV, 2008; COELHO et al, 2019; MARTELOTTA, 2021; NEVES, 1997; FIORIN, 2019, 2021;), por isso, não se pode comparar a língua guineense do séc. XVI com a língua guineense moderna, pois essa surgiu com a luta pela Independência da Guiné-Bissau e tem inúmeros vocábulos em todas as áreas, nomeadamente, social, política, cultural, econômica, científica. Por isso, pode-se dizer que é uma língua independente com características próprias.

A língua guineense tem suas estruturas como qualquer outra língua falada no mundo, suas estruturas fonológicas, morfológicas, lexicais, morfossintáticas, morfofonológicas, sintáticas e entre outras. Augel (2006) argumenta que as escritas no guineense podem ser vistas nas diversas obras desde os tempos mais remotos, isto é, antes do país se tornar

independente. Segundo ela, e convergindo com Scantamburlo (2013), os primeiros registros foram desde 1882 em poemas de Marcelino Marques de Barros, no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* que divulgava em algumas ocasiões os artigos que incorporam as expressões guineenses. Seguindo essa lógica, a língua guineense manifestava-se de diversas formas e em diversas áreas culturais, tanto na canção quanto nas narrativas históricas, assim como nos *djumbai*³². Feitas as considerações iniciais e ressaltando que a presente investigação não tem a preocupação primordial de discutir a história da Guiné-Bissau, recomenda-se ao leitor interessado em aprofundar-se nesse estudo, que consulte outras fontes para entender os aspectos históricos no seu todo.

Nos estudos fonéticos, pode-se partir por diversos caminhos ou áreas, podendo seguir a fonética articulatória, a fonética acústica, a fonética auditiva (perceptual) e a fonética instrumental. Faz-se um recorte do ponto de vista fisiológico e articulatorio, mostrando que no guineense, geralmente, os sons são produzidos com envolvimento de um mecanismo pulmonar, então, denominada de *egressiva* (SILVA, 2003; SARA, NUNES E LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2019), e os exemplos são apresentados na fundamentação e no capítulo de análises.

Morfologia é a área da gramática que estuda os morfemas, ou seja, área que estuda os léxicos (DUBOIS et al., 1997; CÂMARA, 1970; CASTILHO, 2019), sua estrutura, sua evolução, sua distribuição. Esse campo estuda os léxicos na perspectiva diacrônica ou sincrônica (CASTILHO, 2019). Desta feita, aborda-se, em poucas palavras, o processo da formação do guineense e os papéis das línguas étnicas na formação do guineense, porque o que se lê nos trabalhos é que o guineense é da “base lexical portuguesa” como se as línguas locais não contribuíssem na formação desta língua.

Considerando que a *crioulização* é um processo de contato de muitas línguas que leva ao surgimento de uma nova, no caso das línguas ditas “*crioulas*” (HAGEMEIJER e ALEXANDRE, 2012), esses autores afirmam que na “Alta Guiné” houve um contato que passa de um processo instável a um momento estável, neste último, tem-se o que chama uma língua *crioula* com a sua gramática.

Por isso, diz-se que as línguas que surgiram no contato de portugueses com povos da Alta Guiné são línguas *crioulas*, porque se acredita que todas elas são “restos dos falares do português”, no caso dos estudos de Hagemeyer e Alexandre (2012), e essas podem ser consideradas as línguas das bases lexicais do português. Assim sendo, ninguém explica o que

³² Diversão, divertimento, conversação.

houve nos contatos das diferentes línguas das diversas tribos que se encontravam no Império Gabú, porque à época os portugueses não tinham invadido o território. Se as tribos presentes nessas localidades tinham línguas diferentes, como é que se entendiam? Lembrando que algumas tinham semelhanças e outras estavam muito distantes, fato que eles comunicavam ou, no mais, tentavam se comunicar.

O processo que ocorreu no Brasil é chamado de transmissão linguística irregular, porque tem um conceito mais amplo do que a *crioulização* (LUCHESE, 2015). Esse é um processo de mudança que acontece nas alterações profundas de alguns aspectos e estruturas linguísticas numa determinada língua, a título de exemplo, há o contato do galego-português com as línguas tupis. Porém, não há “crioulo” do Brasil, e houve, sim, uma mudança drástica e fez-se o que se chama de português brasileiro.

Levando em conta os argumentos dos autores, pode-se fazer um contra-argumento às abordagens feitas por Hagemeyer e Alexandre (2012), pois afirmaram que o português (galego) foi a língua lexificadora das línguas ditas *crioulas*, inclusive suas afirmações não explicaram como/onde/quando coletaram seus dados de estudos. Desse modo, é difícil confiar nos dados apresentados por eles. E onde ficam as contribuições das línguas das tribos e como ficam as questões das mudanças que ocorreram ao longo da história? Em resposta a isso, entende-se que o país tinha suas línguas locais antes da chegada dos portugueses. Diante disso, pode-se afirmar que o guineense de **Jiba** [kriol di Jiba] é muito diferente do que se fala hoje, principalmente, pela camada juvenil. Exemplificando as diferenças que existem no guineense de **Jiba** e no guineense atual, segue-se o quadro abaixo:

Quadro 3: Guineense de Jiba e guineense atual

Nº	Guineense	Léxicos
01	Jiba	Taca/kaleron ³³
	Atual	kasilora/kasarola/panela/kaleron etc ³⁴ .
02	Jiba	Fusil ³⁵
	Atual	Skeru ³⁶
03	Jiba	Konki ³⁷

³³ Panela.

³⁴ Panela.

³⁵ Isqueiro.

³⁶ Isqueiro.

³⁷ Bater (à porta).

	Atual	Bati ³⁸
04	Jiba	Kindin-kondon ³⁹
	Atual	Uniku ⁴⁰

Fonte: Pesquisa do autor

Considerando este quadro, percebe-se que há muitos léxicos que são poucos usados atualmente pela camada juvenil e outras pessoas da zona urbana, mas também tem pessoas que ainda utilizam esses léxicos como os idosos, pessoas que vivem no interior do país e outras comunidades de falas tanto no capital quanto no interior.

Observa-se no quadro que as expressões do guineense atual estão mais próximas do português guineense (na verdade, até pode-se concluir que são expressões emprestadas do português), como a expressão “uniku” que equivale à expressão “único/a” do português, o léxico “bati” é empregado no mesmo contexto que se expressa o verbo “bater” (à porta). As duas expressões diferenciam-se de outras que se colocam no guineense de **Jiba**, porque as outras são “kindin-kondon” que significa único/a e “konki” que equivale a “bater”.

Além das expressões que são apresentadas nos exemplos, ainda há várias expressões no guineense que são faladas por certa comunidade de fala (como idosos) que outras têm dificuldades de entender, por isso, não as usam. Por outro lado, as pessoas da zona urbana têm a tendência de falarem o guineense com certos empréstimos do português, e os mais escolarizados - tanto de zona urbana, quanto da zona rural - fazem os mesmos empréstimos. Desta forma, os dados de falas dessas pessoas têm levado pesquisadores a dizerem que o guineense tem como base lexificadora o português sem ter, no mínimo, o conhecimento histórico das outras línguas que tiveram papéis cruciais na formação do guineense. Diante disso, ainda é possível reafirmar a verdade colocada por Bull (1989) que não dá para comparar o crioulo antigo ao de hoje.

É de concordar com os pesquisadores Cá (2021) e Timbane e Cátia (2018), ao afirmarem que a base da língua guineense não é no seu léxico, porque a base da língua não se dá somente pelo léxico, inclusive o guineense não é formada unicamente pelo léxico português, e sim dos contatos das línguas bantus e da língua do colonizador. Principalmente, das línguas dos povos locais. Neste caminho, Cá (2021) apresenta o quadro a seguir para apresentar a estrutura gramatical do guineense, comparando-a com estruturas das línguas locais e do português.

³⁸ Bater (à porta).

³⁹ Único.

⁴⁰ Único.

Quadro 4 - Comparativo de marcação de gênero em quatro línguas étnicas, em português e guineense.

	Guineenses residentes no Brasil				
Português	Inf. 5 Pepel	Inf. 6 Mandinga	Inf. 7 Balanta	Inf. 8 Mandjaku	Guineense
Filho	Imbuku nhintch	Din kê	M'bi lanté	Abuk nhínt	Fidju matchu
Filha	Imbuku nhar	Din mussô	M'bi nin	Abuk nhát	Fidju femia
Irmão	Intchaun nhintch	Doma kê	Bia-fá	Th'mak	Ermon matchu
Irmã	Intchaun nhar	Doma mussô	Bia-fá	Th'mak	Ermon femia
Avô	Intemu nhintch	Mama kê	N'ni lanté	At'hém nhínt	Dona matchu
Avó	Intemu nhar	Mama mussô	N'ni nin	At'hém nhát	Dona femia
Boi	Oit okal	Nissi kê	Nhari lanté	Oít ukash	Baka matchu
Vaca	Oit oar	Nissi mussô	Nhari nin	Uít uáth	Baka femia
Cão	Obul okal	Ulu kê	m'bitna lanté	Ubush ukash	Katchur matchu
Cadela	Obul oar	Ulu mussô	M'bitna nin	Ubush uáth	Katchur femia

Fonte: Cá, 2021, p. 68-69.

A partir do quadro acima que foi composto por línguas locais e língua portuguesa para comparar a marcação de gênero (masculino e feminino) a fim de entender a base de marcação de gênero no guineense. Analisando os dados em termos morfossintáticos, concorda-se com o autor que a marcação no guineense dá-se através da definição biológica das línguas locais.

Entrando na morfossintaxe, entende-se que é a área que estuda os léxicos envolvendo suas relações dentro de uma estrutura sintática. Assim, Castilho (2019, p. 459) afirma que “(...) a morfologia não é inimiga da sintaxe, e mesmo muita gente prefere casá-las para sempre, sob a denominação de morfossintaxe. Estruturas lexicais e estruturas sintáticas são manifestações diferentes do mesmo impulso criativo”. Desta forma, considera-se o seguinte no guineense fator na forma do causativo “[Verbo + nt/nd + Vogal]”, a título de exemplo, apresenta-se: “/tciga~tciganta/ (chegar / fazer chegar); /firbi~firbinti/ (ferver / fazer ferver); /djungu~djunguntu/ (dormitar / fazer dormitar)” (SCANTAMBURLO, 2013, p. 77). Com

base nesses exemplos, o autor afirma que os verbos, na sua forma de derivação, parecem apresentar o significado causativo da língua portuguesa (ex. “amamentar”) e a forma sintática do causativo presente nas línguas locais, principalmente, a língua mandinga.

No nível sintático, entende-se que esta área dedica-se à investigação de como os léxicos podem se juntar a fim de organizar uma sentença de uma língua natural (KENEDY e OTHERO, 2018). “Com efeito, a articulação entre palavras numa frase é controlada por regras e princípios básicos de ordenação e de concordância”. Por outro lado, Castilho (2019, p. 65) argumenta que “a Sintaxe Funcional contextualiza a língua na situação interacional a que as estruturas se correlacionam, prestando mais atenção ao modo como ela se gramaticaliza, ou seja, ao modo como ela representa as categorias sociais e cognitivas em sua estrutura gramatical”.

Percebe-se que à sintaxe não interessa unicamente a estrutura gramatical da sentença, mas ela também se preocupa com os conteúdos comunicativos, sociais e cognitivos. Assim, considera-se o seguinte texto:

Texto nº 02: “Bo fala ku nutru ku *salmu*, ku *inu*, ku *kantiga spiritual*; bo kanta, bo fasi **musika** pa Siñor na bo korson⁴¹.” (Ef. 5:19) Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1361).

No texto acima, logo na primeira oração, percebe-se que a sentença apresenta uma estrutura de frase bem parecida, pois, a sentença apresenta o seguinte: Sujeito + verbo + objeto [bo + fala + ku nutru ku salmu]. Para além disso, pode-se destacar a função social e cognitivo da expressão “musika” como processo de *rotulação prospectiva* que é um fenômeno novo no texto, mas encapsula algumas expressões contidas no texto, ou seja, a expressão “**musika**” sumariza “*salmu, inu, kantiga spiritual*”. Destarte, a nominalização dá-se pela expressão “musika” que é um referente novo, sumarizando as expressões/informações difuso no contexto anterior.

Foram introduzidos estes componentes gramaticais, contudo esses não se limitam a isso, isto é, falta a semântica-pragmática e discurso. Os dois últimos não são introduzidos neste trabalho.

Antes de prosseguir para o capítulo que se segue, vale pontuar alguns conceitos de língua, porque esses são fenômenos importantes para entender as questões linguísticas na Guiné-Bissau. Nesta senda, pretende-se apresentar, introdutoriamente, os conceitos de língua

⁴¹ Falem entre vós com salmos, hinos e cânticos espirituais; cantem e façam músicas de coração ao Senhor [cantem e louvem ao Senhor de coração]. [Tradução do autor]

materna, segunda língua, e outros conceitos da língua como língua estrangeira, língua adicional, língua nacional e língua oficial.

Língua materna

É a língua da identidade de uma pessoa, aquilo que a identifica na sua fala. De acordo com Spinassé (2006), é a língua da identidade da pessoa, porque carrega, de alguma forma, a identidade na fala dessa pessoa, de onde ele vem, e é aquela que a identifica. As características que o autor traz que podem mostrar, ou confirmar que essa é uma língua materna da pessoa, são as seguintes:

Primeiro, ***‘a língua da mãe’***, ou seja, a L1 (língua primeira) pode ser entendida como língua da mãe, a língua que a criança adquire através da sua mãe ou por parte da sua mãe;

A segunda característica é ***‘a língua dos outros familiares’***, isto é, a língua aprendida por parte dos outros familiares, por exemplo: uma criança que foi criada ou que vive numa comunidade familiar onde sua mãe não reside, é provável que essa criança aprenda a língua daquela comunidade, mesmo que a mãe não fala aquela língua, mas também pode apreender a língua da mãe e da comunidade, se no caso vive com a mãe e convive com a comunidade o tempo/dia todo;

A terceira característica apontada por Spinassé (2006), é ***‘a língua da comunidade’***, essa língua pode ser ou não dos pais ou dos familiares, mas a criança aprende essa língua por conta da sua convivência com a comunidade na qual está inserida e fala uma determinada língua;

Outra característica é ***‘a língua adquirida por primeiro’***, quer dizer, a primeira língua que a pessoa aprende pode ser sua língua materna, apesar de poder ser perdida, e ela ainda poder adquirir a outra que será a sua primeira língua, isto é, a língua materna. Com este argumento lógico de Spinassé (2006), pode-se dizer que a primeira língua aprendida não necessariamente será a língua materna, para a definir como LM, só pode ser considerada, *grosso modo*, quando permanecer nela com a maior fluência.

O autor também apresenta outra característica que é ***‘a língua com a qual se estabelece uma relação afetiva’***, em outras palavras, a língua materna é aquela que o indivíduo tem mais afetividade, ou mais prazer, ou mais liberdade nas suas comunicações com outros indivíduos;

Ainda foi pontuado que a LM é ***‘a língua do dia-a-dia’***, isto quer dizer que a língua materna é aquela que o ser humano mais se comunica no seu dia a dia com outros integrantes

da comunidade, a língua que o indivíduo tem mais liberdade de comunicar-se no seu dia a dia é a sua língua materna;

‘*A língua predominante na sociedade*’ é uma das características da língua materna, Spinassé (2006). Assim, percebe-se que a língua que mais predomina em uma sociedade, será a língua materna da maioria das pessoas dessa comunidade. Por exemplo, o português brasileiro é a língua que predomina na sociedade brasileira, com isso, ela pode ser vista como a LM da maioria da população brasileira, apesar de existirem outras línguas maternas.

A LM, segundo Spinassé (2006), é ‘*a de melhor status para o indivíduo*’, em outras palavras, é a língua que ocupa um lugar melhor na vida de uma pessoa, ou seja, a língua mais prestigiada por ela.

A penúltima característica da LM apontada por Spinassé (2006), é ‘*a que ela [pessoa] mais domina*’, isso mostra que a LM de uma pessoa é aquela que ela tem mais domínios nos léxicos, nas constituições das orações, sentenças e frases, por isso, a pessoa tem o domínio da sua língua materna mais do que qualquer outra língua.

Por fim, o autor aponta a seguinte característica ‘*a língua com a qual ele se sente mais à vontade*’, isso quer dizer que entre outras línguas que não são as línguas maternas de uma pessoa, esse indivíduo não se sente muito à vontade com relação a sua LM, porque a sua LM é aquela em que mais se sente à vontade por motivo dos domínios de diferentes recursos linguísticos que o permite falar sem monitoramento, ou até monitorando.

Entre essas características apontadas por Spinassé (2006), entende-se que essas não são as únicas, porque a LM é a língua da cultura, língua de melhor aprendizado e outras. Foram apresentadas essas características que descrevem uma LM, ou seja, podem ser consideradas dos aspectos decisivos para definir uma LM.

Para Almeida Filho (2009), a língua materna é aquela que serve para interação mais ampla desde a casa, passa pelas ruas, escolas e outros lugares da convivência de pessoas, é a língua da identidade pessoal, ou seja, pode-se dizer que LM constitui a identidade de uma pessoa, identidade regional, identidade étnica e cultural de um indivíduo.

Como foram demonstradas nas características apontadas por Spinassé (2006), percebe-se que um indivíduo pode ter mais de uma língua materna e isso faz com que ele possa ser considerado bilíngue (pessoa que se comunica em duas línguas, ou pessoa que tem duas línguas maternas), ou a pessoa pode ser considerada trlíngue e assim sucessivamente.

Diante do que foi posto sobre LM, sublinham-se as pontuações dos autores que a língua materna é a língua da identidade, da comunidade, da convivência no dia-a-dia, e

outros. E tendo a maioria dos guineenses a língua guineense como a LM, qual seria a política de Estado guineense para esta língua? O que o Estado guineense já fez, em termos de política linguística, para a preservação desta língua? Se a língua guineense é a língua da comunidade, da identidade, da cultura e o do dia-a-dia da maior parte da população guineense, por que não se reconhece que esta deva ser uma das línguas oficiais? Por que não se ensina a língua guineense em todas as escolas da Guiné-Bissau como componente obrigatório? Há uma “política linguística e de Planejamento” para esta língua? A seguir, será exposto o que se entende por segunda língua.

Segunda língua

A segunda língua, segundo Spinassé (2006), dá-se quando o indivíduo já tem a primeira, e essa segunda língua é aquela que a pessoa já domina em parte. Spinassé (2006), argumenta que a segunda língua não se caracteriza conforme a ordem de aquisição, porque a primeira língua pode tomar o lugar da L2, uma vez que a segunda tem o maior *status* no indivíduo. Deste modo, a língua segunda é qualquer língua que não seja a primeira, e, seguindo o raciocínio de Spinassé (2006), não se deve fazer a distinção da primeira e segunda em classificação de ordem que essas foram adquiridas/aprendidas, por isso, não se fala em primeira, segunda, terceira, quarta língua e, assim, por diante. Destarte, entende-se que só existe língua primeira ou segunda língua, podendo ser nomeadas em outros termos a depender das suas configurações no indivíduo ou numa sociedade.

Por outro lado, Almeida Filho (2009) define a segunda língua como uma língua não materna que circula com poucas restrições em uma sociedade, ou que não circula socialmente em setores ou instituições. Para ele, a segunda língua pode ser considerada ainda uma língua oficial de um território, com isso, ela ganha um *status* político ou econômico frente a outras que possam ser de usos cotidianos ou nos convívios familiares, como é o caso do português na Guiné-Bissau. Para Carvalho (2011), a L2 pode ser considerada língua que deve ser ensinada na escola, ou seja, chamada de língua da escola, mas também pode ser apreendida fora da escola ou sem que a pessoa vá à escola, uma vez que há um convívio social com ela.

Concorda-se com os autores que língua segunda é aquela que não é materna, isto é, não é aquela que a pessoa tem a maior propriedade em articular os mecanismos linguísticos, nem a usa com mais frequência, contudo, vale pontuar que há pessoas que podem usar com muita frequência devido às circunstâncias. Seguindo o pensamento de Carvalho (2011), pode-se dizer que o português guineense pode ser considerado como L2 para a maioria dos guineenses, porque são poucos os que a falam frequentemente, apesar de ser uma língua

oficial. Como se viu anteriormente, a língua guineense é a língua mais falada no país, sendo assim, consideram-na como L1 da maioria, mas também não se nega que é a segunda língua para alguns, indivíduos que têm suas línguas étnicas como a língua materna. Desta maneira, é necessário uma ação da política linguística para os guineenses que têm essa língua como a segunda língua, porque esses sujeitos devem ser tratados como indivíduos que não têm o guineense como a língua materna, e isso se aplica, futuramente, no ensino-aprendizagem destas pessoas.

Língua estrangeira

Essa língua não estabelece contato tão grande ou tão intenso como a segunda língua que possui *status* políticos, econômicos, e ela não é uma língua oficial. Segundo Spinassé (2006), a língua estrangeira não serve necessariamente à comunicação, nesta lógica, não há um *status* fundamental para integração, por isso, ela não exige uma maior competência e um desempenho maior na pessoa. Na verdade, não se nega que ela pode servir para relações internacionais e outros projetos de uma determinada comunidade ou sociedade.

Para Almeida Filho (2009), a língua estrangeira seria a língua que pertence a cultura de outro país pela qual se desenvolve grande interesse em um indivíduo ou em uma sociedade, pode ser por interesse autônomo (particular) ou institucionalizado (escolar) que pretende conhecê-la ou aprender a usá-la para fins particulares ou outras finalidades de uma sociedade.

Nesses raciocínios apresentados, entende-se a LE como uma que não se adquire, ou seja, não acontece como a L1, também não é de obrigatoriedade do estado que o indivíduo aprenda-a para usos cotidianos, mas a obrigação pode ser individual ou por relações exteriores. Dessa forma, pode ser considerada uma língua que se aprende por lazer, desejo, viagens, negócios particulares ou públicos, e para outros fins. Neste sentido, poderia-se dizer que o ‘português guineense’ é uma língua estrangeira? Há justificativa plausível e científica para dizer que o português na Guiné-Bissau é uma língua estrangeira? Pelo visto, a política linguística adotada ao português no contexto guineense não configura essa língua da língua estrangeira no país, mesmo que não tenha muitos falantes no país.

Língua adicional

Esta língua é entendida, segundo Souto et al (2014), da língua que o indivíduo aprende quando já tinha outra língua, neste caso, a primeira, e para que seja na verdade uma língua adicional, é necessário que a pessoa utilize-a frequentemente, porque não limita só em aprender o seu sistema linguístico, mas é preciso mantê-la. A língua adicional seria, *grosso*

modo, todas as línguas que não são maternas e é aquela semelhante à língua estrangeira, e pode ser, sim, uma língua estrangeira chamada de segunda língua ou língua adicional. Portanto, é possível afirmar que o francês e inglês na Guiné-Bissau são línguas adicionais para maioria, porque as pessoas aprendem-nas para usos em postos de trabalho ou em outros locais. Nesta lógica, é preciso uma política linguística para ensino dessas línguas e que sejam ensinadas como línguas estrangeiras, não como línguas segundas e muito menos como línguas maternas, contudo se porventura houver falantes dessas línguas como L1 ou L2, então, é preciso que seja elaborada uma política linguística que responda a essa demanda.

Língua nacional

A língua nacional é considerada, segundo Guimarães (2003), da língua de um determinado povo, e ela caracteriza um povo, também dá aos seus falantes uma relação de pertencimento a este povo. Por outro lado, é uma língua de Estado (língua oficial) e ainda é nacional como o português brasileiro que dispõe de instrumentos específicos para a escola, a gramática e o dicionário.

Esta concepção leva ao argumento que a língua nacional é aquela que qualquer falante de um determinado país deveria falar, porque carrega o sentido da nação, não pertence a um pequeno grupo, mas todos que vivem e que se consideram nacionais daquele país. Também é a língua usada para ampla comunicação num país, pois é de toda população.

Adotando estas considerações, é possível dizer que o guineense é uma língua nacional da Guiné-Bissau? Se sim, quais os elementos caracterizam-na de língua nacional? É evidente que se pode afirmar que o guineense é a língua nacional na Guiné-Bissau, porque ela não pertence a nenhum grupo étnico em particular, e sim, a todas as tribos guineenses. Infelizmente, o Estado ainda não adotou as medidas de Políticas Linguísticas para que seja ensinada em toda localidade do país e que, através dela, sejam produzidos materiais para seu ensino. Portanto, o Estado deve criar mecanismo para difusão dessa língua, já que não pertence a um determinado grupo. Também é substancial ressaltar que esta é a língua mais falada na Guiné-Bissau, e é a identidade do povo guineense na sua maioria - sem discriminar os que não a têm como LM, bem como a maior parte das músicas populares são produzidas e outras atividades na Guiné-Bissau são realizadas nesta língua.

Língua étnica

Esta é a penúltima a ser conceituada e pode ser entendida como um fator representativo de uma comunidade, isto é, é aquela dominada por grupo social e usam-na nas suas comunicações, configurando-se como a língua mediadora entre relações sociais vigentes

(com amigos, vizinhos, familiares, nas cerimônias – casamentos, funerais, festas folclóricas...) e também usadas na transmissão dos saberes, das tradições e das identidades comunitárias, Carioca (2016). A Autora converge com Paulo (2022) em que reconhece a necessidade urgente de uma ação de política linguística para as riquezas linguísticas desse país. Paulo (2022) enfatiza a necessidade de uma política linguística para as línguas étnicas.

A língua étnica pode ser considerada, *grosso modo*, a língua falada por pequenos grupos de uma determinada comunidade e de grupo de pessoas em um determinado país, também pode ser considerada de língua local. Também não se descarta que faça parte da identidade da pessoa que pertence a um grupo que fala uma determinada língua étnica. Anteriormente, foram apresentadas algumas etnias da Guiné-Bissau e é substancial ressaltar que cada etnia tem sua língua étnica.

Língua oficial

É aquela que foi escolhida para que através dela se redija os documentos oficiais, para elaborações de leis e outros documentos de um país, por isso, é chamada de língua oficial e pode também ser chamada de nacional (no sentido de ser usada por maioria da comunidade), Carvalho (2011). Essa é uma língua escolhida dentre várias línguas que existem em um país, é a língua que o povo expressa “legalmente” e oficialmente em comunicações nas instituições e nas relações internacionais. O autor argumenta que é a língua utilizada por órgãos públicos em suas relações nas instituições do Estado e, obrigatoriamente, deve ser ensinada na escola para que toda população possa ter acesso as suas estruturas formais e utilizá-las em situações oficiais e situações que exigem certas formalidades. Carvalho (2011), afirma que um estado pode ter mais de uma língua oficial, por exemplo, Suíça tem quatro línguas oficiais: francês, italiano, alemão e romanche.

A língua oficial seria aquela escolhida ou imposta pelo governo, pois muitas línguas são escolhidas ou impostas ao considerar a história por de traz daquela(s) língua(s), também a questão política, econômica e outros aspectos que podem ser levados em conta.

Na Guiné-Bissau, a língua portuguesa é a língua oficial, contudo, a maioria, não o tem como língua materna, como foi colocado anteriormente. A língua mais falada pelos guineenses é a língua guineense, diante disso, o Estado deveria pensar em criar um projeto para descrição dessa língua para oficializá-la e ensiná-la em todas as escolas do país. A seguir, será discutida, em poucas palavras, a noção de política linguística e a sua importância para o contexto guineense.

3.2 Equipar uma Língua para a Proposição de uma Política Linguística: Política Linguística

3.2.1 *Definições e perspectiva*

A história da política linguística como área da investigação começa, precisamente, nos meados do século XX. Calvet (2007, p. 12) discutiu que o termo planeamento linguístico apareceu no ano 1959, e mais à frente o termo tornou-se vulgar no período que a sociolinguística estava sendo difundida na década de 60. Após o aparecimento do termo ‘planeamento linguístico’, foi introduzida a noção de ‘política linguística’, Calvet (2007, p. 15). Assim, surgiram algumas propostas para este campo.

Paralelamente ao que Calvet (2007) apresentou, Lagares (2018, p. 20) pondera que há umas certas mudanças no tratamento da questão política da linguagem que começou “desde uma posição tecnocrática limitada ao planeamento por parte de Estado”, tentando entender a relação de poder e as línguas.

Tanto o planeamento linguístico quanto a política linguística, pode-se afirmar que são termos que surgiram no século XX, na época que se iniciaram as discussões sistemáticas do planeamento e política da língua, atualmente, conhecidas das discussões de Políticas Linguísticas com suas propostas variáveis.

A política linguística é ação institucional do Estado (e outras entidades congêneres) de gestão da língua e sociedade, ou seja, é um campo em que o Estado atua para regulamentar/sistematizar/organizar os fatos linguísticos, também há organizações/entidades não estatais que trabalham no âmbito das Políticas Linguísticas. Assim, Oliveira (2016, p. 382) argumenta que “as Políticas Linguísticas são uma área das políticas públicas, concebidas e executadas por instituições que têm ingerência na sociedade, como os Estados, os governos, as igrejas, as empresas, as ONGs e associações, e até as famílias”. Na mesma senda, Calvet (2007, p. 11) afirma que a política linguística é determinação das decisões referentes às relações entre a sociedade e a(s) língua(s), e ainda acrescenta que “a política linguística é inseparável de sua aplicação” (CALVET, p. 12), e chamou esta aplicação de planeamento linguístico que é a implementação da política linguística.

Assim, percebe-se, segundo estes autores, que as Políticas Linguísticas são, no sentido mais restrito, ações feitas e as suas implementações seriam chamadas de

planejamentos linguísticos. Já no sentido macro, as Políticas Linguísticas são ações de Estado, das organizações estatais ou não estatais, ações das pessoas e dos linguístas. Enquanto que o segundo aspecto pontuado pelos autores, no caso, o planejamento linguístico, seria a materialidade dos itens linguísticos discutidos nas políticas linguísticas, ou nas políticas de uma certa língua, sopesando as propostas feitas e discutidas nas Políticas Linguísticas para normatizar algumas questões que norteiam a sociedade.

Ainda se pode considerar que a política linguística é ação sobre a língua, também se entende que essa tem, de um lado, uma perspectiva das Políticas Linguísticas propriamente dita, chamada políticas públicas e, por outro lado, o que se chama de fazer científico na academia. Por fim, há uma outra face (categoria e subcategoria conforme a CAPES) na qual pode-se entender que as Políticas Linguísticas são da área da linguística, tendo subárea sociolinguística/linguística aplicada (OLIVEIRA, 2016, p. 383-384).

Pode-se concordar com Oliveira (2016, p.383-384) no que tange às subcategorias postas no campo intitulado de “política linguística”, assim, pode-se afirmar que a política linguística é feita na academia ou fora da academia. Sendo que as construções políticas que ambas fazem, podem contribuir ou não para uma sociedade eficaz/justa/contemplativa. Além disso, percebe-se que o autor demonstra que a política linguística é um campo de estudo dentro dos estudos de linguagens.

Diante disso, por que se deve fazer política linguística? Será que é só para discutir a língua em termos técnicos e discutir o que deve ser sistematizado da língua? Ou a política linguística seria a mera padronização da língua sem que isso reflita o que a comunidade pensa a respeito ou as suas interações? Apesar de tantas respostas que podem ser dadas a essas perguntas, pode-se concordar com Oliveira (2016, p. 385) que o fazer política linguística “é atuar para um mundo mais justo neste campo específico das línguas e dos seus usos, mais plural, mais democrático e mais aberto à ecologia de saberes humanos” (OLIVEIRA, 2016 p. 385). Em outros termos, não se deve fazer a política linguística para simples discussão e sistematicidade dos termos técnicos, nem é a mera padronização da língua sem que se reflita o dia a dia dos falantes e os usos linguísticos em suas diversas modalidades. Porém, a ação da política linguística é um trabalho que leva os usos linguísticos à tona da discussão para que haja atenção sobre alguns elementos da língua. Também não apenas legitima certos usos linguísticos em detrimento de outros, mas, sim, discute as diferentes formas válidas que os falantes da língua usam. Discutir as Políticas Linguísticas também requer o respeito à pluralidade linguística das variantes de uma variável, dentro dos usos de

uma determinada língua. Dentre os fenômenos que atuam nos usos linguísticos, Oliveira (2016 p. 382) afirma que “uma política de saúde ou de defesa, de transporte ou editorial pode ter implicações sobre os usos das línguas e gerar demandas para intervenções sobre as próprias línguas”. Seguindo este desdobramento, Oliveira (2016) argumenta que

Uma grande parte das Políticas Linguísticas não são feitas por linguistas ou mesmo com a participação de linguistas, e a maior parte dos linguistas profissionais, por exemplo no Brasil, pode não se envolver diretamente com a concepção e execução de Políticas Linguísticas, embora o seu fazer muitas vezes possa ser usado para determinadas políticas, por exemplo para instruí-las ou legitimá-las (OLIVEIRA, 2016, p. 383).

A afirmação acima demonstra que o fazer política linguística não é exclusivamente dos linguistas, inclusive a maior parte dos que fazem ações das Políticas Linguísticas não são os linguistas. E estas ações servem para instrução e para legitimação das questões em discussão.

Tendo em vista ao avanço deste campo, logo no prefácio da obra de Louis-Jean Calvet (2007, 08 - 09), Oliveira (2007) afirma que Calvet entende que a política linguística é

para além de uma multidisciplinária constituída de conhecimentos técnicos de linguística, antropologia, sociologia, história, direito, economia, politologia, mobilizados para a análise das situações linguística é, como diz Lia Varela, uma prática política, associada à intervenção sobre as situações concretas que demandam decisões políticas e planificação de políticas públicas (OLIVEIRA, 2007).

Diante disso, é possível afirmar que Calvet (2007, p. 8-9) compartilha a ideia de política linguística com Lia Varela, assim, pontua as mesmíssimas características da PL discutidas por Lia Varela. Entretanto, Calvet (2007, p. 8-9) acrescenta a noção da “multidisciplinaridade” de conhecimentos técnicos de linguística. Também, acrescenta aspectos similares à de Lauria, isto é, a noção de glotopolítica/normatização/planejamento linguístico, porque todos eles complementam-se uns aos outros.

A política linguística nos meados de séc. XX era vista mais como uma forma de solução de “problemas linguísticos” em sociedades multilíngues, tomando certas decisões “sobre as funções que cada língua cumpriria no novo país e ‘equipando’ os idiomas locais, que não contavam com os instrumentos próprios das línguas de colonização (ortografia, gramática e dicionário)”(LAGARES, 2018, p.21). Nesta linha, o autor afirma que esta política tinha o que se chama de “planejamento do status” e “planejamento do corpus”, estas duas áreas têm papéis cruciais na unificação e codificação linguística da política de um determinado país. O primeiro, planejamento do status, tem a ver com as funções sociais de uma língua; o segundo, planejamento de *corpus*, diz respeito às formas de código linguístico (LAGARES, 2018, p.21). Desse modo, é salutar pontuar que, nesta altura/época, o foco dos trabalhos era voltado ao planejamento de *corpus* da língua, assim:

o planejamento linguístico é entendido como uma forma de influir no futuro das línguas, sem que se pretenda, em qualquer caso, predizê-lo por completo (...) pois já neste momento há uma consciência clara de que dinâmicas sociais complexas podem conduzir os processos históricos em diferentes direções (...) O foco nesse período “clássico” do planejamento incide principalmente sobre o *corpus* da língua, isto é, sobre a elaboração das formas gráficas, gramaticais e lexicais (LAGARES, 2018).

Esta citação revela o ponto crucial, inicialmente, dos trabalhos de linguistas na área da PL, no século XX. Esses estavam preocupados em codificação gráfica, gramaticais e lexicais, pois não davam muita atenção ao “planejamento do status” no que tange às funções sociais da língua, substancialmente, os usos linguísticos. Na verdade, a diversidade linguística não eram vistas como questão essencial nos estudos da linguagem desta época. Ou seja, “a ideia que preside esse tipo de intervenção é a de que a diversidade linguística é um obstáculo à modernização da sociedade e ao desenvolvimento econômico dos países”, (LAGARES, 2018, p.21). Isto comprova que em vez dos dois planejamentos serem equilibrados, um sobrepõe-se a outro, aliás, enaltece-se um em detrimento do outro.

Apesar de tantos conceitos que surgiram à época do que se entende por política linguística e planejamento linguístico, pode-se concordar com Lagares (2018) em sintetizar o pensamento daquele período no seguinte:

Embora muitas dessas primeiras abordagens identificassem a política linguística com o planejamento para resolver a questão do multilinguismo, entendido como um problema do Estado, não podemos desconsiderar que a essa mesma altura já se desenvolvesse a perspectiva crítica centrada na relação entre língua e poder político, que deu origem às teorias do conflito próprios de abordagens preocupadas com situações das línguas minoritárias (LAGARES, 2018, p. 23).

É verdade que alguns davam atenção às intervenções do Estado no que tange à defesa do modelo monolíngue por conta da divisão feita entre *status* e *corpus* linguístico, porque um era visto como de nível muito baixo e o outro era o mais privilegiado em nome da preservação, talvez, da “pureza” da língua e do que era a língua em si mesma, sem que sejam considerados alguns fenômenos das variedades linguísticas.

Ainda segundo Lagares (2018) que resume o pensamento de Rainer Hamel (1993), ao afirmar que não se devia fazer separação clássica entre planejamento de *status* e planejamento de *corpus*, visto que os dois têm uma relação de interdependência entre si. Sendo assim,

Uma mudança de variedade linguística, por exemplo, pertenceria a que âmbito de planejamento, ao *status* ou ao *corpus*? Afinal, toda intervenção sobre a gramática, o léxico ou a ortografia de uma língua é realizada com o intuito de promover, ou para apoiar a incorporação dessa variedade linguística a funções sociais que ela antes não desempenhava. Nesse mesmo sentido, intervenções no *corpus* modificam o *status* de uma língua (...) (LAGARES, 2018, p.25).

Com base nisso, entende-se que não se deve valorizar um planejamento que menospreze o outro, entretanto, conciliar os dois para estudar a língua em sua totalidade e

generalidade. Assim, as codificações no nível lexical, léxico-gramatical, gramatical e até ortografia, devem levar em conta as funções sociais que se desempenham numa dada comunidade, porque a gestão da língua⁴² não envolve/afeta somente ao planejamento do Estado, mas aos indivíduos de modo particular/‘coletivo’, nos seus diversos meios em que estão inseridos, na igreja, no mercado, em casa, e outros.

A visão do planejamento linguístico em Calvet (2007, p. 61), é mais amplo, porque ele discutiu várias noções e introduziu vários conceitos com base em diversos autores, trazendo as contribuições de Haugen (1964; 1967), de Ray e Tauli (1968), Ferguson e Stewart (1966), Fasold (1984).

Diante de tudo que foi discutido acima, percebe-se que havia uma separação entre a política linguística do planejamento linguístico. A política linguística é o olhar sobre os problemas linguísticos duma determinação nação ou da organização de nações (lusofonia), e, por outro lado, o planejamento linguístico seria a ação das políticas feitas. Ainda pode ser entendido de política linguística (as decisões de um Estado sobre uma língua) e planejamento linguístico (ações de Estado sobre uma língua).

Diante dessas discussões, surgiu um termo em francês para solucionar o problema da dicotomia entre política linguística e planejamento, Calvet (2007, p. 17), Lagares (2018). E antes de apresentar esta perspectiva, é importante fazer uma observação rápida sobre uma política linguística explícita e implícita, bem como da política linguística democrática.

A política linguística também pode ser política linguística explícita, quando há a ação de preservar as línguas, ação de leis linguísticas; ou implícita, quando o Estado adota certas normas que regulamentam alguns itens linguísticos, oficializa nomenclatura gramatical, assim como o Brasil e Portugal fizeram, BRASIL (1959); PORTUGAL (1967, ou termos jurídicos e outros. Para Lima e Andrade (2016, p. 78), a política linguística explícita “tem por intenção modificar ou banir uma determinada língua, devendo constar em documentos legais, a exemplo de constituições, decretos, leis, resoluções, entre outros”. Para estes autores, a PL explícita pode ser uma ação de estado para modificar ou banir uma língua, ou ainda, pode-se entender que é ação que pode preservar a língua, através de leis jurídicas que podem ser criadas. Já a política linguística implícita, para estes autores, está “à sombra das ações principais ou ditas ‘explícitas’ (...)”, isto porque “se pensadas para o ensino de línguas, mote de nosso trabalho, podemos citar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Exame

⁴² O autor fala da gestão linguística com base na proposta de Jernudd e Nekvapil (2012) para mostrar que há duas faces de gestão linguística, a primeira tem a ver com o nível macrossocial, consequentemente, o segundo nível que é uma gestão simples, baseia-se no discurso individual.

Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), para listar alguns” (idem, p. 79).

Assim, percebe-se que há o que se chama da política linguística explícita, na qual, o Estado deve ser promotor da língua ou item linguístico em uso real, sem que haja exclusão dos aspectos linguísticos de usos reais, assim sendo, deve preservar os usos reais das línguas. E falando em políticas implícitas, é possível afirmar que sempre deve haver ações de Estado para preservar uma certa língua, criando os materiais para que haja ensino e aprendizagem dos usos reais da língua.

Sobre política linguística democrática, pode-se afirmar que são ações ou decisões sobre a língua, nas quais, a população participa em tomadas de decisões, ou seja, a população deve ser consultada sobre as ações ou decisões a serem feitas no que tange ao fenômeno da língua, Lagares (2018, p. 33, 41). A título de exemplo, se for tomada uma decisão na Guiné-Bissau que todos passarão a pronunciar a expressão “biologia” de [biologia] em vez de [biolugia]. Será que é justo fazer esta mudança sem que a comunidade seja ouvida, uma vez que há pessoas que pronunciam da primeira forma e outras da segunda? Seria necessário consultar a comunidade para a ouvir sobre a perspectiva de mudança? É preciso fazer uma pesquisa, de antemão, antes que a proposta seja submetida, para entender dentre as duas pronúncias, qual é mais usual pela comunidade de fala?

Feitas as considerações de política linguística democrática, PL explícita e implícita, passa-se a apresentar, brevemente, a noção de glotopolítica, visto que essa discussão do que se entende por glotopolítica é de suma importância e envolve uma dimensão ampla nos estudos da política linguística.

O termo glotopolítico surgiu em francês como foi dito anteriormente. Lagares (2018) fez um breve histórico do surgimento deste termo, pois, segundo ele, o termo surgiu em concorrência com outros termos na altura, dentre alguns, planejamento linguístico, política linguística, glossopolítico e outros. Diante disso, a expressão passou a assumir diferentes conceitos. Para esse autor, não há necessidade de separar o que se entende por política linguística do que se entende por planejamento linguístico, porque os dois devem ser entendidos como elementos micros dentro do estudo macro que seria glotopolítico.

Em linhas gerais, as discussões apresentadas por Lagares (2018), seria de não fazer mais a dicotomia nos estudos de linguagem da língua e fala, porque todos devem ser estudadas em um escopo maior tendo em vista que a sociedade, em geral, faz certa ação sobre a linguagem, sendo consciente ou não. Fato disso, é que os constituintes linguísticos são

legitimados pela comunidade de fala ou também podem ser reprimidos por ela. Além disso, linguistas ou não falam sobre a línguas e fazem usos inovadores das línguas que, talvez, nunca haviam existido. Considerando tudo isso, o autor argumenta que a glotopolítica seria entendida como o todo da investigação linguística. Assim, ele afirma que o ponto central em uma pesquisa glotopolítica, “haveria de se colocar o estudo do modo como se constitui um sistema de intervenção sobre a linguagem (sobre a língua, os falares e os discurso), através de qual hierarquia de instâncias, com quais modos de difusão”, (LAGARES, 2018,, p. 37). Esta citação revela que além de estudar os mecanismos linguísticos no seu todo, dever-se-ia entender os mecanismos usados pelas instâncias para legitimar certos usos e sua difusão. Além disso, o autor argumenta:

De que maneira a definição do político como litígio, inequivocamente identificado com a democracia, serve para nossa reflexão sobre política linguística? Em primeiro lugar, essa perspectiva nos permite entender a estreita ligação entre linguagem e política, justificando um tipo de pesquisa que olha para as relações linguísticas na nossa sociedade, em todos os âmbitos de uso, como sendo da ordem do político. (ibidem, p. 41)

Esta citação revela uma das ênfases do autor; estudar política linguística é ir ao fundo nas relações que a língua tem com a sociedade, observando todos os âmbitos de uso. Apesar do autor afirmar que uma perspectiva glotopolítica exige tomar partido, contudo, pode-se discordar, levemente, deste ponto de vista, tendo em vista que não se deve restringir a opinião política da linguagem pelo favoritismo de certo grupo social, e sim deve-se trabalhar para o bem natural. Observa-se que não se deve restringir o ponto de vista político da linguagem pelo favoritismo de certo grupo social, deve-se procurar trabalhar em busca de uma abordagem bem natural. Ainda que o autor afirme que uma perspectiva glotopolítica exija que se tome partido, nesse ponto de vista, é possível discordar levemente.

Antes de fechar esta noção, é de salientar que o autor argumenta que qualquer que seja a decisão/ação/mudança política social da língua, na qual, o estado intervirá, deve-se enquadrar o linguista nesta situação para possíveis efeitos glotopolíticos.

Considerando que a glotopolítica é uma ação que envolve uma visão ampla de observar e ponderar os itens linguísticos, pode-se dizer que os linguistas são agentes que devem ser inseridos em quaisquer ações de estado sobre uma dada língua, bem como em quaisquer decisões sobre os componentes da língua.

Também vale ressaltar que estudar a política linguística é entender a profundidade das motivações linguísticas e os mecanismos políticos de uma determinada língua, bem como entender as mudanças e as funcionalidades das línguas para que as ações e decisões a serem

tomadas sobre a língua sejam conhecidas em suas profundidades. Em seguida, tratar-se-á do equipamento linguístico.

3.2.2 *A noção de equipamento linguístico*

Falar de equipamento da língua é de suma importância para este trabalho, visto que, de certo modo, a análise a ser feita nesta investigação será uma forma de equipar a língua guineense, descritivamente. O equipamento que será apontado contribuirá para a descrição da língua guineense e possível material para as futuras pesquisas.

O equipamento linguístico pode ser no nível da gramática, ortografia e dicionário, tendo alguns constituintes que Calvet (2007) apresenta: escrita, léxico e padronização. Neste caso, cabe ao Estado oficializar a grafia conveniente a essa língua, depois desta fase, passa-se às questões léxicas e, em seguida, chega-se à padronização como último aspecto básico na descrição de uma língua. Assim, esta investigação descreve a estrutura de sintagma verbal, isto é, o trabalho leva às reflexões de padrão de estruturas e subestruturas categoriais de sintagma verbal na língua guineense.

Para o equipamento da escrita, é preciso a transcrição fonológica da língua para que os sistemas de sons sejam codificados em símbolos fonéticos e grafemas. Nisso, entra, em certo sentido, o planejamento linguístico de *corpus* para *status*. Depois da escrita, vem o equipamento por léxico,

Isso nos remete a outro domínio do planejamento linguístico: o da terminologia, no qual a principal atividade é a criação de palavras, ou a neologia. Trata-se aqui de determinar as necessidades, de repertoriar o vocabulário existente (empréstimos, neologia espontânea), de avaliá-lo, de eventualmente melhorá-lo, de harmonizá-lo e de, depois, divulgá-lo sob a forma de dicionários terminológicos, de bancos de dados etc, Calvet (2007, p. 65).

Esta afirmação mostra que para o equipamento no nível lexical é necessário trabalhar diversos fatores, tanto pode ser criar novas expressões àquela língua, ou pode ser recuperar os termos que estão entrando em desuso, ou considerar os empréstimos como legítimos para que essa língua possa apresentar os vocábulos suficientes para os seus falantes. E tendo estes termos ou expressões, será necessário um dicionário que possa servir de guia para os usuários desta língua.

Depois disso, será necessário fazer outros trabalhos como o de padronização, isto é, de sistematizar as categorias linguísticas para que sirvam de exemplos para os usos das comunidades de fala, Calvet (2007). A padronização também tem a ver com a sistematização dos usos linguísticos, distinguindo o que seria mais social e menos social, por exemplo, os

falares com amigos dos falares com chefes de trabalho, ou falares entre ambulantes dos falares entre professores.

Considerando que o guineense é uma língua com pouco trabalho no que tange ao equipamento, o presente trabalho busca descrever as estruturas sintagmáticas dos verbos na língua guineense. Primeiro, trabalha-se uma parte da gramática para a língua guineense, e o Estado guineense pode avaliar, através dos linguistas, se o estudo é válido para o aproveitamento na elaboração de sequências didáticas ou livros didáticos no ensino-aprendizagem desta língua. Diante disso, percebe-se a importância de haver uma política linguística guineense que pautada na descrição de formas e funções linguísticas para possíveis institucionalizações das estruturas sistêmicas funcionais da língua guineense.

3.2.3 Política linguística para língua guineense

A Guiné-Bissau é uma República soberana, um país que possui suas próprias leis, culturas, costumes, bem como é multiétnica e plural. A Constituição da República da Guiné-Bissau estabelece, no seu art. 01, que o país é uma República soberana, democrática, laica e unitária. Usufruindo da sua soberania, entende-se que cabe a esse Estado criar e estabelecer leis sobre a política linguística, fornecendo meios e recursos necessários para discussões/planejamentos/elaboração de materiais ligados à política linguística.

A política linguística, como discutida anteriormente, deve ser entendida no seu sentido macro, glotopolítico. Assim, é considerada ação de Estado, das organizações estatais e não estatais, de pessoas, de linguistas, e outras. Nesta ótica, pode-se falar em política e planejamento linguístico, política linguística democrática, equipamento linguístico e demais elementos linguísticos que envolvem uma ação glotopolítica.

A Guiné-Bissau, sendo um Estado Democrático, deve promover ações para discussões de ideias sobre as questões linguísticas da língua guineense: oficialização de ortografia, a gramática, equipamento lexical, ensino-aprendizagem, bem como tratar do planejamento dessa língua, trabalhando na questão da execução ou a materialização dos aspectos em debate. Tudo isso requer que o Estado crie e promova meios para essas ações, avaliando a pertinência do que merece ser executado. Por isso, deve-se concordar com Mendes (2022, p. 61) que no modelo atual educacional, “a política linguística exige contextualizar todos os recursos (materiais, professores e metodologias) à convivência cotidiana dos alunos, como também apresentar inovações apropriadas a essa coexistência”. Com base nisso, o autor fala da necessidade de definir e aplicar uma política linguística

coerente e adequada ao contexto guineense. Isso não nega à questão voltada ao apoio externo para formação de quadros acadêmicos, para elaborações de materiais didáticos e demais ações, mas que isso seja contextual à realidade guineense. Diante disso, pretende-se dizer que já chega das políticas linguísticas que não valorizam as línguas e conhecimentos locais, pois o país é multilíngue e multicultural, desse modo, há grande necessidade para ação glotopolítica para este país.

Fato é que a maioria da população guineense fala a língua guineense e a tem como a língua materna, além das outras línguas maternas e línguas segundas. Diante disso, é salutar questionar por que é que o Estado guineense não oficializou a língua guineense? É substancial oficializar o guineense? O que é necessário, ou quais trabalhos merecem atenção para a oficialidade da língua guineense? E, então, qual é a língua oficial do país? Tudo isso, considerando que a pessoa sinta-se mais à vontade em se comunicar na sua língua materna que é a língua da identidade de uma pessoa, aquilo que a identifica na sua fala, ou seja, é ‘a língua da mãe’, ‘a língua da comunidade’, ‘a língua com a qual se estabelece uma relação afetiva’, ‘a língua do dia a dia’, ‘a língua mais dominada’, ‘a que tem melhor status no indivíduo’, Spinassé (2006).

Primeiro, é preciso dizer que a língua oficial do país é o português que a maioria tem como a segunda língua, e é a língua menos falada em comparação à língua guineense, Carioca (2016), Cá e Rubio (2018), Dias (2021) Cá (2020), Costa (2021), Oliveira (2022), Sadjo e Machado (2021), Braga, Frota e Fernandes-Svartman (2021), Bachmann (2014), Tamba (2021) e Gomes (2021). Considerando esta situação, é possível afirmar que há uma necessidade enorme da língua guineense ser oficialmente reconhecida, porque se entende por língua oficial aquela que foi escolhida para que através dela se redija os documentos oficiais, elaborações de leis, e outros documentos do país, por isso, é chamada de língua oficial, Carvalho (2011). Também é a língua que o povo expressa “legalmente” e oficialmente em comunicações nas instituições e nas relações internacionais, bem como é aquela que deve ser usada nos órgãos públicos em suas relações/comunicações nas instituições do Estado e, obrigatoriamente, deve ser ensinada na escola para que toda população possa ter acesso às suas estruturas formais e utilizá-las em situações oficiais. Se já existe a língua oficial, por que oficializar uma nova? No que tange a esta inquietação, vale dizer que um estado soberano pode ter mais de uma língua oficial, é o caso da Suíça que tem quatro línguas oficiais: francês, italiano, alemão e romanche, Carvalho (2011).

Para oficialização da língua, é necessário que sejam feitos trabalhos de grafia, gramática, equipamento, materiais para ensino-aprendizagem. Nesta senda, deve-se criar um ‘projeto lei’ (ação que pode ser elaborada pelos deputados, estabelece o regimento da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau) ou ‘proposta lei’ (documento elaborado pelo governo conforme estabelece a constituição guineense, no seu Artigo 100º, inciso nº 01, (alínea e)) que visa trabalhar para a grafia oficial do país, respectivamente aos demais (gramática, equipamento linguístico, materiais didáticos, entre outros). Criando os projetos de leis ou propostas de leis, isso deve ser levado aos diferentes meios para discussões e ponderações dos itens, colhendo opiniões de forma democrática.

Sobre a grafia para língua guineense, deve-se ao crédito ao trabalho de Bull (1989) e, partindo disso, pode-se falar na importância da oficialização do padrão gráfico para essa língua. Mas antes, é preciso observar-se os segmentos fônicos para depois se falar da grafia, a fim de padronizar o guineense em termos legislativos.

4. METODOLOGIA

4.1 Considerações iniciais

A gramática é um componente bastante pesquisado pelos gramáticos e linguistas, contribuindo em sistematizar os constituintes da língua. Diante disso, o presente trabalho fez uma análise descritiva de uma parte da gramática da língua guineense, primeiro, descrevendo os aspectos fonético-fonológicos e aspectos sintáticos, especialmente o sintagma verbal (SV), construindo esta obra no sentido de contribuir no equipamento da gramática desta língua. Fato que o guineense é uma língua nova com poucas análises descritivas.

Para a sistematização deste trabalho, considera-se as discussões feitas na fundamentação teórica a fim de delimitar os itens que foram analisados. Antes de prosseguir com os procedimentos técnicos de como trabalhar os aspectos fonético-fonológicos e sintáticas dos verbos, vale pontuar as características desta obra, ou seja, é pertinente fazer classificações do percurso que esta obra segue, quanto à sua natureza, aos objetivos, aos procedimentos técnicos, à abordagem, e às possíveis classificações que forem necessárias. Depois disso, é apresentado como foi montado o *corpus* de análise, a constituição do *corpus*, a codificação do *corpus*, os conceitos essenciais para as análises que são feitas das estruturas formais e funcionais. Em seguida, são apresentados alguns quadros e diagramas que serviram de modelos importantes para o capítulo da análise.

4.2 Classificação da Pesquisa

Classifica-se, esta pesquisa quanto à natureza, da pesquisa aplicada porque pretende resolver um problema real, ou seja, a pesquisa objetiva a produção de conhecimentos que podem ser aplicados às soluções práticas de problemas específicos que contém verdades e interesses locais (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 51; SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 31).

Diante disso, entende-se que é preciso mais trabalhos de análises descritivas que apresentam os aspectos fonéticos e fonológicos, bem como as formas e funções sintáticas da língua guineense que poderiam servir para diversas atividades práticas, desde ensino-aprendizagem até a investigação científica no contexto guineense. Sendo assim, este trabalho contribui na resolução da carência descritiva da gramática da língua guineense, tendo em vista que Guiné-Bissau comporta maior número de falantes da língua guineense do que de outra língua.

Esta pesquisa, também, pode ser considerada de uma pesquisa bibliográfico-descritiva quanto aos objetivos, tendo em vista que fez uma análise descritiva, assim, foram

utilizadas as bibliografias de Castilho (2019), Souza-e-Silva e Koch (2018), Kenedy e Othero (2018), Kenedy (2010), Perini (2006), Scantamburlo (2002; 2013), Givón (2001), Silva (2003), Seara, Nunes e Lazzarotto-Volcão (2011; 2019), bem como foram usadas outras fontes para compreender os itens selecionados e fazer análise descritiva desses constituintes.

Há uma convergência entre Prodanov e Freitas (2013, p. 52-53) e Silveira e Córdova (2009, p. 35) de que a pesquisa descritiva é quando o investigador registra e descreve os fatos observados em um determinado aspecto. Além disso, pode analisar a ocorrência de fatos, sua natureza, característica e outras complexidades que o rodeiam, analisando e explicando os aspectos gramaticais selecionados, portanto, pode-se dizer também que o trabalho é de cunho explicativo.

A pesquisa é rotulada, quanto aos procedimentos técnicos, da pesquisa bibliográfica, porque são usados artigos, livros e diversos gêneros textuais para embasar as discussões teóricas deste estudo, entre os quais, Silva (2003), Seara, Nunes e Lazzarotto-Volcão (2011; 2019), Castilho (2019), Souza-e-Silva e Koch (2018), Kenedy e Othero (2018), Kenedy (2010), Perini (2006) e Givón (2001). Vale-se destes materiais para discutir: - Política linguística; política linguística e equipamento da língua guineense; Alguns aspectos da fonética e fonologia; Sintagmas verbais e suas configurações na língua guineense. Desta feita, considera-se que esta é uma pesquisa bibliográfica porque parte da elaboração da tese a partir de “livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet”, Prodanov e Freitas (2013, p. 54). De modo semelhante, Silveira e Córdova (2009, p. 37) argumentam que este tipo de pesquisa é um “levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Toda pesquisa segue um viés de abordagem que pode ser quantitativa ou qualitativa, ou misto, porque são caminhos que as pesquisas científicas devem responder. Nesta senda, pode-se entender que esta pesquisa classifica-se, quanto à abordagem, de pesquisa qualitativa, porque não é a preocupação deste trabalho fazer um estudo com quantidade numérica. No entanto, trabalhou-se com todas as informações ou conteúdos selecionados que foram achados adequados para embasar esta investigação, bem como foram selecionados léxicos/textos/trechos escritos na língua guineense para análises descritivas.

Sobre a pesquisa qualitativa entende-se que:

Pesquisa qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não

requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (PRODANOV E FREITAS, 2013, P. 70)

Com base nisso, percebe-se que a pesquisa qualitativa envolve um mundo real e sujeito, porque este está intimamente ligado ao mundo real. Vale salientar que este molde de investigação tem uma preocupação com o ambiente natural para a coleta de dados, embora não se use um procedimento estatístico porque os dados tendem a ser analisados intuitivamente. Destarte, Silveira e Córdova (2009) também consideram que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. E ainda argumentam que nesta pesquisa, “o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas (...) O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas” (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p. 31) .

Semelhantemente a esses autores, Cresweel (2007, p. 184) afirma que “a investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados”, embora reconhece que “os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos se baseiam em dados de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação”. Diante disso, Cresweel (2007, p. 186-187) estabelece diversos caminhos para explicar exaustivamente do que se trata da pesquisa qualitativa, começando por suas características que se resumem nos seguintes pontos:

- A pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural (...);
- A pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos (...) os dados coletados envolvem dados em texto (ou palavras) e dados em imagem (ou fotos) (...);
- A pesquisa qualitativa é emergente em vez de estritamente pré-configurada. Diversos aspectos surgem durante um estudo qualitativo;
- A pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados. Isso inclui o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias (...) não é possível evitar as interpretações pessoais, na análise de dados qualitativos (...);
- O pesquisador qualitativo vê os fenômenos sociais holisticamente. Isso explica por que estudos de pesquisa qualitativa aparecem como visões amplas em vez de microanálises (...);
- O pesquisador qualitativo reflete sistematicamente sobre quem é ele na investigação e é sensível à sua biografia pessoal e à maneira como ela molda o estudo (...);
- O pesquisador qualitativo usa um raciocínio complexo multifacetado; interativo e simultâneo. Embora o raciocínio seja, em grande parte, indutivo, tanto os processos indutivos como os dedutivos estão funcionando (...);
- O pesquisador qualitativo adota e usa uma ou mais estratégias de investigação como um guia para os procedimentos no estudo qualitativo (...).

Além destas características, o autor fez diversas considerações no que tange a uma pesquisa qualitativa e suas estratégias, bem como os seus procedimentos. Esses aspectos serão

tratados posteriormente para deixar nítido como foram coletados dados e seus registros e como foram feitas suas análises e descrições.

Tomando as convergências desses autores, entende-se que a investigação qualitativa é baseada na naturalidade dos fenômenos para objetivação/subjetivação do sujeito no que tange a interpretação desses fenômenos, a fim de sistematizar descritivamente ou não, a questão a ser investigada. Tendo os aspectos descritivos/explicativos, portanto, “as características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno (...)” (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p. 31).

4.2.1 Formação e delimitação de corpus

A presente investigação organiza seus dados de análise descritiva através da constituição das fontes/amostras que se segue no quadro abaixo:

Quadro 5 - corpus selecionados para coletas de dados/exemplos

Tipo de material	Título	Ano de publicação	Local de publicação
Texto eletrônico	LITERATURA, LÍNGUA E CULTURA NA GUINÉ-BISSAU: Um país da CPLP” (Hildo Honório do Couto e Filomena Embaló)	2010	PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares
Textos no site	Guiné-Bissau Kriol Docs	2023	Site
Livro impresso 01	Livro de “Jon”, in Bíblia Crioulo	1998	Abidjan 01, Cotê d'Ivoire
Livro impresso 02	O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria (Banjamim Pinto Bull)	1989	Bissau, INEP
Livro impresso 03	Kriol ten: Termos e expressões	2007	Bissau, Ku Si Mon
Transcrições de vídeos	Vídeos gravados na Guiné-Bissau com ajuda da Professora Geraldine	2023	Guiné-Bissau
Transcrição de filme 01	Olhos Azuis de Yonta (1992) - Flora Gomes	2020	Youtube
Transcrição de filme 02	The Story of Jesus - Crioulo-Upper Guinea Language (Guinea-Bissau, Africa)	2012	Youtube

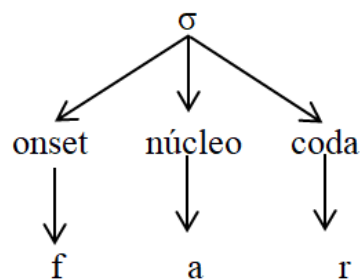
Fonte: Pesquisa do autor

A partir destas amostras, foram selecionados léxicos/textos/trechos para análises descritivas e explicativas do sistema fonético-fonológico e das estruturas verbais e as suas

funcionalidades no guineense. Os textos/léxicos analisados são monolíngues, porque estão na língua guineense. Para as palavras que serviram dos exemplos na seção da fonética e fonologia, foram identificados/extraídos a partir dos vídeos transcritos com auxílios dos outros materiais de *corpus*, dentre esses *corpus*, uns materiais são dicionários, mas não possuem verbetes com transcrições fonéticas e fonológicas. Fato esse, todas as transcrições foram feitas por pesquisador, salvo aquelas cujas citações dos outros autores, por isso, entende-se que as palavras transcritas não foram selecionadas arbitrariamente. Semelhante a isso, os textos para análises das estruturas e funções verbais foram selecionados a partir dos *corpus* que se encontram no quadro acima. Quanto às fontes de ilustrações, algumas foram elaboradas por pesquisadores e outras foram retiradas das pesquisas consultadas conforme consta na indicação da fonte.

Para codificação do *corpus* deste trabalho, usou-se um critério de numeração, no qual, cada texto/trecho selecionado tem um número por algoritmo, os quadros e os diagramas seguem o mesmo padrão. Assim, todo texto tem o seguinte “texto nº 00”, no final de cada texto, é apresentada a fonte da sua origem, bem como os quadros e diagramas têm seus números em ordem e suas fontes. Vale salientar que ao retomar texto/quadro/diagrama X ou Y pode ser retomado por sua numeração ou código numérico, e não se descarta a possibilidade de recolocar o texto/quadro/diagrama caso for necessário. Ainda é pertinente pontuar que cada texto/quadro/diagrama pode ter títulos (definir o texto, quadro e diagrama) ou não. Diante disso, apresentam-se os seguintes exemplos para visualizar as codificações:

Diagrama 1 - Exemplo de estrutura silábica



Fonte: Pesquisa do autor.

Quadro 6- uma parte da representação da tabela consonantal no guineense

Classificações dos segmentos consonantais	Palavras	Transcrição	Símbolos
Fricativo dental ou alvéolos desvozeada	Sapu	['sapu]	s
	Arus	['arus]	
	Pursoris	[pux'soris]	
	Alfas	['alfas]	

Fricativa dental ou alvéolos vozeada	Zona Zinga	['zona] ['zinga]	z
Fricativo alveopalatar desvozeada	Xatu Mixi Bolacha	['ʃatu] ['miʃi] [bo'laʃa]	ʃ
Fricativo alveopalatar vozeada	Tijela Igreja	[ti'ʒela] [i'greʒa]	ʒ

Fontes: Pesquisa do autor.

Texto n° 43: Provérbio na língua guineense

Garandi i puti di mesinhu⁴³. Fonte: Bull 1989, p. 148.

Texto n° 44: Provérbio na língua guineense

Jitu ka ten⁴⁴. Fonte: Bull 1989, p. 150.

Texto n° 45: Provérbio na língua guineense

“Panela fala kaleron: ka bu tisnan⁴⁵!” Fonte: Couto e Embaló (2010).

Texto n° 46: Provérbio na língua guineense

“Garandis fala kuma manganas si ka hululidu i ka ta padi”⁴⁶. Fonte: Couto e Embaló (2010).

Quadro 7 - As categorias predicativas (SV)

	Sujeito (SN)	Predicado (SV)
Sentença 01	Garandi	i puti di mesinhu
Sentença 02	Jitu	ka ten.
Sentença 03	Panela	fala kaleron: ka bu tisnan
1ª oração do texto 01	Panela	fala kaleron
2ª oração do texto 01	[Ka] bu	tisnan
Sentença 04	Garandis	fala kuma manganas si ka hululidu i ka ta padi
1ª oração do texto 02	Garandis	fala
2ª oração do texto 02	manganas	si ka hululidu

⁴³“A pessoa de idade é um pote de medicamento”. [tradução de Bull]

⁴⁴“Não há remédio”. [tradução de Bull]

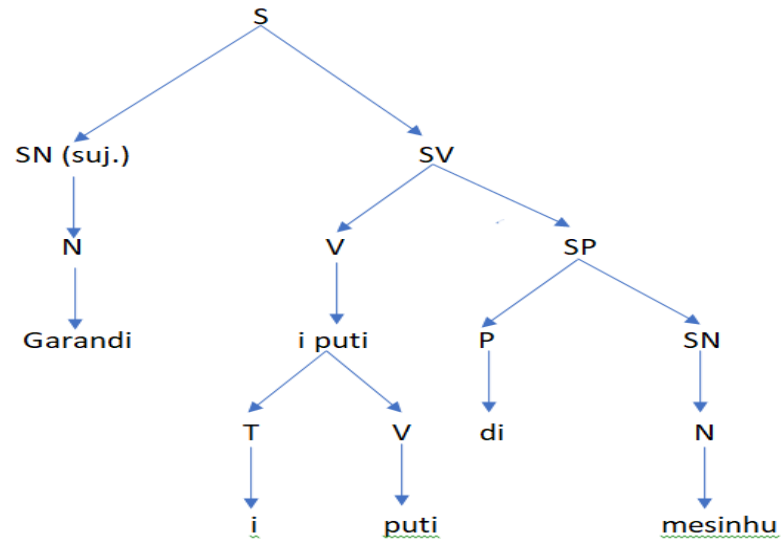
⁴⁵ Tradução dos autores: “a panela disse à caldeira: não me chamusque!”

⁴⁶ Tradução dos autores: “os anciãos dizem que o manganás não dá fruto se não for chamuscado.”

3ª oração do texto 02	i	ka ta padi
-----------------------	---	------------

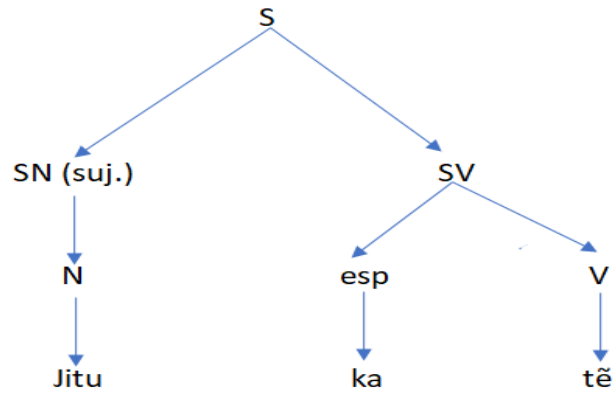
Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 2 - sentença do texto 43



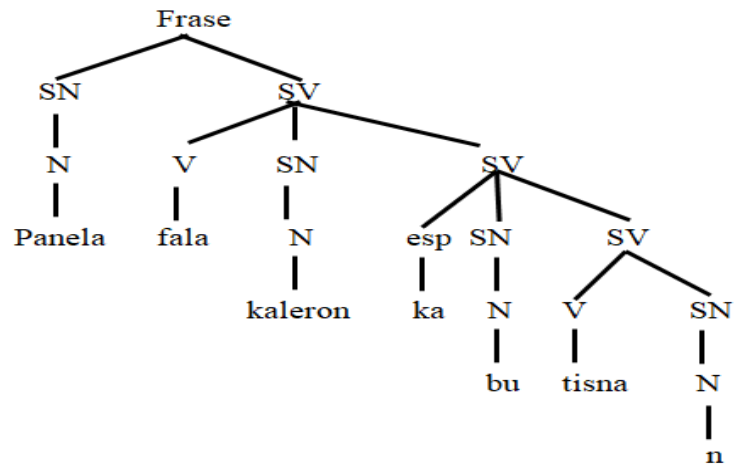
Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 3: sentença do texto 44



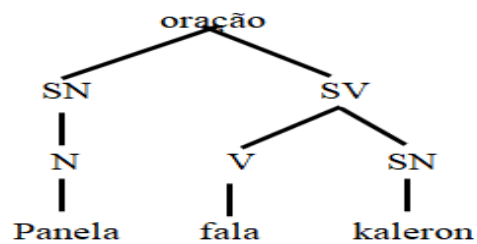
Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 4: sentença do texto 45



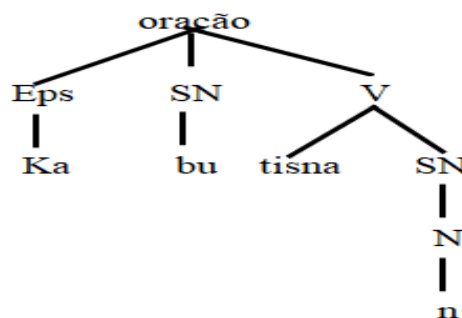
Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 5: Primeira oração da sentença do texto 45



Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 6: Segunda oração da sentença do texto 45



Fonte: Pesquisa do autor

O quadro e os diagramas apresentados acima ilustram as formas básicas utilizadas na fase de análises e esses são para ilustrar alguns exemplos analisados na língua guineense. Em seguida, passa-se a apresentar os conceitos e exemplos das categorias verbais que serão analisados posteriormente.

4.2.2 Quadros e Diagramas

4.2.3 *Para análises dos dados*

Nesta investigação, são usados quadros e diagramas para ilustrar os sistemas fonético-fonológico e as categorias verbais no guineense. Os quadros e os diagramas são usados como objetos que podem ajudar a vislumbrar as análises descritivas de sintagmas verbais, e são usados em contextos específicos e não são aplicados a todos os exemplos apresentados. Destarte, considera-se o quadro e os diagramas do texto 01 como modelos básicos para este trabalho.

4.2.4 *Para análises dos dados*

Para análises dos dados, primeiro, foram identificados e selecionados os léxicos cujos segmentos em análises, bem como foram selecionados os textos (trechos) que serviram de objetos de análise para compreensão gramatical em questão. Nos aspectos sintáticos, fez-se uma contextualização do texto ou exemplo selecionado, em seguida, analisa-se a categoria verbal presente no texto que, em alguns casos, foram analisados tanto as estruturas quanto às funções, mas, em outros casos, foram analisados somente as formas com o propósito de apresentar certas formas existentes na estrutura sintagmática do verbo e, em outras situações, foram levadas em conta somente os conteúdos proposicionais da mobilização verbal no texto. Os símbolos usados nas transcrições são retiradas na tabela fonética internacional com auxílio explicativo de Silva (2003) e a partir da pesquisa da autora foi adotado o símbolo ['] para marcar as sílabas tônicas e o símbolo [.] para separação silábica. A seguir, são apresentadas as categorias que foram trabalhadas nesta investigação.

4.2.5 *As categorias de análises*

Para as análises, foram feitos estudos, observações e explicações das estruturas formais e funcionais de consoantes, vogais e a estrutura silábica para que pudesse elaborar uma proposta de grafemas que podem representar os segmentos no guineense. Em seguida, foram estudadas e delimitadas algumas categorias dentro de SV para observações de suas estruturas e funções.

Para isso, sumariza-se os itens gramaticais, de um lado, os aspectos fonético-fonológicos: consoantes, vogais, sílabas e dígrafos, do outro lado, os aspectos sintáticos de verbos: nas suas categorias macro, que são analisados posteriormente: propriedade sintática do verbo e propriedades semânticas do verbo, descrevendo os papéis de núcleos verbais, dos

especificadores (especificadores de tempo, especificadores de aspecto, especificadores de modo e especificadores de voz), dos complementadores (complementos: objeto direto, complementos: objeto indireto e complementos: complemento oblíquo).

4.3. Fonética e Fonologia: Caminhos

4.3.1 *As consoantes*

Para conhecer a fonética é preciso pensar na fala que o ser humano produz, pois esta área de estudo baseia-se em sons produzidos pelos falantes de uma língua. A fonética é uma área sistemática que se interessa pelos estudos de sons que ocorrem nas falas. Ela busca a compreensão dos aspectos que são envolvidos nessas produções segmentais.

A área da fonética pode ser considerada a ciência que estuda os sons da fala, apresentando os métodos para descrição dos sons da fala, classificando-os e ainda transcrevendo aqueles segmentos que são usados na linguagem humana (SILVA, 2003; PETTER, 2015).

A etimologia de palavra fonética vem do grego que é *phonetikós*, que quer dizer “conhecimento de som” (SILVA, 2003), esse conhecimento é som produzido pelo ser humano, pois não é qualquer tipo de som, nem som de barulho de carro, nem de teclados de notebook que se interessa neste trabalho. Pelo contrário, este trabalho se interessa pelos sons produzidos exclusivamente pelo ser humano.

A fonética interessa-se em estudar um segmento produzido pelo ser humano e em geral, a fonética estabelece diálogos com diversas áreas (SILVA, 2003). Com isso, nota-se a interface entre fonética e música, que permite investigar, por exemplo, semelhanças e diferenças entre os segmentos produzidos através da fala e aqueles produzidos através do canto. Por outro lado, ainda a fonética tem a interface com a área médica, no que diz respeito aos estudos de patologia de falas. Também tem com a Psicologia, no que concerne a investigação da aquisição dos sons pelas crianças, ainda no que diz respeito ao processamento da fala, e outros.

A fonética tem diversas áreas de estudos que podem ser classificadas nos seguintes: fonética articulatória, fonética acústica, fonética auditiva (perceptual) e fonética instrumental. Cada um desses ramos estuda os segmentos da fala humana do seu ponto de vista. Essas áreas da fonética descrevem, analisam e classificam os sons produzidos na linguagem humana. Em termos articulatórios, estuda-se os segmentos do ponto de vista fisiológico e articulatório. Por exemplo, quando se descreve a realização de som [p], nessa produção pode se afirmar que na

sua articulação quase não se ouve/sente a vibração nas cordas vocais, por isso, a produção de [p] é considerada não vozeada, pois o fluxo do ar segue o caminho do trato vocal e não das fossas nasais, o que vai caracterizá-lo de segmento oral, também há obstrução pelos dois lábios, por isso é chamado de oclusivo bilabial. Tudo isso acontece por conta do papel da Fonética articulatória (SILVA, 2003).

Ainda, pode-se dizer que estudos de segmentos fisiológicos e articulatórios visam explicar, por exemplo, como as pessoas utilizam órgãos como boca, pulmões ou laringe para produzir sons. Nessa senda, busca explicar como os movimentos ou posições da língua e outros componentes da boca se diferenciam quando são pronunciados em diversos segmentos.

Os estudos acústicos da Fonética levam em conta a observação dos atributos físicos dos sons, considerando frequência, intensidade e duração. Ou seja, analisa as propriedades físicas dos sons e como os segmentos da fala chegam ao trato auditivo, além de buscar compreender a percepção da fala. Quando o ser humano produz um segmento, isso se dá através da transmissão de ondas sonoras até chegar ao ouvido do seu interlocutor. Para analisar este segmento, recorre-se ao auxílio de programas específicos de computadores que permitem avaliar sua altura, sua intensidade e duração.

De acordo com os estudos de Silva (2003; 2007), os segmentos que são considerados sob aspectos perceptuais ou centrais na percepção do aparelho auditivo, objetiva-se explicar como acontecem os processos psicológicos pelos quais as pessoas percebem a fala, mas, nem sempre se notam os mesmos segmentos das formas idênticas. Para que isso seja apreendido, precisa acontecer uma análise mais acurada que permita identificá-los. É de salientar que estas três áreas de estudos estão relacionadas, contudo, nem sempre são implementadas concomitantemente, ou seja, nem sempre são estudadas juntas, isso por falta de especialização nessas três áreas.

Antes de passar para o tópico seguinte, ainda pode ser considerado outro estudo nessa área que se denomina de Fonética instrumental. A Fonética instrumental visa "compreender o estudo das propriedades físicas da fala, levando em consideração o apoio de instrumentos laboratoriais" (SILVA, 2003, p. 23). Para compreender as propriedades físicas das falas, conforme a área em que irão ser estudadas, levam-se em conta os materiais do laboratório, e através dos sistemas computacionais é que se vão compreender os segmentos produzidos pelos seres humanos.

A linguagem humana pode ser diferenciada dos demais sistemas simbólicos pelo fato de serem segmentadas em unidades menores. Essas unidades são organizadas de forma

distinta nas línguas. E vale pontuar que essas unidades de sistemas são finitos (existem quantidades de segmentos vocálicos e consonantais limitados em cada língua) e se compara aos seres humanos que são finitos. Através das unidades fonológicas finitas, é possível a produção de formas infinitas de palavras.

4.3.1.1 O ciclo da produção de voz ou aparelho fonador

Para conhecer como os seres humanos produzem os sons, primeiramente, precisa-se conhecer o aparelho fonador ou órgãos que permitem produzir os segmentos. Esses órgãos não têm como funções primárias a produção dos sons, ou seja, nenhum órgão tem a função primária de produzir os sons e nenhuma parte do corpo humano tem a função primária de produzir segmentos (SILVA, 2003).

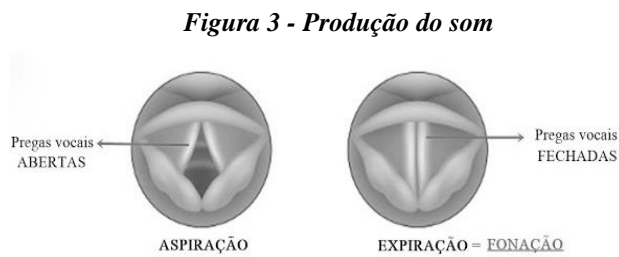
Assim, deve-se destacar que os órgãos do aparelho fonador (pulmão, laringe, cordas vocais, a cavidade supraglótica: cavidades oral e nasal, dentes superiores e inferiores, a língua, alvéolos, palato duro, palato mole e véu palatino) não foram projetados para produzir a fala humana. A função principal deles é a sobrevivência humana, isto é, mastigar, engolir e respirar. Porém, ao mesmo tempo em que o ser humano utiliza o aparelho fonador para a sua sobrevivência, também utilizam esses mecanismos para produção da fala humana. Assim, Silva (2003) dividiu-as em três sistemas: o sistema respiratório, o sistema fonatório e o sistema articulatário.

Cada um desses sistemas tem suas subpartículas, aponta Silva (2003). O sistema articulatário está composto por faringe, língua, nariz, palato, dentes e lábios. Enquanto que o sistema fonatório é composto da seguinte forma: laringe onde está a glote. Por fim, o sistema respiratório com subpartes seguintes: pulmões, músculos pulmonares, brônquios, traquéia.

Tomando outras abordagens para melhor compreensão da questão do aparelho fonador, Seara (2011, 2019) afirma que alguns definiram a voz como o som que é produzido a partir da vibração das pregas vocais, que não se confunde com a fala, pois a fala se dá pela articulação desse som. Seara (2011) ainda diz que o “fonador” é aquele que produz a voz. A partir disso, pode-se entender que existem órgãos responsáveis pela produção de som, esses órgãos são os que fazem partes dos sistemas respiratório, articulatário e fonatório.

Retomando a ideia de sistema fonatório, entende-se que ele é constituído pela laringe, onde se localizam os músculos estriados que podem obstruir a passagem de corrente de ar, portanto, podem ser chamados de cordas vocais, diferente dos músculos laríngeos, que não obstruem as passagens da corrente de ar, denominado de glote e é localizado na laringe,

no espaço entre as pregas vocais. Para uma explanação melhor pode-se observar a imagem abaixo:



Fonte: <https://encr.pw/qppeR>

Quando as pregas vocais estão abertas acontece a respiração e a produção de sons não vozeados e surdos, quando estiverem fechadas é que vai acontecer a fonação, mas é preciso saber que a fonação se dá graças à grande elasticidade das pregas vocais que são constituídas de tecido muscular.

Os três sistemas que foram descritos acima caracterizam o aparelho fonador e são fisiologicamente responsáveis pela produção dos sons da fala, ou seja, sons produzidos por seres humanos (SILVA, 2003).

Em seguida, a descrição do aparelho fonador foram discutidos e transcritos os segmentos consonantais. Antes disso, aponta-se para melhor compreensão de como ocorrem os segmentos consonantais, entende-se que o trato vocal é “a região que se estende dos lábios e fossas nasais até a laringe e que é constituída de várias estruturas ao longo da cabeça e do pescoço” (SILVA, 2003, p. 11). Este trato é constituído por diferentes articuladores.

Um dos articuladores é a laringe, o órgão onde se encontram as pregas vocais que são responsáveis pela produção da voz do ser humano. A laringe pode ser articulada de sons do tipo das línguas semíticas, como o hebraico, que contém os sons produzidos neste articulador. E, localizada na porção superior da traquéia, ainda pode ser considerada canal que conecta o nariz e a boca, com os pulmões. Já na sua porção superior, encontram-se as pregas vocais (SILVA, 2011).

Por outro lado, *epiglote* é o órgão responsável pela produção de sons da fala e podem ser considerados os mesmos empregados na respiração, assim como na *deglutição*. Porém, é difícil o ser humano falar e engolir ao mesmo tempo, pois o ar e a comida podem passar acidentalmente por uma questão de sobrevivência pela laringe, ainda se diz que é necessário fazer que o bolo vá pelo sistema digestivo. Por isso, existe uma *estrutura* para impedir que água e comida entrem pela laringe enquanto se fala. E, essa estrutura é a epiglote, uma pequena cartilagem localizada logo acima da laringe e das pregas vocais, e fecha-se quando o ar passa pelo trato vocal.

Já a *faringe* pode ser considerada de espaço aberto entre a *úvula* e a *laringe*. Um traço que distingue crucialmente essa cavidade nos humanos é a parede *frontal da faringe* na cavidade oral que pode ser formada pela porção posterior (SILVA, 2011).

O conhecido como *palato mole* ou chamado de *véu palatino* pode ser compreendido como a parte carnuda do *céu da boca*, e localiza-se antes da parte final do *céu da boca*. Pode ser verificado como uma estrutura muscular móvel que pode ser levantada para exercer pressão sobre a parede posterior da faringe e fechando a cavidade nasal, essa fechada impede a passagem do ar. E, o ar acaba saindo apenas pela cavidade oral, esse movimento acaba diferenciando os sons orais e sons nasais. Na parte final do palato tem uma porção inferior e onde existe um pequeno *apêndice* pendurado, chamado *úvula*.

Por outro lado, tem o outro chamado de palato duro, este está no intermédio de *palato mole* e os *alvéolos*. Porém não é um articulador móvel e mole, por isso é denominado de duro e não se movimenta.

Também tem o denominado de *alvéolos*, que é a parte localizada entre o palato duro e os dentes da *arcada superior*. Da mesma forma do palato duro na questão de movimento, não é um articulador móvel. Ainda junto desse articulador tem os dentes, que da mesma maneira não se movimentam. Os *dentes* são divididos em superiores que estão junto dos *alvéolos* e os inferiores, que estão por parte da gengiva de baixo. Em seguida, têm os *lábios* que são os articuladores móveis, os lábios podem se tornar arredondados quando estão se aproximando. Esse arredondamento pode ser considerado uma manobra articulatória que participa ativamente na distinção de vogais em língua (SILVA, 2011).

A *língua* é a mais flexível de todos os articuladores e divide-se em *parte posterior*, *parte média*, *parte anterior*, *lâmina da língua* e *ápice da língua*. Com a língua, pode-se tocar diversas estruturas de trato. Cada uma dessas partes desempenham funções diferentes, mas o propósito de produzir os segmentos não é primário. O ápice e a lâmina da língua localizam-se na parte mais frontal da língua, o ápice fica na *borda lateral frontal* da língua, enquanto que a *lâmina* pode ser localizada na borda superior frontal da língua (SILVA 2003). A autora salienta que não é relevante se o articulador é o ápice ou a lâmina da língua nos segmentos consonantais do português, mas tais parâmetros podem ser relevantes em outras línguas. Para o guineense, é tão relevante o articulador lâmina, pois na produção de *nasal retroflexa*, que se verifica no quadro fonético internacional, exige-se que o articulador seja envolvido em produção de segmento nasal retroflexa.

Para se fazer uma melhor transcrição fonética, deve-se seguir alguns parâmetros importantes, “o mecanismo e direção da corrente de ar; se há ou não vibração das cordas vocais; se o som é nasal ou oral; quais são os articuladores envolvidos na produção dos sons e qual é a maneira utilizada na obstrução da corrente de ar” (SILVA, 2003, p. 26). Alguns destes parâmetros já estavam sendo explicados quando se começa a falar de pregas vocais. Considerando a noção de pregas vocais, pode-se dizer que se as cordas vocais estejam vibrando, os segmentos que vão ser produzidos são chamados vozeados ou sonoros. E, para produzir sons que são chamadas surdas ou não vozeadas, não ocorre a vibração das cordas vocais.

Como dito anteriormente, o véu palatino é móvel, por isso, pode-se observar que o segmento é oral quando a úvula, junto do palato mole, levantam-se e o ar tem acesso à saída pela cavidade nasal e esse ar não cria ressonância nesta cavidade, portanto, dá-se um segmento oral (SILVA, 2003).

O mecanismo da "corrente de ar pode ser pulmonar, glotálica ou velar. Os segmentos consonantais do português são produzidos com o mecanismo de corrente de ar pulmonar. Este é o mecanismo utilizado normalmente no ato de respirar" (SILVA, 2003, p. 27). O mecanismo que é usado para produzir sons em português é chamado de pulmonar, é o mesmo que se usa para respirar. Como se utilizam os pulmões para produzir segmentos em português, pode-se compreender que o ar é dirigido para fora e sai por meio da pressão exercida pelos músculos do diafragma. Com isso, pode-se afirmar que esse processo de produção de som é chamado de *egressiva*. Partindo das reflexões de produção de segmento em português, pode-se ainda afirmar que é o mesmo modo que os segmentos da língua guineense são produzidos. Diferentemente da produção de segmentos que vão para dentro de pulmões e esses segmentos podem ser como o ar está sendo engolido. Para este, denomina-se de *ingressiva*. Esses segmentos acontecem ou ocorrem em outras línguas.

Após as considerações feitas dos mecanismos da corrente de ar, passa-se em seguida, a tratar sobre **pontos de articulações**. Os pontos de articulações são vários, desta forma, são citados alguns que vão ser ilustrados na tabela fonética.

Para entender o ponto de articulação, Seara (2019) diz que as caracterizações de consoantes devem levar em consideração as posições dos articuladores passivos e ativos quando produzem segmentos, e essa relação dos articuladores pode ser denominada de lugar ou ponto de articulação de consoante. Diante disso, apresentam-se os tipos de lugar ou pontos do português brasileiro segundo Silva (2003), que são: Bilabial, Labiodental, Dental,

Alveolar, Alveopalatal, Palatal, Velar, Glotal. Já no guineense, pode ser considerado que existe um ponto de articuladores a mais, porque é produzido o segmento retroflexo nasal na língua guineense, seguindo a noção consonantal conforme a tabela fonética internacional. Seara (2019) coloca a retroflexa na posição de ponto de articulação. Descreve-se os pontos de articulação, buscando identificá-los na língua guineense⁴⁷:

Bilabial - Este é o primeiro ponto de articulação em que os sons podem ser produzidos com o envolvimento da aproximação dos lábios superior e inferior. Silva (2003) assevera que articulador ativo é o inferior, enquanto que o passivo é superior. Na língua guineense, esses estão envolvidos nos mesmos processos das produções de segmento bilabial. Exemplos nas seguintes palavras que foram extraídas dos *corpus* selecionados com auxílios dos dicionários usados nesta investigação⁴⁸: [p]o-di-mandioka⁴⁹, [b]obra⁵⁰, pi[m]enta⁵¹. Os símbolos fonéticos são os mesmos.

Labiodental - as consoantes produzidas aqui são realizadas com aproximação do lábio inferior com os dentes superiores. No guineense, há os seguintes exemplos com o ponto de articulação labiodental: fison⁵², veludu⁵³. Os símbolos são mesmos e os processos também.

Dental - são produzidas envolvendo aproximação da ponta da língua aos dentes, quer dizer, o ápice ou a lâmina da língua vai em direção aos dentes superiores frontais, que podem ser chamados “dentes incisivos superiores” (SILVA, 2003). São os seguintes símbolos fônicos: [d,t,s,z,n,r,ʃ,i,l,t]. No guineense, os símbolos podem ser verificados nas seguintes palavras: modjadu⁵⁴, ríkiti⁵⁵, risu⁵⁶, mornu⁵⁷, moli⁵⁸, pulga⁵⁹, mesinhu di tera⁶⁰, sal.

Alveolar - podem ser produzidas pela aproximação ou toque do ápice ou lâmina da língua nos alvéolos. E, é diferente do dental, porque nessa produção tem os alvéolos

⁴⁷Os dados que serviram como exemplos para identificar os segmentos na língua guineense são os *corpus* adotados para análise, exceto transcrições dentro de uma citação (in)direta.

⁴⁸Na língua guineense, existe.

⁴⁹Tubérculo de mandioca.

⁵⁰Abóbora; aboboreira.

⁵¹Pimenta verde.

⁵²Feijão.

⁵³Veludo, pau-veludo.

⁵⁴Molhado.

⁵⁵Beliscar.

⁵⁶Duro, rijo.

⁵⁷Morno.

⁵⁸Mole, macio.

⁵⁹Purgueira, arbusto de cujas sementes se extrai um óleo purgativo.

⁶⁰Medicamento tradicional.

como articulador passivo, enquanto que o articulador ativo têm os dentes incisivos superiores. São os seguintes símbolos que representam os alvéolos: [d,t,s,z,n,r,ʃ,i,l,ʎ]. Os símbolos são encontrados nas palavras ‘**data, cinto, Zinco, prato, carro, lápis, sal**’. É notável que os símbolos são os mesmos nas representações de articuladores dentais e alveolares. A diferença que existe entre eles é a seguinte: o segmento alveolar é produzido com alvéolos e o dental envolve os dentes superiores. Também é necessário ressaltar que são os mesmos processos para produções de segmentos na língua guineense.

Pós-alveolar ou Alveopalatal - pode ser considerado que são produzidos com a parte anterior da língua e a parte medial do palato duro. Esse processo se dá pela pelo envolvimento da lâmina da língua com a região posterior dos alvéolos (SEARA, 2019). São os seguintes símbolos fonéticos envolvidos neste ponto: [ʃ, dʒ, ʃ, ʒ]. Esses segmentos são produzidos nas seguintes palavras no guineense: *matchu*⁶¹, *lundjusti*⁶², *charu*⁶³, *jadu*⁶⁴. Também os símbolos são iguais.

Retroflexa - é um tipo de segmento que não existe no português, e sim no guineense, e geralmente pode aparecer nas diversas expressões no guineense com ‘n’ apóstrofo antes da coda da primeira sílaba, desta maneira, considera-se os seguintes fones nessas expressões: [ŋ]ka e [ʎ]tarda. Assim, o segmento pode ser chamado de nasal retroflexa.

Palatal - esse ponto de articulação pode ter conceitos diversos dependendo do autor. Silva (2003) diz que os segmentos são produzidos com a parte média da língua e o véu palatino ou palato mole. Para Seara (2011), os segmentos são produzidos pela aproximação ou toque da porção anterior da língua e do palato duro. Pode-se concordar com os dois pontos de vista, apesar que a produção deste segmento na língua guineense aproxima-se mais do conceito de Silva (2003). São os seguintes fones representados neste ponto: [ɲ/ỹ], esses símbolos podem ser encontrados nas seguintes palavras do guineense: *galinha*⁶⁵, *folia*⁶⁶.

Velar - este envolve a parte posterior da língua e o véu palatino ou palato mole. E Silva (2003) aponta que essa varia dependendo do dialeto em questão. Na língua guineense, existe as seguintes consoantes com ponto de articulação velar [k,g,x, ɣ].

⁶¹ Macho, homem.

⁶² Afastar-se, ir para longe, ficar longe.

⁶³ Tabaco moído para cigarros ou para cachimbo, vinho de Konakry.

⁶⁴ Nome próprio (geralmente é colocado para alguém).

⁶⁵ É a mesma expressão da galinha em português.

⁶⁶ Folha, papel.

Assim, é possível encontrá-las em palavras como *kandja*⁶⁷, *malgeta*⁶⁸, *rapudju*⁶⁹, *guerla*⁷⁰.

Glotal - são produzidos com os músculos da glote, ou seja, estes músculos comportam-se como articuladores, isso é a pronúncia típica da variante de Belo Horizonte.

Pode-se dizer que o guineense não produz um som com a glote, a não ser que haja um empréstimo da língua étnica ou estrangeiro, ou quando alguém está com algum problema nos órgãos que são envolvidos nas produções segmentais.

Vale lembrar que as palavras do guineense que são utilizadas para conseguir os símbolos fonéticos podem ser encontradas no *corpus* selecionado, na obra de Teresa Montenegro (2007) e outras.

Saindo da abordagem dos pontos ou lugares de articulações, em seguida, descrevem-se os modos ou maneiras de articulações, pois têm os mecanismos que permitem entender o grau da passagem de corrente de ar. Para isso, Silva (2003) diz que a posição que o articulador ativo assume em relação ao articulador passivo, ainda indica como e em qual grau que a passagem da corrente de ar por meio de trato vocal pode ser limitada neste ponto, a autora denomina esse processo de natureza da estritura.

Esse modo de articulação baseia-se no grau que pode ser obstruído pela passagem que as produções dos sons consonantais podem oferecer, pois existem consoantes que envolvem obstrução total à passagem do ar no trato, devido a uma constrição muito severa no interior do trato, no caso do [p], então gera a obstrução, enquanto outras consoantes envolvem obstrução parcial à passagem do ar, no caso de [s].

Os modos de articulações podem ser classificados das seguintes maneiras:

Oclusivas - os articuladores são produzidos pela oclusão ou obstrução completa ou momentânea da passagem da corrente de ar através da boca, de modo que impede a passagem do ar pelo trato. Acontece que o véu palatino levanta e impede a passagem na cavidade nasal, pois o ar que vem dos pulmões sai pela cavidade oral. Conclui-se que as oclusivas são consoantes orais (SILVA, 2003). Seara (2011) diz que esse fluxo de ar é produzido nas cavidades supraglóticas. Ainda se pode chamar oclusivas de

⁶⁷ Quiabo, gombô.

⁶⁸ Malagueta.

⁶⁹ Repolho.

⁷⁰ Guerla, brânquia.

plosivas (SILVA, 2003). Segue-se a figura para ver o levantamento de véu palatino na imagem à esquerda:

Figura 4 - Levantamento de véu palatino



Fonte: <https://encr.pw/0wC7J>

Nessa figura, nota-se na imagem no lado esquerdo que o véu está levantado e isso fez com que a produção de segmento seja oclusiva e chama-se oral, porque, o som não passa pela cavidade nasal. Os símbolos são [p,b,t,d,k,g]. Esses símbolos foram extraídos da tabela fonética internacional e podem ser observados no guineense nas seguintes palavras: *papia*⁷¹, *barku*⁷², *dia*⁷³, *ganha*⁷⁴.

Nasal - é o som produzido com obstrução completa ou momentânea, o ar sai pelo trato vocal e fossas nasais, esta obstrução acontece através da boca e o véu palatino encontra-se abaixado, pois o ar que vem dos pulmões vai se dirigir às cavidades nasal e oral. Com isso, produz-se o segmento nasal. Silva (2003) considera que o segmento nasal no português é idêntico ao da oclusiva, porém o levantamento e abaixamento do véu palatino é que irá diferenciá-lo. Seara (2011) entende que quando acontece o abaixamento do véu palatino, permitindo a liberação do ar pela cavidade nasal, então o ar saindo dos pulmões ressoa na cavidade oral antes de ser expelido através da cavidade nasal. Com esses símbolos [m,n,ɲ/ỹ], descreve-se os segmentos na língua guineense, isso acontece nas seguintes palavras: *manda*⁷⁵, *nau*⁷⁶ e *nha*⁷⁷, com a mesma representação dos símbolos fonéticos. Só que o penúltimo símbolo pode

⁷¹ Falar.

⁷² Barco.

⁷³ Dia.

⁷⁴ Ganhar.

⁷⁵ Manda.

⁷⁶ Não.

⁷⁷ Meu, minha.

aparecer na palavra “banho” em língua portuguesa, mas não aparece na posição inicial da palavra nessa língua, porém, pode ser verificado em palavras estrangeiras do português brasileiro.

Para uma melhor compreensão de abaixamento de palato mole pode seguir a figura abaixo:

Figura 5 - Abaixamento de palato mole



Fonte: <https://11nq.com/0wC7J>

Fricativa - este é outro modo que cria a fricção. Silva (2003) demonstra que os articuladores aproximam-se para produção deste segmento. Seara (2011) pontua esse fenômeno da seguinte forma: a consoante fricativa é produzida com um estreitamento e é produzida com uma fricção quando ocorre à passagem central da corrente de ar no canal bucal, e a passagem de fluxo do ar nas cavidades supraglóticas vai criar um ruído de fricção. Com isso, percebe-se que não chega à obstrução completa e não há oclusão neste caso, aliás, há uma oclusão parcial e causa uma fricção parcial. Estes segmentos ocorrem nas seguintes palavras no guineense: *fidju*⁷⁸, *vara*⁷⁹, *sai*⁸⁰, *Azarias*⁸¹, *chefi/chef*⁸², *Jafé*⁸³, *rapidu*⁸⁴, *Marta*⁸⁵/*mar*⁸⁶, *kargu*⁸⁷.

Africada - na fase da produção inicial pode se denominar de oclusiva, pois os articuladores produzem uma obstrução completa ou momentânea na passagem de corrente de ar através da boca, o véu palatino encontra-se levantado. Silva (2007) salienta que no primeiro momento a ponta da língua toca na região alveolar do trato,

⁷⁸ Filho, filha.

⁷⁹ Vara.

⁸⁰ Sair.

⁸¹ Um dos três amigos de Daniel.

⁸² Chefe, responsável.

⁸³ Um dos filhos de Noé.

⁸⁴ Rápido.

⁸⁵ Uma das mulheres que acompanhavam Jesus.

⁸⁶ Mar.

⁸⁷ Carga.

que faz obstrução total à passagem do ar, já no segundo momento é envolvido o processo da produção de segmento pelo modo fricativo. Pode-se perceber que para produzir o segmento africado, é preciso envolver dois mecanismos da produção de som: primeira, oclusiva e fricativa para que haja um segmento africado. No guineense, são envolvidos os mesmos processos para produzir esses segmentos: *tchaga*⁸⁸, *djugu*⁸⁹. Os símbolos são estes [tʃ, dʒ].

Tepe ou vibrante simples - pode ser definido do seguinte modo: quando o articulador ativo toca rapidamente ao articulador passivo, ocorrendo uma rápida obstrução de corrente de ar através da boca (SILVA, 2003). O que se nota na produção de vibrante simples é que tem a semelhança com a produção de segmento de vibrante múltipla, só que se diferenciam da seguinte maneira: há uma única obstrução que é causada pela batida de ponta da língua no alvéolo ou palato duro, portanto, é chamado de simples. Enquanto que o múltiplo é causado pelas repetidas vezes de batidas da ponta de língua no alvéolo ou palato duro. Da mesma forma que o tepe é produzido em português brasileiro, assim também se usa os mesmos articuladores com o mesmo processamento para produção do segmento na língua guineense. Também é notório que no modo de articulação o véu palatino se levanta para impedir a passagem de ar na cavidade nasal. No guineense, o tepe pode ser encontrado nas seguintes palavras: “*karu*⁹⁰, *magru*⁹¹”. O vibrante simples é representado pelo seguinte símbolo [ɾ].

Vibrante múltipla - é quando o articulador ativo toca algumas vezes ou várias vezes o articulador passivo que vai causar a vibração. Esse som normalmente ocorre no início da palavra com “r”, ou palavra com dois “rr”. Esse segmento é produzido no português brasileiro mais pela região do Sul do país, na verdade, é produzido pelos majoritários de faixa etária mais alta (SILVA, 2007). Cujo seguinte símbolo [r]. Assim, pode-se dizer que esses segmentos são produzidos com os mesmos articuladores no guineense e o mesmo processo de funcionamento para produção de som. No entanto, a única posição que o “r” não é produzido com vibração é quando está na posição intervocálica no guineense, no entanto, só se pronuncia no início da palavra e palavras com duas letras “r”. Diante disso, consideram-se as expressões na

⁸⁸ Ferida.

⁸⁹ Jogo.

⁹⁰ Cara.

⁹¹ Magro.

língua guineense em que se pode se observar o vibrante múltiplo, “*farta*⁹², *rapidu*, *marcha*⁹³, *mar*” e magru.

Retroflexa - nessa produção o palato duro é a articulação passiva e a ponta da língua é o articulador ativo. Silva (2003) argumenta que esse som se dá com o levantamento e encurvamento da ponta da língua em direção ao palato duro, e autora diz que esse segmento ocorre no dialeto “caipira” e no sotaque de norte-americanos que falam o português brasileiro, e são produzidas nas seguintes palavras: *mar*, *carta*, com seguinte símbolo [ɹ]. Já no guineense, é difícil encontrar esse segmento envolvendo esses articuladores e com este processo. Em caso de encontrar este segmento seria por interferência da língua étnica ou língua estrangeira, nas palavras deste tipo: *Marta*, *karta*, *mar*.

Laterais - pode se ver que o articulador ativo toca o articulador passivo, a corrente de ar é obstruída na linha central do trato vocal e o ar sai por ambos os lados, portanto, obstrução tendo saída lateral (SILVA, 2003). Cujos seguintes símbolos [l]. Para a língua guineense, entende-se que são utilizados os mesmos mecanismos para produção deste tipo de som. Em seguintes palavras do guineense se percebe isso, por exemplo, *lua*⁹⁴, *falia*⁹⁵, *Sol*⁹⁶.

Vale ressaltar que cada autor pode apresentar seu ponto de vista a respeito dos conceitos e classificações de modo e lugar de articulação, porém não fugirão das explicações que envolvem esses articuladores para produção de um segmento consonantal.

Os conceitos acima apresentados podem ajudar a identificar e elaborar uma tabela consonantal no guineense, colocando, assim, os símbolos fonéticos que representam os segmentos em seus pontos e modos de articulações, bem como ajuda na compreensão dos aparelhos que são envolvidos em cada produção de som.

4.3.2 *Os vogais*

As vogais são classificadas por ponto e modo de articulação como as consoantes, no entanto, são observadas pela passagem mais livre do ar (FIORIN, 2014, p. 22). Os fones, denominados vocálicos, podem ser “produzidos por uma corrente de ar pulmonar egressiva que faz vibrar as cordas normalmente” (FIORIN, 2014, p. 22). Destarte, o autor argumenta

⁹² Fartar, estar cheio.

⁹³ Marchar.

⁹⁴ Lua.

⁹⁵ Falhar.

⁹⁶ Sol.

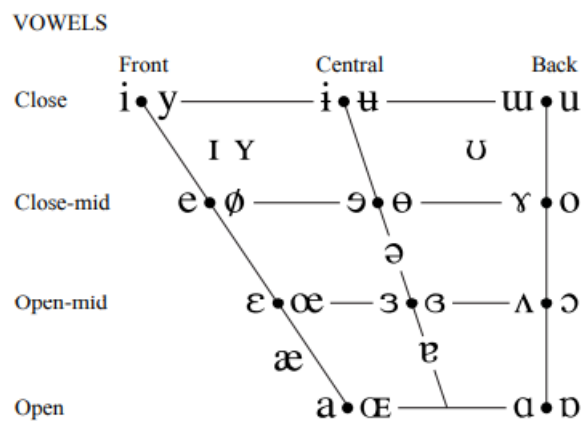
que nos segmentos vocálicos o que muda é a forma e o tamanho do trato vocal e não se pode marcar pontos em que esses segmentos são produzidos, por isso, para os definir, são necessários estes fatores: a altura do corpo da língua, posição anterior ou posterior da língua e o grau de arredondamento dos lábios.

O primeiro diz respeito à altura que a língua pode ocupar “no trato vocal durante a produção de um som” (FIORIN, 2014, p. 23; SILVA, 2003, p. 66), tendo os seguintes segmentos: [i, e, ε, a]. Na produção desses sons, percebe-se que “a língua vai baixando no trato vocal” (FIORIN, 2014, p. 23; SILVA, 2003, p. 66). Diante disso, são considerados quatro graus de altura da língua: alto, médio-alto, médio-baixo e baixo.

O segundo aspecto, a posição da língua, diz respeito à dimensão horizontal durante a produção segmental, porque nisso ocorre uma movimentação da língua para frente (anterior/anterioridade) ou para trás (posterior/posterioridade), mudando a cavidade oral e dividindo-a em três posições da língua: anterior, central e posterior (FIORIN, 2014, p. 23; SILVA, 2003, p. 66-68).

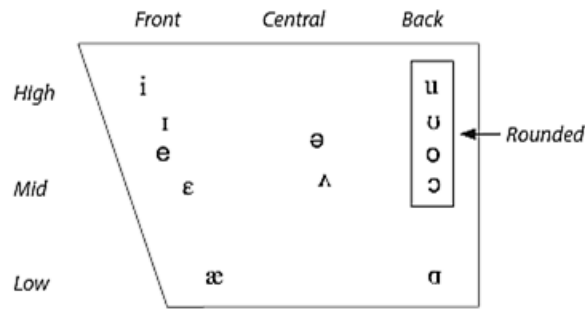
Por fim, considera-se o grau de arredondamento dos lábios que diz respeito à forma que os lábios apresentam, ou seja, “durante a articulação de um segmento consonantal os lábios podem estar estendidos (distensos) ou podem estar arredondados. Estes dois parâmetros são suficientes para a descrição dos segmentos vocálicos” (FIORIN, 2014, p. 23-24; SILVA, 2003, p. 66-68). Considerando tudo isso, é possível visualizar os segmentos nos seguintes quadros e figuras:

Figura 6 - Classificação internacional das vogais



Fonte: <https://encr.pw/ec1EB>

Figura 7- Vogais do Inglês norte-americano



Fonte: Azambuja, 2010, p. 13.

Quadro 8 - classificação das vogais quanto ao arredondamento dos lábios, anterioridade/posterioridade e altura no português Brasileiro

	Anterior		Central		Posterior	
	arred	não-arred	Arred	não-arred	Arred	não-arred
alta	y		ʊ	i	u	ɯ
média-alta	ø		ə		o	ɤ
média-baixa	œ	ɛ	e	ɜ	ɔ	ʌ
baixa	ɛ	æ	a		ɑ	ɒ

Fonte: Silva, 2003, p. 69.

Quadro 9 - vogais tônicas orais no português brasileiro

	Anterior		Central		Posterior	
	arred	não-arred	Arred	não-arred	Arred	não-arred
alta	I				u	
média-alta	e				o	
média-baixa	ɛ				ɔ	
baixa			a			

Fonte: Silva, 2003, p. 79.

Quadro 10 - Vogais nasais no português brasileiro

	Anterior		Central		Posterior	
	arred	não-arred	Arred	não-arred	Arred	não-arred
alta	ĩ				ũ	
média	ẽ				õ	
baixa			ã			

Fonte: Silva, 2003, p. 91.

Os quadros acima apresentam, explicitamente, as classificações das vogais quanto ao arredondamento dos lábios, anterioridade/posterioridade e altura. Esses exemplos são importantes para ilustrar os segmentos vocálicos no guineense.

4.3.3 A Sílabas

A história da sílaba na teoria fonológica começa a ser escrita desde a ELP (Escola Linguística de Praga), pelos prosodicistas de Londres, depois passa pelos estruturalistas e segue até a moderna teoria gerativista. Desta forma, será abordada a estrutura ou organização interna da sílaba. Antes disso, da estrutura interna da sílaba, apresentam-se os três argumentos do porquê estudar a sílaba, e estes argumentos foram reafirmados por Mendonça (2003) parafraseando Selkirk.

Mendonça (2003, p. 22) citando Selkirk (1982, p. 337) afirma que “first of all, it can be argued that the most general and explanatory statement of phonotactic constraints in a language can be made only via the syllabic structure of an utterance”⁹⁷. Esse argumento mostra que para uma boa percepção das restrições fonotáticas de qualquer língua podem ser compreendidas através da estrutura silábica de um enunciado.

O segundo argumento, “(...) it can be argued that only via the syllable can one give the proper characterization of the domain of application of a wide range of rules of segmental phonology”⁹⁸, Mendonça (2003, p. 22) apresentando o argumento de Selkirk (1982, p. 337). Essa segunda dedução mostra que é através da sílaba que se caracteriza o domínio de aplicação de regras de fonologia segmental.

O último “(...) it can be argued that an adequate treatment of suprasegmental phenomena such as stress and tone requires that segment be grouped into units which are the size of the syllable”⁹⁹, Mendonça (2003, p. 22) citando Selkirk (1982, p. 337). Esse último argumento resume-se ao tratamento adequado de fenômenos suprasegmentais, como tom e estresse, que exigem ao segmento que seja agrupado em unidades do tamanho da sílaba.

De agora em diante, discute-se a questão da organização interna da sílaba. Mendonça (2003) afirma que cada conjunto de palavras das línguas seguem determinados princípios organizacionais, e estes princípios não são iguais para todas as línguas.

⁹⁷ Em primeiro lugar, pode-se argumentar que a afirmação mais geral e explicativa das restrições fonotáticas em uma língua só pode ser feita através da estrutura silábica de um enunciado. [Tradução do pesquisador]

⁹⁸ Pode-se argumentar que somente através da sílaba como se dá a caracterização adequada do domínio de aplicação de uma ampla gama de regras de fonologia segmental. [Tradução do pesquisador]

⁹⁹ Pode-se argumentar que um tratamento adequado de fenômenos suprasegmentais como tensão e o tom exige que o segmento seja agrupado em unidades que são o tamanho da sílaba. [tradução do pesquisador]

As línguas são regidas em termos das regras fonotáticas que permitem ou não determinados arranjos ou sequências sonoras em qualquer sílaba, com isso, é preciso compreender as restrições que operam em dada língua, que permite entender a estrutura não só da sílaba, mas também das palavras.

Segundo Mendonça (2003), há dois modelos de sílabas, o primeiro era feito linearmente e os seus estudos apontavam só para sequências de vogais e consoantes, porque não caracterizam certos traços de cada segmentos, como aspectos mais profundos da organização silábica, exemplo, o tom e o acento. Por outro lado, surge outro modelo chamado de fonologia não-linear, este busca aprofundamento em certos traços, como os diagramas em forma de árvore, cada sequência é organizada a partir de uma certa hierarquia semelhante. Com este segundo modelo é possível ancorar traços supra-segmental às sílabas, ou segmentos delas, além de situá-las dentro de uma estrutura prosódica.

Antes do aprofundamento da discussão da sílaba enquanto estrutura hierarquicamente organizada e prosódicamente encaixada, é necessário apresentar, em poucas palavras, as abordagens do conceito de sílaba.

De acordo com Mendonça (2003), os pesquisadores não seguem uma unanimidade no modo como concebem a organização da estrutura interna de uma sílaba, mas cada um adota alguns princípios para explicar a sílaba e sua estrutura conforme o processo e arranjo ao arcabouço teórico que o pesquisador pretende adotar. Desta forma, não se pretende defender uma ou outra abordagem silábica, mas seguir um caminho para apresentar as noções e estruturas silábicas.

Blevins considera a sílaba sob uma perspectiva não linear como:

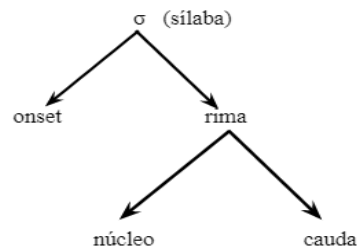
Just like a feet of metrical theory supply rhythmic organization to phonological strings, syllables can be viewed as the structural units providing melodic organization to such strings. This melodic organization is based for the most part on the inherent sonority of phonological segments, where the sonority of a sound is roughly defined as its loudness relative to other sounds produced with input energy (i.e., with same length, stress, pitch, velocity of airflow, muscular tension, etc). Hence, melodic organization of a phonological string into syllables result in a characteristic sonority profile segments will be organized into rising and falling sonority sequences, with each sonority peak defining a unique syllable. (J. Blevins, 1995, p. 207, apud Clara Simone Ignácio de Mendonça, 2006, p.23)¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Assim como um pé de teoria métrica fornece organização rítmica às cordas fonológicas, as sílabas podem ser vistas como as unidades estruturais que fornecem organização melódica a tais cordas. Essa organização melódica baseia-se, em grande parte, na sonoridade inerente aos segmentos fonológicos, onde a sonoridade de um som é definida grosseiramente como sua intensidade em relação a outros sons produzidos com energia de entrada (ou seja, com o mesmo comprimento, tensão, campo, velocidade do fluxo aéreo, tensão muscular, etc). Assim, a organização melódica de uma corda fonológica em sílabas resulta numa sonoridade característica e sequências de sonoridade em queda, com cada pico de sonoridade definindo uma sílaba única. [Tradução do pesquisador]

Em poucas palavras, Blevins tenta capturar a definição de sílaba como essência da teoria fonológica autosegmental. Mendonça (2003) e Petter (2015) afirmaram que uma sílaba pode ser dividida em dois ramos, o primeiro que se chama *onset* (contém até duas consoantes e é preenchido só por consoantes), o segundo denominado de *rima* que por sua vez é dividido em *núcleo* e *coda*. A parte da rima é preenchida por vogais e consoantes no português brasileiro. O núcleo no português é formado somente por vogais (simi-vogais) e se constitui no pico silábico, enquanto que o *coda* é ocupado por consoantes no português brasileiro. Semelhantemente ao português, o inglês apresenta esses casos.

De acordo com Biondo (1993) e Silva (2003), a sílaba é constituída fonologicamente de vogais e consoantes que podem ser composta de três subpartes: a primeira parte (*onset*) é uma cadeia de zero ou mais consoantes; a segunda parte (*núcleo*) é um segmento vocálico e a terceira e última parte (*cauda*¹⁰¹/*coda*) é uma cadeia mais curta de zero ou mais consoantes. Para Biondo (1993), as posições de núcleo e *cauda/coda* como ramificações mais profundas de um nóculo podem ser denominadas de rima. Segundo Biondo (1993) a estrutura básica interna hierarquizada da sílaba é a seguinte ilustração:

Diagrama 7- Estrutura básica interna da sílaba



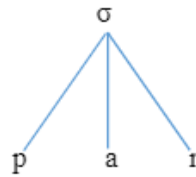
Fonte: Biondo (1993).

De acordo com este autor, a teoria prevê que a organização segue o modelo de CV (consoantes e vogais), ou seja, a árvore silábica associa-se a posições de camadas CV ou CVC.

Semelhantemente à essa estrutura da árvore silábica interna apresentada por Biondo (1993), também foi apresentada a mesma espécie por Mendonça (2003), só que este segundo autor fez explicações em modelos que serão apresentados em seguida numa forma resumida:

¹⁰¹ Esta expressão pode ser encontrada no trabalho de BIONDO (1993).

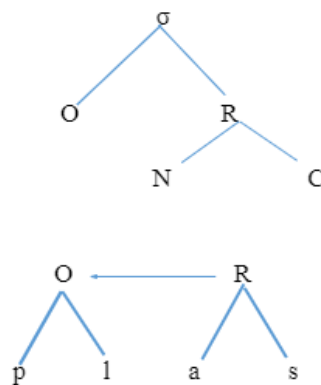
Diagrama 8: Modelos da estrutura interna da sílaba



Fonte: Mendonça (2003, p. 25).

Este modelo é chamado de Estrutura Plana por Mendonça (2003), aqui não existem subconstituintes, porque não seguem suas ramificações em duas grandes divisões de sílabas, mas seguem seus constituintes diretos.

Diagrama 9: Modelos binários

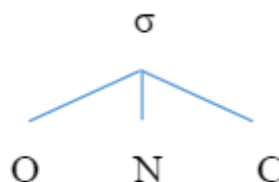


Fonte: Mendonça (2003, p. 25).

Este segundo modelo chama-se modelos binários com rima, e estes possuem dois tipos de representações, o primeiro que se verifica na alínea b)-1 que quer dizer σ é onset+rima, e rima é núcleo+coda, já o segundo verifica-se na alínea b)-2 que se entende por σ é onset+rima (ligados por relação de governo da rima sobre *onset*, diz Mendonça (2003)). Percebe-se que no gráfico usa-se somente O, R, N e C, que se entende de Onset, Rima, Núcleo e Coda, diz o autor.

Existem outros modelos descritos por Mendonça (2003), entre os quais, Abordagem Moraica, Modelo Binário com Corpo, Modelo Ternário, Teoria da Otimalidade (TO) e Modelos Híbridos. Dentro destes modelos, será apresentado somente o Modelo Ternário. O Modelo Ternário é σ entendida por Onset, Núcleo e Coda. Neste modelo, entende-se que a rima é cortada, com isso, a sílaba assume uma estrutura mais simples. Como exemplo:

Diagrama 10: Modelo Ternário



Fonte: Mendonça (2003, p. 26).

Na fonologia de base gerativista, a sílaba é entendida como uma unidade que possui uma estrutura interna (SEARA, NUNES e LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2019). Essa estrutura pode ser dividida em *onset* (ou ataque, ou aclave), *núcleo* (ou pico) e *coda* (ou declive). O núcleo é considerado a parte mais essencial de uma sílaba e pode ser preenchido por vogais. As autoras entendem que somente as vogais é que ocupam a posição de núcleo silábico. Desta forma, apresentam uma escala de sonoridade de segmentos sonoros que constituem as sílabas da seguinte forma:

A maior sonoridade são vogais que correspondem a 3.

A segunda maior é líquida (laterais e róticos) que correspondem a 2.

A terceira são nasais que correspondem a 1.

Por fim, oclusivas e fricativas corresponderiam a 0.

Observando isso, poderia dizer o seguinte: o *onset* pode ter a escala de 0 até 3 que corresponderia ao núcleo, isto é, uma escala crescente. Já para a escala decrescente que é de 3 até 0, ou seja, de núcleo para *coda*. Sempre o núcleo corresponderá a 3 que será preenchido pelo menos por um vogal na língua portuguesa.

O que se chama de *onset* (ataque ou aclave) silábico é aquele que pode partir da escala de sonoridade de 0 para chegar ao núcleo. Do ponto de vista das autoras, *onset* silábico ocupa a posição pré-vocálica por uma ou duas consoantes, e quando o *onset* silábico corresponde uma consoante (C_1V)¹⁰², é chamado de aclave ou *onset* simples. Já para *onset* silábico preenchido por duas consoantes (C_1C_2V), essas podem ser chamadas de *onset* ou ataque complexo, neste caso, pode ter os encontros consonantais do tipo *heterossilábico* e *teutossilábico*. O primeiro corresponderia às duas consoantes que não pertencem às mesmas sílabas, como, por exemplo, na palavra “*Israel*”, em que há um encontro consonantal (sr) que não pertence à mesma sílaba. Para o segundo, é quando o encontro consonantal ocorre na mesma sílaba, por exemplo, a palavra “*tratar*”.

Há de se considerar quando o núcleo decresce para coda. As autoras afirmam que a *coda* ou *declive* silábico é a parte que ocupa a posição pós-vocálica de uma sílaba e é preenchida por uma ou mais consoantes. Semelhante da *onset* silábico, pode-se considerar declive silábico o padrão (C_1VC), também chamado de declive simples, como na palavra “*lápiz*”, em que a segunda sílaba foi composta por ***onset simples+núcleo+coda simples***. Já para *declive* silábico preenchido por duas ou mais consoantes (C_1C_2V) pode ser chamado

¹⁰² As abreviaturas de C e V significam consoante e vogal.

declive complexo, como exemplo, a palavra **transporte**, cuja primeira sílaba é composta por **onset teutossilábico+núcleo+coda complexa**.

O português brasileiro apresenta dois tipos de sílabas (SEARA, NUNES e LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2019): a) a sílaba simples - que é constituída apenas pelo núcleo silábico ou pelo núcleo antecedido por um elemento no *onset*; b) a sílaba complexa – em que o núcleo é seguido por um ou mais sons/segmentos ou precedido por mais de uma consoante. As sílabas simples podem ser consideradas abertas ou livres, quando apresentam um só elemento no núcleo, em outras palavras, são segmentos que apresentam uma rima não ramificada, tais como: V (a), CV (pó), CCV (tra.to). As sílabas complexas são chamadas também de sílabas travadas ou fechadas, quando têm rimas ramificadas diferentemente das sílabas livres que apresentam uma rima não ramificada, ou seja, elas têm mais de um segmento no núcleo ou um núcleo com preenchimento de uma coda, tais como: VC (as); CCVC (plás.ti.co); CVC (cor.da). A partir disso, foram apresentados, no capítulo de análises, os quadros de estruturas silábicas na língua guineense.

É importante reafirmar que o Estado Guineense não oficializou nenhuma ortografia para uma escrita padrão da língua guineense. Entratanto, foram feitos diversos estudos sobre a necessidade e importância de oficializar a ortografia guineense, porque essa ação visa regularizar as formas para escritas formais nesta língua. Alguns desses trabalhos são apresentados abaixo:

- O crioulo da Guiné-Bissau de Johannes Augel, 1997;
- O Crioulo da Guiné-Bissau: Língua Nacional e Factor de Identidade Nacional de Filomena Embaló, 2008;
- Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português de Ciro Lopes da Silva e Pascoal Jorge Sampa, 2017;
- Língua e Desenvolvimento: O Caso da Guiné-Bissau de José Augusto Barbosa, 2015;
- O Crioulo guineense e a oratura de Moema Parente Augel, 2006;
- Dificuldades de aprendizado da língua portuguesa na Guiné-Bissau: uma questão de políticas e planejamentos linguísticos de Braima Gomes, 2021;
- 30º aniversário da grafia “oficial” do crioulo guineense de Luigi Scantamburlo, 2018;
- Desafios do ensino escolar da Guiné-Bissau na perspectiva do letramento de Ivo Aloide Iá, 2018;

- Educação e ensino em contexto multilíngue : as possibilidades de um ensino bilíngue na Guiné-Bissau de Maurílho da Silva Saldanha, 2019;
- Teaching in The Context of Linguistic Diversity in Guinea-Bissau: A Proposal for Teaching Reading and Writing de Cellina Rodrigues Muniz, Nuna Nunes Correia e Sulemi Fabiano Campos, 2023;
- " É proibido falar crioulo": um relato etnográfico sobre colonialidade, ensino de língua e políticas linguísticas na Guiné-Bissau de Christiane da Silva, 2021;
- E outros estudos.

4.4 Noções de Sintagma: Sintagma Verbal

Antes de discutir a noção da categoria de SV, pretende-se apresentar em poucas palavras por que é que se pode considerar este trabalho descritivista-funcionalista. O trabalho é descritivista-funcionalista porque são descritas as formas e funções da categoria verbal na língua guineense, visto que a língua apresenta-se como um objeto de comunicação e não como um mero código de sinais ou combinação de unidades, Castilho (2019). Deste modo, o autor fala em ‘multissistêmica’, isto é, ao estudar um enunciado é possível desmembrar quatro componentes que ajudam na organização e compreensão da estrutura textual, dentre os quais, lexical, sintática, semântica e discursiva. Sendo assim, incluiu os funcionalistas, Halliday e Dik, na sua gramática, mas também é possível incluir Givón (2001) e outros autores.

Falando em teoria multissistêmica, Castilho (2019) fala da língua(gem) em diversas perspectivas da gramática, essencialmente, Gramática Descritiva que concebe a língua como um aporte de produtos estruturados; Gramática Funcionalista-Cognitivista que considera a língua de processos estruturantes; já os produtos e processos em mudança têm a ver com o que se chama de Gramática Histórica; e a língua como um conjunto de usos bons, a Gramática prescritiva. Além das quatro, Antunes (2007, p. 25-26) argumenta que podem ser inúmeras listas de gramáticas conforme os alinhamentos gramaticais e teóricos, dentre algumas, gramática internalizada, gramática da norma culta, gramática escolar e outras.

A Gramática Descritiva e Funcionalista (cognitiva) foram tomadas como centro nesta investigação. Assim, entende-se, em poucas palavras, que a primeira percebe a língua como um conjunto ordenado de itens, formas, estrutura, padrão, que estabelecem relações linguísticas entre si, (CASTILHO, 2019, p. 45; GIVÓN, 2001), e as realizações dessas unidades ordenadas no enunciado estão passíveis às variações de usos, assim, podem ser examinadas em correlações de elementos (extra)linguísticas. A segunda, em linhas gerais,

procura dar conta de usos linguísticos, pois entende a língua como componente interacional no qual as formas e funções correlacionam-se por ato motivado pela competência comunicativa. Nestas linhas, considera-se uma das unidades gramaticais para este estudo o SV que é um dos componentes da gramática sintagmática, esta, por sua vez, composta de cinco categorias sintagmáticas para uma análise linguística.

Tendo a noção da gramática sintagmática, pode-se dizer que um sintagma é uma unidade intermediária que pode ser estabelecida entre as palavras e frase (KENEDY, OTHERO, 2018, p. 28). E definindo-o conforme as perspectivas de vários autores, Castilho (2019, p. 55) argumenta que “o sintagma é a quarta unidade gramatical na hierarquia descritivista. Trata-se de uma associação de palavras articuladas à volta de cinco dentre elas: o verbo, o substantivo, o adjetivo, o advérbio e a preposição”. Já Dubois et al (1997-98) argumentam que, na visão saussuriana, o sintagma é cognominado de toda combinação na cadeia da fala. Nesta senda, Câmara Jr. (1970, p.356) entende que sintagma é um conjunto binário, isto é, duas formas combinadas, em que um elemento chamado DETERMINANTE, que cria um elo de subordinação (v) com outro elemento, cognominado DETERMINADO. Também é pertinente pontuar que sintagmas são os elementos da frase, dentre os quais as palavras, outros sintagmas, orações, que nas suas junções formam uma unidade estrutural (KENEDY, 2010, p. 04). Semelhantemente, Perini (2006) argumenta que esse pode ser acatado de um constituinte menor do que uma oração, portanto, pode ser composta de uma ou mais palavras.

Diante dos conceitos apresentados, pode-se afirmar que os sintagmas são unidades intermediárias que podem operar nos níveis das estruturas sintáticas, ou seja, são intermediárias entre palavras e frase, destarte, apresenta uma propriedade muito fundamental da sintaxe das línguas naturais, nomeado de hierarquia. Essa, por sua vez, diz respeito a todos os sintagmas organizados em função de seu núcleo, em outras palavras, considera-se frequentemente que os sintagmas são constituintes *endocêntricos*, quer dizer, constituintes estruturados em funções de núcleos que determinam suas categorias, mesmo que seja um sintagma unitário/nulo/vazio (KENEDY e OTHERO, 2018, p. 28; GIVÓN, 2001).

Considerando que o sintagma é a unidade intermediária na estrutura de uma frase, ou oração, porque colabora para agrupar as expressões/palavras ou itens gramaticais em uma sentença, tanto na sua estrutura menor de núcleo quanto ao seu núcleo maior, assim, cada sintagma ocupa certa posição de núcleo numa determinada sentença ou oração. Nesta ótica, é dividido em tipos conforme seus preenchimentos pelos núcleos - sintagma nominal (SN) –

[N]; sintagma verbal (SV) – [V]; sintagma preposicional (SP) – [P]; sintagma adjetival (SA) – [A] e sintagma adverbial (SAdv) – [Adv], (CASTILHO, 2019; CHOMSKY, 2018) e Kenedy e Othero (2018) apresentam as noções de quatro sintagmas, entre eles, sintagma nominal (SN), sintagma verbal (SV), sintagma preposicional (SP) e sintagma adjetival (SA). Todos estes foram apresentados, preliminarmente, nos parágrafos subsequentes, em seguida, foram apresentados SV, descrevendo e analisando suas características formais (estruturais) e funcionais.

O sintagma nominal tem na sua função sintática o núcleo nome, substantivo. Diante disso, Kenedy e Othero (2018, p.38) pontuam que “um SN pode desempenhar a função sintática de sujeito ou de objeto direto”, isto é, todo SN é nucleado por substantivo. Assim, tomamos os seguintes textos para evidenciar/vislumbrar SN.

Texto 03: “Panela fala kaleron: ka bu tisnan!¹⁰³” Fonte: Couto e Embaló (2010)

Texto 04: “Garandis fala kuma manganas si ka hululidu i ka ta padi¹⁰⁴”. Fonte: Couto e Embaló (2010)

Os dois textos acima são provérbios na língua guineense, foram retirados da obra intitulada “Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: Um país da CPLP” de Couto e Embaló (2010). Com base nestes textos, pode-se considerar o quadro abaixo que ilustra os SN na posição de sujeitos.

Quadro 11 - As categorias predicativas (SV)

	Sujeito (SN)	Predicado (SV)
Sentença	Panela	fala kaleron: ka bu tisnan
1ª oração do texto 01	Panela	fala kaleron
2ª oração do texto 01	[Ka] bu	tisnan
Sentença	Garandis	fala kuma manganas si ka hululidu i ka ta padi
1ª oração do texto 02	Garandis	fala
2ª oração do texto 02	manganas	si ka hululidu
3ª oração do texto 02	i	ka ta padi

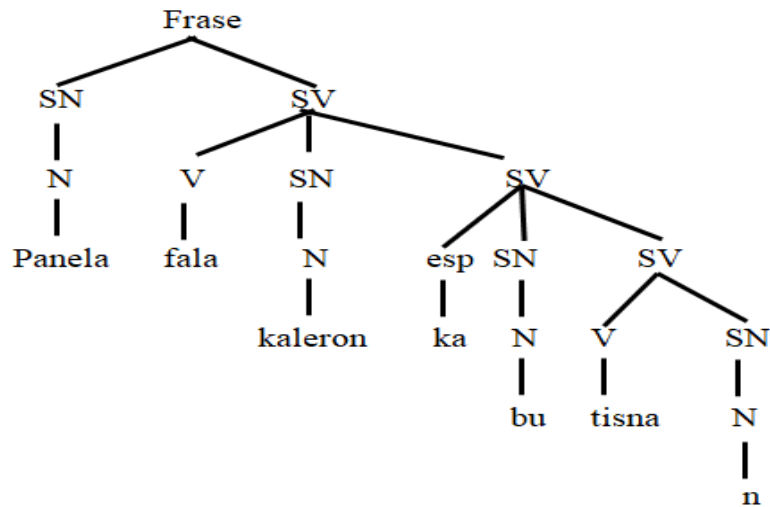
Fonte: Pesquisa do autor.

¹⁰³ Tradução dos autores: “a panela disse à caldeira: não me chamusque!”

¹⁰⁴ Tradução dos autores: “os anciãos dizem que o manganás não dá fruto se não for chamuscado.”

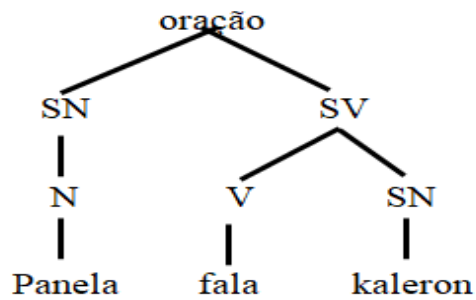
Observa-se no quadro que as sentenças dos provérbios foram divididas em sujeitos e predicados mais um complemento da coluna que caracteriza as frases divididas em sujeitos e predicados, esta divisão focaliza em demonstrar, em termos didáticos, os sintagmas nominais (sujeitos). Por outro lado, pode-se visualizar os mesmos exemplos nas formas arbóreas, que se seguem:

Diagrama 11: sentença do texto 03



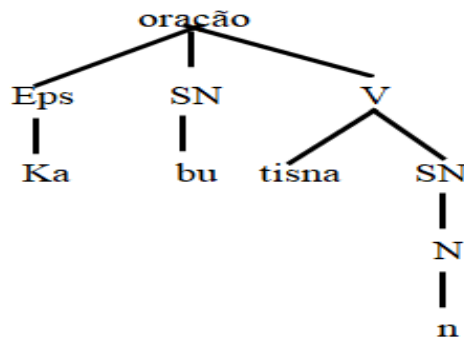
Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 12: Primeira oração da sentença do texto 03



Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 13: Segunda oração da sentença do texto 03



Fonte: Pesquisa do autor

Os diagramas acima representam as sentenças dos provérbios. Primeiro, o diagrama 05 representa a sentença completa do texto 03, no qual, observa-se estes SN's “panela, kaleron, bu, ‘n’”, tendo quatro SN, dois funcionando como substantivos, uns como objetos, e os outros são os pronomes “anafóricos” que retomam as expressões inauguradas no texto. O segundo diagrama é a primeira oração da sentença do texto 03 e apresenta dois SN, dentre eles, o “panela, kaleron”. O terceiro e último diagrama, segunda oração da sentença do texto 03, apresenta dois SN (“bu” e “n”). Esses SN exercem funções de sujeito e objeto pronominal.

Depois de introduzir a noção de SN, em seguida, passa-se a discutir as noções básicas de Sintagma Preposicional (SP). Este, por sua vez, apresenta como núcleo uma preposição juntamente com a categoria sintagmática que lhe acompanha, afirmam Kenedy e Othero (2018, p. 48). O SP pode integrar outros sintagmas dentro dele.

Considerando que a categoria de sintagma preposicional é preenchida por seu núcleo preposição, bem como nele pode haver outro(s) sintagma(s). Assim, observa-se o seguinte texto nº 05 - “Ki Palabra seduba lus di bardadi ku bin na mundu pa numia tudu jinti¹⁰⁵” (Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1354), neste texto percebe-se que há algumas expressões que funcionam como núcleo preposicional “di, na, pa”. Desse modo, pode-se dizer que os SP ocupam posições de núcleos nas estruturas sintagmáticas.

Em seguida, introduz-se o Sintagma Adjetival (SAdj). Kenedy e Othero (2018, p. 51) afirmam que SAdj é nucleado por um adjetivo, assim como se dá nos SN, SV e SP. O SAdj pode funcionar como elemento modificador e como um predicativo. Também SAdj “pode figurar modificado por um especificador, quando é o caso de esse ser introduzido numa frase”, (KENEDY e OTHERO, 2018, p. 51).

Os autores afirmam que este sintagma é nucleado por adjetivo, e, ainda, funciona como item modificador e predicativo. Neste sentido, pode-se considerar o seguinte texto no

¹⁰⁵ Aquela palavra era a luz de verdade que veio ao mundo para iluminar a todos. [Tradução do pesquisador]

qual se pode identificar SAdj: Texto n° 06 - “Jon papia ku vos altu aserka di Jesus (...)”¹⁰⁶ (Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1354). Com base neste texto, pode-se afirmar, concordando com os autores acima no que tange ao conceito de SAdj, que no texto apresentado a expressão “altu” é um SAdj.

O penúltimo sintagma a ser discutido introdutoriamente, fora os sintagmas funcionais, é o sintagma adverbial (SAdv). Esse, por sua vez, é nucleado por advérbio, porque os advérbios desempenham papéis endocêntricos nas suas estruturas sintagmáticas, Castilho (2019, p. 541). Assim, pode-se considerar o seguinte trecho - texto n° 07 - “I oja Jesus na pasa, i fala: “Ali karnel di Deus”¹⁰⁷” (Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1355); no qual se pode identificar SAdv, “ali”.

O último sintagma a ser introduzido é sintagma verbal, constituinte gramatical que constitui o foco desta pesquisa, assim, além da sua introdução conceitual, será retomado nas próximas páginas. Assim, pode-se dizer que SV é nucleado por verbo que, geralmente, seleciona os seus complementos, bem como o verbo desempenha a função sintática de predicado, ainda pode incluir outros itens ou sintagmas dentro da sua estrutura, dessa forma, ele pode variar no modo da sua estrutura, Kenedy e Othero (2018), Castilho (2019). Destarte, percebe-se que no diagrama de “sentença do texto 03”, no qual a estrutura é reescrita da seguinte fórmula “S= SN [N] + SV [V + SN [N] + SV [esp + SN [N] +V]”. Considerando o que foi posto anteriormente de que esta investigação tem foco no SV, portanto, será discutido com mais propriedade nas próximas etapas.

Os estudos de sintagmas, de modo geral, têm algumas divergências no que diz respeito a apresentação dos conceitos e os tipos de sintagmas que existem, mas todos os autores apresentados para discutir este fenômeno concordam que os sintagmas ocupam a posição de núcleo na frase/oração, ou seja, cada sintagma é núcleo dentro da sua estrutura sintagmática, por isso, conclui-se que um sintagma, necessariamente, deve ocupar a posição de um núcleo.

Outra observação que deve ser ressaltada é sobre as regras de *reescrituras* (ou de reescritas) dos sintagmas, isto é, regras reescritas são as formas de descrever explicitamente as estruturas internas mais complexas de sintagmas, Kenedy e Othero (2018).

Nos estudos aprofundados de sintagmas, percebe-se que há outros sintagmas, denominados sintagmas funcionais. Para Kenedy e Othero (2018), existem sintagmas funcionais, entre eles, sintagma flexional (SF) que é responsável por atribuição de uma flexão

¹⁰⁶ João falou em voz alta sobre Jesus. [Tradução do pesquisador]

¹⁰⁷ E viu Jesus a passar e disse: eis o cordeiro de Deus. [Tradução do autor]

ao núcleo de um SV, isto é, sua flexão (F) dá-se e é preenchido por morfemas, por palavras (caso dos verbos auxiliares), ou ser nulo foneticamente; sintagma complementador ou *complementizador* (SC). Este, por sua vez, desempenha o papel de conector entre orações, para isso, é nucleado por conector (C) e pode ser por conjunção como “que”. Além disso, ele marca valor numa sentença, discursivamente, como força *ilocucionário*, *tópico* e *foco*; e, por fim, sintagma determinante (SD) que pode atribuir aos nomes substantivos outro tipo de valor funcional, estabelecendo sua *definitude*, sua quantificação e diferentes tipos de informações gramaticais veiculadas através de artigos, pronomes, numerais e por outras categorias como especificadores de N, e entre outros sintagmas funcionais. Em seguida, passam-se a discutir e conceituar a estrutura e subestruturas de SV.

4.4.1 As Estruturas de (Sub)Categorias Verbais: Sintaxe Do Verbo

O verbo é uma categoria que pode selecionar, ou não, os argumentos para formar o que se chama de predicado. Assim, a estrutura predicativa apresenta diversas tipologias, substancialmente, nos estudos da sintaxe do português brasileiro. Diante disso, prefere-se selecionar algumas categorias conforme os estudos de Castilho (2019) e apoiado em Givón (1977, 1990, 2001), podendo discutir, preliminarmente, essas noções com outros aportes teóricos e, posteriormente, analisar o papel do verbo na fábula intitulada “o menino e a horta”.

O núcleo de SV é o verbo (V), porque ocupa a posição endocêntrica nos constituintes que se juntam para formar SV tanto a sua estrutura maior quanto menor (GIVÓN, 2001). Ou seja, SV “é a construção nucleada pelo verbo” (CASTILHO, 2019, p. 391). Há diversos núcleos, uns preenchidos visivelmente por constituinte material (materialidade textual) e outros não, como se apresentam nos exemplos à frente, e ainda é importante salientar que estas são as estruturas básicas discutidas por muitos autores, inclusive o pesquisador Chomsky (2018, p. 34, 37):

4.4.1.3 Núcleo SV

a) Núcleos preenchidos visivelmente por um verbo:

Trecho nº 08:

“Omi lanta¹⁰⁸”. Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs.

Observando este trecho, entende-se que o núcleo verbal da oração é a expressão “lanta”, pois considera-se que o texto é reescrito da seguinte forma S = SN (N) + SV (V).

¹⁰⁸ O homem levantou-se. [Tradução do pesquisador]

Deste modo, conclui-se que o núcleo de SV é o verbo “lanta”. Em seguida, apresentam-se outros exemplos, lembrando que nem todos exemplos são analisados e comentados, mas são destacados, visto que foram discutidos e analisados no capítulo da análise, bem como é importante dizer que alguns exemplos são apresentados no guineense devido a pertinência de começar um diálogo básico com os textos na língua guineense antes do capítulo da análise descritiva.

b) Núcleos preenchidos por um verbo:

SV singular com um constituinte verbal no singular

Considera-se o texto “omi **lanta**”, pode-se formar a seguinte estrutura:

Sentença equivale a $SN_{(sing.)} + SV_{(sing.)}$;

$SV_{(sing.)}$ equivale $V_{(sing.)}$;

$V_{(sing.)}$ é = lanta;

Núcleo é = V

SV plural com um constituinte verbal (conteúdo semântico):

Texto nº 09: E inci jintis karu¹⁰⁹.

Considerando o texto acima, pode-se seguir esta estrutura abaixo:

Assim, o texto 06 representa-se:

$S \rightarrow (SN+) SV_{(pl)} + SN [N_{(pl)} + N_{(sing.)}]$

$SV_{(pl)} \rightarrow V_{(pl)}$

$V_{(pl)} = (e) inci$

Núcleo = V

c) Núcleos preenchidos por mais de um verbo;

SV singular com dois constituintes verbais:

Texto nº 10:

“Pedru rabida, i oja ki disipulu

ku Jesus ama na sigil, ku na sia

ngostaba na pitu di Jesus, i puntalba:

“Siñor, kin ku na **bin falsiau?**”¹¹⁰

Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1389)

SV no plural com dois constituintes (outro no plural e um no singular):

¹⁰⁹ O homem encheu o carro de gente. [tradução retirada no site, contudo, a tradução correta seria “encheram o carro de gente”.]

¹¹⁰ Pedro voltando-se, viu aquele discípulo que Jesus amava a segui-lo, o qual na ceia se reclinara sobre o peito de Jesus, e perguntara: Senhor, quem será o traidor? [tradução do pesquisador]

Texto nº 11: Jintis e bin pidi buleia¹¹¹. Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs

$S \rightarrow SN_{1(pl)} + SV_{(pl)} + SN_{2(sing)}$

$S V_{(pl)} \rightarrow V_{(pl)} + V_{(auxiliado\ no\ infinitude)}$

$V_{(pl)} = Bin_{(verbo\ auxiliar)}$

Núcleo $\rightarrow V_{(verbo\ auxiliado\ no\ infinitude)} = pidi$

Fora isso, foram estudadas as categorias verbais não visíveis na materialidade textual, procurando a categoria nuclear dos seguintes: Núcleos preenchidos de modo implícito por um verbo: SV singular com um constituinte, SV singular com dois constituintes, SV plural com dois constituintes.

4.4.1.2 Especificadores de SV

Os especificadores são constituintes gramaticais que acompanham um núcleo dentro de uma estrutura sintagmática. Sendo assim, “um especificador pode desempenhar diferentes tipos de relações gramaticais com o seu núcleo, a depender da categoria morfológica desse”, Kenedy e Othero (2018, p. 33). Além disso, os autores afirmam que, “em português, os especificadores tipicamente antecedem o núcleo, posicionando-se à sua esquerda”, Kenedy e Othero (2018, p. 33), apesar de admitirem que há uma linearidade flexível, porque há casos em que o especificador pode estar após o seu núcleo.

Para estes autores, um especificador é aquele que desempenha diversos papéis em diferentes categorias de sintagmas, tanto na estrutura de SN, quanto nos outros sintagmas, porque ele faz um papel fundamental dentro das relações sintagmáticas. Também pontuam que, geralmente, em cada estrutura de sintagma o especificador aparece antes do núcleo, seguindo uma ordem canônica na língua portuguesa, admitindo que há possibilidade de esses não ocorrerem nesta posição da ordem canonizada, porque a língua não comporta só as formas categóricas (únicas), e sim variáveis.

Os especificadores, segundo Castilho (2019, p. 393), são “os verbos auxiliares como ser, estar, ter, haver e ir, entre outros, que operam como Especificadores do sintagma verbal, cujo núcleo serão as formas nominais: participípio, infinitivo e gerúndio”. Assim, “esse conjunto de expressões organiza as perífrases, que expressam o tempo, o aspecto e o modo (...)”. O autor, falando da noção de sintagma verbal composto, ainda acrescenta que esse

¹¹¹ Algumas pessoas pediram carona. [Tradução retirada no site]. E sugere-se a seguinte: Essas pessoas vieram pedir carona.

sintagma “tem seu núcleo preenchido por verbo pleno numa forma nominal, especificado por um verbo auxiliar” (idem).

Diante desta argumentação, entende-se que especificador é uma categoria complexa, porque envolve diversos componentes gramaticais nos estudos sintáticos/morfossintáticos. Destarte, os especificadores têm uma noção muito ampla, porque os verbos auxiliares são, além dos seus papéis auxiliares, aqueles que delimitam, em certo sentido, alguns estatutos de verbos. Sendo assim, será apresentada a estrutura e a subestrutura dos especificadores, com a exceção de alguns exemplos que se seguem:

Texto nº 12:

Perífrase de participípio

Tempos compostos do passado:

- a) Tem-se calado desde que tomou pé na situação.
- b) Terá/teria se calado se conhecesse os detalhes da negociação. (fonte: Castilho, 2019, p.450)

É importante salientar que há SV sem especificadores, porque dentro da sua estrutura sintagmática não há item gramatical que o delimite, como se observa abaixo:

Texto nº 13:

“Omi lanta¹¹²”.

Sentença equivale a SN + SV;

SV equivale V;

V é = lanta;

Núcleo é = V

Então,

o [SN [N] + SV [V]]

ou seja,

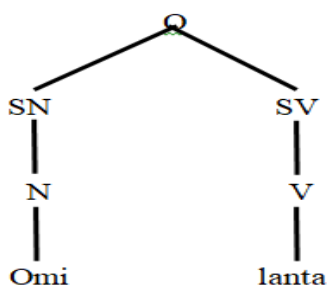
Sentença [[omi] + [lanta]]

SV [lanta]

Núcleo de SV [V]

¹¹² O homem levantou-se. [Tradução do autor]

Diagrama 14



Fonte: Pesquisa do autor.

Além de especificadores, foram introduzidas as noções de alguns conceitos que estão interligados ao SV, dentre eles, complementos de sintagma verbal, SV simples/composto/complexa, SV com diversos tipos de verbos (presos, plenos, auxiliares/auxiliados, e outras noções ligadas a ele).

Considerando os conceitos antes apresentados, é importante retomar que os especificadores são os constituintes gramaticais que atribuem certos papéis aos núcleos dentro de uma estrutura sintagmática. Por isso, foram pontuados exemplos com bases nas subestruturas de especificadores dentro da estrutura de SV. Adotando os conceitos anteriormente apresentados dos especificadores, passa-se a apresentar os exemplos de especificadores abaixo, mas, antes, discute-se, preliminarmente, o problema da auxiliaridade e o estatuto das perífrases.

O que se entende por problema da auxiliaridade, tem a ver com as funções que os verbos desempenham, distinguindo os papéis sintáticos dos semânticos, porque há circunstâncias textuais que os verbos podem ocupar o lugar de auxiliaridade, mas não são auxiliares, deste modo, é preciso identificar os verbos com papéis auxiliares que compõem a camada de perífrase. Sendo assim, Castilho (2019, p. 444) afirma que se pode seguir alguns testes de identificação, como a de sujeito da expressão; escopo da negação; inserção de expressões entre verbos auxiliares e verbos plenos; alterações do sentido lexical de verbos auxiliares. Apresentam-se a seguir, alguns exemplos destes testes:

a). Alterações semânticas do verbo auxiliar

Texto nº 29:

(157) Ele vai caminhar até o centro da cidade.

Texto nº 30:

(158) Ele vai ficar de pé.

Entendendo que a gramaticalização dá possibilidade de certos léxicos perderem seu sentido semântico, adquirindo outro, admite-se que podem ocorrer alterações semânticas do

verbo auxiliar. Assim, o foco de estudo de auxiliarização, no sentido de alteração semântica, centraliza no sentido lexical do verbo auxiliar que pode sofrer/sofre alteração, caso de exemplos (158), Castilho (2019, p. 446).

Os dois exemplos são diferentes porque no (157) os verbos são de movimentos, logo, há uma composicionalidade/ligação de sentido, diferentemente dos verbos de (158), pois, um é verbo de estado e outro não, então, não há uma relação de sentido entre os dois verbos, porque houve alteração semântica do verbo auxiliar em (158). Ainda se pode afirmar que em (157) o verbo “ir” é um auxiliante e em (158) é um auxiliar.

Feitas estas considerações, percebe-se que há um problema em rotular certas categorias sem que considere o contexto em que estão inseridas. Fato que comprova os papéis de gramaticalização e semanticalização nos estudos sintáticos.

Falando em estatuto das perífrases, entende-se que é um mecanismo para refletir as denominações atribuídas aos sintagmas verbais compostos, levantando as dificuldades que os apresentam porque restringem sintagmas verbais compostos em algumas nomenclaturas, dentre elas, “locução verbal, torneio, tempo composto, formas analíticas, conjugação perifrástica, entre outras”, Castilho (2019, p. 447). E ainda acrescenta que “a própria terminologia revela as dificuldades do tema, pois há certa unanimidade em considerar que as perífrases de particípio constituem as formas compostas, os tempos compostos, a voz passiva perifrástica”, Castilho (2019, p. 448). Concluindo que “há uma razoável convicção de que são auxiliares dos verbos ser, estar, ter, haver + particípio; estar + gerúndio e ir + infinitivo. Já tornar a, voltar a, querer, dever, começar, continuar + infinitivo constituem núcleos contíguos de sentenças distintas”, (CASTILHO, 2019, p. 450).

Considerando estas observações, concorda-se com o autor em chamar atenção para certos cuidados em nomear certas perífrases de x e outro y, porque, em diversos contextos, esses podem assumir outras funções sintáticas. Apesar do autor nomeá-las como formas compostas, tempos compostos e voz passiva perifrástica. Mesmo assim, ele admite uma possibilidade de gramaticalidade dos verbos, por isso, estes verbos ajudam a entender, em uma visão mais ampla, os especificadores.

a. ESPECIFICADORES DE TEMPO

Perífrases de particípio

Tempos compostos (passado)

Texto nº 31:

“a) **Tem-se calado** desde que tomou pé na situação”. Fonte: Castilho, 2019, p. 450.

2. Perífrases de infinitivo:

Futuro do presente

Texto nº 32:

“a) **Vou fazer** o trabalho amanhã./**Hei de fazer** o trabalho amanhã”. Fonte: Castilho, 2019, p. 450.

Futuro do pretérito

Texto nº 33:

“b) Disse que **ia fazer** o trabalho”. Fonte: Castilho, 2019, p. 450.

Pretérito perfeito

Texto nº 34:

“c) **Fui falar** a verdade, me estrepiei./**Veio a falecer** três dias depois”. Fonte: Castilho, 2019, p. 450.

Todas essas categorias foram analisadas posteriormente, bem como os demais especificadores que foram pontuados neste capítulo, embora alguns não foram conceituados com respectivos exemplos e, sim, citados, como se segue nas seções seguintes.

b. ESPECIFICADORES DE ASPECTO

Nesta seção, são apresentados os itens que podem ser tomados como categorias para análise na língua guineense. Dentre elas, perífrases de participio; perífrases de infinitivo e perífrases de gerúndio (CASTILHO, 2019, p. 451).

c. ESPECIFICADORES DE MODO

Semelhantemente à sessão anterior, consideram-se as seguintes perífrases de infinitivo: Certeza, Incerteza e Volição/opção/obrigação/ordem/conação, Castilho (2019, p. 451).

d. ESPECIFICADORES DE VOZ

Para os especificadores de voz, apresenta-se o exemplo deste caso:

Perífrases de participio

Texto nº 35:

“(179) A notícia **foi difundida** pela estação de rádio”. Fonte: Castilho (2019, p. 452).

4.4.1.3 Complementos de SV

Os complementos, em língua portuguesa, são definidos de diversas formas. Segundo a perspectiva da gramática tradicional, esses são considerados como termos integrantes,

podendo estar ligado ao verbo e ao nome. Enquanto categoria verbal, os complementos podem ser verbais (objeto direto e indireto) e as formas de passiva e voz passiva, Mesquita (2009, p. 483), Cunha e Cintra (1993, p. 134-135). Assim, entende-se por complementos verbais que “integram o sentido dos verbos transitivos e ligam-se ao verbo” (diretamente e indiretamente), Mesquita (2009, p. 484). Falando em objeto direto, Cunha e Cintra (1993, p.136), afirmam que “é o complemento de um verbo transitivo direto, ou seja, o complemento que normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a ação verbal”, e Mesquita (2009, p. 484) acrescenta que “esse complemento verbal integra o sentido de um verbo transitivo direto (VTD), ao qual se liga diretamente”. E ainda tem objeto direto preposicionado que, geralmente, é regido pela preposição (MESQUITA,2009, p. 483; CUNHA E CINTRA, 1993, p. 134-135). Também há objeto direto pleonástico, casos que pronomes pessoais átonos entram nas constituições de complementos. Por outro lado, há o que se chama de objeto indireto que é aquele complemento que se liga ao verbo através de preposição, Mesquita (2009, p. 486) e Cunha e Cintra (1993, p. 139). Diante disso, consideram-se os seguintes exemplos:

Objeto direto

Texto nº 14: “vou descobrir **mundos**, quero **glória e fama!**... (Guerra Junqueiro, S, 12)” Fonte: Cunha e Cintra (1993, p. 137)

Objeto direto preposicionado

Texto nº 15: “**o homem pobre** ninguém roube”. Fonte: Cunha e Cintra (1993, p. 138)

Objeto direto pleonástico

Texto nº 16: “**Árvore, filho e livro**, queria-os perfeitos”. Fonte: Cunha e Cintra (1993, p. 137)

Objeto indireto

Texto nº 17: “Duvidava **da riqueza da terra**”. Fonte: Cunha e Cintra (1993, p. 139)

Ainda falando dos complementares, vale considerar os conceitos que foram apresentados anteriormente, contudo foram consideradas algumas propriedades de complementos numa perspectiva descritiva diferente dos conceitos de complementos verbais que foram introduzidos tradicionalmente. Diante disso, seguem-se algumas exemplificações:

a) Complementos: objeto direto.

1. Com preenchimento de SN de núcleo pronominal ou nominal.

Texto nº 36:

“(55) a) Viu-**me** na rua. /b) Viu **o rapaz** na rua”.

2. O objeto direto pode ser omitido na sentença:

Texto nº 37:

“(55a’) Viu **Ø** na rua”.

b) *Complementos: objeto indireto*

Objeto indireto, em poucas palavras, são, geralmente, preposicionados e não só, porque podem ser proporcionais aos pronomes dativos (me, te, lhe); ou podem ser preenchidos por sintagma preposicionado nucleado por meio de algumas expressões “por/para” (por pertencer); também podem figurar numa construção que não é conversível à voz passiva; ainda podem concorrer juntamente com objeto direto; bem como “o papel temático do objeto indireto e, em geral, /beneficiário (...)”, (CASTILHO, 2019, p. 304-305).

Considerando que o objeto de complemento indireto é sempre preposicionado (e não só) e que seus preenchimentos são diversos, considerando as motivações de usos e seleções de itens linguísticos. Diante disso, apresentam-se alguns exemplos destes casos:

Texto nº 38:

“(64) a) O livro pertence **a mim, a ti, ao aluno**”.

1. pronomes dativos (me, te, lhe):

Texto nº 39:

“(64’) a) O livro pertence-**me, -te, -lhe**.

b) O Diretor escreveu-**lhes** cartas.

c) Dou-**lhe/te** esta maca”.

2. Concorre juntamente com o objeto direto¹¹³

Texto nº 40:

“(64’’) b) ?O Diretor escreveu-**lhas**.

c) ?Esta maçã, dou-**lha/ta**”.

c) *Complementos: complemento oblíquo*

Complemento oblíquo, em língua portuguesa, “é uma espécie de vagalume em nossas gramáticas: ora aparece, denominado então complemento terminativo/complemento relativo, ora desaparece, sendo rotulado de adjunto, ora aparece de novo, agora rebatizado como complemento oblíquo” Castilho (2019, p. 304). Essa pode ser a expressão que exhibe a seguinte propriedade: é proporcional a pronome-advérbio dêitico ou a preposição + pronome,

¹¹³ Observa-se que é raríssimo essa construção no português Brasileiro.

texto nº 41 - “((65’) a) João pôs o livro **nela**. / b) Saio **de lá** mal nasce o dia e volto **aqui** morto de cansaço.)”; ocorrem como argumento interno único da sentença, co-ocorrem com o objeto direto, como em texto nº 42 - “(65a); ocorrem mais frequentemente com verbos de movimento, como em (65b a 65e) ((e) Fui **lá com ela** e voltei **com outra**, não estou entendendo nada.)”; exploram com frequência os papéis temáticos /locativo/, (CASTILHO, 2019, p. 304).

Com base neste argumento acima, dá-se a entender que estudar complemento oblíquo, em língua portuguesa, é uma questão complexa, tendo em vista que ele passou a diversas rotulações até ficar, por último, no chamado “complemento oblíquo”. Desse modo, podem articular-se entre pronome-advérbio ou preposição + pronome, e podem ocorrer como argumento interno da sentença, bem como esses complementos podem explorar os papéis temáticos locativo/alvo/origem e comitativo.

É importante salientar que há SV, em certas orações ou período, sem complementos, como se observa no seguinte texto “omi lanta”, no qual omi é SN e lanta é SV, tendo seu sentido completo e efeito comunicativo contextualmente. Diante disso, apresenta-se alguns sintagmas:

Sintagma verbal simples;

O sintagma verbal simples seria a estrutura sintagmática verbal na qual “o núcleo é preenchido por um único verbo”, Castilho (2019, p. 392), ou seja, “O sintagma verbal simples tem seu núcleo preenchido por um verbo pleno. Ponto final” (idem, 2019, 408).

Com base nisso, entende-se que sintagma verbal simples é a estrutura que não apresenta complexidade interna, por isso, é chamada de simples, porque o núcleo, geralmente, é preenchido por um único verbo, diferentemente do composto que apresenta complexidade porque nele é necessário entender os papéis de cada verbo.

Sintagma verbal composto;

Este sintagma é composto porque tem duas propriedades de verbos, de um lado, há um verbo auxiliar e, do outro lado, há verbo auxiliado. Os dois formam uma categoria verbal denominada sintagma verbal composto, (CASTILHO, 2019, p. 392).

Sintagma verbal complexo;

O sintagma verbal complexo “(...) é formado por um verbo auxiliar e um verbo principal, em que o primeiro atribui os traços de tempo, modo, aspecto, pessoa, voz e número ao segundo, que deve, por sua vez, aparecer em uma forma nominal” (PAULA, 2014, p. 27).

Além deste papel auxiliador de atribuir os traços ao verbo principal, esta categoria de verbo pode ser considerada de complexo por ter uma ligação a um verbo (fortemente) preso a um substantivo, (CASTILHO, 2019, p. 392).

Assim, considera-se que o sintagma verbal complexo é o conjunto de verbos numa estrutura sintagmática, na qual desempenham papéis distintos, e tendo verbos presos, em certo sentido, aos substantivos da oração. Além disso, estes verbos também têm papéis auxiliares daqueles que desempenham papéis centrais no texto (oração).

Sintagma verbal com verbos plenos:

Os verbos plenos são os verbos que preservam as propriedades organizacionais em suas plenitudes dos sintagmas verbais e da sentença, (CASTILHO, 2019, p. 392). Além disso, “são os que funcionam como núcleos sentenciais, selecionando argumentos e atribuindo-lhes papéis temáticos, (CASTILHO, 2019, p. 397).

Nesses sintagmas, os verbos plenos desempenham papéis endocêntricos, porque eles escolhem os argumentos para conferir a eles, os papéis temáticos. Desta forma, selecionam, necessariamente, argumentos dentro duma oração/período.

Sintagma verbal com verbo auxiliar

O Sintagma verbal com verbo auxiliar é o constituinte composto por um verbo auxiliar que dá suporte ao outro verbo (verbo auxiliado) e que não perde suas propriedades de traços, como de pessoa, aspecto, tempo e modo. Em outras palavras, o verbo auxiliar é aquele que perde “a capacidade de organizar um sintagma verbal e uma sentença, restringindo-se a atribuir ao verbo auxiliado os traços de pessoa, aspecto, tempo e modo de que este morfologicamente não dispõe” (CASTILHO, 2019, p. 392). O autor ainda argumenta que os verbos auxiliares “são os que desempenham papel assemelhado ao dos verbos funcionais, com a diferença que à sua direita ocorrem verbos plenos em forma nominal, aos quais os auxiliares atribuem categorias de pessoa e número, especializando-se como indicadores de aspecto, tempo, voz e modo”, (CASTILHO, 2019, p. 397).

Nestas construções, os verbos auxiliares são os responsáveis por atribuir as propriedades morfológicas de verbo principal, dentre elas, a propriedade de pessoa, aspecto, tempo e modo. Enquanto o verbo central é aquele que carrega, de certo modo, o peso semântico de pessoa, aspecto, tempo, e outros, respectivamente. Portanto, os verbos auxiliares têm o papel fundamental de ajudar na organização da sentença.

Sintagma verbal com verbo auxiliado

O sintagma verbal com verbo auxiliado é composto por dois verbos, um auxiliar e outro auxiliado, embora neste ponto destaca-se só o papel do verbo auxiliado no texto. Esse verbo é o que possui a capacidade de organizar um sintagma verbal e uma sentença, diferentemente do auxiliar que foi pontuado acima, tendo também o papel de ajudar na organização da sentença.

Sintagma verbal com verbos presos/suportes (por substantivo, 'adjetivo, etc.')

Os verbos presos também chamados de verbos suportes são aqueles em que o “núcleo foi preenchido por um verbo fortemente preso a um substantivo, constituindo-se um sintagma verbal complexo”, (CASTILHO, 2019, p. 392). Ou seja, esses verbos “apresentam uma forte solidariedade sintática com o substantivo que se segue, ao qual não atribuem caso”, (idem, 2019, p. 410).

Assim, entende-se que os verbos presos/suporte são aqueles que estão intimamente ligados ao substantivo, porque estes prendem-se pelos substantivos às suas direitas. O fato de serem presos é devido aos seus papéis oracionais que se conjugam, juntamente, com os substantivos que os precedem.

Em seguida, discutem-se algumas propriedades verbais, e antes disso, é de extrema necessidade pontuar que alguns conceitos aqui apresentados são frutos da leitura da descrição de Gramática de Português Brasileiro de Castilho (2019) e de outros pesquisadores, abordando as categorias e subcategorias que foram analisadas.

Vale salientar que foram feitos registros conceituais de alguns aspectos linguísticos que são analisados introdutoriamente neste trabalho, isto porque não cabe conceituar, neste momento, todas as questões relacionadas a SV e exemplificá-los, bem como não cabe analisar todos os itens das estruturas e subestruturas de SV. Nesta senda, alguns conceitos são/foram introdutórios com respectivos exemplos e outros não, justificando que as (sub)estruturas de SV são amplas, inclusive esta noção não se limita só à sintaxe, e sim, à morfossintaxe e aos outros domínios gramaticais que estabelece relação com sintaxe. Sendo assim, discute-se agora em poucas palavras a noção de “estatuto do verbo”.

O estatuto categoria do verbo, segundo Castilho (2019, p. 392), “toma em conta os sistemas de que é feita uma língua. Haverá, portanto, definições: (i) gramaticais; (ii) semânticas; e (iii) discursivas dessa classe, de que não se excluem as definições mistas”. Tendo estas definições, será possível fazer outros desdobramentos conceituais dos constituintes da língua.

Sendo assim, entende-se que o estatuto do verbo, conforme a proposta de Castilho (2019, p. 392), baseia-se em três grandes dimensões de definições, dentre eles, a gramática, semântica e discurso. É verdade que se pode considerar o verbo na sua dimensão gramatical (no sentido restrito), analisando-o em termos fonéticos, morfológicos e sintáticos, Câmara Jr (1970, p. 201), Castilho (2019). Já a noção de verbo, no nível semântico, seria estudar suas propriedades em termos de sentidos, Castilho (2019). Feitas estas considerações, é pertinente pontuar que esta investigação estuda o verbo na sua categoria gramatical sintático e morfossintático, bem como as suas propriedades semânticas.

4.2.6.2 *Atributos gramaticais do verbo*

Nesta propriedade, é discutida a categoria sintática do verbo, deixando a morfologia de verbo de lado, neste primeiro momento, considerando que, segundo Castilho (2019, p. 392), “uma definição gramatical de qualquer classe toma em conta sua morfologia e sua sintaxe”. Apesar de considerar a relevância de estudos morfológicos dos verbos, um dos focos desta investigação é nas propriedades sintáticas dos verbos e havendo necessidade de pontuar, rapidamente, os aspectos morfológicos, far-se-ão, logo, poder-se-á falar em morfossintático.

A descrição gramatical do verbo, do ponto de vista sintático, considera que é “a palavra que articula seus argumentos, via princípio de projeção”, Castilho (2019, p. 395). Então, pode-se dizer que o verbo articula seus argumentos, através de uma projeção. Entretanto, Castilho (2019,) argumenta que:

Esta bela definição traz alguns problemas, visto que também o substantivo deverbal, o adjetivo e o advérbio têm a propriedade de subcategorizar argumentos. Portanto, todos eles integrariam uma só classe. Para evitar confusões categoriais, o jeito é lembrar que dona Morfologia tem uma opinião diferente a respeito desses três cavalheiros, como veremos nos capítulos “O sintagma nominal” e “O sintagma adjetival”. (CASTILHO, 2019, p. 395)

Segundo o autor, a definição de que o verbo profere seus argumentos a partir de um princípio de projeção e problemática, apesar de ser/parece bela, porque tanto substantivo deverbal quanto adjetivo e advérbio possuem atributos de subcategorizar os argumentos. Sendo assim, estariam numa interação de uma única classe. Diante disso, o autor argumenta que para evitar estes problemas conceituais, seria necessário evitar esta redução conceitual. Seguindo este raciocínio, ele apresenta alguns argumentos de correspondências entre verbos e adjetivos:

Adjetivo e verbo

Os dois podem apresentar “as mesmas relações gramaticais, visto que ambos podem predicar um sujeito, ou argumento externo, e reger um complemento, ou argumento interno”, Castilho (2019, p. 395). Ou seja, tanto o verbo quanto o adjetivo são capazes de predicar um sujeito ou argumento externo, assim como podem reger um complemento ou argumento interno, sendo assim, podem apresentar, em certa medida, as mesmas relações gramaticais, como se segue:

Texto nº 18:

a) O governo **exige** o cumprimento da lei. (Fonte: CASTILHO, 2019, p. 395)

b) O governo é **exigente** no cumprimento da lei. (Fonte: CASTILHO, 2019, p. 395)

Adjetivo e verbo

As duas categorias “aceitam os mesmos sujeitos e complementos, representáveis estes por sintagmas nominais ou por sentenças substantivas. Assim, há verbos e adjetivos transitivos e intransitivos”, Castilho (2019, p. 395). Em outras palavras, pode-se afirmar que verbo e adjetivo podem aceitar os sujeitos e complementos iguais, podendo ser representáveis por sintagmas nominais ou sentenças substantivas. Diante disso, o autor considera que podem haver verbos/adjetivos (in)transitivos.

Texto nº 19:

a) O Paulo **contentou-se** com a bola. (Fonte: Ataliba de Castilho, 2019, p. 395)

Texto nº 20:

b) O Paulo está **contente** com a bola. (Fonte: Ataliba de Castilho, 2019, p. 395)

Adjetivo e verbo

Ainda falando nessas categorias, pode-se dizer que elas “incluem as subclasses de ação e de estado, exibindo propriedades assemelhadas como, por exemplo, a admissibilidade de sentenças imperativas para verbos/adjetivos de ação, o que não ocorre com os de estado”, Castilho (2019, p. 395). O verbo e adjetivo podem incluir outras subcategorias de ação e de estado para expor seus atributos assemelhados, nas quais, há possibilidade admissível de sentenças imperativas para verbos/adjetivos de ação, diferentemente da ocorrência de estado. Para vislumbrar isso, consideram-se os exemplos apresentados por Castilho (2019, p. 395):

1) Texto nº 21:

a) Fulano **lê** um livro. (= verbo de ação)

Texto nº 22:

b) **Leia** este livro, Fulano!

2) Texto nº 23:

a) Fulano é **cuidadoso**. (= adjetivo de ação)

Texto n° 24:

b) Seja **cuidadoso**, Fulano!

3) Texto n° 25:

a) Fulano se **alegra**. (= verbo de estado)

Texto n° 26:

b) ***Alegre-se**, Fulano! (aceitável como exortação, não como ordem)

4) Texto n° 27:

a) Fulano é **alto**. (= adjetivo de estado)

Texto n° 28:

b) *Seja **alto**, Fulano!

Embora as duas classes desempenhem papéis iguais em certo contexto, isso não significa que suas categorias gramaticais são as mesmas, porque, em outras circunstâncias textuais, não desempenham papéis iguais. O fato descrito aponta para as similaridades que há entre os dois em desempenhar certos papéis sintáticos.

4.2.1.5 Colocação do objeto

A colocação do objeto direto é tida, tradicionalmente, como o preenchimento depois do verbo, [principalmente no português e algumas línguas indo-europeias, seguindo uma ordem canônica] Castilho (2019, p. 304). Para Mesquita (2009, p. 647), na língua portuguesa, a colocação dos termos na oração “é comum a construção das orações que obedece a uma ordem sintática. Ou seja, a disposição dos termos acontece de acordo com a sua função sintática na oração”. Ainda acrescenta que na ordem sintática, as colocações acontecem na ordem direta ou inversa/indireta.

A colocação, genericamente, é o ato de colocar cada item linguístico no seu devido lugar conforme as regras sintáticas que a moldam. Assim, a direta é quando segue uma linearidade da ordem canônica da estrutura sintática da formação de sentença na língua portuguesa, ao contrário, seria a ordem indireta. Em seguida, passa-se a discutir as propriedades semânticas do verbo.

4.4.1.6 Propriedade Semântica do Verbo

As propriedades semânticas do verbo têm a ver com estados de ‘coisas’ que os verbos expressam, “entendendo-se por isso as ações, os estados e os eventos de que precisamos quando falamos ou quando escrevemos”, Castilho (2019, p. 396). Os verbos são aqueles que expressam estados de alguma coisa no ato de falar e de escrever de uma dada língua.

O estudo da semântica do verbo é a forma que se encara os elementos linguísticos, entendendo os estados de coisas que os verbos podem expressar. Porque no ato enunciativo, os falantes de uma língua usam verbos para expressar o sentido de alguma coisa, podendo caracterizar estados/ações/eventos de alguma coisa.

Para estudar isso, Castilho (2019, p. 414) considera a sistematicidade aristotélica e hallidayana, mas é importante informar que há outras perspectivas de estudos verbais, como a de Dick, Givón (2001), Thompson. Diante disso, o presente trabalho fez um recorte introdutório para entender um pouco dessas propriedades semânticas com base na perspectiva de Talmy Givón (2001), apresentando o papel do verbo manipulador na fábula intitulada “mininu ku orta”¹¹⁴. Esse recorte justifica a limitação deste trabalho porque não se pode discutir todos os desdobramentos aristotélicos e esmiuçar as noções discutidas por Halliday, bem como as formulações dos outros funcionalistas.

Ao falar da propriedade semântica, Givón (2004, p. 41) ainda estabelece uma relação, além das características mais gerais nas descrições semânticas dos verbos, entre sintaxe e semântica para extrair um conteúdo pragmático, visto que a semântica do verbo está relacionado à estrutura oracional e demais elementos (co)contextuais, inclusive nas estruturas simples dos verbos, muitas vezes, são usadas as noções semântica-pragmáticas para classificar e entender a função textual. Assim, o autor fez uma distinção entre o protótipo semântico de verbo e sintático dos verbos, como se segue:

- O protótipo semântico: O verbo na cláusula principal codifica um estado mental ou evento de percepção ou cognição, ou um ato verbal de expressão; O sujeito do verbo é um dativo ou um agente; O estado ou evento codificado no complemento é análogo ao paciente do verbo da oração principal.
- O protótipo sintático: Não há restrições de correferência entre a cláusula principal e a complementar; é mais provável que a cláusula complementar tenha a estrutura finita normal da cláusula principal, com um sujeito totalmente expresso e morfologia do verbo finito; as duas cláusulas podem

¹¹⁴Tradução retirada no site: O menino e a horta.

ser separadas por um morfema subordinador e as duas cláusulas podem cair em contornos de entonação separadas.

Diante disso, conclui-se que sintaxe e semântica são componentes gramaticais distintos, que se autoajudam no ato da interação. Levando em conta esta correlação, pode-se falar em oração principal e complementos que podem se dar a partir desses componentes.

O protótipo semântico dos verbos de manipulação se dá do seguinte modo (GIVÓN, 2004, p. 42): O verbo na oração principal codifica um estado mental ou evento de percepção ou cognição, ou um ato verbal de enunciação; o sujeito do verbo é um dativo, um agente e o estado ou evento codificado no complemento é análogo ao paciente do verbo de oração principal.

Enquanto a sintaxe: Não há restrições de co-referência entre a cláusula principal e a cláusula complementar; é mais provável que a cláusula complementar tenha a cláusula principal normal finita estrutura, com sujeito plenamente expresso e morfologia verbal finita; as duas orações podem ser separadas por um morfema subordinador e as duas cláusulas podem se enquadrar em contornos de entonação separados, (GIVÓN, 2004, p. 42). A seguir, passa-se ao capítulo de análise descritiva, descrevendo as categorias que foram selecionadas para esta investigação.

5. DESCRIÇÃO PRELIMINAR DOS ASPECTOS FONÉTICOS-FONOLÓGICOS E SINTÁTICOS DA LÍNGUA GUINEENSE

5.2.6.2 Aspectos fonológicos da língua guineense

5.1.1 As Consoantes

Considerando as discussões feitas na metodologia sobre pontos e modos de articulações, entendendo como se cruzam os articuladores passivos e ativos nos lugares e modos que se envolvem para produção de segmentos consonantais. Nesta direção, foi elaborada esta tabela consonantal da língua guineense com base na tabela fonética internacional, podendo ser estudada em comparação com a tabela de outras línguas e procurando entender as suas similaridades e as suas diferenças, por exemplos, há segmentos que existem no guineense e inglês que é nasal velar [ŋ], mas não existe no português, caso que pode ser observado nas seguintes expressões: si[ŋ]g que é da língua inglesa (SANTOS, 2012) e [ŋ]ganha do guineense (pesquisa do autor), e entre outros casos que podem servir de exemplos para estudos. Sendo um trabalho preliminar, essas questões não serão aprofundadas aqui, e sim em um futuro trabalho comparativo.

Quadro 12 - Tabela fonética consonantal da língua guineense

Articuladores		Lugares ou pontos						
Modo ou maneira		Bilabial	Labio dental	Dental/ Alveolar	Alveop alatal	retrofl exa	palatal	Velar
Oclusiva	Desv/ surda	p		t				k
	Voz/ Sonora	b		d				g
Africada	Desv/ surda				ʃ			
	Voz/ Sonora				ɟ			
Fricativo	Des/ surda		f	S	ʃ			X
	Voz/ Sonora		v	Z	ʒ			ɣ
Nasal	Voz/ sonora	m	ɱ	n	ɲ/ɳ	ŋ	ɲ	ŋ
Tepe	Voz/ Sonora			r				

Vibrante	Voz/ Sonora			ř				
Retroflexa	Voz/ sonora			ɹ				
Lateral	Voz/ Sonora			l ɭ			ʎ P ^j	
Aproximante	Voz/ Sonora	w		j				
Aproximante nasalizada	Voz/ Sonora	ẃ		ĩ				

Fonte: Pesquisa do autor

A tabela fonética acima está dividida em duas partes dos articuladores (modo e ponto) e percebe-se que um símbolo fonético que pertence a um modo de articulação, também pertence a um ponto de articulação. As consoantes classificadas em diversos modos de articulações cruzam com os seus respectivos pontos de articulação.

Abaixo vem algumas transcrições fonéticas para compreensão de tabela fonética consonantal da língua guineense. A partir disso, pode-se falar na elaboração de guia para materiais de ensino-aprendizagem de uma parte da fonética na língua guineense, bem como os que têm desejo de aprender o guineense não terão dificuldades em pronunciar certas palavras, bem como a tabela mostra que os segmentos são factuais na língua guineense. Desta forma, a tabela que a seguir apresenta todos os cruzamentos de modos com pontos de articulações que foram apresentados na tabela fonética do guineense.

Quadro 13 – cruzamentos de modos e pontos de articulação no guineense

Classificações dos segmentos consonantais	Palavras	Transcrição	Símbolos
Oclusivas bilabiais desvozeadas	Pape Djimpini Pinpinha Papaia	['pape] ['dʒinpinɪ] [pin'pɪnɐ] [pa'paia]	p
Oclusivas bilabiais vozeadas	Barku Bai Brabu Bida	['baxku] ['bai] ['brabu] ['bida]	b
Oclusivas alveolares desvozeadas	Punta Orta Kintal Tadja	['punta] ['oxta] ['kɪntal] ['tadʒa]	t
Oclusivas alveolares vozeadas	Dal Tarda Durmi	['dal] ['tardi] ['durmi]	d
Oclusivas velar desvozeadas	Kumpu	['kumpu]	k

	Kufu Pekadu Katchur	['kufu] [pe'kadu] [ka'ʃur]	
Oclusivas velar vozeadas	Gatu Iagu Lagartu Linguana	['gatu] ['iagu] [la'gaxtu] [lin'guana]	g
Africadas alveopalatal desv.	Intchadu tchera Tchiga Tchora Matchukut Matchundadi	[in'ʃadu] [tʃera] [tʃiga] [tʃora] [maʃukut] [maʃundadi]	ʃ
Africadas alveopalatal voz.	Odja N'djeta Djiru Mindjor Udjus	['odja] [nɔʒeta] [dʒiru] [min'dʒor] [udʒus]	dʒ
Fricativo labiodental desv.	Chef Mafe Fala	['ʃef] ['mafe] ['fala]	f
Fricativo labiodental voz.	Malvadu	[mal'vadu]	v
Fricativo dental ou alvéolos desvozeada	Sapu Arus Pursoris Alfas	['sapu] ['arus] [pux'soris] ['alfas]	s
Fricativa dental ou alvéolos vozeada	Zona Zinga	['zona] ['zinga]	z
Fricativo alveopalatar desvozeada	Xatu Mixi Bolacha	['ʃatu] ['mifi] [bo'laʃa]	ʃ
Fricativo alveopalatar vozeada	Tijela Igreja	[ti'ʒela] [i'greʒa]	ʒ
Fricativo velar desvozeada	Parti Purku	['paxti] ['puxku]	X
Fricativo velar vozeada	Korda Mornu Ordidja	['koɣda] ['moxnu] [ox'didʒa]	ɣ
Nasal bilabial vozeada	Manda Mafe	['manda] ['mafe]	m
Nasal labiodental vozeada	M mama	['m̃mama]	m̃
Nasal alveolar vozeada	Nada Manda	['nada] ['manda]	n
Nasal palatal vozeada	Nhambi banhera Nheme Nhor	['ɲambi] [ba'ɲera] ['ɲeme] ['ɲor]	ɲ
Nasal retroflexa	N kada	['ɳkada]	ɳ
Nasal Velar	Nganha	[ŋgata]	ŋ
Tepe alveolar vozeada	Karu	['karu]	r

	Pratu	[ˈpratu]	
	Kareta	[kaˈreta]	
Vibrante múltipla vozeada	Rabada	[ʀaˈbada]	ʀ
	Ratu	[ˈʀatu]	
	Mar	[ˈmaʀ]	
Lateral alveolar vozeada	oliadu	[oliˈadu]	l
	kaleron	[kaˈlɛron]	
	buli	[ˈbuli]	
Lateral alveolar vozeada velarizada	Mal	[ˈmaɫ]	ɫ
	Malvadu	[maɫˈvadu]	
Lateral palatal vozeada	Pilia	[ˈpiʎa]	ʎ
	Falia	[ˈfaʎa]	ou ʎ ⁱ

Fonte: Pesquisa do autor.

Neste trabalho, foram adotados os mesmos símbolos nas transcrições fonéticas internacionais e as sílabas tônicas são marcadas pelo seguinte símbolo [ˈ]. As colunas no quadro acima estão divididas em quatro: a primeira cuja as classificações dos segmentos, nomeando-os a partir dos seus lugares e modos de articulações; a segunda é composta de expressões na língua guineense; a terceira é das transcrições fonéticas e a quarta é composta de símbolos que representam os segmentos classificados na primeira coluna e que estejam em destaque por negrito na terceira coluna.

A partir da transcrição no quadro acima, pretende-se mostrar algumas posições que certos segmentos ocorrem na língua guineense, no português brasileiro e no inglês. Diante disso, considera-se os segmentos africados alveopalatais. No português brasileiro, Silva (2003, p. 57) afirma que

denominamos tal processo de **palatalização de oclusivas alveolares**. Nos dialetos em que este processo aplica-se às oclusivas t/d manifestam-se como africadas alveopalatais **tʃ/dʒ** quando seguidas da vogal **i** (oral ou nasal). Nestes dialetos temos [tʃiˈtʃia] para “titia” e [dʒika] para “dica” (Cristóvão Silva (1999c)). Os dialetos que não têm este processo apresentam as pronúncias [tiˈtia] “titia” e [ˈdika] “dica”... como o de Belo Horizonte por exemplo - todos os t/d ortográficos no grupo 12 são foneticamente segmentos africados [tʃ.dʒ] (seguidos de [i]).

A autora quer mostrar que as africadas alveopalatais do português brasileiro ocorrem quando é seguido de vogal “i” (oral ou nasal), e não ocorrem seguidos de outros vogais. Ela afirma que tais segmentos podem ser encontrados nas pronúncias de falantes de Belo Horizonte, dos Nordeste, Norte e falantes de dialeto de Curitiba. Mas, também, há regiões em que “d/t” nas grafias seguidas de vogal “i” não apresentam os segmentos africadas.

No Inglês, pode-se encontrar essas ocorrências nos seguintes léxicos: chapter, check, child, choose e church (WELLS, 2008; ORFORD, 2009). Todas essas expressões têm este grafemas “ch” que, no inglês, é o segmento [dʒ]. Desta forma, entende-se que o inglês apresenta certa similaridade com o guineense em alguns aspectos fonéticos.

No guineense, encontram-se esses segmentos nestas palavras: “odja, ndjeta, djiru, mindjor, udju”. São transcritas de seguintes maneiras: [’odʒa], [’ndʒeta], [’dʒiru], [min’dʒor], [’udʒus]. A verdade é que as africadas são produzidas com qualquer vogal no guineense, diferentemente de vogal “i” como acontece no português brasileiro. Com isso, existem diferenças entre segmentos africadas produzidas no português brasileiro e no guineense. Ou seja, há segmentos que podem ser realizados no guineense, e, que não são comuns em português do Brasil.

Por outro lado, entende-se que todos os t/d ortográficos em algumas regiões são segmentados como fricativas dentais/alveolares, por exemplo, palavras como dia e tia são transcrito da seguinte maneira [dia] e [tia] (SILVA, 2003). Como são vistos nas transcrições fonéticas do guineense, todos os t/d das formas gráficas do guineense são realizadas como fricativas.

A vogal “i” referido por Silva (2003) não se limita só à grafia, mas também, a todos os segmentos que são produzidos como vogal “i”, como nas palavras que terminam com grafia “e” em língua portuguesa.

Também foi feita outra transcrição a partir da narrativa a seguir para que o leitor deste trabalho tenha uma ampla noção sobre transcrição fonética consonantal do guineense. Hildo Honório do Couto e Filomena Embaló (P.118, 2010):

Texto n°: 01

Salton ku si mindjer

Un mindjer sai pa ba panha salton na roda di mar. I tchiga, i panha salton manga del, i fia na korda. I bin panha un salton e fia na korda. Mindjer di salton sai, i odja si omi, i ba tchora djanan la na metadi di tarafi. I na tchora, i na tchora, i fala si omi ku panhadu, i na tchora. Salton fala si mindjer: “Ka bo tchora. Ora ku bo sinti nha tcheru na iassadu bo ta tchora, ma tementi N ka iassadu inda, ka bo tchora”. Mindjer ku panhal i ditanda gora korda e ba laba kurpu. Salton salta, i kapli na corda e miti dentru di koba. I fala si mindjer: “N tarda conta. Tementi bo ka na sinti nha tcheru na fugu, sibi cuma N ka muri”¹¹⁵.

A partir desta narrativa, foi feita uma transcrição fonética das palavras que compõem este conto, e o que interessa nesta transcrição são os símbolos fonéticos consonantais, não as vogais, porque esta sessão interessa em trazer elementos fonéticos consonantais do guineense.

¹¹⁵“O saltão e sua mulher

Uma mulher saiu para apanhar saltões à beira-mar. Ela chegou, apanhou um monte de saltões e enfiou na corda. Pegou saltões e enfiou na corda. A mulher do saltão saiu e viu seu homem e foi chorar para valer no meio do mangue. Ela chorou, chorou, dizendo que seu homem fora apanhado, e chorou. O saltão lhe disse: “Não chore. A hora que você sentir meu cheiro sendo assado, você chora; mas, enquanto eu ainda não estiver assado, não chore”. A mulher que o apanhara pôs a corda [de peixes] no chão e foi tomar banho. O saltão saltou e escapuliu da corda e se meteu dentro de um buraco. Ele disse a sua mulher: “Eu não lhe disse! Enquanto você não sentir o meu cheiro no fogo saiba que eu ainda não morri”. Hildo Honório do Couto e Filomena Embaló (P.118, 2010).

Com essas transcrições, as pessoas podem ler a narrativa acima sem dificuldade, ou seja, podem ler e pronunciar as palavras perfeitamente. Segue-se a transcrição:

Salton - [saɫ'ton] ku - [ku] si - [si] mindjer - [min'dʒer]

Un - ['un] mindjer - [min'dʒer] sai - ['sai] pa - ['pa] ba - ['ba] panha - ['paɲa] salton - [saɫ'ton] na - ['na] roda - [ʀoda] di - ['di] mar - ['max]. I tchiga - [ʔiga], i panha - ['paɲa] salton - [saɫ'ton] manga - ['manga] del - ['deɫ], i fia - ['fia] na - ['na] korda - ['korda]. I bin - ['bin] panha - ['paɲa] un - ['un] salton - [saɫ'ton] e fia - ['fia] na - ['na] korda - ['korda]. Mindjer - [min'dʒer] di - ['di] salton - [saɫ'ton] sai - ['sai], i odja - ['odʒa] si - ['si] omi - ['omi], i ba - ['ba] tchora - [ʔora] djanan - [dʒa'nan] la - ['la] na - ['na] metade - [me'tade] di - ['di] tarafi - [ta'rafi]. I na - ['na] tchora - [ʔora], i na - ['na] tchora - [ʔora], i fala - ['fala] si - ['si] omi - ['omi] ku - ['ku] panhadu - [pa'ɲadu], i na - ['na] tchora - [ʔora]. Sal'ton - [saɫ'ton] fala - ['fala] si - ['si] mindjer - [min'dʒer]: “Ka [ka] bo - [bo] tchora - [ʔora]. Ora - [ora] ku - [ku] bo - [bo] sinti - [sinti] nha - [ɲa] tcheru [ʔeru] na - [na] iassadu - [ia'sadu] bo - [bo] ta - [ta] tchora - [ʔora], ma - [ma] tementi - [te'menti] N'ka - [ɲka] iassadu - [ia'sadu] inda - ['inda], ka - [ka] bo - [bo] tchora - [ʔora]”. Mindjer - [min'dʒer] ku - [ku] panhal - [pa'ɲaɫ] i ditanda - [di'tanda] gora [go'ra] korda - [ko'ɔda] e ba [ba] laba - [laba] kurpu - [ku'ɣpu]. Salton - [saɫ'ton] salta - [saɫta], i kapli - [kapli] na - ['na] corda - [ko'ɔda] e miti - [miti] dentru - [dentru] di - ['di] koba - [koba]. I fala - ['fala] si - ['si] mindjer - [min'dʒer]: “N tarda - [ɲtaɔda] conta - [konta]. Tementi - [te'menti] bo - [bo] ka - [ka] na - ['na] sinti - [sinti] nha - [ɲa] tcheru - [ʔeru] na - ['na] fugu - [fugu], sibi - [sibi] Cuma - [kuma] N ka - [ɲka] muri - [muri].

O texto narrativo foi transcrito foneticamente, isso mostra que se a pessoa conhecer a tabela fonética consonantal do guineense, é capaz de ler nessa língua. A partir destas análises preliminares, será possível compreender muitos caminhos para descrições das consoantes na língua guineense e de muitas ações de políticas linguísticas para essa língua. A seguir, descreve-se as vogais.

5.1.2 As Vogais

Considerando os quadros e discussões feitas na fundamentação, entende-se que nos graus da altura da língua podem ser definidos os quatro fatores: alto, médio-alto, médio-baixo e baixo. O primeiro é quando o trato vocal encontra-se mais fechado para o escape do ar, assim, os fones são denominados fechados e a língua encontra-se na posição mais alta (Fiorin, 2014, p. 23). No guineense, pode-se apresentar os seguintes exemplos: “[i]ti”, “[x[u]peta]”. Para médio-alto, conhecido de meio-fechado, assim, estes segmentos não são tão fechados como os segmentos altos (Idem, 2014, p. 23). Diante disso, toma-se os seguintes exemplos do guineense: “[e]nedu” e “[o]mi”. Médio-baixo é considerado o terceiro nível de abertura, porque ele é meio aberto. Assim, considera-se estes segmentos como amostra: “[ɛ]lis” e “[o]rta”.

Quanto à posição da língua, existem anterior, central e posterior. No primeiro, “a língua está projetada em direção dos lábios” (Fiorin, 2014, p. 23), tendo os seguintes exemplos segmentais: “[x[u]peta]” e “[ɛ]lis”. A posição central da língua pode ser considerada neutra, porque nem projeta para frente e nem é retraída, deste modo, consideram-se os seguintes: “[a]ti” e “[k[a]ma]”. Por fim, apresenta-se os exemplos dos segmentos de graus de arredondamento, porque uns são produzidos com os lábios arredondados e outros com lábios

estendidos (não arredondados), tomando os seguintes segmentos como exemplos: “[u]tru”, “k[u]sa” e “[ɔ]rta”. Desta feita, apresenta-se os exemplos de alguns segmentos no guineense:

Quadro 14 - Vogal tônica oral

Vogal ant. não arredondado	vogal tônica	
	i	ɛ
i	fid[i]	f[ɛ]di
e	Verdis[i]	n nh[ɛ]reti
ɛ	Bedjis[i]	nt[ɛ]ne
a	f[i]ta	nt[ɛ]ma
ɔ	or[i]k	o[ɛ]dja
o	[i]bo	[ɛ]no ¹¹⁶
u	Fid[i]du	nt[ɛ]mus

Fonte: Pesquisa do autor.

Quadro 15 - Vogal tônica nasal

Vogal anterior arredondado	Vogal tônica
ũ	[ũ]nta, k[ũ]mpu, k[ũ]msa, p[ũ]mba, k[ũ]nsi,
õ	[õ]mbra, k[õ]nta, erm[õ]n, k[õ]ntadu, v[õ]ntadi

Fonte: Pesquisa do autor.

Quadro 16 - Vogais quanto à anterioridade/posterioridade (arred. ou não-arred.)

Anterior não-arred	Posterior arred
fid[i]da	[u]dju
t[e]ne	[o]bi
ten[e]	[ɔ]rta

Fonte: Pesquisa do autor.

Os exemplos acima ilustram, evidentemente, os diversos tipos de segmentos vocálicos no guineense, podendo compreender as vogais orais tônicas anterior não

¹¹⁶ Nome de indivíduo.

arredondadas, vogais nasais tônicas anterior arredondadas e vogais anteriores não arredondadas e vogais posteriores arredondadas. A seguir, apresenta-se a estrutura silábica na língua guineense.

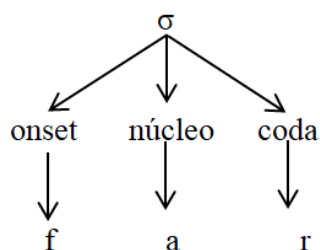
5.1.3 Sílabas

A sílaba é uma estrutura composta por vogais e consoantes, cuja organização básica é dividida em três partes que se seguem: *onset*, *núcleo* e *coda*. Diante disso, concorda-se com Mendonça (2003) que palavras seguem determinados parâmetros organizacionais.

E seguindo o pensamento deste autor, pode-se afirmar que as estrutura de sílabas, de palavras, orações e frases podem variar de uma língua para outra, como exemplo, no inglês é perfeitamente a sequência /sl/, caso da palavra /sleiv/ - “escravo”, já na língua guineense é perfeita a sequência /nst/ ou /ɲst/ da palavra /Nsta/ ou /ɲsta/ - “estou”. Diferentemente do português brasileiro que não há essas sequências (‘sl’ e ‘nst’) do inglês e do guineense.

Considerando as convergências da estrutura básica apresentadas por Mendonça (2003) e Biondo (1993), pode-se tomar a primeira sílaba deste léxico “far.ta” para ilustrar a estrutura básica de sílaba na língua guineense a partir dos diagramas a seguir:

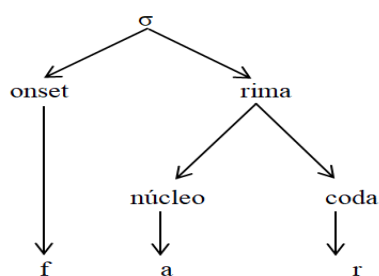
Diagrama 15



Fonte: Pesquisa do autor

O diagrama acima é uma estrutura de sílaba composta de *onset*, *núcleo* e *coda*. Esse diagrama é a representação da primeira sílaba da expressão “farta”, então, a sílaba é repartida em *onset* que é “f”, *núcleo* é “a” e *coda* é “r”. Portanto, concorda-se com Mendonça (2003) e Biondo (1993) que o núcleo é o pico da estrutura silábica; *onset* ocupa a posição pré-vocálica ou pré-núcleo e a *coda* ocupa a posição pós-núcleo ou pós-vocálica. Se considerar o exemplo anterior [nsta], pode-se concluir que o guineense apresenta *onset* complexo porque o *onset* na expressão “nsta” é composto de CCCV e *onset* simples é constituído de uma consoante como na sílaba “far”. O diagrama que se segue é a mesma representação de sílaba “far”, mas com uma escala de *rima*.

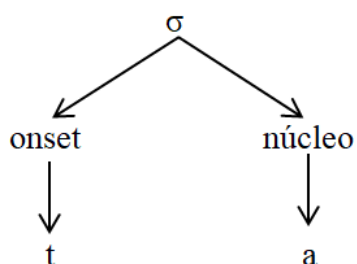
Diagrama 16



Fonte: Pesquisa do autor.

O diagrama que se segue é a segunda sílaba da expressão “farta”, no caso, a parte “ta”. Esse diagrama representa a sílaba composta de *onset* mais *núcleo*, porque o *onset* da sílaba é “t” e o núcleo é “a”.

Diagrama 17



Fonte: Pesquisa do autor.

Fora os casos apresentados acima, ainda pode-se dizer que há sílaba no guineense composta por vogal (i = e) ou vogais (ei = ei), mas não foi constatada sílaba composta por uma consoante ou mais, tendo exceção na escrita de maior caso da conjugação verbal na primeira pessoa do singular, no qual alguns separam “n” e “m” dos demais segmentos consonantais dos verbos, por exemplo, “n sta”, “m bai” e “n tarda”, no entanto, fonologicamente os segmentos “n” e “m” são pronunciados juntos das outras partes dos verbos.

Pode-se afirmar que existem dois modelos de sílabas na língua guineense: sílabas livres: V (i)¹¹⁷; CV (po)¹¹⁸; e CCV (pra.tu)¹¹⁹; e sílabas travadas: VC (es)¹²⁰; CCVC

¹¹⁷ Marca pessoal, ou seja, prefixação que marca a terceira pessoa do singular da língua guineense.

¹¹⁸ Pau.

¹¹⁹ Prato.

¹²⁰ Este, (a); esse (a).

(plás.ti.ku)¹²¹; CVC (kor.da)¹²²; CCCV (nsta)¹²³ e outros, (SEARA, NUNES e LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2019).

Nesta tipologia de sílabas, as autoras consideram que o glide não pode ocupar a posição de núcleo silábico, neste caso, é considerado uma vogal assilábica, [a não ser que seja em um [léxico] empréstimo]. O glide é um segmento que exhibe características articulatórias de uma vogal alta: [j,w]. Com os glides nas sílabas, pode-se obter as seguintes sílabas livres: VV'(ai); CVV' (cai) e CV'V (qua.se), os glides são marcados por aspas simples, enquanto que as sílabas travadas são: VV'C (aus.te.ro); CVV'C (cais); CV'VC (e.ques.tre); e CV'VV'C (quais). A língua guineense apresenta sequências com os glides nas sílabas livres e travadas: sílabas livres: VV'(ai)¹²⁴; CVV' (kai)¹²⁵; CVV' (kua.dru)¹²⁶. Sílabas travadas: VV'C (ailton)¹²⁷; CVV'C (cais); CV'VC (kuen.tru)¹²⁸ e outros. Observe-se que a palavra 'kuentru' fonologicamente pode ser transcrito de duas formas, conforme a teoria *bifonêmica* seria /kueN.tru/ na qual a primeira sílaba corresponderia CVVC, por outro lado, caso se considere a teoria *monofonêmica* para a vogal nasal, a sílaba inicial deixará de ser travada e passa ser considerado de sílaba livre /kuẽ.tru/. Para compreender melhor esse padrão silábico, segue-se o seguinte quadro:

Quadro 17 - Tipos de sílaba na língua guineense.

Tipos de sílaba no português Guineense	Padrões silábicos		Exemplos (palavra)	Transcrição fonológica	Transcrição fonética
	Sílabas livres/simples	Sílabas travadas/complexa			
	V		i	/i/	[i]
	CV		po	/pɔ/	[pɔ]
	CCV		pra.to	/prato/	[pra.tɔ]
Semivogais consideradas como assilábicas	VV'		ai	/ai/	[aj]
	CVV'		cai	/kai/	[kaj]
	CV'V		kua.dru	/k ^w adru/	[kwa.dru]
		VC	es	/ɛS/	[es]
		CCVC	plas.ti.ku	/plaStikɔ/	[plas.tikɔ]
		CCCV	nsta	/NSta/	[ɲsta]
		CVC	kor.da	/kɔRda/	[kɔh.da]
		CVCC	???	???	???

¹²¹ “Conhecidas no mundo do calçado como as ‘Sandálias Fisherman’ o modelo aranha é um dos estilos icônicos mais transversais de inúmeras culturas ao longo dos séculos”. Sandálias Fisherman é um tipo de sandália que se chama de plastiku em língua guineense. Disponível em: <https://encr.pw/73Qc8>.

¹²² Nó.

¹²³ Verbo estar, conjugado em terceira pessoa do singular do presente do modo indicativo da língua guineense.

¹²⁴ Interjeição de dor.

¹²⁵ O infinitivo do verbo “cair”, em português.

¹²⁶ Quadro, em português.

¹²⁷ Nome próprio.

¹²⁸ Coentro, em português.

Semivogais consideradas como assilábicas		VV°C	Ail.ton	/ail.ton/	['ail.ton]
		CVV°C	kais	/'kaiS/	['kajs]
		CVVC	kuas	/k ^w aS /	[kuas]
		CCVV	nfia	/Nfia/	[ɲfia]

Fonte: Pesquisa do autor.

O uso de diacrítico “.” nos quadros apresentados acima indica a separação silábica ou a silabificação das palavras (SEARA, NUNES e LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2019). Já nos padrões silábicos, as semivogais foram representadas como glides e usou-se o diacrítico “V” para os indicar nas sílabas. Todos os exemplos são frutos da pesquisa do autor e dos *corpus* selecionados, bem como de algumas pesquisas que foram consultadas.

Consideram-se alguns quadros feitos por Silva (2003) por serem didáticos para ilustrar possíveis sílabas no guineense, como exemplo, sílabas constituídas apenas de vogal, constituídas de uma ou duas consoantes prevocálicas e constituídas de uma ou duas consoantes posvocálicas. Partindo dessas noções, apresentam-se as sílabas constituídas por uma vogal. Considera-se o quadro abaixo que apresenta sílabas constituídas apenas de vogal no guineense:

Quadro 18 - Sílabas constituídas apenas de vogal na língua guineense

Vogais	Início da palavra		Meio de palavra		Final de palavra	
	tônica	pretônica	Tônico	pre/postônica	Tônico	postônico
[i]	[i]ta	[i]greja	ku[i]da	ku[i]dadu	ba[i]	pu[i]
[e]	[e]lis	[e]quipa	???	kond[e]nason	???	???
[ɛ]	[ɛ]va	[ɛ]bias	po[ɛ]ta	???	???	???
[a]	[a]ma	[a]madu	Mo[a]bi	di[a]manti	papi[a]	glori[a]
[ɔ]	[ɔ]ra	[ɔ]redja	???	[ɔ]rienta	???	???
[o]	[o]dja	[o]rguliu	???	???	???	???
[u]	[u]dju	[u]munidu	???	pa[u]pau	popa[u]	orguli[u]
[ɪ]	???	???	???		???	ka[ɪ]
[ə]	???	???	???	fi[ə]	???	di[ə]
[ɔ]	[u]ku	???	???	???	Tuta[ɔ]	fuma[ɔ]
[ĩ]	[ĩ]nda	[ĩ]mperiu	???	???	???	???
[ẽ]	[ẽ]ntra	[ẽ]ntrada	ku[ẽ]tru	???	N'gu[ẽ]ta	???
[ã]	[ã]nju	[ã]ntigu	adi[ã]nta	???	???	???
[õ]	[õ]mbra	???	a[õ]nti	???	siti[õ]	???
[ũ]	[ũ]n	[ũ]tadu	???	???	???	???

Fonte: Pesquisa do autor.

Para ela, pode-se observar as seguintes restrições em sílabas com uma consoante prevocálica:

- a. As vogais orais [i,e,ɛ,ɔ,o,u] podem-se posicionar em sílabas constituídas apenas de vogais, sendo que quaisquer delas pode ocorrer em início de palavra ou em meio de palavra, tanto na posição tônica quanto em átona. Verifica-se na tabela de

língua guineense, que as vogais orais têm a mesma semelhança com a língua portuguesa.

- b. As vogais átonas postônicas [ɪ, ə, ʊ] podem ocorrer em posição final de palavra. Semelhante a isso, na língua guineense pode-se observar a palavra “banana, kai, tatau”.

A seguir, consideram-se as sílabas com somente uma consoante prevocálica (CV e CVV). Então, o quadro de consoantes prevocálicas constituídas somente por uma consoante prevocálica na língua guineense:

Quadro 19 - Somente uma consoante prevocálica

Consoante	Início de palavra		Meio de palavra	
	CV	CVV'	CV	CVV'
/p/	/p/e	/p/ui	ka/p/a	xa/p/eu
/b/	/b/ata	/b/ai	si/b/i	pa/b/ia
/t/	/t/afaltafa	/t/iu	la/t/a	ba/t/iu
/d/	/d/enu	/d/eu	se/d/u	fun/d/ia
/k/	/k/asa	/k/ai	fa/k/a	ko/k/iu
/g/	/g/alu	/g/uinensi	ami/g/u	li/g/au
/f/	/f/ala	/f/ia	ba/f/a	pur/f/ia
/v/	/v/ontadi	sal/v/au	vi/v/i	dis/v/ia
/s/	/s/apu	/s/ai	ia/s/a	pa/s/ia
/z/	/z/eru	fari/zeus/	a/z/a	a/z/eiti
/ʃ/	/ʃ/atu	/ʃ/ou	mar/ʃ/a	di/ʃ/au
/ʒ/	/ʒ/aru	/ʒ/uizu	a/ʒ/i	(a/ʒ/eiti)
/R/	/R/abu	/R/aiba	(ca/R/o)	glo/R/ia
/r/	???	???	ca/r/u	ti/r/au
/m/	/m/afe	/m/au	a/m/a	a/m/au
/n/	/n/ada	/n/oiti	bo/n/itu	mu/n/iu
/ɲ/	nha	???	le/ɲ/a	pan/ɲ/au
/l/	/l/alu	/l/ei	fa/l/a	fa/l/au
/ʎ/	???	???	???	???

Fonte: Pesquisa do autor.

Também é possível observar as seguintes restrições em sílabas com uma consoante prevocálica:

- a. Os fonemas /ɲ, r, ʎ/ não ocorrem no início da palavra no português braileiro, exceto nos empréstimos que ocorrem /ɲ/ e /ʎ/ (nhoque e lhama). Já na língua guineense ocorre o nasal palatal no início da palavra. Outro aspecto que vale ressaltar é que existe o segmento /ʎ/ na língua guineense, só que não foi encontrado com o dígrafo “lh” com a exceção dos empréstimos.

A seguir, consideram-se as sílabas que apresentam duas consoantes prevocálicas (C_1C_2V e C_1C_2VV), essas duas consoantes numa mesma sílaba é chamado de encontro consonantal tautossilábico, e isso significa que as suas consoantes não se separam.

Neste quadro, pode-se verificar sílabas iniciais ou sílabas entre outras sílabas (sílaba no meio) com duas consoantes prevocálicas.

Quadro 20 - Duas consoantes prevocálica

consoantes	Início de palavra		Meio de palavra	
	CCV	CCVV	CCV	CCVV
/st/	/st/a	/st/au	???	???
/pr/	/pr/etu	/pr/aia	su/pr/adu	kum/pr/auaba
/sk/	/sk/ina	/sk/ua	???	???
/pl/	/pl/anu	???	kom/pl/eta	bi/bl/ioteka
/br/	/br/asa	???	ia/br/idu	ia/br/iuba
/bl/	/bl/ufu	???	bi/bli/a	???
/tr/	/tr/atal /tr/ail		a/tr/azadu	en/tr/aubaja
/tl/	???	???	‘a/tl/eta	???
/dr/	/dr/agon	???	man/dru/gada	la/dr/aubaja
/dl/	???	???	???	???
/kr/	/kr/aki	???	mal/kr/iadu	kum/kr/auja
/kl/	/kl/aki	???	bisi/kl/eta	???
/gr/	/gr/avi	/gr/au	sa/gr/adu	???
/gl/	/gl/utão	???	in/gl/isis	???
/fr/	/fr/akitu	/fr/audi	Á/fr/ika	???
/fl/	/fl/ama	???	???	???
/vr/	???	???	li/vr/adu	li/vr/auaba
/vl/	/vl/a	???	???	???

Fonte: Pesquisa do autor.

Por último, apresentam-se as seguintes restrições em sílabas com duas consoantes prevocálicas:

- A. Se C_1 e C_2 ocorrem, a primeira consoante é uma obstruinte (oclusivas e fricativas pré-alveolares) e a segunda consoante, normalmente, é uma líquida (categoria que inclui /l, r/), Silva (2003). Porém, existem outras restrições na língua guineense que não se verificam no português brasileiro, como de nasal velar vozeado (grafema “nk”) e nasal retroflexo vozeado (grafema “ng”), bem como sequência de /st/, /sk/, /m’m/ e /n’n/ no início das palavras.

Os quadros fonéticos acima apresentados são a introdução do conceito da sílaba e suas divisões baseadas nas teorias fundamentadas no inglês e português brasileiro, apesar de considerar outros pressupostos que dizem respeito às sílabas. A sílaba é o ponto de partida para um estudo comparativo com a língua guineense, nesta subseção especificamente para que, no final, o leitor tenha uma pequena amostra de como é a estrutura silábica da língua

guineense. A ênfase maior não está nestes conceitos e muito menos em complexificar os aspectos selecionados, embora eles serviram de base para a discussão da estrutura silábica, mas, acima de tudo, chegar a uma proposta básica de grafemas para escrita no guineense.

Diante do exposto nesta seção, é possível sugerir uma grafia para escrita na língua guineense sem se defender qual seria a mais adequada, ou menos adequada, ou por que certa escolha seria mais viável do ponto de vista linguístico ou da política linguística, ou do ponto de vista “ideológico”. Desta feita, consideram-se os quadros abaixo que foram elaborados conforme os estudos de segmentos vocálicos e consonantais apresentados acima e das reflexões de produções de sons no guineense:

Quadro 21: Vogais da língua guineense

Grafemas e segmentos usadas nas literaturas guineenses				Sugestões de grafemas e segmentos	
Grafemas e segmentos	Palavras	Grafemas e segmentos	Palavras	Grafemas e segmentos	Palavras
a [a, ə]	pata	a [a, ə]	papa	a [a, ə]	papa
e [e,i]	fera/Face	e [e, ε]	pape	e [e, ε]	pape
i [i]	Fitcha/faci	i [i]	fica/fasi	i [i]	fika/Fasi
o [o/u]	fora/tudo	o [o, ɔ]	fora/po	o [o, ɔ]	fora/po
u [u/ʊ]	fula/ladu	u [u/ʊ]	furta/ladu	u [u/ʊ]	furta/ladu

Fonte: Pesquisa do autor.

O quadro de vogais apresenta duas variantes na escrita do guineense para depois apresentar uma proposta unificadora de grafemas para que haja uniformidade na escrita dos usuários desta língua. Nesse quadro, os vogais que os falantes desta língua escrevem por unanimidade é os grafemas “a”, “i” e “u” para representarem os segmentos [a, ə], [i] e [u/ʊ] e os outros variam, porque têm pessoas que usam grafemas diferentes para representar os mesmos sons.

Os grafemas “e” e “o” interconsonantais, geralmente, são pronunciados com respectivos sons [e, o], mas variam de pessoas para pessoas se encontrarem nas sílabas finais das palavras como elementos finais. Por isso, pode-se observar a escrita com grafema “e” em representação de segmento [i] na expressão “face” e outra com grafema “i” representando segmento [i] como na expressão “fasi” e o grafema “o” para representar estes segmentos [o/ɔ, u/ʊ] como nas seguintes expressões: **no**, **po** e **tudo**.

Observando essas divergências, pode-se dizer que há uma grande necessidade de política linguística para definir quais grafemas vocálicos devem ser usados na escrita para representar os seus respectivos segmentos. Por isso, foi proposto as duas últimas colunas no quadro para que numa possível política linguística da grafia seja levada em conta essas questões. A seguir, apresenta-se os grafemas de consoantes usadas na língua guineense.

Quadro 22: Consoantes na língua guineense

Grafemas e segmentos usados nas literaturas guineenses				Sugestões de grafemas e segmentos	
grafemas e segmentos	Palavras	Grafemas e segmentos	Palavras	grafemas e segmentos	Palavras
p [p]	pa	p [p]	pa	p [p]	pa
t [t]	tarda	t [t]	tarda	t [t]	tarda
c [k]	caba	k [k]	kaba	k [k]	kaba
b [b]	bata	b [b]	bata	b [b]	bata
d [d]	dano	d [d]	danu	d [d]	danu
g [g]	gose	g [g]	gosi	g [g]	gosi
f [f]	face	f [f]	fasi	f [f]	fasi
		c [tʃ]	cabi		
		ñ [ɲ]	ña		
s [s,z]	sapo	s [s]	sapu	s [s]	sapu
c [s,k]	ceco	š [ʃ]	šatu	x [ʃ]	xatu
v [v]	vazo	v [v]	vazu	v [v]	vazu
z [z]	zebra	z [z]	zebra	z [z]	zebra
j [ʒ]	jaro	ž [ʒ]	ž aru/igreža	j [ʒ]	jaru/igreja
n [n]	nada	n [n]	nada	n [n]	nada
m [m]	mato	m [m]	matu	m [m]	matu
r [r,r]	rato	r [r,r]	ratu	r [r,r]	ratu
x [ʃ]	?	x [ʃ]	?		
		j [dʃ]	fiju		

Fonte: Pesquisa do autor.

Semelhante ao quadro de vogais, o quadro acima apresenta os grafemas de consoantes que representam os segmentos fônicos. A partir desse quadro, pretende-se pontuar as diferenças que existem entre alguns usuários desta língua. Para isso, considera-se os dois grafemas “k” e “c” que representam este segmento [k]. Também se encontra na terceira coluna estes grafemas “c”, “ñ” e “j” que corresponde aos seguintes sons [tʃ], [ɲ] e [dʃ]. O “s” da primeira coluna representa dois segmentos [s,z] e “s” só um [s]. Ainda o grafema “c” pode representar o segmento [s]. Na terceira coluna, encontram-se os seguintes grafemas ‘š’ e ‘ž’ que não se verificam na primeira. Por fim, entende-se que os demais grafemas são iguais nas suas representações fonológicas. Depois disso, apresenta-se os dígrafos consonantais e vocálicos.

Quadro 23: Dígrafos consonantais

Grafemas e segmentos usados nas literaturas guineenses				Sugestões de grafemas e segmentos	
grafemas e segmentos	Palavras	Grafemas e segmentos	Palavras	grafemas e segmentos	Palavras
nc [ɲ]	ncanta	nk [ɲ]	nkanta	nk [ɲ]	nkanta
ch [ʃ]	chato	ng [ɲ]	ngaña	ng [ɲ]	nganha

tch/ Tc/tx [tʃ]	tcabe			nh [ɲ]	nha
dj [tʒ]	djanto			tch [tʃ]	tchabi
nh [ɲ]	nhate			dj [dʒ]	fidju
gu [g]	guera			sk [sk]	spiga
				sk [ʃk]	skirbi

Fonte: Pesquisa do autor

O quadro consonantal dos dígrafos mostra os dois grafemas diferentes “nc” e “nk” que representam os mesmos segmentos [ɲ]. Na terceira coluna, observa-se um dígrafo “ng” que não é encontrado na primeira coluna, enquanto que na primeira coluna é possível observar os seguintes “ch, tch/tc/tx, dj, nh e gu”, mas não se encontram na coluna três. Por fim, apresenta-se a seguir o quadro com dígrafos vocálicos.

Quadro 24: Dígrafos vocálicos

Grafemas e segmentos usados nas literaturas guineenses				Sugestões de grafemas e segmentos	
grafemas e segmentos	Palavras	Grafemas e segmentos	Palavras	grafemas e segmentos	Palavras
um [ũ]	um	un [ũ]	un	un [ũ]	un
un [ũ]	fundo/kunse	=	fundu/kunsi	=	=
um [ũ]	kumsa	=	=	=	=
im [ĩ]	bim	in [ĩ]	bin	in [ĩ]	bin
im [ũ]	timbadjil	=	timbajil	=	timbadjil
am [ã]	campo	=	kampu	=	kampu
an [ã]	pante	=	panti	=	=
em [ê]	tempacenç/sa	=	tempasensa	=	=
en [ê]	tempacenç/sa	=	tempasensa	=	=
em [ê]	tem	en [ê]	ten	en [ê]	ten
on [õ]	conta	=	konta	=	konta
om [õ]	ombra	=	=	=	=
om [õ]	entom	on [õ]	enton	en [õ]	enton

Fonte: Pesquisa do autor.

O último quadro no que diz respeito aos dígrafos vocálicos apresenta alguns grafemas que são diferentes (um/un, im/in, em/en e om/on), mas seus segmentos são iguais [ũ, ĩ, ê e õ]. Fora esses, os demais são identificados.

Tomando as discussões e quadros apresentados, pode-se afirmar que a Guiné-Bissau já tem os requisitos básicos para uma ação glotopolítica, a de oficializar a língua guineense, visto que os elementos gráficos acima apresentam os segmentos e os seus respectivos grafemas para um projeto de sistematização da grafia para escritas da língua guineense. A seguir, foram analisados os aspectos sintáticos da língua guineense.

5.2 Aspectos sintáticos da língua guineense.

A presente seção é dedicada à análise de SV na língua guineense a partir dos *corpus* selecionados. Desta forma, são feitas as análises descritivas e explicativas das estruturas verbais e as suas funcionalidades nesta língua. Assim, consideram-se os seguintes para esta análise: a) a propriedade sintática do verbo e b) a propriedade semântica de SV. Desta forma, são tomadas também as seguintes subcategorias como ponto de partida: os núcleos verbais, os especificadores (especificadores de tempo, especificadores de aspecto, especificadores de modo e especificadores de voz), os complementadores (complementos: objeto direto, complementos: objeto indireto e complementos: complemento oblíquo) e os papéis dos verbos no ato da manipulação (GIVÓN, 2001).

5.2.1 As Estruturas de (Sub)Categorias Verbais: Sintaxe do Verbo

Como já apresentado, reafirma-se que o verbo é uma categoria que pode selecionar ou não, os argumentos para formar o que se chama de predicado, assim, a estrutura predicativa apresenta diversas tipologias, substancialmente, nos estudos da sintaxe. Diante disso, prefere-se selecionar algumas categorias, tendo como base para esta argumentação os estudos de Castilho (2019) e Givón (2001), podendo discutir essas noções com outros aportes teóricos. Por isso, pode-se complementar segundo Neves (2018, p. 151-152) que verbo pode expressar ação (alguém que faz algo), pode expressar o processo (algo que acontece), pode expressar estado (ninguém faz nada e nada acontece). Assim sendo, a autora afirma que o verbo “é a classe de palavra voltada a constituir o núcleo de predicado da oração” (NEVES, 2018, p. 152) e não só, mas ela argumenta que, de acordo com o significado, os verbos podem ser vistos em três classes formando predicados das orações, assim, resumem-se as três classes nos seguintes termos:

1. Verbo de ação ou atividade (com causatividade): genericamente, eles dizem o que alguém (um agente) faz ou o que algo (um causativo) causa;
2. Verbo de processo: genericamente, eles dizem o que acontece;
3. Verbo de estado genericamente (e numa indicação negativa), eles não dizem nem o que alguém faz nem o que acontece. (NEVES, 2018, p. 153)

Ainda se lê na obra de Neves (2018) que é possível inferir nessas indicações os tipos semânticos de verbos resumidos em:

- a) dinâmicos: os de ação / atividade e os de processo;
- b) não dinâmicos (estáticos): os de estado.

1. Orações simples segundo Givón

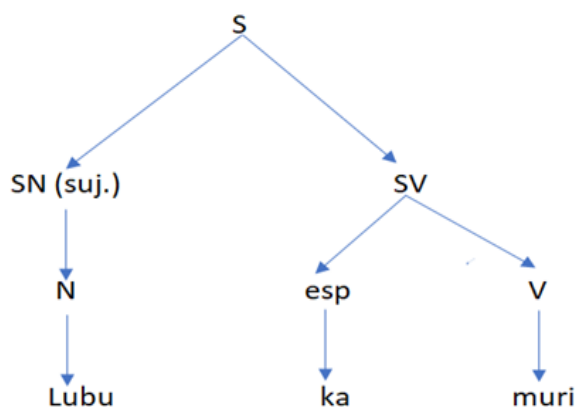
A partir do estudo de Givón (2001), apresenta-se alguns exemplos conforme a proposta preliminar do autor, visto que ele atribuiu alguns nomes às outras nomenclaturas que foram usadas nas análises feitas, por exemplo, chamou SN com a função de enunciar o discurso de sujeito e SN que funciona como argumento de objeto e etc., diferentemente do modelo tipológico que foi usado, principalmente, exemplos da sistematização de Castilho (2019), Perini (2006) e Kenedy e Othero (2018). O autor fez esta escolha devido a função que cada categoria sintagmática exerce no texto. Assim, considera-se as seguintes orações e suas representações nos diagramas.

Textos nº 114:

1. Lubu ka muri.
2. I dal.
3. Lubu seta.
4. I kanta.
5. I bai.
6. Mininu dismancal.¹²⁹

Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs.

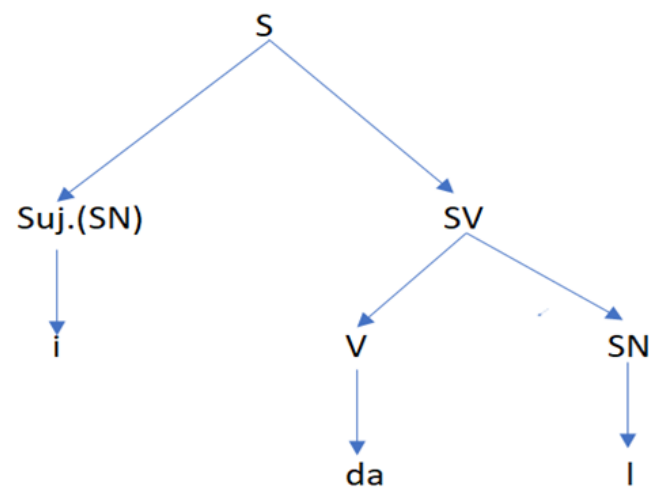
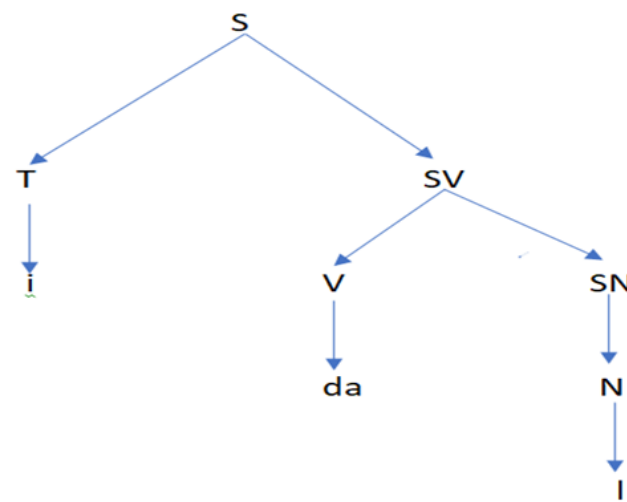
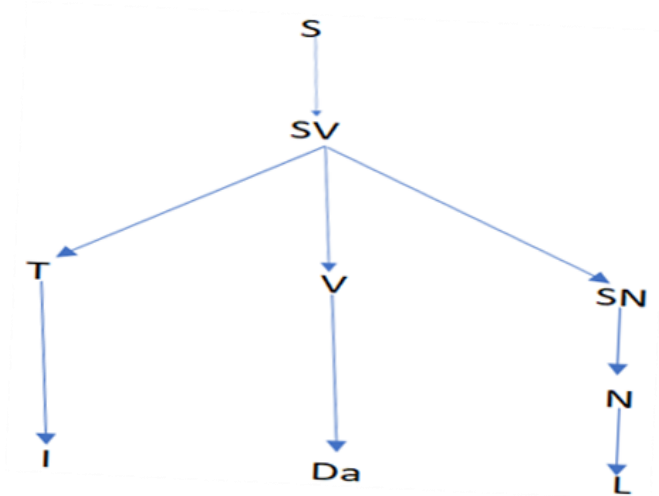
Diagrama 18- texto nº 114 - 01



Fonte: Pesquisa do autor.

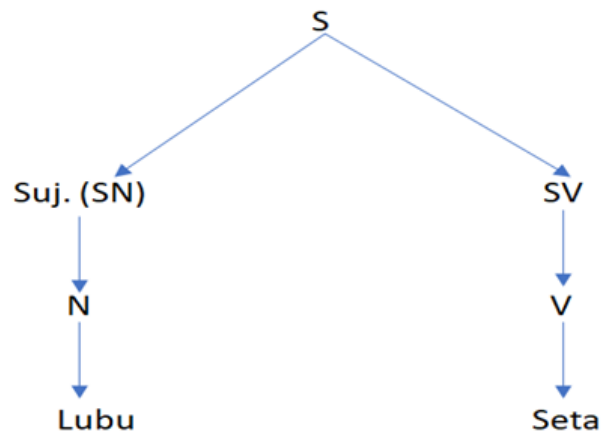
¹²⁹ “A hiena não morria./ Ele lhe deu./ A hiena aceita./ Falou./ Ela se foi./ O menino a desamarrou. [Tradução retirada no site]

Diagrama 19: texto nº 114- 02



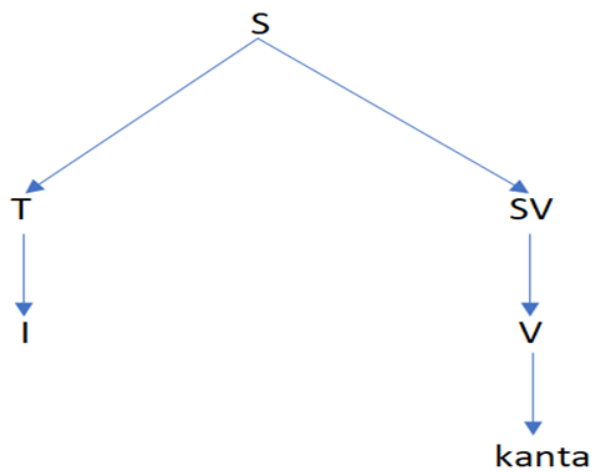
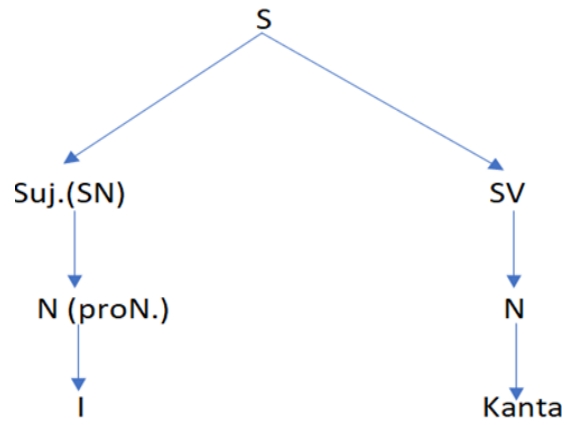
Fonte: Pesquisa do autor.

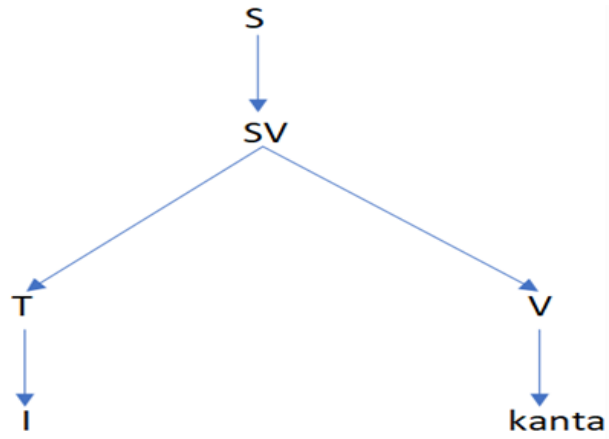
Diagrama 20: texto n° 114- 03



Fonte: Pesquisa do autor

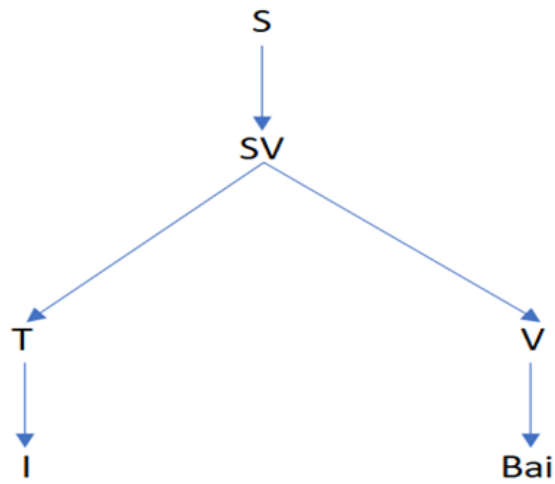
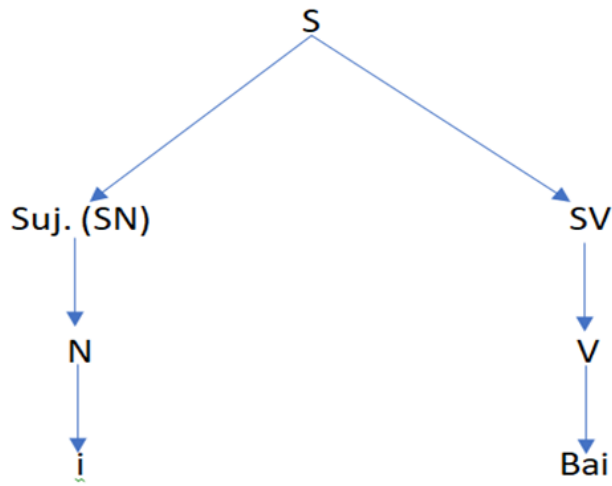
Diagrama 21: texto n° 114- 04





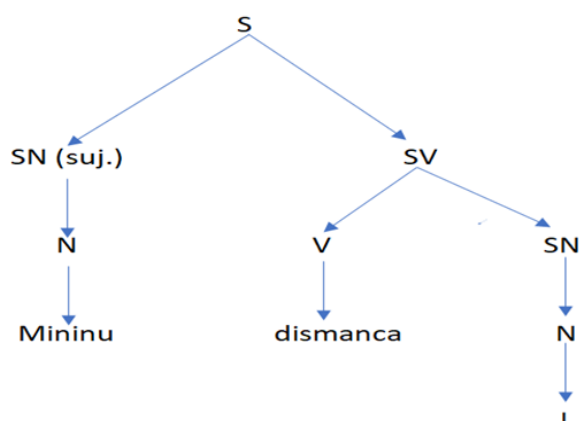
Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 22: texto n° 114- 05



Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 23: texto nº 114- 06



Fonte: Pesquisa do autor.

Os diagramas acima representam as propostas básicas discutidas por Givón, mas, preferencialmente e por questões didáticas, o trabalho segue a sistematização de Castilho (2019) sem discriminar uma proposta ou outra. Alguns autores chamam “o(a)/um(a)” e outras categorias de determinantes artigos ou pronomes, contudo, concorda-se com Kenedy e Othera (2018) em chamar estas nomenclaturas de especificadores porque são elementos que podem definir o gênero, número e pessoa, bem como definem o sujeito verbal que fala através de modo, tempo, aspecto e outros (CASTILHO, 2019).

Pode-se perceber que os diagramas acima ilustram, de um lado, que os itens “i” têm duas definições, pois, uma é denominada de vogal temática ou desinência temporal/modal e a outra diz respeito ao pronome pessoal sujeito (pronome que substitui o nome). A segunda definição é cunhado por Scantamburlo (2002), mas parece que é um pouco problemática visto que o autor fez distinção entre pronome pessoal de forma principal e secundário, porém, não caracterizou o “pronome pessoal de forma principal” como vogal temática ou desinência que define modo verbal, tempo, pessoa e gênero. Diante disso, o “i” não deve ser atribuído uma única função, e sim as múltiplas funções a depender da sua funcionalidade, ora como “sujeito” ora como vogal temática ou desinência que define o sujeito da oração ou da sentença.

Para SV, o núcleo é o verbo (V), porque ocupa a posição endocêntrica nos constituintes que se juntam para formar SV tanto a sua estrutura maior quanto menor. Ou seja, SV “é a construção nucleada pelo verbo” (CASTILHO, 2019, p. 391). Assim, pode-se acrescentar que “a construção de uma oração requer, portanto, antes de qualquer coisa, um predicado, que tem como núcleo, basicamente, um elemento da categoria verbo, como nesses casos”, Neves (2018, p. 155). Há diversos núcleos, uns preenchidos visivelmente por constituinte material (materialidade textual), e outros não. Ainda é importante salientar que

estas são as estruturas básicas discutidas por Chomsky (2018, p. 34, 37). Diante disso, passa-se as análises dos núcleos:

5.2.2 Núcleo de SV

a) Núcleos preenchidos visivelmente por um verbo:

Trecho nº 78:

“Omi lanta”¹³⁰. Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs

A frase tem um SN (N = omi) + um SV (V = lanta), o SV tem como seu núcleo o V.

Neste caso, a sentença é representada pelas seguintes equações e colchetes etiquetadas:

Sentença equivale a SN + SV;

SV equivale V;

V é = lanta;

Núcleo é = V

Então,

o [SN [N] + SV [V]]

ou seja,

Sentença [[omi] + [lanta]]

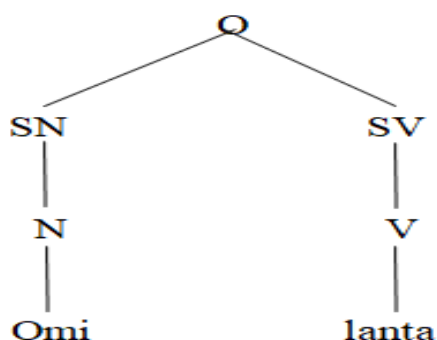
SV [lanta]

Núcleo de SV [V]

Antes de mais nada, é preciso dizer que o trecho é de uma fábula, publicado no site Guiné-Bissau Kriol Docs. Em seguida, é preciso analisar, em primeiro lugar, que a frase é composta por dois sintagmas, SN e SV, podendo ser divididas, pois SN pode ser constituído de especificador e tem sua derivada conforme a equação acima. Analisando o excerto, entende-se que o núcleo verbal da oração é a expressão “lanta”, visto que o texto é reescrito da seguinte forma S = SN (N) + SV (V). Desta forma, afirma-se que o núcleo de SV é o verbo “lanta”, trazendo a informação que “omi” fez um ato que é que de “lanta”, assim, a forma tem uma função neste. E o SV deriva o V, bem como é derivado da sentença “omi lanta”. O caso do verbo nesta situação apresenta também um diferencial contextualmente, porque este verbo no guineense não é pronominal, caso que as outras línguas (português e inglês) exigem (levantar-se/get up). Assim, segue-se a mesma sentença no diagrama:

¹³⁰ O levantou-se. [Tradução do pesquisador]

Diagrama 24



Fonte: Pesquisa do autor.

Ainda a partir dessa sentença, entende-se que a frase é formada de SN singular e SV singular, assim, segue-se a seguinte estrutura:

Núcleo preenchido por um verbo:

SV singular com um constituinte verbal no singular

Considera-se o texto “omi **lanta**” da página anterior, pode-se formar a seguinte estrutura:

Sentença equivale a $SN_{(sing.)} + SV_{(sing.)}$;

$SV_{(sing.)}$ equivale $V_{(sing.)}$;

$V_{(sing.)}$ é = lanta;

Núcleo é = V

SV plural com um constituinte verbal (conteúdo semântico):

Texto nº 79: E inci jintis karu¹³¹. Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs

Considerando o texto acima, pode-se seguir esta estrutura abaixo:

Assim, o texto 79 representa-se:

$S \longrightarrow SV_{(pl)} + SN [N_{(pl)} + N_{(sing)}]$

$SV_{(pl)} \longrightarrow V_{(pl)}$

$V_{(pl)} = e inci$

Núcleo = V

O núcleo apresentado acima, no texto 78, pode ser denominado de núcleo simples devido o preenchimento léxico-morfossintático, tendo um único constituinte no singular, verbo (V), que é “lanta”, esse núcleo verbal é preenchido por um verbo no singular com seu constituinte nominal no singular. Considerando o texto 79, essa oração apresenta um SV

¹³¹ O homem encheu o carro de gente. [tradução retirada do site, contudo, a tradução correta seria “encheram o carro de gente”.]

plural com um constituinte cognitivo, semelhante ao texto 78. O texto ativa a informação na nossa cognição para recuperar o sujeito anafórico “elis”, concordando com a conjugação verbal. E ainda, é importante observar que tanto o texto 78 quanto o 79 são trechos da fábula intitulada “Kandongu ku amparante”, disponível no site “Guiné-Bissau Kriol Docs”.

d) **Núcleos preenchidos por mais de um verbo;**

SV singular com dois constituintes verbais:

Texto nº 80:

“Pedru rabida, i oja ki disipulu
ku Jesus ama na sigil, ku na sia
ngostaba na pitu di Jesus, i puntalba:
“Siñor, kin ku na **bin falsiau?**”¹³²

Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1389)

SV no plural com dois constituintes (outro no plural e um no singular):

Texto nº 11: Site Guiné-Bissau Kriol Docs, (2022).

$S \longrightarrow SN_{1(pl)} + SV_{(pl)} + SN_{2(sing)}$

$S V_{(pl)} \longrightarrow V_{(pl)} + V_{(auxiliado\ no\ infinitude)}$

$V_{(pl)} = \text{Bin}$ (verbo auxiliar)

Núcleo $\longrightarrow V_{(verbo\ auxiliado\ no\ infinitude)} = \text{pidi}$

Fora isso, entende-se que há categorias verbais não visíveis na materialidade textual, como a categoria nuclear dos seguintes: Núcleos preenchidos de modo implícito por um verbo: SV singular com um constituinte, SV singular com dois constituintes, SV plural com um constituinte, SV plural com dois constituintes.

1. *Núcleos preenchidos de modo implícito por um verbo:*

a. SV singular com um constituinte

Texto nº 81:

“Ouv.: — Cô rossom.

Narr.: — Mas ti-lobo jobéel ... ê bidâ ê falal: abóo .. bo stá na mangaçom:
comâ-ké? bô pago! ... Logo bô ca contente inda êm dessá bo bussô bô
gargante dentro na nha gherla?

¹³² Pedro voltando-se, viu aquele discípulo que Jesus amava e seguiu-o, o qual na ceia se reclinara sobre o peito de Jesus, e perguntara: Senhor, quem será o traidor? [tradução do pesquisador]

— Assó báí!... **bô mal concido**. Tamá sintido cam-torna panhabo, park-ê-ca dreto”.¹³³ Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs.

Texto nº 82:

“Manda ntregan es karta.

Kila gora, bu kana da el?

Es!? Nen pensar. Matchus ali ntisi bos um garafa di bom vinhu purtuguis pa nha xegada, bo randja kopu ou kuaelker utru kusa pa no kua vinhu. Kusa na muda.”¹³⁴ Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs.

Os dois textos acima apresentam orações cujos SV elípticos porque as estruturas das orações e os elementos (co)contextuais apresentam indícios que há verbos subentendidos nas orações destacadas (“**comâ-ké?**” e “**Es!?**”). A primeira oração destacada faz parte de um recorte textual da fábula intitulado “Lobo co lebre”, disponível no site “Guiné-Bissau Krios Docs”. Esse texto narra a história de uma hiena gulosa que se comeu até ao ponto de se matar, mas com a ajuda da garça, sobreviveu. Diante de tudo isso, não agradeceu e nem pagou o trabalho feito pela garça e a oração “**comâ-ké?**” está inserida, justamente, no discurso da hiena, reclamando que não vai pagar. Essa oração não apresenta verbo explícito, mas o conteúdo verbal, sim. Isto é, é possível inferir o verbo a partir daquele texto. Semelhantemente ao excerto do primeiro texto, a oração do segundo texto (“**Es!?**”) apresenta quase a mesma função gramatical da primeira.

O segundo trecho faz parte da transcrição do filme “Olhos azuis de Yonta” e o excerto está inserido em um episódio em que a personagem Vicente estava conversando com os seus funcionários. Por fim, é importante ressaltar que as duas orações são para representar preenchimento de SV elípticos nas orações cujos verbos implícitos no singular com um constituinte oracional, porque a representação dos conteúdos aponta nas possibilidades de usos verbais na materialidade textual. Feitas as análises e ponderações do foco desta subseção, considera-se o mesmo objetivo funcional dos exemplos que se seguem abaixo, apresentando orações cujas SV singular/plural/ com um ou mais constituintes.

¹³³ Tradução disponível no site: “Ouv.: — Isso é justo. [/] Narr.: — Mas, a hiena olhou para ela ... virou e disse: você ... está querendo me fazer de boba: o quê? seu pagamento!! ... Você não ficou satisfeita só com o fato de eu deixar você enfiar seu bico em minha goela? — Vai embora! ... sua infeliz. Cuidado para que eu não torne a vê-la, isso não é justo”.

¹³⁴ “Mande entregar esta carta para mim./ E aquela, não vai dar a ela? Esta!/? Nem pensar. Rapazes [Homens], eis que eu trouxe um bom vinho português para comemorar a minha chegada. Tragam-me copos ou qualquer outra coisa para servir o vinho./ As coisas vão mudar./ [Tradução do pesquisador]

b. *SV singular com dois ou mais constituintes*¹³⁵

Texto n° 83:

“- Bu sibi ke ku tchigantan li?

- M bin pa kontau di kuma n misti pano fasi un kusa bonitu, suma ku no tarda ta fasi ba dja.

- **Kila ke?** kusunde? bu sibi abo gora bu turmentadu buta bin pirdi gora.”¹³⁶

Fonte: Vídeo gravado na Guiné-Bissau, 2023.

c. *SV plural com dois ou mais constituintes*

Texto n° 84:

“- Sinta, sinta, nta mininus?

- Meninus? n konta elis, e na bin tras.

- **Nunde di bo gora?**”¹³⁷

Fonte: Vídeo gravado na Guiné-Bissau, 2023.

Sintagma verbal simples

Como apresentado anteriormente, o sintagma verbal simples é uma estrutura verbal que o núcleo, normalmente, é preenchido por um único verbo, pois ele não apresenta a complexidade na sua estrutura verbal, Castilho (2019, p. 392). Assim, considera-se o exemplo a seguir:

Texto n° 85:

“Kasa beju ka ta **falta** barata”¹³⁸. Fonte: Bull (1989, p. 134).

O texto acima é um provérbio retirado do livro de Bull e é do contexto guineense, assim, o autor afirma que esse provérbio não apresenta nada pejorativamente [porque se alguns o tomam literalmente, podem achar que tem uma conotação negativa]. Contudo, traduz que, por um lado, os indivíduos abastados não faltam meios para solucionarem os seus problemas e, por outro lado, o provérbio diz que essas pessoas que a todo o momento, se quiseram, ajudam os amigos em dificuldades.

¹³⁵ Apresenta-se o texto a seguir que também é uma oração de SV singular com mais de um constituinte - “Largatisa dentro di bombolô”. Fonte: Bull (1989, p. 178).

¹³⁶ “ - Sabe o que me fez chegar aqui? - Vim dizer-te que gostaria que fizéssemos uma coisa bonita como fazíamos à época atrás./ - O que é? Kusunde [dança/luto]? Sabe que és apressado e acaba perdendo.” [Tradução do pesquisador].

¹³⁷ “- Sente-se... sente, e as crianças?/ - Crianças? Falei a elas, virão mais tarde./ - Onde estão as crianças?” [Tradução do pesquisador]

¹³⁸ Tradução de Bull: Em casa velha não falta barata.

Considerando o exemplo, pode-se dizer que o verbo no texto é um sintagma verbal simples, porque não apresenta uma estrutura complexa e ainda é um verbo só, fácil de traduzir a mensagem.

Sintagma verbal composto

Este sintagma tem a ver com as estruturas verbais que têm duas propriedades de verbos, de um lado, há o verbo auxiliar, do outro lado, existe o auxiliado e, desta forma, os dois formam uma categoria verbal nomeada sintagma verbal composto, Castilho (2019, p. 392). Nesta senda, considera-se o exemplo a seguir:

Texto nº 86:

“Pedru rabida, i oja ki disipulu
ku Jesus ama na sigil, ku na sia
ngostaba na pitu di Jesus, i puntalba:
“Siñor, kin ku **na bin falsiau?**”¹³⁹

Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1389).

Texto nº 87:

“**I kumsa na papiadu** entri ermons
e kombersa kuma ki disipulu
ka na muriba, ma Jesus ka fala kuma
i ka na muri, ma: “Si N misti pa i fika
te o ku N bin, ke ku mportau abo?”¹⁴⁰

Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1389).

Os dois textos foram apresentados na metodologia como exemplos de sintagma verbal composto, contudo, não foram analisados porque não era o momento. E antes de tudo, é preciso pontuar que os dois textos são trechos da Bíblia escrita na língua guineense, denominado “Bíblia na Kriol¹⁴¹”, especificamente no livro intitulado “Jon”. O conteúdo, que não é o foco neste trecho, diz respeito a um episódio em que Jesus estava conversando com seus discípulos na festa de Páscoa, falando da sua morte e ressurreição. No mais, o que interessa nos dois textos são: a última oração do primeiro texto e a primeira oração do

¹³⁹ Pedro voltando-se, viu aquele discípulo que Jesus amava e seguiu-o, o qual na ceia se reclinara sobre o peito de Jesus, e perguntara: Senhor, quem será o traidor? [tradução do pesquisador]

¹⁴⁰ “E, se tornou corrente entre os irmãos o dito de que aquele discípulo não morreria. Entretanto, Jesus não dissera que tal discípulo não morreria, mas: Se eu quero que ele permaneça até que eu venha, que te importa?” [tradução do pesquisador]

¹⁴¹ “Bíblia no crioulo” Tradução do autor.

segundo texto. No primeiro exemplo, entende-se que a oração apresenta uma estrutura de sintagma verbal composto, “na bin falsiau”, porque, de um lado, há um verbo auxiliar, no caso “na bin” que marca o tempo futuro e a pessoa gramatical do verbo, por outro lado, há verbo auxiliado que é “falsiau”. Semelhantemente ao primeiro exemplo, o segundo texto apresenta, logo na sua primeira oração, uma construção verbal composta, “i kumsa na papiadu. Diante disso, “i kumsa” é auxiliar que marca o modo/tempo verbal e a pessoa gramatical e “na papiadu” é auxiliado que apresenta o conteúdo proposicionado.

E ainda é possível considerar o primeiro texto de *sintagma verbal complexo*, visto que apresenta uma característica e estrutura não só de sintagma composto, mas também de complexo através dos traços que o primeiro verbo apresenta, pois atribuiu os traços de tempo verbal e modo, inclusive o de pessoa, voz e número. Neste caso, “na bin” é uma conjugação de modo indicativo do presente do futuro, número singular da terceira pessoa gramatical e da não pessoa de discurso, respectivamente.

Sintagma verbal com verbos plenos

Considerando os conceitos anteriormente colocados, resume-se a noção de sintagma verbal com verbos plenos nos seguintes termos: eles guardam suas propriedades sintático-semânticas, porque não dependem dos outros verbos para que tenham um sentido pleno numa dada oração, e sim, por si só, resguardam os seus conteúdos preponderantes/proposicionais.

Texto nº 88:

“Omi **lanta**....

Kada kin na **kai**...

Amparante **boka** mara...”¹⁴²

Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs.

Tomando este excerto, entende-se que os verbos em destaque são verbos plenos porque guardam suas propriedades de conteúdos significativos e composicionais das orações. Assim, esses verbos conseguem manter a significância do texto, ou seja, as orações são entendíveis sem que haja necessidade de outros verbos no texto, considerando tudo isso, denomina-se de SV com verbos plenos. E é preciso lembrar que este trecho é de uma fábula no guineense, cujo enredo é de um cobrador de uma candonga que se meteu no caixão porque estava a chover, e ainda conta que o motorista deu carona para algumas pessoas em Safim. Contudo, não sabiam que tinha alguém no caixão, porque subiram ao carro às pressas por

¹⁴² O homem levantou-se/ Cada uma das pessoas caiu para um lado.../ O cobrador ficou sem fala (boquiaberto)... [tradução retirada no site com o grifo do pesquisador]

conta da chuva, e antes de chegarem a Gã-Mamadu, todos caíram do carro e morreram, porque viram o cobrador saindo do caixão e o carro estava em alta velocidade.

Sintagma verbal com verbo auxiliar

O sintagma deste tipo é aquele que dá suporte ao outro verbo sem perder seus traços gramaticais, como de pessoa, tempos, aspecto e modo. Desta forma, o verbo auxiliar é responsável por atribuir papéis morfossintáticos ao verbo principal. Considera-se o seguinte texto:

Texto nº 89:

“(...) - Yonta, i kuma?

- N sta bon, i abo gora? Kuandu ku tchiga?

- N kunsá tchiga nan.

- Ke u na passa es di noti na kasa.

- ‘Hin’ na pasa la, n **misti bai djubi** bu país. Mbon, te logo.

- Te logo. (...) ¹⁴³

Fonte: Transcrição do filme “Olhos azuis de Yonta”.

O texto acima é um trecho do filme, intitulado “Olhos azuis de Yonta” do artista guineense Flora Gomes, produzido em 1992 e baseado em fatos reais, tratando da memória da luta de libertação do país, bem como do período pós-independência, da situação política do país, e das outras questões. O trecho apresentado está inserido num contexto de diálogo de dois personagens, Vicente e Yonta, e os dois estavam conversando sobre a chegada do Vicente e sobre a vida. Com base neste excerto acima, pode-se dizer que a oração “n misti bai djubi bu país” apresenta um sintagma verbal complexo, considerando a estrutura verbal, porque a oração apresenta dois verbos auxiliares e um verbo auxiliado, verbo pleno, respectivamente. Percebe-se que o primeiro verbo auxiliar tem um aspecto que corresponde a um sintagma verbal com verbo auxiliar porque, além de sua função modal, está atribuindo certas características e funções morfossintáticas ao verbo principal, o “djubi”, esse, por sua vez, é o que tem a função fundamental no texto, porque o ato de “misti” é moldado por “djubi”.

Sintagma verbal com auxiliado

Nesta categoria, entende-se que o auxiliado é aquele de interesse na análise porque o foco é nele, fato esse, o auxiliar até pode ser excluído conforme o exemplo abaixo e a

¹⁴³ “- Yonta, como está?/ - Estou bem, e tu? Quando é que chegaste?/ - Acabei de chegar./ - Vai passar em casa esta noite?/ - ‘Sim’, vou passar lá. Quero visitar os seus país. Então, até logo!/ - Até logo.

sentença não terá problema do conteúdo proposicional, por isso, entende-se que o destaque é o papel gramatical deste verbo.

Texto nº 90:

“- U na bai kasa aos?

- *Na djubi si n na pudi bai*, fala u papa pa i purpara dama na bin parel.

- U ka misti pa n djudau [n] ntrega karta?

- Nau, obrigado! Ami propi na ntrega elis.”¹⁴⁴

Fonte: Transcrição do filme “Olhos azuis de Yonta”.

Com base neste excerto do filme intitulado “Olhos azuis de Yonta”, do artista Flora Gomas, percebe-se na oração destacada que o verbo auxiliado, verbo principal, é “bai”, visto que o contexto situacional e textual exige que o interlocutor responda ao que foi perguntado anteriormente - se ia ou não para casa do enunciador - por isso, a resposta foi “*na djubi si n na pudi bai...*”, tendo o mesmo verbo principal que foi introduzido na primeira sentença, mas a resposta poderia ser “*na djubi si n na bai...*”. sem o verbo “pudi”. O interlocutor não estaria a descumprir a máxima de qualidade, porque a resposta seria adequada ao contexto. Diante disso, pode-se dizer que esse trecho cumpre a função de responder para este tipo de sintagma e o propósito comunicativo foi estabelecido, e podia ser estabelecido se fosse a segunda possibilidade da resposta.

Sintagma verbal com verbos presos/suportes (por substantivo, ‘adjetivo, etc.’)

Em poucas palavras, entende-se que esses tipos de verbos são suportados pelos substantivos, e/ou podendo ser suportado por outros itens gramaticais, por isso, são chamados de presos porque estão ligados, de forma encadeados, aos seus suportes.

Texto nº 91:

“Baga-baga ka ta **kata** iagu, ma i ta masa lama”.¹⁴⁵ Fonte: Bull (1989, p. 133).

Com base no texto acima, um provérbio, cuja lição tem a ver com o quotidiano da vida, porque tem pessoas que não têm meios e nem o necessário para saber dos seus objetivos, porém, conseguem sobreviver de graça, ou seja, Deus mantém aquele que não possui nada. E pode-se concordar com Bull (1989, p. 133) que o provérbio no guineense “não menciona aqui, explicitamente, nem a Deus, nem a Providência; deixa ao interlocutor ou à assistência

¹⁴⁴ “- Vais para casa hoje?/ - Vou ver se ‘poderei ir’. Diga ao pai para preparar dama, porque ‘vou para ele’./ - Não quer que eu te ajude a entregar a carta?/ - Não, obrigado. Eu mesmo vou entregá-la.” [Tradução do pesquisador]

¹⁴⁵ “A térmita, pequeno inseto, não tem meios materiais, - balde, corda, etc., nem força física para ir buscar água, elemento indispensável para a sua construção; no entanto, consegue amassar a lama e construir belas e grandes termiteiras”. Em português brasileiro, chama-se cupim.

deduzir as lições, e sobretudo, pede-lhe para não se desanimar, perante um empreendimento aparentemente insuperável”. Voltando à análise linguística, pode-se dizer que o verbo em destaque, “kata”, é um verbo preso suportado pelo substantivo “iagu”. Desta forma, conclui-se que esta estrutura verbal apresenta um sintagma verbal com verbo preso, visto que se “baka-baga kata”, é óbvio que tem que “kata” alguma coisa, no caso “iagu”, caso contrário, o texto poderia apresentar a ambiguidade semântica.

5.2.3 Especificadores de SV

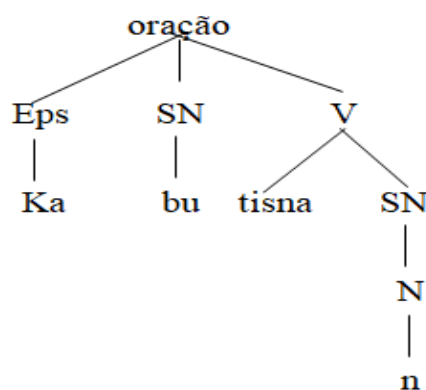
Retomando aos conceitos de especificadores que foram apresentados, é necessário reafirmar que esses constituintes ocupam papéis fundamentais nas construções morfossintáticas e semântica-pragmáticas dos verbos, visto que podem ser verbos auxiliares que desempenham papéis de definir a pessoa gramatical que fala, número gramatical do verbo, modo verbal, tempo verbal e outras categorias gramaticais. Desta feita, consideram-se os exemplos apresentados na metodologia que não foram comentados, fora o especificador “ka” que é comentado novamente e mais aprofundado.

1. SV com especificador “ka”

Texto nº 92: Provérbio na língua guineense

“Panela fala kaleron: **ka** bu tisnan!¹⁴⁶” Fonte: Couto e Embaló (2010).

Diagrama 25: Segunda oração da sentença do texto 92



Fonte: Pesquisa do autor

O texto selecionado para o diagrama acima é um provérbio guineense que pode ser encontrado nas obras de Couto e Embaló (2010) e Bull (1989). Assim, ao comentar esse provérbio, Bull (1989) afirma que “somos muito complacentes para com a nossa pessoa, a tal ponto que, como reza a Bíblia, vemos os arqueiros no olho do nosso irmão, não reparando na trave que está no nosso”. Muitos não se culpam, mas atribuem culpa aos outros.

¹⁴⁶ Tradução dos autores: “a panela disse à caldeira: não me chamusque!”

No diagrama, percebe-se que a rescrição da oração é ‘S (sentença) = esp + SN [N] + SV [V + Pron]. O que interessa nessa rescrição são os especificadores, tanto o primeiro que é da negação que cria um efeito de sentido do sujeito que não deseja carregar a culpa, quanto o segundo que especifica, na sua estrutura gramatical, o sujeito que fala quanto à pessoa (primeira pessoa) e número (singular).

2. *SV sem especificadores*

Texto nº 93:

“Omi lanta¹⁴⁷”. Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs, (2022).

Sentença 93 equivale a SN + SV;

SV equivale V;

V é = lanta;

Núcleo é = V

Então,

o [SN [N] + SV [V]]

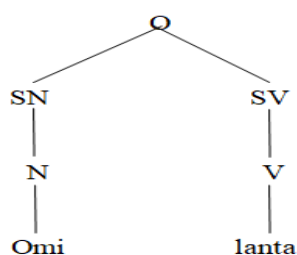
ou seja,

Sentença [[omi] + [lanta]]

SV [lanta]

Núcleo de SV [V]

Diagrama 26



Fonte: Pesquisa do autor.

Tomando o texto acima, percebe-se que é um tempo sem especificadores, tanto o nominal, quanto o verbal que é objeto de análise. Desta forma, conclui-se que há oração ou sentença com verbo sem especificadores e isso, geralmente, é visto nas construções verbais simples.

3. *Especificadores de tempo*

a) *Perífrase de participio: Tempos composto*

¹⁴⁷ O homem levantou-se. [Tradução do pesquisador]

Texto n° 94:

“Ña juisu i justu, pabia N ka
misti fasi ña vontadi, ma vontadi di
 ña Pape ku mandan”¹⁴⁸.

Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1362).

O excerto apresenta, na segunda oração, um tempo composto no presente através da conjugação do verbo auxiliar “misti”, esse atribuiu a pessoa gramatical ao verbo subsequente “sedu”, trazendo a ideia do não querer fazer a vontade própria. O exemplo foi retirado de uma passagem no *corpus* do livro de “Jon” que narra um dos episódios finais de Jesus com seus discípulos, quando estava prestes a enfrentar as humilhações.

b) *Perífrases do presente:*

I. *Futuro do presente*

Texto n° 95:

“(…) - ke ku u misti?

- M bin nan punta su **na bai buskan** es di noti pa no bai festa?

- Ba buskau!/? festa, kal festa?

- Festa di kazamentu.

- Ma ami nkana kasa”¹⁴⁹.

Fonte: Transcrição do filme “Olhos azuis de Yonta”.

O trecho apresentado é do *corpus* do filme intitulado “Olhos azuis de Yonta” que foi transcrito para este trabalho. Neste episódio, percebe-se que Yonta estava no diálogo com o motorista do Vicente e, logo a seguir, começou a conversar com Vicente sobre o casamento da Mana. A partir deste texto, foi analisado a conjugação verbal em destaque e constata-se que a estrutura sintagmática encontra-se no futuro do presente, pois, a expressão “su na bai buskan” [se vai me buscar] mostra que Yonta estava falando no momento presente de um ato futuro pronunciado no presente, mas que ainda não foi realizado. Desta feita, percebe-se o papel do especificador temporal que se deu através do verbo “bai”, porque o efeito do sentido e a noção do conteúdo proposicional do futuro do presente foram extraídos com o auxílio do verbo especificador.

¹⁴⁸ “O meu juízo é justo, porque não quero fazer a minha vontade, mas a vontade do meu pai que me enviou.”
 [Tradução do pesquisador]

¹⁴⁹ “- O que queres?/ - Vim perguntar se irás me buscar esta noite para irmos à festa?/ -Ir buscar-te!? Festa. Que festa?/ - Festa do casamento./ Mas, não vou me casar?” [Tradução do pesquisador]

II. *Futuro do pretérito*

Observando o texto abaixo, percebe-se que duas pessoas estavam conversando, na caso, a Yonta e uma outra pessoa que ofereceu carona a ela, mas ela rejeitou. Neste diálogo, destaca-se a expressão “n misti banan do” como elemento gramatical que está a delimitar o futuro do pretérito dentro da oração, através do verbo “n misti” que funciona como um especificador do tempo no futuro pretérito. Desta forma, pode-se concluir que a expressão destacada traz uma ideia de futuro pretérito, em outras palavras, algo planejado no passado como ação futura que não se concretizou naquele passado.

Texto nº 96:

“- U na pera nan algin?

- Djubi, kila i ka nin di konta di u patron, kuenta mas di bo.

- N misti, **nmista banan do** buleia, suma na bai buska kamarada visenti, u pudi aproveita”.¹⁵⁰

Fonte: Transcrição do filme "Olhos azuis de Yonta".

III. *Pretérito perfeito*

Semelhantemente ao texto anterior, o excerto a seguir apresenta quase as mesmíssimas características, tendo exceções nos conteúdos que cada estrutura verbal apresenta, porque este último apresenta uma categoria verbal do pretérito perfeito. A estrutura verbal traz a ideia de uma ação pontual num passado acabado, ou seja, o ato pontual da chegada de Yonta que pode ser inferida na pergunta que foi feita a ela.

Texto nº 97:

“- Kamarada visenti ku **u bin djubi?**

nka odjal inda, ma parsi i sta dentru”.¹⁵¹

Fonte: Transcrição do filme “Olhos azuis de Yonta”.

4. *Especificadores de aspecto*

Tomando exemplo abaixo, pode-se observar que a última oração do texto foi construída através da noção de perífrases de gerúndio, contudo o verbo especificador está subentendido na oração, ou seja, pode-se dizer que a oração omitiu o verbo (verbo elíptico). Vale observar que o trecho é de um texto intitulado “Storia di Maria Kebe” entre os textos no site “Guiné-Bissau Kriol Docs” de fábulas e contos.

¹⁵⁰ “Estás a aguardar alguém?/Olha, aquilo não é da conta do seu patrão, quanto mais a sua./ Querias... queria te dar carona como estou indo buscar "camarada" Vicente, pode aproveitar. [tradução do pesquisador]

¹⁵¹ Vim ter com camarada Vicente. [tradução do pesquisador]

Texto n 98:

“Bu tujin ba pa n bai, n ka kudi bos. Gosi, n oja ke ku bu tujin ba pa n fasi. E benenen: **ali n na muri**”.¹⁵²

Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs, (2022).

Perífrases de gerúndio - **ali n na muri**. [eis que estou morrendo]

5. *Especificadores de modo*

Entendendo que os especificadores dos modos são os elementos gramaticais para apresentar os diversos papéis dos tipos de cada modo que os verbos exercem no texto. Diante disso, considera-se casos dos dois exemplos que se seguem:

Perífrases de infinitivo: certeza

Texto n 99:

“Rabi, anos no sibi kuma

Deus mandau pa **bu bin nsinanu**,

pabia ningin ka pudi fasi e sinal

ku bu ta fasi si Deus ka sta ku el.”¹⁵³

Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1357)

Perífrases de infinitivo: incerteza

Texto n° 100:

- **Ba buskau!**? festa, kal festa?

- Festa di kazamentu.

- Ma ami nkana kasa”¹⁵⁴.

Fonte: Transcrição do filme "Olhos azuis de Yonta”.

Os dois textos são trechos do livro de “Jon”, selecionado na Bíblia como apresentado anteriormente. O primeiro texto está inserido dentro de um diálogo que Jesus teve com Nicodemos, pois este queria o ouvir mais sobre o Reino de Deus e de como pertencer a este Reino. Nesta senda, percebe-se o papel importante da construção verbal no diálogo, pois essa demonstra que Nicodemos tinha certeza de que Jesus era o Messias, o Prometido de Deus para resgatar a humanidade. Enquanto que o segundo texto foi retirado da transcrição do filme

¹⁵² Vocês me impediam de sair e eu não obedeci. Agora eu percebo porque vocês o faziam. Envenenaram-me: estou morrendo. [tradução do pesquisador]

¹⁵³ "Mestre, sabemos que Deus lhe enviou para nos ensinar, porque ninguém pode fazer o sinal que estás a fazer se Deus não estiver com ele." [Tradução do pesquisador]

¹⁵⁴ "- O que queres?/ - Vim perguntar se irás me buscar esta noite para irmos à festa?/ -Ir buscar-te!? Festa. Que festa?/ - Festa do casamento./ Mas, não vou me casar?" [Tradução do pesquisador]

“Olhos azuis de Yonta” e está inserido num episódio da conversa entre o Vicente e a Yonta, pois o casamento da Mana estava próximo, por isso, a Yonta foi à casa do Vicente. Em um determinado momento da conversa, Yonta perguntou se o Vicente ia buscá-la para irem à festa do casamento, no entanto, ele respondeu com esta incerteza “ba buskau...! Festa! Kal festa?”. Esse trecho aponta para um possível desconhecimento da festa por parte de Vicente, mas é como se ele tivesse dúvida da existência do evento, deste modo, a construção verbal aponta para uma incerteza dele porque não sabe se ia pegar a Yonta para festa ou não.

6. *Especificadores de voz*

Texto nº 101:

“Abos i djinti mau ku ka tem fe, te kal tempu ku na sufri bos? Tisin bu fidju.

Si rosto **kuradu** tambi i inkrivel.

Sinanu ora suma ku Djon sina si djintis”¹⁵⁵.

Fonte: Transcrição do filme de “Jesus” no guineense.

Texto nº 102:

“Na ki ora,

omi **fika kuradu**, i lambu si kama, i

bai. I seduba dia di diskansu”¹⁵⁶.

Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1361)

Tomando os dois textos, pode-se constatar as construções verbais com especificadores de voz. O primeiro trecho é da transcrição do filme de Jesus no guineense e o diálogo estava à volta do pedido que um homem fez a Jesus para que curasse o filho, Ele assim o fez. Este ato de curar o rapaz aponta, através da oração em destaque, uma ação realizada por Jesus e que o sujeito curado sofreu a ação de cura, principalmente o seu rosto. O verbo especificador da oração é elíptico [no caso, o verbo “ser” é subentendido], mas teve um papel fundamental em tornar específico este ato de cura. No segundo texto, o excerto selecionado é do *corpus* do livro de “Jon”, o episódio foi quando Jesus viu um homem que estava sentado há muito tempo, esperando o anjo mexer a água da piscina para que pudesse entrar nela, porque o primeiro a entrar é que poderia ficar curado, mas ele nunca chegou em primeiro durante muitos anos, por isso, Jesus compadeceu-se dele e o curou. Desta maneira,

¹⁵⁵ Vocês são pessoas ruins que não tem a fé, até quando tenho que os tolerar? Traga-me o seu filho. Seu rosto foi curado, também é incrível./ Nos ensina a orar como o João ensinou os seus discípulos. [Tradução do pesquisador]

¹⁵⁶ Naquela hora, o homem ficou curado, depois, pegou a sua cama e foi embora. Era um sábado. [Tradução do pesquisador]

entende-se que o verbo especificador “fika” funciona como elemento gramatical que ajuda a compreender que o homem sofreu uma ação (cura) feita por Jesus.

5.2.4 *Os Complementadores*

Os complementos verbais, conforme exposto anteriormente, são as categorias gramaticais que podem acompanhar os verbos e não só, apesar do trabalho ter o foco nas categorias dos verbos, porém, julga-se necessário tratar de complementadores, visto que são categorias que cooperam nas estruturas gramaticais dos verbos. Assim, reafirma-se, a grosso modo, que este elemento gramatical pode ser selecionado na composição oracional/frasial, contudo, não se pode negar que há complementos verbais denominados de direto ou indireto, porque são possíveis nas línguas naturais, como observado anteriormente o caso do português brasileiro. Em resumo, os complementos são itens gramaticais que podem acompanhar o verbo na oração, cujas diversas funções sintagmáticas (CÂMARA JR., 1970, P. 110; DUBOIS et al, ano, p. 122). Deste modo, os complementos podem ser encontrados nos diversos sintagmas dentro duma estrutura sintagmática (KENEDY e OTHERO, 2018, p. 29), ou ainda entendível que o complemento “seria uma função que pode, em princípio, ser exigida ou recusada por algum item ‘léxico’” (PERINI, 1994, p. 138), respectivamente aos cinco sintagmas. Considerando isso, analisam-se a seguir alguns exemplos:

Complementos: objeto direto

Tomando como exemplo o trecho abaixo da fábula intitulada “Mininu ku orta”, publicada no site “Guiné-Bissau Kriol Docs”, pode-se dizer que os objetos diretos não são regidos por preposições, pois, ao considerar este fragmento “i ten ba **un omi** ku tene **orta garandi**”, percebe-se que “**un omi**” é o complemento direto da primeira oração, enquanto que “**orta garandi**” é complemento direto da segunda oração. Esses complementos não são preposicionados, isto é, não são regidos/acompanhados por preposições e funcionam como categorias que, talvez, por obrigação, deviam estar presente no texto, visto que os verbos na oração subordinada pedem complemento para que houvesse uma funcionalidade comunicável. No entanto, é preciso pontuar que há complementos diretos que podem ser acompanhados por preposições.

Texto nº 103:

“I ten ba **un omi** ku tene **orta garandi**”¹⁵⁷.

Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs, (2022).

I. Com preenchimento de SN de núcleo pronominal ou nominal

¹⁵⁷ “Havia um homem que tinha uma horta bem grande.” [Tradução retirada no site]

Texto nº 104:

“I fala **mininu**: dismancan”.¹⁵⁸

Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs, (2022).

O exemplo acima, apresenta o caso de SV com preenchimento de SN de núcleo nominal na primeira oração e de núcleo pronominal na segunda oração, porque na primeira oração o verbo é “fala” e objeto direto é “**mininu**”, ato de direcionar a fala para alguém, enquanto que na segunda oração há um SV pronominal que é o único elemento da oração [**dismancan**], porque é o pronome que aponta para sujeito retomado.

II. Objeto direto pode ser omitido na sentença

Texto nº 105:

“**I kume**, i kume e kume tok i falal mas pa i dismancal”.¹⁵⁹

Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs, (2022).

O excerto apresenta a noção de SV sem objeto direto explícito no texto [i kume], assim, considera-se que o complemento verbal é um objeto direto elíptico na sentença. Isso pode ficar mais claro ao voltar no contexto material do trecho, pois, a pessoa que comeu é a lebre e a fábula tinha informado que a lebre comeu feijão.

Complementos: objeto indireto

I. Pronomes dativos

Texto nº 106:

“– Tiu lubu, tiu lubu bin li, bin li! I ten un ña kolega i mata un karnel garandi. I kuma pa ami n kume. I kuma si n ka kumel i na matan. Ma ami n misti ba pa abo bu kumel na ña konta.

Lubu seta. Lebri falal:

– Dismancan pa ami n marau.

Lubu dismancal. Lebri i maral, i bai gora. Pape ciga i fala:

– Ah, i abo ku ta bin ngana ña fiju kuma ami ki falau pa i bin marau na kau di fison verdi!

Pape dal ku feru. Lubu ka muri. I dal, i dal tok kila muri. Lebri kunsai sai gora na kau ku i sukundi ba nel i fala:

– Io, ali n safa di ña morti.

¹⁵⁸ “A seguir disse ao menino: – Desamarre-me!” [Tradução retirada no site]

¹⁵⁹ Este a amarrou e ela se pôs a comer até fartar-se. [Tradução retirado no site]

I kaba”.¹⁶⁰

Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs, (2022).

Considerando o fragmento da fábula “Mininu ku orta”, percebe-se que os verbos destacados refletem as noções das propriedades de pronomes dativos e [porque] estão funcionando como complementos de objetos indiretos.

II. *Concorre juntamente com o objeto direto*

Texto nº 107:

“(...) I tchiga, i panha salton manga del, i fia na korda.(...)”¹⁶¹.

Fonte: Couto e Embaló (P.118, 2010).

Observa-se no excerto acima que há um caso de estrutura complexa de completo, porque o texto sugere um objeto direto (salton) para SV, mas também sugere um objeto indireto (del) que concorre com objeto direto, principalmente, pelo item “I” na expressão.

Complementos: complemento oblíquo

Texto nº 108:

“Pape dal ku feru. Lubu ka muri. I dal, i dal tok kila muri. Lebri kunsai sai gora na kau ku i sukundi ba **nel** i fala:

– Io, ali n safa di ña morti.

I kaba”.¹⁶²

Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs, (2022).

Retomando uma das afirmações de pronome oblíquo, no que se refere à expressão proporcional, ao pronome-advérbio dêitico, então, pode se considerar o destaque no excerto acima como um dos casos desse pronome, porque a expressão “nel” é uma anáfora ao lugar

¹⁶⁰ – Tia, tia venha aqui! Tem um colega meu que matou um carneiro grande. Ele me disse que devia comê-lo. Se eu não o comer ele me matará. Eu gostaria que você o comesse no meu lugar.

A hiena aceita. A lebre lhe disse:

– Desamarre-me a fim de eu amarrá-la.

A hiena a desamarrou. A lebre a amarrou e se foi. Nisso o pai chegou e disse:

– Ah, é você que tem enganado meu filho, dizendo-lhe que eu lhe pedira para amarrá-la onde a plantação estava bem verde!

O pai lhe dava pancadas com o ferro. Mas a hiena não morria. Ele lhe deu ferradas e ferradas até que ela enfim morreu. A lebre saiu de onde havia se escondido e disse:

– Ufa! acabei de me safar da morte.

Acabou. [Tradução retirada no site]

¹⁶¹ Ela chegou, apanhou um monte de saltões e enfiou na corda. [Tradução dos autores]

¹⁶² “O pai lhe dava pancadas com o ferro. Mas a hiena não morria. Ele lhe deu ferradas e ferradas até que ela enfim morreu. A lebre saiu de onde havia se escondido e disse:

– Ufa! acabei de me safar da morte.

Acabou.” [Tradução retirada no site]

onde a lebre estava, ou seja, lê-se na fábula que a lebre havia entrado em um lugar, em seguida, o lugar foi retomado por um elemento pronome-advérbio dêítico.

5.2.5 *Colocação do objeto*

Voltando à definição posta, reafirma-se que a colocação de objeto diz respeito à posição que um objeto ocupa dentro da estrutura sintática. Os constituintes respeitam os limites gramaticais que se ocupam em cada estrutura frasal. Quanto à colocação do objeto dentro da categoria de estrutura verbal, consideram-se alguns textos a seguir para visualizar como é que isso ocorre na língua guineense:

Texto nº 109: Provérbio na língua guineense

Garandi i puti di mesinhu¹⁶³. Fonte: Bull 1989, p. 148.

Texto nº 110: Provérbio na língua guineense

Jitu ka tẽ¹⁶⁴. Fonte: Bull 1989, p. 150.

Texto nº 111: Provérbio na língua guineense

Febri medi katar. Fonte: Bull 1989, p. 138.

Texto nº 112: Provérbio na língua guineense

Kumpra saniñu na koba. Fonte: Bull 1989, p. 145.

Texto nº 113: Provérbio na língua guineense

Bakia baka di kunankoi. Fonte: Bull 1989, p. 145.

Quadro 25- Estrutura frasal na língua guineense

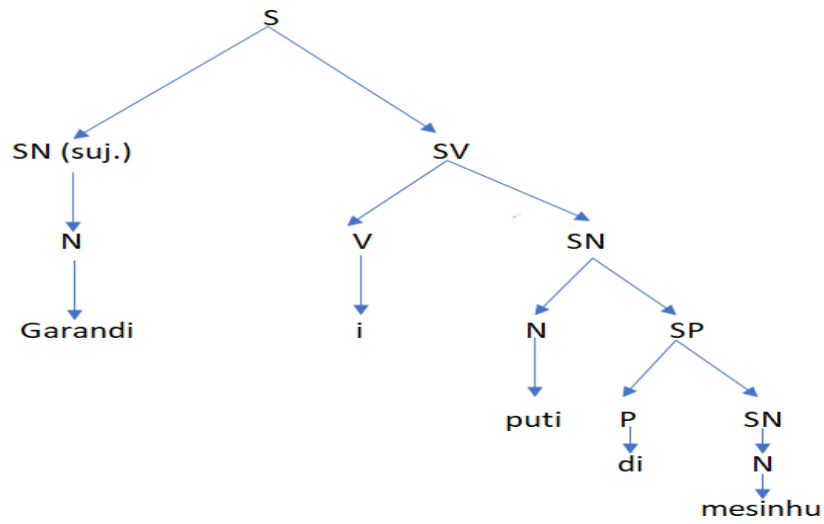
Textos	Sujeito	Verbo	Objeto (complementadores)
nº 109	Garandi	i	puti di mesinhu
nº 110	Jitu	(ka) tẽ	—
nº 111	Febri	medi	katar
nº 112	—	kumpra	saniñu na koba
nº 113	—	bakia	baka di kunankoi

Fonte: Pesquisa do autor.

¹⁶³“A pessoa de idade é um pote de medicamento”. [Tradução de Bull]

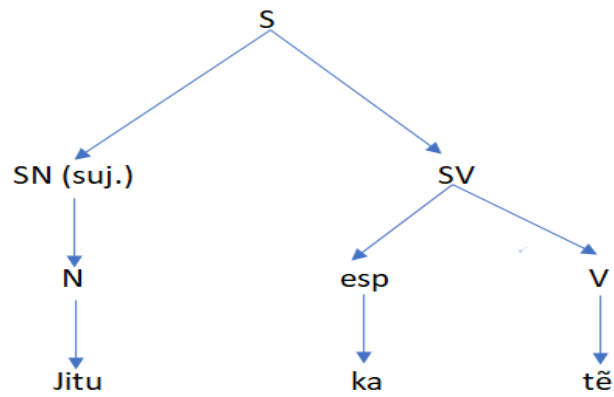
¹⁶⁴“Não há remédio”. [Tradução de Bull]

Diagrama 27



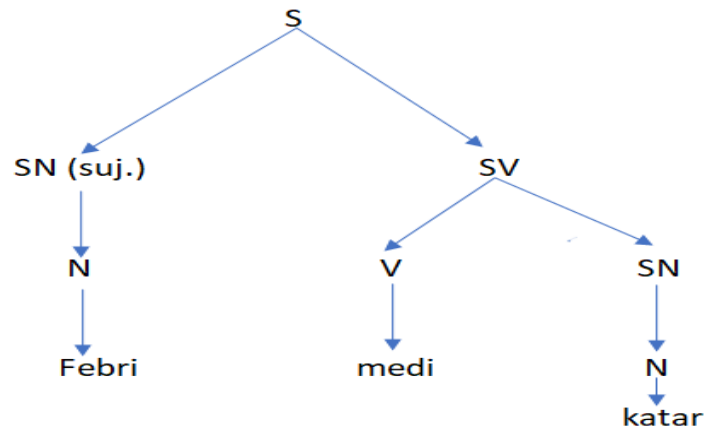
Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 28



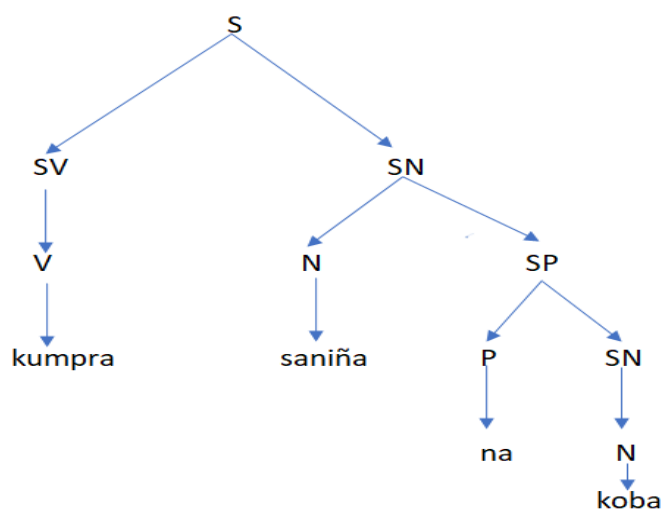
Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 29



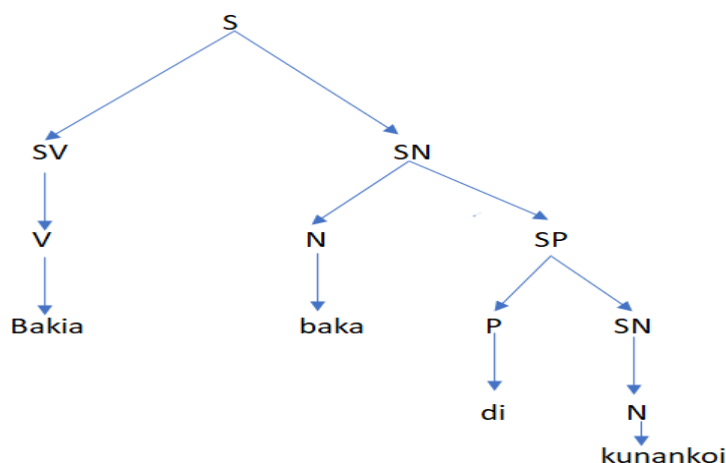
Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 30



Fonte: Pesquisa do autor.

Diagrama 31



Fonte: Pesquisa do autor.

Tomando o quadro acima, pode-se afirmar que a estrutura frasal do guineense é constituída por estes constituintes “sujeito” + “verbo” + “objeto”. O quadro sugere o sujeito como elemento da partida da oração porque é a partir dela que se começa a sentença, depois, vem o predicativo que é um conjunto de constituintes formados pelo/s verbo/s e os seus objetos. Entendendo por objetos, os itens gramaticais que complementam ações/estados/eventos de coisas. E quanto à colocação de objetos, percebe-se que os objetos apresentados acima se posicionam ao lado direito dos verbos e isso ficou claro no quadro acima, talvez isso demonstre a posição categórica de objeto, mas não se nega a possibilidade de ele aparecer em outras posições, pois a língua é flexível.

5.2.6 Propriedade Semântica do Verbo

5.2.6.1 5.1 Papéis dos Verbos de Manipulação na Fábula “Mininu Ku Orta”

A partir da teoria de Givón, pretende-se observar e explicar os atributos verbais no que tange ao ato de manipulação, porque os verbos são umas das categorias gramaticais ao manipular informações, pessoas e outras. Diante disso, retoma uma das afirmações que esta investigação estuda a forma (estrutura) e função da categoria verbal, analisando esse item gramatical não por um viés de sistema autônomo da estrutura frasal, e sim da motivação de representações conceituais e não só, mas também a motivação estende-se “a toda a gramática, o que , em última análise, implica considerar que entre a gramática e a base conceptual existe uma relação icônica” (NEVES, 1997, p. 99-100). Por isso, argumenta que “a iconicidade é um princípio pelo qual se considera que existe uma relação não-arbitrária entre forma e função, ou entre código e mensagem na linguagem humana” (NEVES, 1997, p. 99-103). Fato disso, Givón (2001, p. xv) já havia afirmado que “(...) structures without functions are plainly senseless, functions without structures are downright lame¹⁶⁵”, parafraseando Kant. Assim, argumentou que a gramática é motivada de forma adaptativa, logo, não é arbitrária (GIVÓN, 2001, p. 34).

As descrições de formas e funções que foram feitas no presente trabalho não são umas simples atividades de exercícios, contudo, é um ato de compreender os verbos na língua guineense no que diz respeito a sua estrutura e função, podendo, posteriormente, ampliar as discussões das categorias verbais num trabalho futuro. Desta maneira, pode-se concordar com Givón que a gramática é por um princípio motivada de forma adaptativa, então, não se deve tomá-la como um elemento absoluto, autônomo e imutável. A partir desta perspectiva, foram analisadas como é que os verbos podem contribuir para manipulação.

5.2.6.2 *Aspecto Manipulador Dos Verbos Na Fábula*

Retomando o que foi discutido anteriormente sobre papéis dos verbos no ato manipulador, é pertinente dizer que a sintaxe também depende da semântica para inferir os conteúdos proposicionais, apesar de ao longo das sessões de análise tem notado as contribuições das noções semântica para entender os conteúdos inferenciais dos textos. Por isso, foi tomada a fábula para entender, funcionalmente, as contribuições semânticas no aspecto verbal, visto que os sentidos dos verbos podem mudar a depender de situações comunicativas e das relações sintáticas dos constituintes das orações. Lembrando que os verbos não foram rotulados, categoricamente, como verbos de manipulação, e sim o contexto e situação comunicativa. Ao falar da propriedade semântica do verbo, Givón (2004, p. 41) estabelece uma relação entre sintaxe e semântica para extrair um conteúdo pragmático, visto

¹⁶⁵ “Estruturas sem funções são claramente sem sentido, funções sem estruturas são francamente coxas”. [Tradução do pesquisador]

que a semântica do verbo está relacionado a estrutura oracional e demais elementos (co)contextuais.

O texto que se segue abaixo é uma fábula, publicada no site ‘Guiné-Bissau Kriol Docs’, que foi tomado como objeto para analisar as funções dos verbos no ato manipulador. A obra é intitulada “Mininu ku orta” e conta a história de um menino que foi colocado para vigiar a plantação de feijão. Contudo, a lebre que estava escondida, ouviu tudo o que o pai disse ao menino. E logo que o pai saiu, ela foi ter com o menino e começou a convencê-lo que o pai mandou que ela fosse amarrada no lugar que o feijão estivesse mais verde, assim o menino fez. O mesmo ato aconteceu outra vez. Depois, o pai voltou para ver a plantação e viu que os feijões foram comidos, então, perguntou se o menino vigiava só uma parte da plantação, mas o menino explicou que a lebre foi comer na plantação em nome do pai. Diante deste cenário, o pai orientou o menino a atar a lebre até que ele voltasse, assim fez o menino. Mas, a lebre usou das suas expertises para colocar a hiena no seu lugar e conseguiu amarrá-la no seu lugar, depois, foi se esconder. Ao chegar, o pai viu a hiena amarrada e disse: "ah, é você que tem enganado meu filho", sem dar conta que não era o mesmo sujeito que tinha amarrado, assim deu pancadas no animal até à morte. Por fim, a lebre saiu do esconderijo e exultou do livramento.

Texto nº 115:

Mininu ku orta (texto em crioulo)

I ten ba un omi ku tene orta garandi. Na ki orta i ta planta ba son fison. Un dia omi i bin na bai tarbaju. I coma si fiju i falal kuma pa i ba ta bisia kil fison. Lebri njarga ba tras di arbori. Pape i ka muitu lunju si, lebri i sai i na kanta pa ki fiju: bu pape kuma pa bu maran na ki kau di fison verdi. Mininu tan manera ku kantiga bunitu i seta i bai toma korda i maral. Lebri kume i kume i kume te di tardi. I fala mininu: dismancan. Mininu disarmaral. I bai. *Asin utru dia tan ciga*. I ciga i kanta mas kil kantiga. Mininu maral mas. I kume, i kume e kume tok i falal mas pa i dismancal. Mininu i dismancal, i bai.

Pape ciga utru dia, pa i bin jubi si mininu i na bisia orta diritu. I ciga i fala: anton, abo son di un ladu ku ta bisia?

Mininu kuma: – Ma abo bu ta manda lebri pa i bin kume li!

– Ami! Nunka n ka manda lebri pa i bin kume li.

– Ma lebri fala kuma, abo ku mandal pa i bin kume li.

– Nau! Amaña, ora ku i bin, bu ta maral tesu. Nin ki i falau kuma pa bu dismancal, ka bu dismancal te ora ku n bin.

Lebri i bin mas ku utru kantiga. *I kanta*. Kila maral, i falal gora:

– Aos ña pape i fala kuma pa n marau. Nin ki bu falan kuma pa dismancau pa n ka dismancau.

Lebri i fika tok pape ciga. Omi ba kenta feru tok i kinti i na burmeju. Lebri oja lubu na pasa. I comal:

– Tiu lubu, tiu lubu bin li, bin li! I ten un ña kolega i mata un karnel garandi. I kuma pa ami n kume. I kuma si n ka kumel i na matan. Ma ami n misti ba pa abo bu kumel na ña konta.

Lubu seta. Lebri falal:

– Dismancan pa ami n marau.

Lubu dismancal. Lebri i maral, i bai gora. Pape ciga i fala:

– Ah, i abo ku ta bin ngana ña fiju kuma ami ki falau pa i bin marau na kau di fison verdi!

Pape dal ku feru. Lubu ka muri. I dal, i dal tok kila muri. Lebri kunsai sai gora na kau ku i sukundi ba nel i fala:

– Io, ali n safa di ña morti.

*Ikaba*¹⁶⁶. Fonte: site Guiné-Bissau Kriol Docs.

Considerando o texto acima e compreendendo que os verbos podem contribuir para manipular alguém através da função persuasiva, assim, é pertinente observar como se deu o ato manipulador por meio deste fragmento textual da fábula:

“Lebri njarga ba tras di arbori. Pape i ka muito lunju si, lebri i sai i na kanta pa ki fiju: *bu pape kuma pa bu maran na ki kau di fison verdi*. Mininu tan manera ku kantiga bunitu i seta i bai toma korda i maral. Lebri kume i kume i kume te di tardi. I fala mininu: *dismancan. Mininu dismaral. I bai*”.

Percebe-se através do trecho acima, especialmente, a parte em destaque que houve manipulação da lebre com o menino, porque a lebre ouviu claramente a orientação que o pai deu ao menino e aproveitou para enganá-lo em nome do pai, pois ela disse ao menino “*bu pape kuma pa bu maran na ki kau di fison verdi*”. O discurso em nome do pai convenceu o

¹⁶⁶ **O menino e a Horta (tradução)**

Havia um homem que tinha uma horta bem grande. Nessa horta ele plantava só feijão. Certo dia o homem foi trabalhar. Chamou seu filho e lhe pediu que fosse vigiar a plantação de feijão. A lebre estava escondida atrás de uma árvore. Assim que o pai do menino se foi, ela se aproximou do menino e começou a convencê-lo de que o pai pedira que o menino a amarrasse onde o feijão estivesse mais verde. Como a fala da lebre era convincente, o menino pegou uma corda e a amarrou. A lebre começou a comer a plantação. Comeu, comeu até o entardecer. A seguir disse ao menino: – Desamarre-me! O menino a desamarrou e ela se foi. Outro dia ela volta e torna a engodar o menino. Este a amarrou e ela se pôs a comer até se fartar. Em seguida, pediu-lhe que a desamarrasse e se foi.

O pai chegou no dia seguinte a fim de ver se o menino havia vigiado a horta direito. Assim que chegou disse ao menino:

– Então, você vigia só de um lado da plantação?

O menino respondeu:

– Mas, você mandou a lebre vir comer aqui!

– Eu!? Eu nunca mandei a lebre vir comer aqui.

– Mas, ela me disse que foi você que a mandou vir comer aqui!

– Não! De qualquer maneira, amanhã quando ela chegar você a amarre bem firme. Mesmo que ela peça para você desamarrá-la, não a desamarre até eu chegar.

A lebre apareceu de novo com sua conversa. Falou, falou. O menino a amarrou e lhe disse:

– Meu pai disse para eu amarrá-la. Não é para eu desamarrá-la mesmo que você o peça veementemente.

A lebre ficou amarrada até a chegada do pai. O homem foi esquentar um ferro até ele ficar em brasa. A lebre vê uma hiena passando e a chama:

– Tia, tia venha aqui! Tem um colega meu que matou um carneiro grande. Ele me disse que devia comê-lo. Se eu não o comer ele me matará. Eu gostaria que você o comesse no meu lugar.

A hiena aceita. A lebre lhe disse:

– Desamarre-me a fim de eu amarrá-la.

A hiena a desamarrou. A lebre a amarrou e se foi. Nisso o pai chegou e disse:

– Ah, é você que tem enganado meu filho, dizendo-lhe que eu lhe pedira para amarrá-la onde a plantação estava bem verde!

O pai lhe dava pancadas com o ferro. Mas a hiena não morria. Ele lhe deu ferradas e ferradas até que ela enfim morreu. A lebre saiu de onde havia se escondido e disse:

– Ufa! acabei de me safar da morte.

Acabou.

menino a amarrá-la no meio da plantação de feijão. O verbo “**maran**” teve um papel fundamental neste ato manipulador, porque o verbo aponta para o pedido que ela fez em nome do pai do menino, logo, ele se sentiu convencido que o pai lhe mandou. O (co)contexto textual-discurso apresenta fortes indícios de manipulação visto que a lebre apareceu logo à primeira vista ao menino com uma música, cantando uma linda canção, então, o menino se sentiu convencido porque estava cantando uma linda canção e isso o fez não recusar o pedido da lebre.

O cenário também mostra como a música contribuiu no ato manipulador, porque a lebre usou a música como estratégia para persuadir o comportamento do menino ou para captar o estímulo sentimental da criança. O mesmo texto ratifica, a partir deste trecho “mininu tan manera ku kantiga bunitu i seta i bai toma korda i maral”, que a música deixou a criança presa à astúcia da lebre. Ainda assim, pressupõe-se que o menino viu que a lebre comeu o feijão e não fez nada, depois a soltou sem nenhum questionamento porque estava convencido que foi o pai que a mandou.

No outro episódio da história, aconteceu novamente a manipulação que se deu através do verbo “dismancan”, pois a lebre utilizou de novo as suas astúcias para enganar a hiena, porque estava preso e não tinha como fugir. Na verdade, o conjunto dos elementos textuais contribuíram para entender como aconteceu este ato de manipulação, como se lê:

“– Tiu lubu, tiu lubu bin li, bin li! I ten un ña kolega i mata un karnel garandi. I kuma pa ami n kume. I kuma si n ka kumel i na matan. Ma ami n misti ba pa abo bu kumel na ña konta.

Lubu seta. Lebri falal:

– Dismancan pa ami n marau.

Lubu dismancal. Lebri i maral, i bai gora. Pape ciga i fala:

– Ah, i abo ku ta bin ngana ña fiju kuma ami ki falau pa i bin marau na kau di fison verdi!”

Primeiro, o texto informa que a lebre estava a chamar pela hiena de forma apressada “– Tiu lubu, tiu lubu bin li, bin li!”, talvez isso explica a necessidade primária de dar atenção à lebre pelo tom da sua voz, isto é, o discurso dá indício de um tipo “vem logo... não demore... venha...”, ainda assim, a lebre inventou algo para tornar a hiena presa no seu lugar, pois, disse que era presa porque devia comer uma ovelha grande que o colega matou. Ou seja, informando que não podia comer aquela ovelha, diante disso, pediu que a hiena comesse no lugar dela. A hiena, sem saber se aquilo correspondia à verdade ou não, aceitou a proposta de comer no lugar da lebre sem ter visto o animal, assim, a lebre amarró-a porque havia dito a ela “– Dismancan pa ami n marau. /Lubu dismancal. Lebri i maral, i bai gora./”. A partir disso, percebe-se que o verbo “dismanca” foi importante para que a lebre se livrasse da morte.

O eu-discursivo da lebre, levou-a a livrar-se da morte, porque é como se ela dissesse à hiena “me faz isso e te faço aquilo para o teu bem”, contudo, era um discurso para manipular a hiena para que ela escapasse da morte, assim o fez e aconteceu.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Storia di kin ku mas obi kiriol*¹⁶⁷

Um trabalho como este não podia fechar sem apresentar uma epígrafe assim, devido às questões que aqui foram discutidas e levadas às reflexões. Igualmente afirma Fiorin (2021, p. 07) que fazer “a análise, descrição e a explicação do fato linguístico e literário não podem ser feitas de maneira empírica, mas devem pressupor reflexão bem fundamentada teoricamente”. Por isso, considera-se este trabalho uma investigação científica bem fundamentada, buscando analisar os fatos linguísticos nos diversos gêneros textuais.

A epígrafe em questão é o título de uma fábula publicada no site “Guiné-Bissau Kriol Docs”, e lê-se na obra sobre a história de dois homens que saíram à procura das pessoas que entendem o guineense melhor que eles. O enredo conta que andaram por diversas regiões e um dia chegaram a uma “tabanca”, assim, passaram por todas as casas que lá se encontram, porém ninguém os convenceu que compreendesse a língua guineense melhor do que eles e, antes de saírem da aldeia, passaram numa casa mal assombrada, ali encontraram um menino. Saudaram o menino e ele pediu que se sentassem. Logo a seguir, começaram uma conversa, perguntando ao menino “- kuma di kurpu?”¹⁶⁸, ele respondeu “— N sta bon un bokadu”¹⁶⁹, usando a figura de linguagem, mas os homens não entenderam e perguntaram o que estava querendo dizer. Diante disso, o menino explicou que estava só, ou está morando sozinho e não tinha com quem brincar.

Depois, percebe-se que o enredo continuou e o menino continuou a responder com as figuras de linguagens e provérbios. Por exemplo, ao perguntarem ao menino “— Nunde bu mame?”¹⁷⁰, ele respondeu “— I ba gerianta dus turu na fonti”¹⁷¹, novamente, perguntaram “— Suma bu pape ka sta, nunde ku i bai?”¹⁷², replicou “— I ba da mortu kontrada, es i kombersa di mininu”¹⁷³, ainda perguntaram o motivo da demora para lhes oferecer a água “— Anta, kuma ku bu tarda sin?”¹⁷⁴, assim, respondeu “— N ba oca yagu di utranu ku di es anu jagasi, n na tira ba gora yagu di utranu a parti pa n pudi tisiu di es anu”¹⁷⁵, também perguntaram da

¹⁶⁷ “Estória de quem entende melhor o crioulo”. [título de uma das fábulas disponíveis no site]

¹⁶⁸ “— Como vai?” [Tradução retirada no site]

¹⁶⁹ “— Mais ou menos.” [Tradução retirada no site]

¹⁷⁰ “— Cadê sua mãe?” [Tradução retirada no site]

¹⁷¹ “— Ela foi enfrentar dois touros na fonte. [Tradução retirada no site]

¹⁷² “— Já que seu pai não está, aonde ele foi?” [Tradução retirada no site]

¹⁷³ “— Ele foi se encontrar com a morte, replicou o menino.” [Tradução retirada no site]

¹⁷⁴ “— Então, por que você demorou tanto?” [Tradução retirada no site]

¹⁷⁵ “— A água deste ano estava misturada com a do ano passado. Eu estava separando a água do ano passado a fim de lhes trazer a deste ano.” [Tradução retirada no site]

demora ao levar o fogo a eles “— Anton ke ku manda bu tarda sin?”¹⁷⁶, mas respondeu “— N ba oja fugu bisti kapoti”¹⁷⁷. Para essas perguntas, o menino teve que explicar cada resposta dada a eles, porque não entenderam nada das perguntas que foram mencionadas aqui. Essa fábula ilustra o falar dos guineenses que se entendem perfeitamente, apesar de algumas circunstâncias que pedem explicações de certos ditados ou figuras de linguagem, pois a comunidade de fala guineense é cheia de figura de linguagem, principalmente, do ditado popular/provérbios. A fábula também mostra que o falar guineense exige que a pessoa pense bem antes de responder, isto é, os guineenses falam muito com as figuras de linguagem, por isso, antes de falar e não se arrependem depois, o melhor é pensar bem o que vai dizer.

A presente investigação é uma obra que foi atrás da categoria da língua guineense para fazer um trabalho de planejamento de *corpus* e de *status*, visto que a Guiné-Bissau tem esta língua como a língua nacional, porém, ainda não é oficial no país, inclusive não é ensinada nas escolas, com exceções de algumas escolas particulares no interior do país.

A língua guineense é uma língua rica, jovem, cheia de filosofia e sabedoria dos povos locais, porque os guineenses usam muita a filosofia nas suas conversas do dia a dia, até nomes das pessoas e os topônimos são muitas vezes os usos das expressões da filosofia local. Essa língua teve um papel importante durante a articulação na luta pela independência e libertação nacional, porque era a língua que cada tribo falava fora as suas línguas étnicas, por isso, entende-se que é uma língua da unificação nacional.

Durante muito tempo, essa língua foi rotulada com diversos termos como foi discutido na fundamentação teórica, porque alguns diziam que não era língua, ou que era o português mal falado e não se podia fazer ciência a partir dela, por isso, foi dito que no guineense e as línguas étnicas da Guiné-Bissau não tem como expressar idéias como “raiz quadrada de 36, aceleração da gravidade, a lua é um satélite natural da terra” e etc., contudo, as perguntas que podem ser feitas são: Será que o povo guineense tinha/tem noção dessas coisas? Como é que o povo guineense faz cálculo, porque, de qualquer modo, todo mundo faz cálculo, seja ele científico ou não? Será que este povo sabe o que é uma estrela ou lua? Será que existe um céu que apresenta a lua e as estrelas para esse povo, se sim, compreendem que esses fenômenos são naturais? O povo como ser racional já chegaram a falar dos astros?

¹⁷⁶ “— Então, por que você demorou assim?” [Tradução retirada no site]

¹⁷⁷ “— O fogo estava vestido de capote.” [Tradução retirada no site]

Essas perguntas não serão respondidas no presente trabalho, mas ainda é importante indagar os seguintes: Qual é a ideia de “36 ku dus na totis”¹⁷⁸? Como é que os matemáticos explicam isso? Será que os matemáticos guineenses podem criar expressões para apresentar certas ideias científicas ou não a partir do guineense?

Retoma-se uma das afirmações feitas na parte inicial do trabalho que o país é uma República Independente, desta forma, precisa sistematizar os fatos científicos a partir da sua realidade concreta e não do outro, isso não significa que é inaceitável discutir a ciência com os aportes teóricos das outras fronteiras, mas, sim, deve-se dialogar com qualquer que seja o aporte teórico para um fazer científico desde que tenha um embasamento e uma fundamentação científica.

A Guiné-Bissau é um país soberano, com leis, culturas, costumes e suas variedades. Deste modo, percebe-se a necessidade e urgência de uma política mais rebuscada com relação às línguas. Diante disso, surgiu a necessidade de fazer um trabalho na área da política linguística, contribuindo assim nas ações glotopolíticas no que tange a sistematicidade da língua guineense, bem como apresentar a necessidade de analisar e descrever as outras línguas. Por isso, o trabalho objetivou descrever os segmentos consonantais, vocálicos, estruturas silábicas, dígrafos e SV desta língua para equipamento da gramática descritiva desta língua.

Antes das análises, foi necessário contextualizar a situação sócio-histórica do país, porque o país fora invadido por colonizadores, dessa forma, muitas coisas estavam sob domínio português e, por isso, esses invasores não tinham nenhum interesse em promover a língua guineense. Depois, foram discutidas as noções de políticas linguísticas e a necessidade das ações glotopolíticas para essa língua.

O que se percebe é que o Estado oficializou o português e não a língua guineense que a maioria fala. Diante disso, seria pertinente discutir a necessidade da oficialização da língua guineense? Para que essa língua seja oficializada é preciso algum trabalho de base? O que o Estado guineense está fazendo para oficialização da língua guineense? O que os linguistas podem fazer para que essa língua seja oficializada e ensinada em todo território do país?

A política linguística é uma ação do Estado (e outras entidades congêneres) de gestão da língua e sociedade e não só, porque as pessoas podem fazer políticas linguísticas de modo individual. Contudo, a decisão institucional da língua é tomada pelo Estado. Em outras palavras, a política linguística é um campo em que o Estado atua para

¹⁷⁸ “— 36 com dois na nuca.” [Tradução do pesquisador]

regulamentar/sistematizar/organizar os fatos linguísticos, também há entidades não estatais que trabalham no âmbito das políticas linguísticas, inclusive é papel do Estado garantir a participação dos cidadãos no fazer políticas linguísticas e nas tomadas de decisões sobre as questões linguísticas. Diante disso, o presente trabalho seguiu um caminho [da glotopolítica] de que a língua e a sociedade devem ser estudadas no seu todo, não separadamente, assim, toda ação explícita ou não da PL deve ser levada em conta.

Considerando que a língua guineense ainda carece de descrição, então, seria necessário oficializá-la sem que haja a descrição dela? Para que essa língua seja descrita, são necessárias muitas ações de políticas linguísticas como a de equipamento linguístico, descrição e análise linguística. O equipamento de uma língua é substancial para esta investigação, porque, de certo modo, a análise feita nesta pesquisa é uma forma de equipar a língua guineense, descritivamente. O equipamento realizado aqui poderá contribuir para a gramática descritiva da língua guineense, e possível fonte para as futuras pesquisas, bem como poderá servir para reflexões dos usuários desta língua. Lembrando que foram descritas, preliminarmente, alguns aspectos dos componentes gramaticais, desta forma, necessita de muitos trabalho nesta perspectiva.

O guineense é uma língua com pouco trabalho no que tange ao equipamento, destarte, o presente trabalho buscou descrever consoantes, vogais e estruturas silábicas para se chegar a uma proposta de grafemas para escritas no guineense e as estruturas sintagmáticas dos verbos na língua guineense, trabalhando, neste momento, uma parte da gramática que o Estado guineense pode avaliar - através dos linguistas -, se o estudo é válido para aplicar no ensino-aprendizagem, ou seja, se serve de guia para o ensino-aprendizagem. Porque essa é uma ação que o Estado deve promover, ações para descrever os mecanismos linguísticos da(s) língua(s), descrevendo as formas linguísticas e suas funcionalidades.

Para análises, foram identificadas e observadas as questões fonética-fonológicas como ponto de partida para as discussões gramaticais, bem como falar da necessidade do mais básico para o povo guineense, isto é, definir a grafia oficial para que todos em sua escrita formal ou informal possam usá-la e evitar as diversas formas que aparecem na literatura, por isso, propôs os quadros para língua guineense.

Os quadros propostos são de grande importância para a língua guineense, porque apresentam os símbolos dos segmentos desta língua, por exemplo, a tabela fonética consonantal da língua guineense que é uma representação dos simples de segmentos fônicos consonantal do guineense. Logo a seguir, apresenta-se o quadro com título “tabela fonética

consonantal da língua guineense com exemplos” cujas expressões no guineense nas quais podem ser observados os sons que correspondem aos símbolos apresentados na tabela consonantal da língua guineense. A título de apresentações de dados, considera-se o exemplo abaixo, tendo alguns símbolos com seus respectivos exemplos:

Quadro 26: exemplos de dados obtidos da tabela consonantal do guineense

Nasal bilabial vozeada	Manda	['manda]	m
	Mafe	['mafe]	
Nasal labiodental vozeada	M mama	['m̠mama]	m̠
Nasal alveolar vozeada	Nada	['nada]	n
	Manda	['manda]	
Nasal palatal vozeada	Nhambi	['ɲambi]	ɲ
	banhera	[ba'ɲera]	
	Nheme	['ɲeme]	
	Nhor	['ɲor]	

Fonte: Pesquisa do autor.

Semelhantemente a tabela consonantal, fez-se o mesmo processo com as tabelas das vogais no guineense, inclusive com as representações das sílabas e as representações dos dígrafos. Tudo isso com o propósito de mostrar que é necessário e urgente a ação do Estado guineense no âmbito da política linguística, porque é preciso escolher o tipo de grafia a ser considerada oficial, então, como responder a esta questão da grafia para língua guineense já que muitas pessoas escrevem de formas diferentes? Em resposta a esta questão, foram apresentadas as reflexões da fonética e fonologia, por fim, foram apresentados os quadros cujas sugestões de grafemas e segmentos para grafia da língua guineense. Apresenta-se alguns exemplos abaixo para demonstrar os dados obtidos de vogais, sílabas e propostas de grafemas:

Quadro 27: exemplos de alguns dados vocálicos

Vogal anterior arredondado	Vogal tónica
ũ	[ũ]nta, k[ũ]mpu, k[ũ]msa, p[ũ]mba, k[ũ]nsi,
õ	[õ]mbra, k[õ]nta, erm[õ]n, k[õ]ntadu, v[õ]ntadi

Fonte: Pesquisa do autor.

Quadro 28: exemplos de tipos de sílaba na língua guineense

Tipos de sílaba no português guineense	Padrões silábicos		Exemplos (palavra)	Transcrição fonológica	Transcrição fonética
	Sílabas livres/simples	Sílabas travadas/complexa			
	V		i	/'i/	['i]
	CV		po	/'pɔ/	['pɔ]

	CCV		pra.to	/ˈprato/	[ˈpra.tɔ]
		VC	es	/ˈɛs/	[ˈɛs]
		CCVC	plas.ti.ku	/ˈplaStikɔ/	[ˈplas.tikɔ]
		CCCV	nsta	/NSta/	[ɲsta]
		CVC	kor.da	/ˈkɔRda/	[ˈkɔh.da]

Fonte: Pesquisa do autor.

Quadro 29: Exemplos de dados de grafemas

<i>Grafemas e segmentos usadas nas literaturas guineenses (vogais)</i>				<i>Sugestões de grafemas e segmentos</i>	
Grafemas e segmentos	Palavras	Grafemas e segmentos	Palavras	Grafemas e segmentos	Palavras
a [a, ə]	pata	a [a, ə]	papa	a [a, ə]	papa
e [e, i]	fera/Face	e [e, ε]	pape	e [e, ε]	pape
<i>Grafemas e segmentos usados nas literaturas guineenses (consoantes)</i>				<i>Sugestões de grafemas e segmentos</i>	
c [k]	caba	k [k]	kaba	k [k]	kaba
b [b]	bata	b [b]	bata	b [b]	bata
<i>Grafemas e segmentos usados nas literaturas guineenses (dígrafos consonantais)</i>				<i>Sugestões de grafemas e segmentos</i>	
nc [ɲ]	ncanta	nk [ɲ]	nkanta	nk [ɲ]	nkanta
ch [ʃ]	chato	ng [ŋ]	ngaña	ng [ŋ]	nganha
<i>Grafemas e segmentos usados nas literaturas guineenses</i>				<i>Sugestões de grafemas e segmentos</i>	
un [ũ]	un	un [ũ]	un	un [ũ]	un
=	fundu/kuns i	=	=	=	=

Fonte: Pesquisa do autor.

Tomando a fonética como base para se chegar às sistematizações nos níveis léxicos-gramaticais, respectivamente. Em seguida, apresenta-se os dados obtidos a partir dos estudos de sintagma verbal na língua guineense. Deste modo, considera-se alguns exemplos abaixo:

Núcleo de SV

Núcleos preenchidos visivelmente por um verbo:

Trecho nº 78:

“Omi lanta”. Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs

A oração tem um SN (N = omi) + um SV (V = lanta), o SV tem como seu núcleo o V, também vale dizer que o SV da oração é simples porque não apresenta a complexidade em sua estrutura como foi estudado no capítulo da análise descritiva. Neste caso, a sentença é representada pelas seguintes equações e colchetes etiquetadas:

Sentença equivale a SN + SV;

SV equivale V;

V é = lanta;

Núcleo é = V

Então,

o [SN [N] + SV [V]]

ou seja,

Sentença [[omi] + [lanta]]

SV [lanta]

Núcleo de SV [V]

Depois desta confirmação, os dados também confirmam as categorias selecionadas salvas às discussões na fundamentação e nas descrições feitas no capítulo cinco, como se observa abaixo:

Especificadores:

SV com especificador “ka”

Texto nº 92: Provérbio na língua guineense

“Panela fala kaleron: **ka** bu tisnan!” Fonte: Couto e Embaló (2010).

Especificadores de tempo

c) *Perífrase de participio: Tempos composto*

Texto nº 94:

“Ña juisu i justu, pabia N ka

misti fasi ña vontadi, ma vontadi di

ña Pape ku mandan”.

Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1362).

Especificadores de aspecto

Texto n 98:

“Bu tujin ba pa n bai, n ka kudi bos. Gosi, n oja ke ku bu tujin ba pa n fasi. E benenen: **ali n na muri**”.

Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs, (2022).

Perífrases de gerúndio - **ali n na muri**. [eis que estou morrendo]

Especificadores de modo

Perífrases de infinitivo: certeza

Texto n 99:

“Rabi, anos no sibi kuma

Deus mandau pa **bu bin nsinanu**,

pabia ningin ka pudi fasi e sinal
ku bu ta fasi si Deus ka sta ku el.”

Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1357)

Especificadores de voz

Texto n° 101:

“Abos i djinti mau ku ka tem fe, te kal tempu ku na sufri bos? Tisin bu fidju.

Si rosto **kuradu** tambi i inkrivel.

Sinanu ora suma ku Djon sina si djintis”.

Fonte: Transcrição do filme de “Jesus” no guineense.

Texto n° 102:

“Na ki ora,

omi **fika kuradu**, i lambu si kama, i

bai. I seduba dia di diskansu”.

Fonte: Cotê d’Ivoire (1998, p. 1361)

Complementadores:

Complementos: objeto direto

Texto n° 103:

“I ten ba **un omi** ku tene **orta garandi**”.

Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs, (2022).

Complementos: complemento oblíquo

Texto n° 108:

“Pape dal ku feru. Lubu ka muri. I dal, i dal tok kila muri. Lebri kunsai sai gora na
kau ku i sukundi ba **nel** i fala:

– Io, ali n safa di ña morti.

I kaba”.

Fonte: Site Guiné-Bissau Kriol Docs, (2022).

Colocação do objeto

Texto n° 109: Provérbio na língua guineense

Garandi i puti **di mesinhu**. Fonte: Bull 1989, p. 148.

SV no ato manipulador

“Lebri njarga ba tras di arbori. Pape i ka muito lunju si, lebri i sai i na kanta pa ki fiju: *bu pape kuma pa bu maran na ki kau di fison verdi*. Mininu tan manera ku kantiga bunitu i seta i bai toma korda i maral. Lebri kume i kume i kume te di tardi. I fala mininu: *dismancan. Mininu dismaral. I bai*”.

Tomando as reflexões apresentadas no que tange à fonética-fonologia da língua guineense até as análises descritivas do SV desta língua, vale dizer que tudo isso está inserido dentro da área de política linguística e tomando a noção da glotopolítica, discutindo a necessidade de uma ação para equipamento da língua guineense através de planejamento de *corpus* e *status*, como as descrições fonéticas-fonológicas do guineense e análise morfossintática e sintática. Sendo assim, é pertinente levar em conta as reflexões apresentadas na fundamentação teórica e análises descritivas feitas como uma ação política e motivo da necessidade de oficializar a língua guineense. Desta forma, o Estado deve criar projetos para ações de planejamento de *corpus* e de *status* para oficialização desta língua e, conseqüentemente, os projetos para produções de materiais de ensino-aprendizagem.

A partir das análises feitas e dos dados apresentados, entende-se que a presente investigação tem grande importância para a ciência linguística, pesquisadores da língua guineense, Estado guineense e comunidade guineense.

Para a ciência linguística, este estudo pode servir como fonte de consulta científica e estudo comparativo com outros estudos linguísticos ou elementos linguísticos das outras línguas, outrossim, este é um começo para muitas ações de políticas linguísticas para continuar a equipar o guineense através dos estudos linguísticos.

Quanto aos pesquisadores da língua guineense, pode-se dizer que este estudo pode servir de base para outros estudos na língua guineense, bem como para criticar o que não for conveniente e apresentar novos dados, no entanto, é preciso pontuar que este estudo seguiu um caminho preliminar, porque os itens tomados como categorias de análises serão estudados em outros trabalhos e aprofundados para engrossar as pesquisas acadêmicas e debates acadêmicos.

No que tange ao Estado guineense, entende-se que os dados apresentados podem ajudar a sistematizar a gramática descritiva-funcionalista da língua guineense, inclusive o trabalho pode servir como fonte para possíveis elaborações de materiais didáticos e dos documentos oficiais do Estado no que concerne ao ensino-aprendizagem da língua guineense. Lembrando, é papel do Estado preservar e proteger o que é bom para o seu povo, principalmente, um fenômeno indissociável à sociedade, que é a língua.

Por fim, o trabalho contribuiu para que a comunidade letrada possa refletir sobre os usos na sua língua e não só, mas também os dados podem servir como fonte para elaboração de atividades e projetos para apresentar nos programas que podem chegar a toda comunidade, letrada ou não, adulta ou criança, no mais, ao povo guineense.

Ressalta-se, portanto, que ainda há grande necessidade de fazer trabalhos descritivos-funcionalistas da língua guineense, pois este é um trabalho introdutório que fez uma observação básica de alguns itens da fonética-fonologia e da sintaxe, contribuindo para o equipamento dessa língua. O trabalho é parte inicial de possíveis trabalhos de sintagmas no guineense, desta forma, haverá outras investigações e publicações a respeito de sintagmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. **O ensino de português como língua não-materna: concepções e contextos de ensino.** Universidade de Brasília, 2009, 1-28.

ANTUNES, Irlandé. **Muito além da gramática: Por um ensino de línguas sem pedras no caminho.** São Paulo: Parábola editorial, 2007. 1ª ed. 9ª reimpressão.

ARNT, Janete Teresinha; CATTO, Nathalia Rodrigues. Entre funções e metafunções: estudo comparativo entre Jakobson e Halliday. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, v. 14, n. 2, 2010.

AUGEL, Moema Parente. O crioulo guineense e a oratura. **Scripta**, v. 10, n. 19, p. 69-91, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8088079.pdf>. Acesso em: 09/02/2023.

_____. **O Desafio do Escombro. Nação, Identidades e Pós-Colonialismo na Literatura de Guiné-Bissau.** 1ª edição, Garamond: 2007, 424p..

_____. No ka pudi tapa sol ku mon - O crioulo guineense como língua literária?. **PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 10, p. 5-22, 2010.

AUGEL, Johannes. O crioulo da Guiné-Bissau. **Afro-Asia**, n. 19-20, 1997.

AZAMBUJA, Elen. **Fonética e Fonologia da Língua Inglesa.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010. 176 p.

BACHMANN, Agnes Caroline Silva. **O multilinguismo no contexto escolar da Guiné-Bissau.** 2014. 51 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BALDÉ, Baró. **Formação de professores de língua portuguesa na Escola Normal Superior Tchico Té, Guiné Bissau.** Tese de mestrado, Língua e Cultura Portuguesa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2013.

BARBOSA, José Augusto. **Língua e desenvolvimento: o caso da guiné-bissau.** 2015, 117f.. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa, PLE/PL2). Universidade de Lisboa, Lisboa – Portugal.

BRAGA, Gabriela; FROTA, Sónia; FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane. Português Guineense e Português Europeu: um estudo preliminar sobre a percepção das suas diferenças entoacionais. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 70-94, 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).** PORTARIA Nº 36, DE 28 DE JANEIRO DE 1959. Comissão designada na Portaria Ministerial número 152/57, constituída pelos Professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, e

assessorada pelos Professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia.

BIONDO, D. O estudo da sílaba na fonologia auto-segmental. **Revista de Estudos Linguísticos**. Belo Horizonte. v.2, p.37-51. 1993.

BULL, Benjamim Pinto. **O crioulo da Guiné-Bissau: Filosofia e sabedoria**. Bissau, INEP. 1.^a ed., 1989.

CA, Imelson Ntchala; RUBIO, Cássio Florêncio. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau. **Trabalho em Linguística Aplicada**, v. 58, n. 1, p. 389-421, 2019.

CÁ, J. F. **Aspectos linguísticos do guineense: reflexões acerca de uma língua**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021. 107 p..

CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. - Campinas, SP, 2005. Disponível em: <https://11nq.com/3BT2o>. Acesso em: 08/06/2023.

Cá, Segunda. **O ensino do português e o preconceito linguístico com relação à variedade guineense do português em Bissau**. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020. 88 f..

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Prefácio, Gilvan Muller de Oliveira; tradução, Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CAMACHO, Roberto Gomes. Alinhamento e estratégias de relativização. **Delta**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 243-266, jan./mar. 2017.

CÂMARA JR., J. M.. **Dicionário de Filologia e Gramática**. 4^a ed. – Rio de Janeiro, J. OZON, editor, 1970.

CAMPOS, Américo. **História da Cidade de Bissau (até 1915)**. Bissau: Rebordosa, 2013.

CARIOCA, Cláudia Ramos. As funções sociais da língua e as políticas de difusão do Português no Timor-Leste. (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB). **D.E.L.T.A.**, 32.2, 2016 (427-447).

CARVALHO, Gislene Lima. **As unidades fraseológicas no ensino de português língua estrangeira: os últimos serão os primeiros**. 2011, 126 f.. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza-CE, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5857>. Acesso em: 09/02/2023.

CASTILHO, Ataliba T. de. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro: novos desdobramentos. **Gramática, texto e discurso. UFMS, no prelo**, p. 11-29, 2011.

_____. O linguista libertário. **Revista Pesquisa FAPESP**, v. 259, p. 30-35, 2017.

_____. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 5ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2019, 768 p..

CAVALCANTE, Sávio; SILVA, Leosmar. **Funcionalismo linguístico: a língua em uso**. December/2020. DOI:10.31560/pimentacultural/2020.137.103-140. In book: Linguística geral: os conceitos que todos precisam conhecer - volume 1 (pp.103-140).

CHOMSKY, Noam. **Estruturas sintáticas**; tradução e comentários de Gabriel de Ávila Othero e Sérgio de Moura Menuzzi. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2018. – (Coleção de Linguística) Título original: Syntactic structures.

COELHO, Izete Lehmkuhl [et al.]. **Para conhecer sociolinguística**.-1. ed., 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2019.-(Coleção para conhecer linguística).

COSTA, Paula Mendes. As nasais no Crioulo da Guiné-Bissau: **um olhar à luz da fonologia moderna**. 2021.

COSTA, Priscila Matos. **A sílaba fonética do Guineense moderno: a posição de Coda**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021. 67 f..

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**/John W. Creswell; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. - 3. ed.-Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.: il. ; 23 cm.

_____. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed,2007.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.1993.

DA SILVA, Ciro Lopes; SAMPA, Pascoal Jorge. A Língua Portuguesa na Guiné-Bissau: Influência do Crioulo e a Identidade Cultural no Português. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, n. 31, p. 231-247, 2017.

DIAS, Christiane da Silva. **É proibido falar crioulo: um relato etnográfico sobre colonialidade, ensino de língua e políticas linguísticas na Guiné-Bissau**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Linguística, Florianópolis, 2021, 219 p..

DJATA, Fátima. Pensando sobre o ensino da língua portuguesa em Guiné-Bissau. **Pensando Áfricas e suas diásporas**, n. 1, p. 28-36, 2015.

DUBOIS et al., Jean. **Dicionário de Linguística**. 10ª ed. - Editora Cultrix LTDA, São Paulo, SP. 1997.

EMBALÓ, Filomena. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. **PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**, v. 18, n. 1, p. 101-107, 2009.

FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística I: Objetos teóricos**. 6. ed. 9 reimpressão São Paulo: Contexto, 2021.

_____. **Introdução à linguística II: princípios de análise**. 5. ed. 2 reimpressão São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Linguística? Que é isso?**. - 1. ed., 3ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2019.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta Cabral. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. -1. ed. - Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

GIVÓN, T. **From Discourse to Syntax: Grammar as a Processing Strategy**. In: GIVÓN, T. (org.). *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*. New York: Academic Press, 1977.

_____. **Syntax: A Functional-Typological Introduction II**. Philadelphia: John Benjamins, 1990.

_____. **Functionalism and Grammar**. Amsterdã: John Benjamins, 1995.

_____. **Syntax I: An introduction**. Publishing Company Amsterdam /Philadelphia. Rev.ed., 2001.

GOMES, Braima. **Dificuldades de aprendizado da língua portuguesa na Guiné-Bissau: uma questão de políticas e planejamentos linguísticos**. 2021. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Letras**, n. 27, p. 47-53, 2003.

HAGEMEIJER, Tjerk; ALEXANDRE, Nélia. Os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné: uma comparação sintáctica. **Papia**, (2012). 233-251, ISSN: 0103-9415.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to Functional Grammar**. 3rd edition, London: Hodder Arnold, 2004.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L.. **Encyclopedia of Language & Linguistics (Second Edition)**, ed. Keith Brown, Volume 4, 668-676. Oxford: Elsevier, 2006.

_____. **Functional Discourse Grammar: a typologically based Theory of Language Structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Hopper, Paul J.; Thompson, Sandra A.. Transitivity in Grammar and Discourse. Source: *Language*, Jun., 1980, Vol. 56, No. 2 (Jun., 1980), pp. 251-299 Published by: **Linguistic Society of America Stable**.

IÉ, David. **Políticas linguísticas e a língua portuguesa na sociedade guineense**. 2018. 23 f. Artigo(Graduação) - Curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras - IHL, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

IÉ, Ivo Aloide. **Desafios do ensino escolar da Guiné-Bissau na perspectiva do letramento**. 2018. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

IMBATENE, João Eusebio. **A reduplicação no guineense moderno: fonologia, morfologia e sintaxe**. 2019. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

INTUMBO, Incanha. Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português. 2007. 139f. 2007. Tese de Doutorado. **Dissertação (Mestrado em Letras)– Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra**.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1974.

KENEDY, Eduardo; OTHERO, Gabriel de Ávila. **Para conhecer a sintaxe**. São Paulo: contexto, 2018, 192 p..

KENEDY, Eduardo. Rudimentos para uma nova sintaxe na NGB. **Revista e-escrita: Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça; SOUZA E SILVA, Maria Cecília P. de. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

KIHM, Alain. **Kriyol syntax: the Portuguese-based Creole language of Guinea-Bissau**. (Creole language library, ISSN 0920-9026; v. 14, 1994).

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos I William Labov**; tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. -São Paulo, Parábola Editorial, 2008. 392p.- (Lingua[gem]; 26).

LAGARES, Xaón Carlos. **Qual política linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. 256 p..

LIMA, Diógenes Cândido de; ANDRADE, Silvana Fernandes de. Políticas Linguísticas na Proposição de Ações na Seara do Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa: Reflexões Preliminares. **Porto das Letras**, v. 2, n. 1, p. 73-87, 2016.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MANÉ, Baticã Braima Ença. **Ensino do guineense nas escolas: o que pensam professores e alunos de dois estabelecimentos de ensino da Guiné-Bissau**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018. 88 f..

_____. **Descrição e análise dos processos de formação de palavras por reduplicação no crioulo guineense (Guiné-Bissau)**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 117p..

Mané, Djiby. **Os crioulos portugueses do Golfo da Guiné: Quatro línguas diferentes ou dialetos de uma mesma língua?**. Universidade de Brasília - UNB, Instituto de Letras-IL: Departamento de linguística, línguas clássicas e vernácula - LIV. Brasília, 2007.

MENDES, Abubacar. **O uso de manuais no ensino-aprendizagem de português na Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado em Português como Língua Estrangeira / Língua Segunda - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2022.

MENDONÇA, Clara Simone Ignácio de. A sílaba em fonologia. **Working Papers em Linguística**, v. 7, n. 1, p. 21-40, 2003.

MANÉ, Baticã Braima Ença. **Ensino do guineense nas escolas: o que pensam professores e alunos de dois estabelecimentos de ensino da Guiné-Bissau**. 2018. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

MANÉ, Baticã Braima Ença et al. Reduplicação no guineense. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 22, n. 2, p. 271-289, 2020.

MARIA, Candinha Pinto. **Movimento do verbo em kriol**. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Linguística, UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE LETRAS DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA GERAL E ROMÂNICA, Lisboa.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. - 2. ed., 8ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2021.

MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática da língua portuguesa**. 10. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

MÓDOLO, Marcelo; CONEGLIAN, André Vinícius Lopes. **DEZ LIVROS PARA CONHECER FUNCIONALISMO EM LINGUÍSTICA**. Fflch.usp.br, 2020.

MUNIZ, Cellina Rodriues; CORREIA, Nuna Nunes; CAMPOS, Sulemi Fabiano. Ensino no Contexto da Diversidade Linguística em Guiné-Bissau: Uma Proposta para o Ensino da Leitura e da Escrita. Revista **ECOS**, v. 34, n. 1, p. 137-154, 2023.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática do português revelada em textos**. - São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

_____. **A gramática funcional**. - São Paulo, Martins Fontes, 1997.

NHANACA, Nadina João Lopes. Estudos fonológicos sobre o crioulo da Guiné-Bissau e suas africadas. **Língua, Literatura e Ensino-ISSN 1981-6871**, v. 9, 2014.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br].

OLIVEIRA, Piquinina. **Por que não adotar o crioulo guineense como língua de ensino? Debatendo a política linguística no ensino básico da Guiné-Bissau a partir das dificuldades de estudantes e professores guineenses**. 2022. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

OXFORD. **Dicionário Oxford Escolar** - para estudantes brasileiros de inglês Edição Inglês/Português, 2^ª Edição. Oxford; Reino Unido.

PAULA, Danytiele Cristina Fernandes de. **O sintagma verbal em português: construções perifrásticas e não- perifrásticas**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. - São José do Rio Preto, 2014, 152 f.

PAULO, Velamina Fernando. **POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM GUINÉ-BISSAU E O IMPACTO PARA AS LÍNGUAS ÉTNICAS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Linguagens e Literaturas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Redenção), 2022.

COSTA, Paula Mendes. **Descrição fonológica do crioulo Guineense**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Letras. - Recife, 2014. 233p..

PETTER, Margarida. **Introdução à Linguística Africana**. - São Paulo: Contexto, 2015, 304 p..

PERINI, Mário Alberto. **Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, 208 p..

_____. **Sintaxe Portuguesa: Metodologia e Funções**. São Paulo, Editora Ática. ed. 1994.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal da Língua Portuguesa. Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP). **PORTARIA** Nº 22 664, 28 de abril De 1967, Assinado por Inocêncio Galvão Teles. Comissão da última revisão designada na Portaria Ministerial de 13 de novembro de 1965, constituída pelo Doutor Manuel de Paiva Boléo (presidente) e pelos licenciados Augusto Silva Reis Góis, Francisco da Costa Marques, Adriano Leite Teixeira e Maria Alice Nobre Gouveia. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=nomenclatura>. Acesso em: 09/02/2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Erica Souza dos. **Processos fonológicos de inserção e apagamento no guineense**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022. 21 f.

SADJO, Braima; MACHADO, Eduardo Gomes. A instituição do português como a única língua de ensino-aprendizagem na Guiné-Bissau: reforço da unidade nacional ou perpetuação da colonialidade?. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde (BA)** | v.1, nº Especial | p. 201-224 | dez. 2021.

SALDANHA, Maurílio da Silva. **Educação e ensino em contexto multilíngue: as possibilidades de um ensino bilíngue na Guiné-Bissau**. 2019. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

SANI, Fanca. **O lugar e as relações do português como língua oficial na escola de Guiné-Bissau**. 1996, 120f.. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Federal de Campinas, São Paulo.

SANTOS, Elaine Maria; VIEIRA, Camila Andrade Chagas. **Fonética do Inglês**. 2012.

SANTOS, Natali da Anunciação. **Processos fonológicos do guineense moderno**. 2020. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.

SANTOS, Natali Da Anunciação et al. Processos fonológicos do guineense moderno. **Signótica**, v. 34, 2022.

SANTOS, Vinícius Gonçalves dos. **Aspectos prosódicos do português de Guiné-Bissau: a entoação do contorno neutro**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Letras Clássicas e Vernaculas Programa de Pós-Graduação Em Filologia E Língua Portuguesa, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. São Paulo, 2015. 226 f.

SCANTAMBURLO, Luigi. **Dicionário do Guineense, 2º v.: Dicionário Guineense-Português, dicionariu guinensi-purtuguis**. Bissau: Bubaque, Faspebi, 2002.

_____. **Gramática de Crioulo. Dicionário Crioulo-Português. Dicionário Português-Crioulo** (Compilado por Luigi Scantamburlo, o diretor da ONG Guineense, FASPEBI). Disponível em: <https://11nq.com/pr9zr>. Acesso em: 2022.

_____. O Léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: ensino bilíngue português-crioulo guineense. 2013.

_____. 30º aniversário da grafia “oficial” do crioulo guineense. 2018.

SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZZAROTTO-VOLCÃO, Cristine. **Para conhecer Fonética e fonologia do português brasileiro**. - 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019.

_____. **Fonética e fonologia do português brasileiro: 2º período**. – Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. 119 p. : il., grafs., tabs.

SEIDE, Seco Braima. **Organização social, política e cultural da etnia Balanta**. 2017. 56 f.. Monografia (Bacharelato em Humanidades) -Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus de Malês, Bahia.

SILVA, Adelaide Hercília Pescatori. **Língua Portuguesa I: fonética e fonologia**. — Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007. 152 p.

SILVA, Ciro Lopes da; SAMPA, Pascoal Jorge. A Língua Portuguesa na Guiné-Bissau: Influência do Crioulo e a Identidade Cultural no Português. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, n. 31, p. 231-247, 2017.

SILVA, Miller António Naga da. **Políticas linguísticas para o português: uma investigação acerca da Guiné-Bissau**. 2018. 20f. Artigo (Graduação) -Curso de Letras Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português : roteiro de estudos e guia de exercícios**. 7. ed. - São Paulo : Contexto, 2003.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44**, 2009.

SOUTO, Mauren Vanessa Lourenço et al. Conceitos de Língua Estrangeira, Língua Segunda, Língua Adicional, Língua de Herança, Língua Franca e Língua Transnacional. In: **XI Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa**, 2014, Campo Grande MS. CONCEITOS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA, LÍNGUA SEGUNDA, LÍNGUA ADICIONAL, LÍNGUA DE HERANÇA, LÍNGUA FRANCA E LÍNGUA TRANSNACIONAL, 2014.

SPINASSÉ, Karen Pupp. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. **Contingentia**, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <https://11nq.com/t73yw>. Acesso em: 09/02/2023.

TAMBA, Pansau. **A política linguística na África e situação das línguas autóctones na Educação: uma análise crítica das constituições**. 2021. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021.

TIMBANE, A. A.; CÁTIA, M. O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? Embate sobre os conceitos. **Revista de Letras Juçara**, Caxias – Maranhão, v. 02, n. 02, p.107- 126, dez. 2018.

Wells, J. C.. **Longman Pronunciation Dictionary**, Paper with CD-ROM (3rd Edition) 3rd Edição ISBN-13: 978-1405881180, ISBN-10: 1405881186.

YURNA, Albate. **Português na Guiné-Bissau: sobre o estatuto da língua, seu ensino e a formação docente**. 2018. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto de Linguagens e Literatura – III (Ceará), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: <https://encr.pw/91X4G>. Acesso: 09/02/2023.

Outras referências:

XVII CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL 2014), João Pessoa - Paraíba, Brasil. **REPRESENTAÇÕES SOBRE O ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO DIZER DE ESTUDANTES GUINEENSES**, Camila Maria Marques Peixoto e Maria Elias Soares. Paraíba – Brasil: João Pessoa, 2014.

IV ENCONTRO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA: I FÓRUM DE DEBATES SOBRE A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. 2012, Rio de Janeiro. **GUINÉ-BISSAU: A SITUAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA**, Quecoi Sani. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.